

# Revista de LETRAS

Vol. 40(1) - jan./jun. 2021

Revista dos  
Departamentos de  
Letras Vernáculas,  
Letras Estrangeiras  
e Literatura, do  
Centro de  
Humanidades  
da UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



---

# Revista de LETRAS

## ORGANIZADORES

Ana Margarida Ramos (Universidade de Aveiro)  
Diógenes Buenos Aires de Carvalho (UESPI)  
Fernanda Coutinho (UFC)  
José Leite de Oliveira Jr. (UFC)

## COMITÊ EDITORIAL

Maria Elias Soares (Editora-chefe), Fernanda Coutinho,  
Luana Ferreira de Freitas

## CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DE LETRAS

**BENJAMIN ABDALA JR.** - Universidade de São Paulo (USP), benjaminjr@terra.com.br  
**EDUARDO KENEDY** - Universidade Federal Fluminense (UFF), edu.kenedy@gmail.com  
**EDWIGES MARIA MORATO** - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), edwigesmorato@hotmail.com  
**ENEIDA LEAL CUNHA** - Universidade Federal da Bahia (UFBA), eneidalealcunha@uol.com.br, leal@ufba.br  
**ERMELINDA FERREIRA ARAÚJO** - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ermelindaferreir@uol.com.br  
**GERMANA ARAÚJO SALES** - Universidade Federal do Pará (UFPA), gmaa.sales@gmail.com  
**LECI BORGES BARBISAN** - Pontifícia Univ. Católica do R.G. do Sul (PUC/RS), barbisan@puccrs.br  
**LETÍCIA MARIA SICURO CORRÊA** - Pontifícia Univ. Católica do R.G. do Sul (PUC/RS), lscorra@puc-rio.br  
**JOÃO AZENHA JÚNIOR** - Universidade de São Paulo (USP), azenha@usp.br  
**JOSÉ LUIZ FIORIN** - Universidade de São Paulo (USP), jolufi@uol.com.br  
**LEONOR SCLAR-CABRAL** - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lsc@th.com.br  
**MARCIA ARBEX** - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), marphi@larnet.com.br  
**MARCUS MAIA**, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maiamarcus@gmail.com  
**MARIA ARMANDA MARTINS DA COSTA** - Universidade de Lisboa (UL), armandacosta@letras.ulisboa.pt  
**MARIA DAS GRAÇAS SOARES** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), gracasrodrigues@gmail.com  
**MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO** - Universidade Federal do Ceará (UFC), acaragao@terra.com.br  
**MARIA ESTHER MACIEL** - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), memaciel@yahoo.com.br  
**MARIA EDUARDA GIERING** - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), eduardajg@gmail.coms  
**MARIA HELENA MIRA MATEUS** - Universidade de Lisboa (UL), mhm@.ip.pt  
**MARIA HELENA DE MOURA NEVES** - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara), mhmneves@uol.com.br  
**MARILIA FERREIRA** - Universidade Federal do Pará (UFPA), mariliaferreira1@gmail.com  
**MARLI FANTINI SCARPELLI** - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), marlifan@terra.com.br  
**ÓSCAR LOUREDA** - Universidade de Heidelberg (UH), oscar.loureda@iued.uni-heidelberg.de  
**ROLAND WALTER** - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), walter\_roland@rotmail.com  
**SOLANGE COELHO VEREZA** - Universidade Federal Fluminense (UFF), svereza@uol.com.br  
**SUELI CRISTINA MARQUESI** - Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), sueli.marquesi@cruzeirodosul.edu.br  
**TÂNIA SARMENTO-PANTOJA** - Universidade Federal do Pará (UFPA), nicama@ufpa.br  
**TELISA FURLANETTO GRAEFF** - Universidade de Passo Fundo-RS, telisagraeff@yahoo.com.br - telisa@upf.br



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITOR

**Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque**

VICE-REITOR

**Prof. José Glauco Lobo Filho**

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

**Prof.<sup>a</sup> Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire**

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

**Prof.<sup>a</sup> Elizabeth de Francesco Daher**

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

**Prof. Marcus Vinicius Veras Machado**

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

**Prof.<sup>a</sup> Ana Paula de Medeiros Ribeiro**

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**Prof. Jorge Herbert Soares de Lira**

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**Prof. Almir Bittencourt da Silva**

---

### POLÍTICA EDITORIAL

1. *A Revista de Letras* é uma publicação semestral, aberta a colaboradores do Brasil e do exterior, e publica trabalhos originais de pesquisadores (doutores), vinculados a Instituições de Ensino Superior, nas áreas de Letras e Linguística. Trabalhos de mestrados ou doutorandos somente serão aceitos quando em coautoria com seu orientador. Esses trabalhos podem estar na forma de artigo, ensaio, debate, ou retrospectiva (estado da arte). Ao encaminhar o texto, o autor declara, automaticamente, que não o submeteu a outra publicação periódica ou coletânea e autoriza expressamente a sua publicação. Desse modo, a responsabilidade legal relativa às informações veiculadas nos textos recai sobre os articulistas.
2. Os originais deverão ser dirigidos à *Revista de Letras*, de acordo com as normas para publicação, diretamente a qualquer dos membros do Comitê Editorial, nos endereços indicados nas chamadas para publicação.
3. Os artigos serão submetidos a dois pareceristas, que poderão aprovar sua publicação imediata ou sugerir reformulações. Caso não sejam aprovados, os originais não serão devolvidos.
4. A revista pode ser reproduzida parcialmente ou no todo, desde que citada a fonte.

#### **Revista de Letras, v. 1 -; 1978 -**

Fortaleza. Edições da Universidade Federal do Ceará.

V. semestral

Órgão oficial dos Departamentos de Letras Vernáculas, de Letras Estrangeiras e de Literatura, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

1 - Letras - Periódico

2 - Linguística - Periódico

I - Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades.

Departamento de Letras Vernáculas, de Letras Estrangeiras e de Literatura.

e-ISSN 2358-4793

CDU: 351.854(05)

---

EDIÇÃO DIGITAL: **Imprensa Universitária da UFC**  
NORMALIZAÇÃO: **Marilzete Melo Nascimento**  
REVISÃO DE TEXTOS: **Yvantelmack Dantas**  
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, CAPA: **Sandro Vasconcellos**

**APRESENTAÇÃO/Presentation**

Lorena Rodrigues (Universidade Federal do Ceará), Valdecy Pontes (Universidade Federal do Ceará), Raket Viana (Universidade Estadual do Ceará) (Organizadores) ..... 5

**A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS DE AVALIAÇÃO E PERCEPÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS**

*The relevance of studies on sociolinguistic evaluations and perceptions*/DOI 10.36517/revletras.40.1.1  
Lívia Oushiro (Universidade Estadual de Campinas) ..... 9

**AVALIAÇÃO DA VARIAÇÃO TER/HAVER EXISTENCIAIS E DA CONCORDÂNCIA VERBAL COM HAVER EXISTENCIAL NA LÍNGUA ESCRITA**

*Evaluation of existential ter/haver variation and verbal agreement with existential haver in the written language*/DOI 10.36517/revletras.40.1.2  
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória (Universidade Federal de Alagoas) ..... 21

**MULTILINGUISMO NOS PALOP: PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO E AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA EM GUINÉ-BISSAU**

*Multilingualism in PALOP: sociolinguistic profile and linguistic evaluation in Guinea-Bissau*/DOI 10.36517/revletras.40.1.3  
Cássio Florêncio Rubio (Universidade Federal de São Carlos) ..... 34

**VARIAÇÃO DISCURSIVA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONECTORES EM TEXTOS NARRATIVOS ESCRITOS**

*Discursive variation and portuguese language teaching: connectors in written narrative texts*/DOI 10.36517/revletras.40.1.4  
Maria Alice Tavares (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) ..... 48

**COMENTÁRIOS SOBRE A ORDEM SUJEITO-VERBO EM ANÚNCIOS DE JORNAIS DO BRASIL OITOCENTISTA**

*Comments on the subject-verb order in newspaper ads from Brazil of 19th century*/DOI 10.36517/revletras.40.1.5  
Leandro Silveira de Araujo (Universidade Federal de Uberlândia) ..... 58

**FORMAS SIMPLES E PERIFRÁSTICAS DE PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO E DE PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM VARIAÇÃO**

*Simple and periphrastic forms of pluperfect past tense of the indicative and imperfect past tense of the subjunctive in variation*/DOI 10.36517/revletras.40.1.6  
Márluce Coan (Universidade Federal do Ceará), Francisco José Gomes de Sousa (Universidade Federal do Ceará), Laila Cavalcante Romualdo (Universidade Federal do Ceará) ..... 68

**PRETÉRITO IMPERFEITO (INDICATIVO/SUBJUNTIVO): ANÁLISE VARIACIONISTA DA FUNÇÃO DE COTEMPORALIDADE A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO NO FALAR POPULAR DE FORTALEZA**

*Imperfect past tense (indicative/subjunctive): analysis of cotemporality function to a past reference point in popular speech of Fortaleza*/DOI 10.36517/revletras.40.1.7

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo (Universidade Estadual do Vale do Acaraú), Francion Maciel Rocha (Universidade Federal do Ceará) ..... 84

**COMPORTAMENTO DA NASAL PALATAL /ɲ/: ANÁLISE VARIACIONISTA**

*Behavior of the palatal nasal /ɲ/: variationist analysis*/DOI 10.36517/revletras.40.1.8

Demerval da Hora (Universidade Federal da Paraíba), Larissa Moraes Pedrosa (Universidade Federal da Paraíba) ..... 99

**O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR COM LETRAS DE MÚSICA DE CAPOEIRA**

*The teaching portuguese as a mother tongue from the sociolinguistics perspective: na interdisciplinary proposal with capoeira song lyrics*/DOI 10.36517/revletras.40.1.9

Fábio Fernandes Torre (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), Munirah Lopes da Cruz (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) ..... 113

**USO VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM CONSTRUÇÕES DE VOZ PASSIVA SINTÉTICA NA ESCRITA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS CEARENSES**

*Variable use of the verbal agreement in synthetic passive voice constructions in the writing of Ceara journalistic texts*/DOI 10.36517/revletras.40.1.10

Hugo Leonardo Pereira Magalhães (Instituto Federal do Ceará), Hebe Macedo de Carvalho (Universidade Federal do Ceará) ..... 125

**INTERFERÊNCIA NO PAR LINGUÍSTICO PORTUGUÊS-ESPANHOL: UM ESTUDO SOBRE A NASALIDADE EM TEXTOS ESCRITOS POR VENEZUELANOS**

*Interference in the Portuguese – Spanish language pair: a study on nasality in texts written by venezuelans*/DOI 10.36517/revletras.40.1.11

Fabricio Paiva Mota (Universidade Federal de Roraima) ..... 139

**AVALIAÇÃO E ATITUDES SOCIOLINGUÍSTICAS NO PORTUGUÊS EUROPEU MADEIRENSE**

*Evaluations and sociolinguistic attitudes in maderian european Portuguese*/DOI 10.36517/revletras.40.1.12

Aline Bazenga (Universidade da Madeira) ..... 150

**POR ONDE TRANSITAM O TU E O VOCÊ NO NORDESTE?**

*The whereabouts of personal pronouns tu and você ('you') in the brazilian northeast*/DOI 10.36517/revletras.40.1.13

Maria Marta Pereira Scherre (Universidade Federal do Espírito Santo/Universidade de Brasília/Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq), Carolina Queiroz Andrade (Universidade de Brasília), Rafael de Castro Catão (Universidade Federal do Espírito Santo) ..... 164

*Somente quando se atribui significado social a tais variações é que elas são imitadas e começam a desempenhar um papel na língua. (LABOV, 2008, p. 43).<sup>1</sup>*

**A** luz da fala de William Labov sobre o significado social da variação linguística, apresentamos aos leitores o número 40, primeiro volume de 2021, da *Revista de Letras* da Universidade Federal do Ceará - UFC, trazendo a público diversos estudos da área de Sociolinguística, produzidos por pesquisadores de universidades nacionais e internacionais. Esse volume traz estudos que fomentam análises e reflexões sobre as gramáticas das línguas, sobre história das línguas, sobre o ensino de línguas maternas etc. Além disso, brinda o seu leitor com pesquisas que averigam como certas mudanças foram consolidadas, como determinadas variações refletem a vida dos indivíduos, que fatores contribuíram e quais são, ainda, os contextos de resistência de determinadas variantes da língua e, não menos importante, o papel da variação linguística na sociedade, incluindo um conjunto de crenças, atitudes e avaliações sobre essas formas linguísticas.

Os treze trabalhos, aqui selecionados, versam sobre diversos temas da sociolinguística, tais como: avaliação e percepção linguística, atitudes linguísticas, bilinguismo, contato linguístico, ensino de língua materna e variação. Esses temas foram debatidos e examinados em virtude do V Fórum de Estudos Linguísticos do Ceará – V FELCE, que ocorreu nos dias 08 e 09 de setembro de 2020, de forma remota, devido à pandemia de COVID-19, que assolou o planeta.

Mesmo sob o julgo de uma pandemia e de uma crise política em nosso país, que obscureceu e, infelizmente, ainda obscurece a pesquisa brasileira, o Laboratório de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará – LAPESCE, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, junto aos grupos de Pesquisa SOCIOLIN-CE (Grupo de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará), SOCIOLIN-LE (Grupo de Pesquisas Sociofuncionalistas em Língua Estrangeira) e SOCIOFOR (Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas de Fortaleza), organizou, junto à comunidade acadêmica cearense, um evento *online* e gratuito que abrangeu inscrições de diversos pesquisadores sociolinguistas brasileiros e estrangeiros que estiveram juntos, mesmo que distantes espacialmente, por dois dias.

Resultado dessa empreitada, os trabalhos aqui publicados representam um produto das discussões realizadas nesse fórum, que teve como temática: *Crenças, atitudes e avaliação nos estudos sociolinguísticos*. Dessa maneira, estes artigos são frutos de palestras, conferências, pesquisas e debates, que ocorreram entre os pesquisadores sociolinguistas que estiveram reunidos no evento.

Como primeiro artigo deste volume da revista de Letras, o artigo intitulado *A importância de estudos de avaliação e percepções sociolinguísticas*, de autoria de Lívya Oushiro, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, busca argumentar que assim como a produção linguística, as avaliações e as percepções são demonstravelmente variáveis e ordenadas; e que os estudos sobre avaliações e percepções são fundamentais não só para a compreensão sobre processos de variação e mudança linguística, mas também para a promoção do respeito linguístico. Na defesa desse ponto de vista, a autora resenha alguns estudos que tratam de avaliações e de percepções, e, ainda, que demonstram a sistematicidade de seus padrões de variação e apresenta sinteticamente um método para modelagem de campos indexicais, conceito que permite operacionalizar os múltiplos significados sociais de variantes linguísticas. Por último, a autora argumenta que os próprios linguistas, ainda, pouco conhecem sobre os mecanismos de associação entre certas variantes e significados sociais, e, também, que a ampliação de estudos sistemáticos sobre avaliações e percepções sociolinguísticas é peça-chave para o combate ao preconceito linguístico e à promoção da diversidade linguística.

---

<sup>1</sup> LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 43.

Intitulada *Avaliação da variação ter/haver existenciais e da concordância verbal com haver existencial na língua escrita*, de autoria de Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitorio, da Universidade Federal de Alagoas – UFA, a pesquisa analisa a existência de significados sociais positivos, negativos ou neutros associados ao uso dos verbos *ter* e *haver* em contextos existenciais na língua escrita, mensuradas as normas subjetivas de estudantes universitários do sertão alagoano em relação à variação *ter* e *haver* em sentenças existenciais e à variação na concordância verbal com *haver* existencial na escrita. A autora buscou a Teoria da Variação Linguística, considerando sete parâmetros de julgamento social: formal, conservador, sofisticado, bonito, escrever bem, ler muito e nível de estudo. Os dados da pesquisa mostram uma avaliação mais neutra para o uso do verbo *ter*, mas uma avaliação mais positiva para a pluralização do verbo *haver* existencial. O uso do verbo *ter* está mais associado à escolarização mais baixa, não ser formal e não ser conservador, ao passo que a pluralização de *haver* está mais avaliada como formal, sofisticada e associada ao nível mais alto de estudo.

O terceiro artigo deste volume, intitulado *Multilinguismo nos PALOP: perfil sociolinguístico e avaliação linguística em Guiné-Bissau*, de autoria de Cássio Florêncio Rubio, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, busca apresentar reflexões sobre o contexto sociolinguístico de falantes multilíngues de Guiné-Bissau, associando a caracterização sociolinguística da comunidade à avaliação das línguas em contato. Como nos apresenta o autor, o português encontra-se em situação de contato com outras idiomas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, em determinados contextos, com línguas étnicas, já presentes naqueles territórios em período pré-colonial. Considerando essas situações de contato linguístico, a pesquisa buscou um *corpus* já existente, composto de 100 inquéritos coletados entre estudantes guineenses no Brasil e em Guiné-Bissau. A análise aponta que, na comunidade, há um *status* elevado da língua portuguesa, apesar do emprego de outras línguas locais em situações do dia a dia. O estudo constatou, ainda, uma divisão funcional de uso das línguas entre os falantes multilíngues inseridos nesta realidade.

Maria Alice Tavares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, apresenta em *Variação discursiva e ensino de língua portuguesa: conectores em textos narrativos escritos*, que pesquisas sobre variáveis discursivas são excelentes fontes de informações para o tratamento de itens discursivos nas escolas de nível básico, como, por exemplo, os conectores *E* e *AI*, utilizados pela autora. Estudos sociolinguísticos observaram problemas no uso desses conectores em textos escritos por alunos de diferentes níveis de escolaridade, onde, por um lado, há uma tendência de alta frequência do *AI* em textos de indivíduos em fases iniciais de escolarização e, por outro lado, há uma tendência de alta frequência do *E* em textos de indivíduos com maior tempo de escolarização. Com base nessas descobertas, a autora apresenta sugestões para a abordagem dos conectores no ensino básico, distribuídas em três eixos: experiência e análise linguística; avaliação sociolinguística; e aplicação na produção de textos, defendendo que a adoção de um embasamento sociolinguístico para o ensino de língua portuguesa permite explorar com profundidade características morfossintáticas, semântico-pragmáticas e estilísticas de itens discursivos.

Realizando uma breve apreciação sobre aspectos da colocação do sujeito na oração da língua portuguesa, empregada no Brasil do século XIX, Leandro Silveira de Araujo, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, analisa uma seleção de anúncios jornalísticos oitocentistas na pesquisa intitulada *Comentários sobre a ordem sujeito-verbo em anúncios de jornais do Brasil oitocentista*. Neste artigo, o autor analisa os anúncios compilados na obra “Os Preços Eram Com modos... Anúncios de Jornais Brasileiros Século XIX”, e observa os dados obtidos contrapondo-os a estudos sobre ordem no português. Sob uma perspectiva especialmente quantitativa, foi possível observar que em anúncios oitocentistas a ordem mais favorecida foi a não marcada, isto é, com sujeito anteposto ao verbo. Contudo, o autor verificou um alto percentual de ocorrências da colocação marcada, em que o sujeito é posposto ao verbo. Para Araújo, a elevada recorrência desse último dado se dá, em parte, devido ao gênero discursivo, que favorece, por exemplo, o uso de passivas sintéticas. Por fim, constatou que o modelo de posicionamento do sujeito já estava definido no século XIX.

De autoria de Márluce Coan, Francisco José Gomes de Sousa e Laila Cavalcante Romualdo, da Universidade Federal do Ceará – UFC, o artigo *Formas simples e perifrásticas de pretérito mais-que-perfeito do indicativo e de pretérito imperfeito do subjuntivo em variação* analisa 837 dados de formas simples e perifrásticas de pretérito mais-que-perfeito do indicativo e de pretérito imperfeito do subjuntivo, provenientes



de revistas históricas do Instituto do Ceará, datados entre 1887 e 2012. Os autores mostram como a forma de pretérito mais-que-perfeito simples foi perdendo espaço para a forma de imperfeito do subjuntivo na codificação da função conjuntiva, especializando-se em contextos bastante restritos, especialmente aqueles nos quais há verbo de estado, *dicendi* ou modal, bem como ausência de conector; e, ainda, que seu principal nicho de ocorrência é a sincronia de 1887 a 1899. Em termos teóricos, os autores aludem os resultados a dois dos princípios de mudança propostos pela Sociolinguística laboviana: transição e restrições. Além disso, mostram um cenário de transição, ao considerarem tendências de uso de cada uma das formas sob análise por sincronia: 1887-1899; 1944-1956 e 2000-2012, bem como restrições de uso, ao mapearem contextos de ocorrência por tipo verbal, uso de conector, polaridade, tipo oracional, gênero textual e sincronia.

Como sétimo artigo deste dossiê, em *Pretérito imperfeito (indicativo/subjuntivo): análise variacionista da função de cotemporalidade a um ponto de referência passado no falar popular de Fortaleza*, os autores Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo da Universidade Estadual do Vale do Acaraú – UVA e Francion Maciel Rocha da Universidade Federal do Ceará – UFC estudam a variação entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo na função de cotemporalidade a um ponto de referência no passado, sob o aparato teórico-metodológico variacionista e funcionalista. Foram analisados trinta e seis inquéritos de informantes do NORPOFOR (Norma Popular de Fortaleza), distribuídos em células ortogonais por sexo, faixa etária e escolaridade. Foram localizados, nos inquéritos, 123 dados, os quais foram testados, mediante sete grupos de fatores linguísticos e sociais. Como resultado, os autores indicam que a oração subordinada substantiva e os verbos cognitivos na oração principal motivam o uso do imperfeito do indicativo, na fala popular fortalezense da década de 1990.

O artigo *Comportamento da nasal palatal /ɲ/: análise variacionista*, de autoria de Demerval da Hora e Larissa Moraes Pedrosa, ambos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, discute o comportamento da nasal palatal /ɲ/ em posição de ataque silábico na comunidade de João Pessoa-PB, Brasil, considerando restrições sociais e estruturais. Os dados examinados foram retirados do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB, do qual foram selecionados 34 falantes, estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária e os anos de escolarização. Ao lado das restrições sociais, foram controladas restrições estruturais, através de tratamento estatístico, que selecionou como relevantes para o apagamento da nasal palatal, o contexto fonológico precedente, contexto fonológico seguinte, número de sílabas, tonicidade, categoria gramatical, e, também, apontou as restrições sociais sexo, faixa etária e anos de escolarização.

Já o artigo intitulado *O ensino de português como língua materna na perspectiva da sociolinguística: uma proposta interdisciplinar com letras de música de capoeira*, de Fábio Fernandes Torres e Munirah Lopes da Cruz, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, reflete sobre o ensino de língua portuguesa como língua materna, em uma perspectiva sociolinguística e interdisciplinar, a partir de elementos da cultura afro-brasileira relacionados às diversidades linguística e cultural do país. Metodologicamente, a partir de letras de músicas de capoeira, os autores propõem questões com o propósito de despertar a consciência dos alunos sobre os processos históricos associados à formação de cada comunidade e de sua variedade linguística, à diversidade do português brasileiro e aos preconceitos sociais presentes em nossa sociedade, dentre eles, o linguístico. As reflexões baseiam-se nos pressupostos da Sociolinguística laboviana e nas contribuições desse modelo para o ensino de língua materna. As conclusões decorrentes dessas reflexões sugerem, como forma de despertar a consciência linguística dos fenômenos variáveis e combater o preconceito linguístico, a abordagem de questões sociais e culturais relacionadas à formação das variedades linguísticas e à realidade sociolinguística brasileira.

Em décimo, o artigo *Uso variável da concordância verbal em construções de voz passiva sintética na escrita de textos jornalísticos cearenses* de Hugo Leonardo Pereira Magalhães do Instituto Federal do Ceará – IFCE – Campus Sobral e Hebe Macedo de Carvalho, Universidade Federal do Ceará – UFC, analisa a variação da concordância verbal em construções de voz passiva sintética, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística variacionista. Os dados foram coletados em dois jornais da cidade de Fortaleza, considerando os gêneros textuais: editorial, artigo de opinião e notícia. Os resultados indicam que mais da metade das ocorrências apresentam o verbo com marca explícita de plural em relação ao sintagma nominal posposto no plural e, ainda, que formas verbais perifrásticas e infinitivas favorecem a não concor-



dância verbal, nesse tipo de construção. O gênero notícia desponta com maior percentual de formas verbais, sem marca flexional de plural em relação ao SN posposto.

Como sabemos, o contato linguístico se trata da relação existente entre duas ou mais línguas, em uma mesma localidade. Em outras palavras, os indivíduos de línguas distintas compartilham espaços geográficos comuns em áreas fronteiriças. No caso brasileiro, o estado de Roraima faz fronteira com dois países: Venezuela e Guiana. Nesse contexto, o artigo *Interferência no par linguístico português-espanhol: um estudo sobre a nasalidade em textos escritos por venezuelanos* de Fabricio Paiva Mota, da Universidade Federal de Roraima – UFRR, examina as interferências linguísticas presentes em produções textuais de venezuelanos aprendizes de português na fronteira Brasil/Venezuela, a partir da conceituação de que a influência de uma língua A sobre uma língua B resulta em estruturas que não pertencem ao sistema gramatical de nenhuma das línguas envolvidas. O *corpus* foi composto por redações escritas por venezuelanos, coletadas entre os anos de 2015 e 2017 em um curso de português para estrangeiros na fronteira Brasil/Venezuela. Para esta pesquisa, o autor selecionou as interferências correspondentes à nasalidade e concluiu que os informantes ora grafam *-n*, ora grafam *-m* em contexto de final de palavra. Ao grafar *-n*, o informante marca apenas esse elemento como sendo de sua língua materna, pois o radical da palavra está em português.

A partir de uma variedade lusitana da língua portuguesa, Aline Bazenga, Universidade da Madeira – UMa, analisa, no artigo *Avaliação e atitudes sociolinguísticas no português europeu madeirense*, a avaliação linguística do português europeu madeirense, através de entrevistas sociolinguísticas selecionadas de amostras do Funchal do *Corpus* do CORPORAPORT e do *Corpus* Sociolinguístico do Funchal (CSF), além de questionários de trabalhos de investigação já realizados pela mesma pesquisadora. Foram selecionadas para um exame mais detalhado duas variáveis sociolinguísticas, objeto de estudos anteriores focados na produção linguística: a realização anafórica de OD e as construções existenciais. O objetivo central é contribuir para o conhecimento linguístico mais aprofundado da sociedade insular, amplamente heterogênea do ponto de vista sociodemográfico e linguístico. Os resultados mostram, por um lado, que os falantes madeirenses têm consciência da diversidade linguística existente no território insular e do seu significado social, e, por outro, existe uma tendência à correlação entre variáveis sociolinguísticas e variáveis sociais que deverá ser levada em conta em futuros trabalhos de investigação.

Por último, mas não menos importante, o artigo *Por onde transitam o tu e o você no Nordeste?* de autoria de Maria Marta Pereira Scherre, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Universidade de Brasília – UnB, juntamente com Carolina Queiroz Andrade da Universidade de Brasília – UnB e Rafael de Castro Catão da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, focaliza a distribuição dos pronomes pessoais de segunda pessoa do singular na posição de sujeito em pesquisas da região Nordeste do Brasil, com ponderações sobre a projeção de seis subsistemas e sobre aspectos interacionais em função do tipo de coleta de dados. Os autores tomaram como base a análise de trabalhos já publicados de pesquisadores brasileiros (até o ano de 2020) sobre os pronomes de segunda pessoa do singular. Dessa forma, apresentam um novo mapa da região Nordeste com percentuais médios de usos de *você*, *cê*, *ocê*, *tu* sem concordância e *tu* com concordância e o inserindo no mapa brasileiro dos pronomes de segunda pessoa.

À guisa de conclusão, almejamos que a leitura dos artigos deste dossiê temático contribua para a discussão sobre as questões explicitadas pelos autores em relação ao estudo da variação e mudança linguística, considerando os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos e, também, as múltiplas perspectivas das pesquisas realizadas em nosso país e no mundo.

Lorena da Silva Rodrigues<sup>2</sup>, Valdecy de Oliveira Pontes<sup>3</sup>,  
Rakel Beserra de Macêdo Viana<sup>4</sup>  
(Organizadores)

<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2492-4147>

<sup>3</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8183-9259>

<sup>4</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6565-7730>



# A IMPORTÂNCIA DE ESTUDOS DE AVALIAÇÃO E PERCEPÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS\*

## THE RELEVANCE OF STUDIES ON SOCIOLINGUISTIC EVALUATIONS AND PERCEPTIONS

Lívia Oushiro\*\*

### RESUMO

Este trabalho busca argumentar que (i) assim como a produção linguística, as avaliações e as percepções são demonstravelmente variáveis e ordenadas; e que (ii) os estudos sobre avaliações e percepções são fundamentais não só para a compreensão dos processos de variação e mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), mas também para a promoção do respeito linguístico (SCHERRE, 2020). Para tanto, resenham-se inicialmente alguns estudos que tratam de avaliações e de percepções, e que demonstram a sistematicidade de seus padrões de variação; em seguida, apresenta-se sinteticamente um método para modelagem de campos indexicais (ECKERT, 2008), conceito que permite operacionalizar os múltiplos significados sociais de variantes linguísticas. Argumenta-se, em última instância, que os próprios linguistas ainda pouco conhecem os mecanismos de associação entre certas variantes e significados sociais, e que a ampliação de estudos sistemáticos sobre avaliações e percepções sociolinguísticas é peça-chave para o combate ao preconceito linguístico e para a promoção da diversidade linguística.

**Palavras-chave:** avaliações e percepções linguísticas; significados sociais; respeito linguístico.

### ABSTRACT

*This article argues that (i) just as in language production, linguistic evaluation and perceptions exhibit orderly heterogeneity; and (ii) studies on evaluation and perceptions are central not only for understanding the processes of language variation and change (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), but also for promoting linguistic respect (SCHERRE, 2020). To these*

\* Este artigo é um resumo do texto apresentado na conferência de encerramento do V FELCE, em 9 set. 2020 (Disponível em: [https://youtu.be/8WUxd\\_qJebQ](https://youtu.be/8WUxd_qJebQ)) e retoma argumentos publicados em dois outros artigos: Oushiro (2019) e Oushiro (2021).

\*\* Professora doutora na Universidade Estadual de Campinas, coordenadora do Laboratório VARIEM – Variação, Identidade, Estilo e Mudança.

*ends, we initially review a few studies on evaluation and perceptions that show the systematicity of their variation patterns; next, we present a method for modeling indexical fields (ECKERT, 2008), a concept that allows for the operationalization of multiple social meanings of linguistic variants. Finally, we argue that linguists themselves still know little about the mechanisms of association between certain linguistic variants and social meanings, and that it is necessary to develop more systematic studies on evaluations and perceptions in order to diminish language prejudice and to promote language diversity.*

**Keywords:** *linguistic evaluation; linguistic perception; social meanings.*

## INTRODUÇÃO

O Brasil, país de dimensões continentais, é composto por populações bastante diversas entre si, com diferentes características e identidades. Tais diferenças muitas vezes aparecem em estereótipos acerca das diferentes regiões e grupos sociais – estereótipos que exibem certa regularidade e algumas variações, de acordo com o ponto de vista.

No âmbito linguístico, os estereótipos e os preconceitos são tão comuns quanto em qualquer outro aspecto da vida social. À época do episódio que ficou conhecido como “polêmica do livro didático”, em 2011, ficou claro o quanto ainda falta para a Linguística divulgar à sociedade sua perspectiva de aceitação da diversidade e da variação linguística – por exemplo, que falar “nós pega o peixe” não é errado, mas uma variante possível na gramática do português. É sobre esse ponto que este trabalho gostaria de refletir. Por que os linguistas enfrentam tantas dificuldades na divulgação de seus estudos e de sua perspectiva sobre o funcionamento das línguas? Por que a sociedade como um todo continua se pautando quase que exclusivamente pelas prescrições da gramática normativa?

Na Sociolinguística, os estereótipos têm sido tratados desde os primeiros estudos de Labov (2006 [1966], 2008 [1972]). O autor define três categorias de variáveis linguísticas quanto ao grau de consciência dos falantes e sua suscetibilidade à variação estilística de acordo com o grau de atenção prestado à fala. Os *indicadores* são variáveis abaixo do nível da consciência dos falantes e que, de modo geral, não estão disponíveis para metacomentários, ainda que apresentem padrões regulares de variação e encaixamento social e linguístico. Os *marcadores* são variáveis reconhecidas pelos falantes de uma comunidade e revelam estratificação socioeconômica e estilística. Por fim, os *estereótipos* são variáveis sujeitas a metacomentários explícitos dos falantes e a extrema estigmatização, como é o caso, por exemplo, do uso da concordância verbal não padrão em comunidades urbanas brasileiras.

A importância de se estudar o grau de consciência que os falantes têm sobre as variantes de uma variável e seus padrões de variação aparece na obra seminal de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), quando os autores elencam o *problema da avaliação* como uma das cinco questões centrais da Teoria da Variação e da Mudança, ao lado da questão dos fatores condicionantes, da transição, do encaixamento e da implementação. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 103) afirmam que

o estudo do problema da avaliação na mudança linguística é um aspecto essencial da pesquisa que conduz a uma explicação da mudança. Não é difícil ver como traços de personalidade inconscientemente atribuídos a falantes de um dado subsistema determinariam a significação social da alternância para esse subsistema e assim seu desenvolvimento ou obsolescência como um todo. Mas

o efeito dos valores sociais sobre o desenvolvimento interno de um sistema linguístico é uma questão mais difícil [...]

O problema da avaliação, com efeito, tem sido relativamente menos estudado em comparação com outras questões da Teoria da Variação e da Mudança. Em um projeto sobre as avaliações linguísticas de estudantes universitários do Nordeste e do Sul, Freitag *et al.* (2015, p.70) afirmam que “[o] problema da avaliação [...] se torna central para se averiguar como as variáveis linguísticas assumem significado identitário regional e como isto configura as estratificações regionais” em diferentes variedades do português, sendo necessária a sua abordagem para ampliar a compreensão do que seria o português brasileiro, para além de estudos de produção linguística, bastante prolíficos na sociolinguística do país. Em texto subsequente, as autoras são ainda mais explícitas: “não basta saber como o brasileiro fala; é preciso também conhecer ‘como o brasileiro acha que fala’, seguindo pela perspectiva da sociolinguística da percepção” (FREITAG *et al.*, 2016, p. 65).

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a avaliação é componente importante para se entender a mudança linguística: as avaliações feitas pelos falantes podem explicar o porquê de certas mudanças seguirem adiante, ao passo que outras podem ocorrer mais lentamente, ou até mudar de curso. Entretanto, para além de um interesse dentro da própria teoria linguística, nós, como seres que vivemos em sociedade, também devemos ter uma preocupação social. Labov, em sua fala na série de conferências promovidas no ABRALIN ao Vivo (LABOV, 2020), tratou de como a Linguística pode contribuir para a justiça social. No Brasil, uma grande porta-voz do papel da Linguística na promoção de justiça social tem sido a linguista Maria Marta Pereira Scherre, que em vários trabalhos trata de preconceito linguístico, e, mais recentemente, tem tratado não só de preconceito, mas principalmente de *respeito linguístico*, uma perspectiva afirmativa sobre a questão. Em sua fala no ABRALIN ao Vivo, Scherre (2020) definiu *respeito linguístico* como

a convivência harmoniosa entre as diferentes formas de falar, seja no plano das diferenças entre línguas, seja no plano das diferenças entre as variedades no interior de uma mesma língua. As diferenças linguísticas, em qualquer plano, incluindo o social, caracterizam grupos de falantes e são mecanismos identitários. Então, o Respeito Linguístico implica a capacidade de ouvir o outro com seus traços linguísticos sem julgamentos de valor, sem brincadeiras de mau gosto, sem o imperioso desejo de mudar a fala do outro, sem preconceito, sem intolerância, sem *bullying*.

Contudo, quando se desenvolvem pesquisas sobre avaliações e percepções sociolinguísticas, percebe-se o quão longe estamos desse ideal de respeito linguístico.

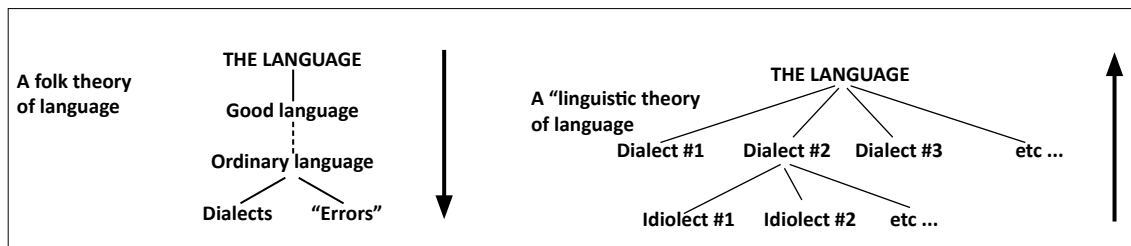
Considerando esses pontos, os objetivos específicos deste artigo são os seguintes: primeiramente, revisar alguns estudos sobre avaliações e percepções sociolinguísticas, por meio dos quais se espera demonstrar que, assim como a produção linguística, as percepções também são variáveis e ordenadas; em segundo lugar, e com base nos estudos sobre avaliações e percepções, se argumentará que os próprios linguistas ainda desconhecem os mecanismos de associação entre certas formas linguísticas e significados sociais, e que uma melhor compreensão sobre como funcionam avaliações e percepções é necessária para que se obtenham mais ferramentas para se chegar ao Respeito Linguístico.

## LINGÜÍSTICA VS. LINGÜÍSTICA POPULAR

Preston (2013) apresenta uma diferenciação entre uma teoria popular da linguagem e uma teoria linguística (ver Figura 1, esq.). Para as pessoas, de modo geral, existe “A LÍNGUA”, uma

entidade eterna, sólida, imutável. Da língua derivam os bons usos, a “boa língua”, mas existe também uma versão inferior da língua, que é a “língua comum”. São desses usos “comuns” que derivariam os dialetos e os “erros”, esses já bastante distantes da versão ideal da língua.

Figura 1 – Visão popular (esq.) e visão linguística (dir.) sobre a língua



Fonte: Preston (2013, p. 179).

Os linguistas, ou pelo menos parte deles, adotam uma perspectiva oposta sobre a língua (Figura 1, dir.): cada pessoa tem o seu idioleto e um conjunto de idioletos forma um dialeto; os diferentes dialetos, por sua vez, formam aquilo que abstratamente chamamos de língua. Essa é uma abordagem “de baixo para cima”, adotada sobretudo por aqueles que estudam os usos linguísticos. O choque entre a visão leiga e uma visão científica da Linguística começa por diferentes concepções sobre o que é a língua e como ela funciona. Ocorre que, muitas vezes, quando surgem atitudes como as reações ao livro didático, o linguista não dá a devida atenção a essas manifestações, desmerecendo-as como uma falta de conhecimento por parte dos leigos. Mas não deveríamos dar as costas a essas manifestações: é possível estudar sistemática e cientificamente as avaliações populares sobre a língua.

Uma tarefa a ser realizada pelos linguistas é perguntar às pessoas o que elas acham sobre certas variantes e certos modos de falar, ouvindo genuinamente o que elas têm a dizer. No Projeto SP2010 (MENDES; OUSHIRO, 2012), por exemplo, foram gravados centenas de paulistanos, a quem se fizeram sistematicamente, ao final do roteiro de entrevista, três perguntas sobre avaliações linguísticas. Uma delas era “O que você acha desse modo de falar: ‘me vê dois pastel e um chopos’?” A partir do levantamento de respostas, foi feita a nuvem de palavras da Figura 2, que mostra as respostas mais e menos frequentes pelo tamanho da fonte. Nela é possível ver que certas noções são mais recorrentes, como afirmar que essa forma de falar é “errada”, mas também que essa é a forma como os paulistanos falam. Além da falta de escolarização, a concordância nominal não padrão também é associada aos italianos, que “comem os S”, e ao bairro da Mooca. Note-se que há inclusive visões contraditórias: alguns consideram que os mais jovens falam assim; outros afirmam que é coisa do passado e que são os mais velhos que falam desse modo. Percebe-se, então, que as avaliações não são uniformes dentro de uma comunidade, mas variáveis.

No Projeto SP2010, também se perguntava qual era o sotaque do Brasil de que a pessoa mais gostava e de qual não gostava, e por quê. Perguntas como essas, quando feitas de modo sistemático, podem render uma visão abrangente sobre avaliações. Preston (2013) fez esse levantamento sobre qual variedade do inglês os nativos do estado de Michigan consideram mais “correta” e plotou os resultados em um mapa: para esses falantes, o inglês mais correto é aquele falado na própria região, e o inglês que mais se distancia do correto são as variedades no sul do país.

Nesses exemplos, os pesquisadores fizeram perguntas diretas e explícitas aos participantes sobre o que eles achavam de certos sotaques ou certas formas de falar. Outra abordagem possível é buscar reações indiretas e inconscientes dos participantes, pois sabe-se que as pessoas normalmente buscam disfarçar seus preconceitos – o que não significa que não os tenham.

Figura 2 – Nuvem de palavras associadas à sentença “Me vê dois pastel e um chopes”



Fonte: Oushiro (2015, p. 129).

Um método para buscar reações subjetivas e inconscientes é a técnica *matched-guise*, desenvolvida por Lambert e colaboradores na década de 1960 (LAMBERT *et al.*, 1960). Aqui, o que se está chamando de *percepções* são reações inconscientes que os falantes têm quando não são consultados diretamente sobre o que pensam sobre certos sotaques ou modos de falar. Lambert *et al.* estavam interessados em reações de anglófonos e francófonos na cidade canadense de Montréal às duas línguas faladas na região. Para isso, foram gravados quatro homens bilíngues lendo um mesmo texto em inglês e em francês, o que gerou oito gravações, às quais foram acrescentadas duas gravações distratoras. Os autores apresentaram as dez gravações a 130 estudantes universitários, que tiveram a tarefa de ouvir cada gravação e julgar cada uma das vozes quanto a 14 características. Embora os ouvintes tenham escutado quatro desses falantes duas vezes, uma em inglês e outra em francês, eles acreditavam ter ouvido dez pessoas diferentes. A lógica por trás da técnica é que, se houver diferenças nos julgamentos para um mesmo falante, esses julgamentos não são sobre o indivíduo, mas sim sobre as línguas.

Os resultados indicaram que os anglófonos avaliaram o inglês mais positivamente do que o francês quanto aos traços de altura, boa aparência, inteligência, confiabilidade, bondade, ambição e caráter. Os estímulos em francês, por outro lado, foram mais bem avaliados quanto ao senso de humor. Os francófonos, por sua vez, também avaliaram os estímulos em inglês mais favoravelmente do que o francês em diversas dimensões, até mais do que os anglófonos, e avaliaram os estímulos em francês mais favoravelmente nas dimensões de religiosidade e bondade.

A mesma técnica de estímulos pareados também foi empregada por Purnell, Idsardi e Baugh (1999) para eliciar percepções sobre as variedades de negros, de latinos e a variedade padrão do inglês norte-americano. Os autores selecionaram nos jornais locais em São Francisco anúncios de imóveis a vender ou a alugar e ligaram para as imobiliárias três vezes para cada anúncio, cada vez usando um dialeto diferente, com certo intervalo de tempo entre cada ligação e em uma ordem randomizada. Os pesquisadores computaram quantas vezes conseguiram agendar uma visita em cada disfarce: em inglês padrão, em inglês chicano e em inglês afroamericano. Ao tabular os dados, verificou-se que o sucesso no agendamento de uma visita ao imóvel, para os “disfarces” afroamericano e latino, se correlaciona com a proporção da população negra e hispânica dos bairros; no entanto, não se verifica a mesma correlação com a voz “padrão”. Esse resultado mostra que as

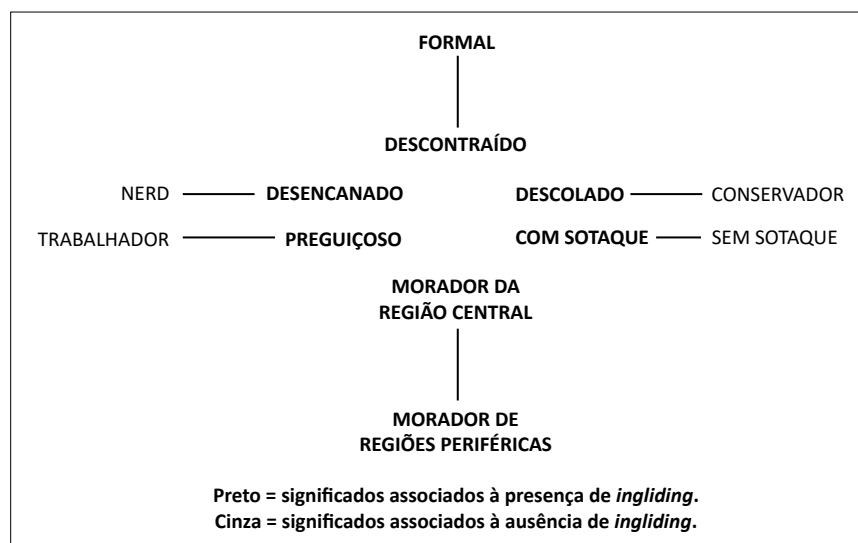


variedades negra e latina do inglês são reconhecidas pelos ouvintes e podem ser objeto de discriminação residencial.

### CAMPOS INDEXICAIS E SUA MODELAGEM

Eckert (2008) propõe o conceito de *campo indexical*, definido como uma “constelação de significados ideologicamente relacionados, qualquer um dos quais pode ser ativado no uso situado da variável. O campo é fluido, e cada nova ativação tem o potencial de mudar o campo ao construir conexões ideológicas.” (p. 454) O conceito tem sido empregado de modo frutífero em diversos estudos sociolinguísticos (ver, p.ex., Campbell-Kibler (2006, 2009); Walker *et al.* (2014); Tyler (2015); Battisti e Oliveira (2016); Oushiro (2019), *inter alia*) para explicar as inter-relações ideológicas entre os significados potenciais de variáveis linguísticas. A Figura 3 é um exemplo de campo indexical proposto por Battisti e Oliveira (2016) para o *ingliding* (p.ex., *voc[e]~voc[er]*) no português porto-alegrense; os significados negritados são associados à presença do *ingliding*, enquanto aqueles em cinza se associam à ausência da variante.

Figura 3 – Campo indexical do *ingliding* no português de Porto Alegre (RS)



Fonte: Battisti e Oliveira (2016, p. 24).

No entanto, algumas questões podem ser levantadas quanto à operacionalização do conceito. Como exatamente os falantes transitam de um significado para o outro, e como os significados vêm a se associar a certas variantes? Pesquisadores distintos chegariam à mesma representação do campo indexical de determinada variável? Embora os exemplos de campos indexicais se pautem por pesquisas empíricas, como se pode assegurar que o campo indexical não é enviesado pelas associações feitas pelo próprio pesquisador sobre os significados potenciais de uma variável?

Faz-se necessário desenvolver um modelo que permita representar múltiplas correlações multidimensionais de modo objetivo e replicável. Oushiro (2019) propõe um método para modelagem de campos indexicais por meio de Árvore de Mínimas Distâncias (GOWER; ROSS, 1969), que são um algoritmo matemático que permite a representação de múltiplas correlações, e no qual correlações mais fortes são representadas por uma menor distância, e falta de correlação



é representada por maior distância entre dois termos. Isso pode ser feito na plataforma R (R CORE TEAM, 2019) por meio de uma matriz de correlações, a partir da qual a árvore de mínimas distâncias é plotada.

A proposta de Oushiro (2019) se baseia em dados obtidos em um estudo do tipo *matched-guise*, que analisou reações inconscientes e subjetivas sobre a pronúncia de /r/ em coda como tepe ou retroflexo na cidade de São Paulo. Como se sabe, a pronúncia de /r/ em coda é altamente variável no Português Brasileiro (PB), com sete ou oito variantes distintas, desde as mais anteriores, como o trill [r], tepe [r] e a aproximante retroflexa [ɹ], até realizações mais posteriores como fricativa velar [x, ɣ] e glotal [h, ħ], além do apagamento que ocorre em todas as variedades do PB. É uma das variáveis mais estudadas na Sociolinguística brasileira e uma das mais salientes (ver, p.ex., Brandão (2007); Callou *et al.* (1996); Oushiro e Mendes (2013), *inter alia*), sendo as suas variantes índices de identidades regionais e sociais.

Na cidade de São Paulo, o tepe é tradicionalmente considerado a variante prototípica, mas o /r/ retroflexo também ocorre com frequência. Em uma análise multivariada de produção da fala de 118 paulistanos nativos, Oushiro (2015) verificou que o /r/ retroflexo representa cerca de 30% dos /r/ pronunciados. Socialmente, o retroflexo é favorecido por homens, falantes com níveis mais baixos de escolaridade, aqueles que vivem na periferia e que são de classes mais baixas, e cujos pais migraram de outras partes do país.

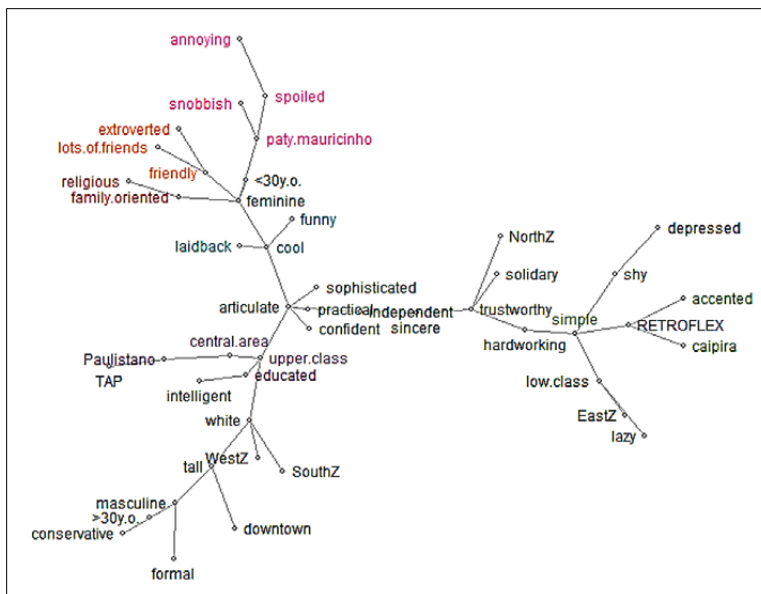
Nesse estudo, avaliações explícitas sobre o /r/ retroflexo foram eliciadas por meio de uma pergunta no roteiro da entrevista: “O que você acha desse modo de falar: ‘a porta tá aberta?’”, realizada com um retroflexo exagerado. As respostas dos participantes mostraram uma forte associação entre a variante e as noções “interior” (do estado de São Paulo, Minas Gerais) e “sotaque”. Desse modo, um dos principais significados sociais da variação de /r/ em coda é geográfico: a diferenciação entre a capital e o interior do estado. No entanto, o fato de que o retroflexo não é infrequente entre os próprios paulistanos levou à questão de se os falantes também associariam as variantes com outros significados sociais e identidades.

No experimento *matched-guise*, quatro paulistanos nativos foram gravados em entrevistas sociolinguísticas – dois homens e duas mulheres com perfis sociais parecidos: todos tinham nível universitário, cerca de 30 anos de idade e residiam na zona oeste da cidade. Dessas gravações, foram selecionados quatro pequenos excertos, um para cada falante, cada qual contendo de quatro a sete ocorrências de /r/ em coda. Os falantes foram então recontatados para gravar uma versão com produções controladas de /r/ como tepe ou como retroflexo. Com as novas gravações, as gravações originais foram manipuladas no Praat (BOERSMA; WEENINK, 2014) para produzir oito estímulos, um par para cada falante, um contendo somente ocorrências de tepe e o outro apenas de retroflexos. Os oito estímulos foram então separados em dois grupos, de modo que se um participante ouvisse o Falante 1 em seu disfarce com o tepe, não ouviria o mesmo falante no disfarce com retroflexos.

Elaborou-se um questionário que foi aplicado a 185 participantes. O questionário incluía escalas de diferenciais semânticos de cinco pontos, em que os ouvintes tinham que assinalar quão extrovertido, escolarizado, masculino/feminino, inteligente, formal, amigável, paulistano e com sotaque o falante soava; o que consideravam ser o local de moradia (bairro mais central ou mais periférico), a faixa etária e a classe social do falante; e 30 caixas de seleção com características pessoais (como “trabalhador”, “caipira” e “confiável”).

A Figura 4 mostra uma árvore de mínimas distâncias aplicada aos dados de percepção sobre a variável /r/.

Figura 4 – Campo indexical da variável /r/ em coda no português de São Paulo



Fonte: Oushiro (2019, p. 1768).

Primeiro, cabe comentar como essa figura *não* deve ser lida. Ela não deve ser interpretada como um mapa mental de como os ouvintes chegaram a suas percepções sobre o falante, ou seja, não se deve considerar que um falante ouviu o tepe, e então o associou a “paulistano”, depois com “região central”, “classe alta” e assim por diante. A posição na figura à esquerda ou à direita, no topo ou abaixo, tampouco tem significado em si. O que importa é a proximidade entre os termos: quanto mais próximos, maior é a chance de que eles coocorreram nos questionários dos participantes, tendo sido ambos assinalados. O fato de que “região central”, “classe alta” e “escolarizado” aparecem próximos um ao outro significa que os participantes, de modo geral, julgaram os falantes simultaneamente como tendo todas essas características.

Essa é uma figura muito rica, da qual se poderiam analisar vários aspectos, mas vale destacar alguns padrões mais notáveis. Nessa figura, os termos mais próximos ao tepe são “paulistano”, “região central”, “classe alta”; para o retroflexo, os termos próximos são “sotaque”, “caipira” e “simples”. Esses padrões são recorrentes quando se plota a mesma figura para subconjuntos de participantes.

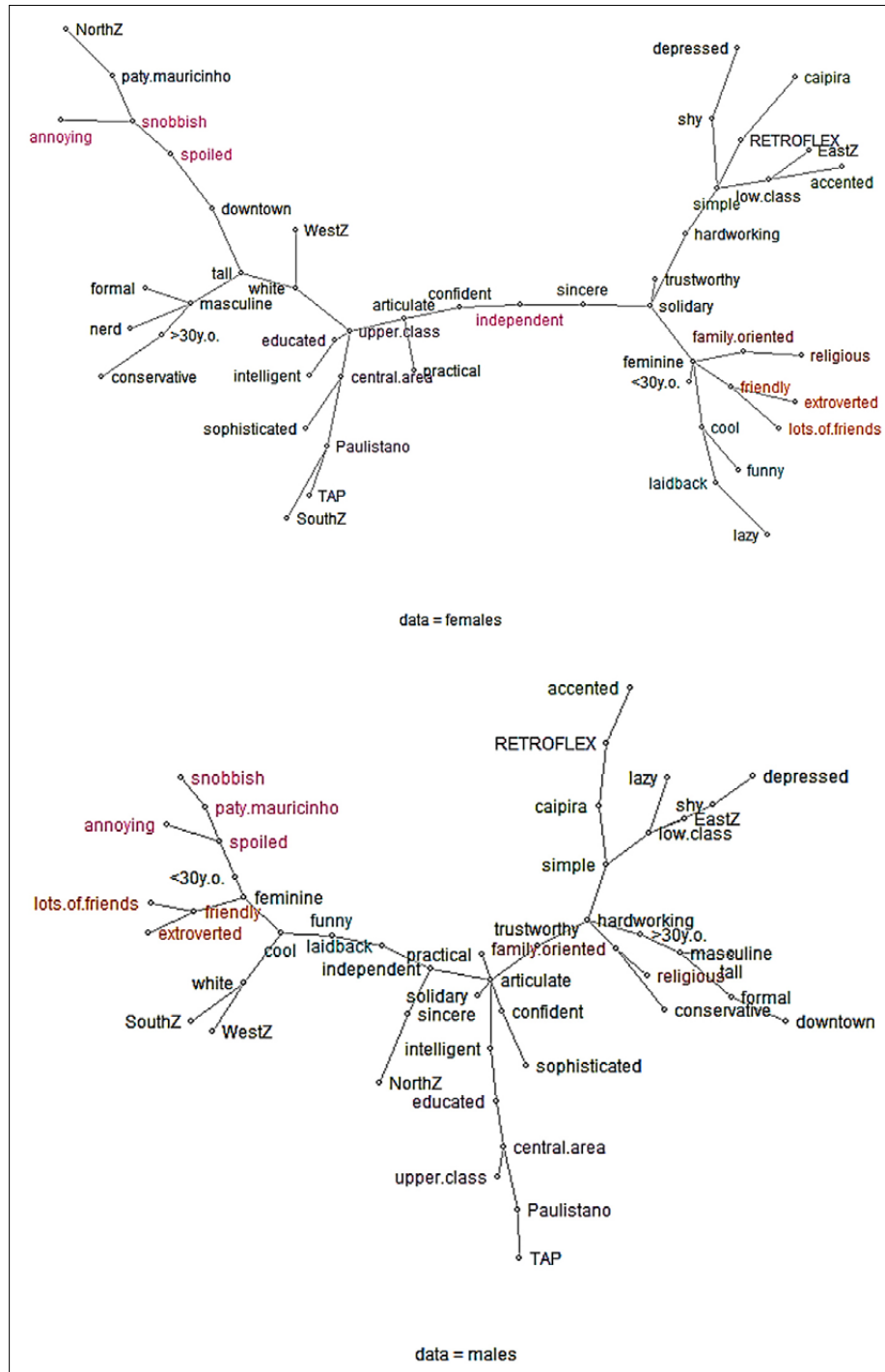
A Figura 5 corresponde aos dados das participantes mulheres (acima) e homens (abaixo). Na primeira se observa novamente que o tepe aparece próximo a “paulistano”, “região central”, “classe alta”, e o retroflexo a “caipira”, “simples” e “classe baixa”. O mesmo acontece para os homens, e na verdade para todos os subgrupos: paulistanos e não paulistanos, residentes de regiões centrais e periféricas.

O fato de que todos ou quase todos os grupos de ouvintes consistentemente associam o tepe a ser “paulistano”, de “região central” e de “classe alta”, e o retroflexo a ser “caipira”, com “sotaque” e “simples”, pode explicar por que essas são as correlações mais fortes com a variável /r/, e representam os significados centrais das variantes.

Além desses *clusters* recorrentes próximos ao tepe e ao retroflexo, há outros termos que sempre aparecem juntos em todas as árvores. Um desses *clusters* é aquele que contém os termos “patricinha/mauricinho”, “metida”, “mimada” e “irritante”; outro *cluster* contém os termos “extrovertido”, “amigável” e “ter amigos”; outro é ser “religioso” e “ligado à família”; e outro ainda

é ser “desencanado”, “descolado” e “engraçado”. Esses *clusters* podem ser observados nas Figuras 4 e 5. Trata-se de características que “andam juntas”, embora não tenham o mesmo significado. Essas relações emergiram das respostas dos questionários de 185 participantes e não da intuição de um ou poucos pesquisadores.

Figura 5 – Campos indexicais da variável /r/ em São Paulo por gênero do ouvinte (acima: mulheres; abaixo: homens)



Fonte: Oushiro (2019, p. 1771).

Essas figuras dão pistas de como funcionam o campo indexical de variáveis linguísticas e os mecanismos de associação de certas formas linguísticas a determinados significados sociais. Pode-se sugerir que esses *clusters* de significados ideologicamente relacionados existem “no mundo”, independentemente de haver uma associação com um traço linguístico específico. Os residentes de São Paulo normalmente associam as patricinhas com ser metida, mimada e irritante. Mas o modo como esses *clusters* estão ligados a diferentes nós em diferentes árvores pode explicar e prever quais significados sociais são mais disponíveis para ser atribuídos a certa variante, por parte de diferentes grupos, e quais têm maior probabilidade de vir a se associar a certo significado social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltemos às perguntas colocadas inicialmente: por que os linguistas têm enfrentado tantas dificuldades na divulgação de seus estudos e de sua perspectiva sobre o funcionamento das línguas? Por que a sociedade, de modo geral, continua se pautando quase que exclusivamente pelas prescrições da gramática normativa?

Vimos que as pessoas têm a capacidade de fazer diversas inferências sobre outras pessoas, de modo quase automático. As inferências feitas com base em pistas linguísticas, ao ouvir um falante, fazem parte de nosso conhecimento linguístico, como membros de comunidades de fala. As inferências podem estar corretas ou erradas, mas isso não importa: elas são feitas de modo automático e inconsciente. Certas associações estão tão arraigadas que não são fáceis de ser desconstruídas. De um ponto de vista mecânico, de como funcionam essas associações, ouvir uma pessoa e concluir que ela é de classe mais baixa pode ser tão automático quanto concluir que ela é paulista, carioca ou nordestina. Os diferentes significados atribuídos a variantes linguísticas se organizam em campos indexicais (ECKERT, 2008) – *clusters* de significados sociais ideologicamente conectados. Ao estudar sistematicamente as avaliações e as percepções, percebemos que, assim como a produção linguística é variável e exibe heterogeneidade ordenada, também as percepções são variáveis e ordenadas: as percepções variam de acordo com uma variante ouvida e, também, de acordo com o perfil social do ouvinte. São muitas variáveis que entram em jogo.

As Árvores de Mínimas Distâncias (GOWER; ROSS, 1969; OUSHIRO, 2019) são um método replicável e objetivo para representar graficamente quais significados estão ideologicamente conectados, quais são mais próximos entre si e quais têm maior probabilidade de ser atribuídos a certos traços linguísticos. Propõe-se aqui que é necessário modelar essas associações e descobrir quais delas ocorrem e quais delas não ocorrem, a fim de entender o funcionamento dos estereótipos e dos preconceitos linguísticos. A análise dos mecanismos pelos quais os falantes de uma língua realizam inferências sobre outros falantes pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias mais eficazes para o ensino da variação e para a valorização da diversidade linguística.

Entretanto, sabendo que as inferências são muitas vezes inconscientes e dependem da experiência linguística dos falantes/ouvintes, faz-se também necessário amadurecer o discurso sobre o preconceito linguístico. Não basta dizer aos falantes que não se pode ter preconceito linguístico, uma vez que, imbuídos de uma série de preconceções e de conhecimento sobre sua própria língua – de sua competência comunicativa, nos termos de Hymes (1991) –, fazemos inferências sobre as outras pessoas o tempo inteiro – e as pistas linguísticas são só um tipo dentre várias outras (o modo de se vestir, a cor da pele etc.). Explicita-se que aqui não se quer *justificar* o preconceito: todo e qualquer tipo de preconceito deve ser combatido. Os caminhos para combater o preconceito devem passar pela compreensão mais abrangente de como funcionam os mecanismos de inferências au-

tomáticas e inconscientes realizadas pelos falantes/ouvintes, e pelo reforço do ensino do respeito linguístico (SCHERRE, 2020), que parece ser, com efeito, uma estratégia mais eficaz do que simplesmente tentar combater o preconceito.

## REFERÊNCIAS

- BATTISTI, E.; OLIVEIRA, S. G. de. Significados sociais do *ingliding* de vogais tônicas no português falado em Porto Alegre (RS). *Todas as Letras*, v. 18, n. 2, p. 14-29, 2016.
- BRANDÃO, S. Nas trilhas do -R retroflexo. *Signum: Estudos Linguísticos*, v. 10, n. 2, p. 265-283, 2007.
- BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*, 2014. Disponível em: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>. Acesso em: 25 set. 2019.
- CALLOU, D.; MORAES, J.; LEITE, Y. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, I. G. V. *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp, 1996. v. VI, p. 463-489.
- CAMPBELL-KIBLER, K. *Listener perceptions of sociolinguistic variables: the case of (ing)*. 2006. 282 f. Tese (Doutorado) – Stanford University, 2006.
- CAMPBELL-KIBLER, K. The nature of sociolinguistic perception. *Language Variation and Change*, v. 21, p. 135-156, 2009.
- ECKERT, P. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.
- FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”. *Signo y Señã*, v. 28, p. 65-87, 2015.
- FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. *Todas as Letras*, v. 18, n. 2, p. 64-84, 2016.
- GOWER, J. C.; ROSS, G. J. S. Minimum spanning trees and single linkage cluster analysis. *Journal of the Royal Statistical Society*, v. 18, n. 1, p. 54-64, 1969.
- HYMES, D. On communicative competence. In: BRUMFIT, C. J.; JOHNSON, K. (ed.). *The communicative approach to language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1991 [1979]. p. 5-26.
- LABOV, W. *The social stratification of english in New York City*. São Paulo: Cambridge University Press, 2006 [1966].
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, W. *Justice as a linguistic matter*. 2020. Palestra apresentada no ABRALIN ao vivo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=cr5tyw8\\_gT0&t=2828s](https://www.youtube.com/watch?v=cr5tyw8_gT0&t=2828s). Acesso em: 15 abr. 2021.

LAMBERT, W. E.; HODSON, R. C.; GARDNER, R. C.; FILLENBAUM, S. Evaluational reactions to spoken languages. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 60, n. 1, p. 44-51, 1960.

MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. O paulistano no mapa sociolinguístico brasileiro. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 973-1001, 2012.

OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. (Versão revisada).

OUSHIRO, L. A computational approach for modeling the indexical field. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 27, n. 4, p. 1737-1786, 2019.

OUSHIRO, L. Avaliações e percepções sociolinguísticas. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 50, n. 1, p. 318-336, 2021.

OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. A pronúncia do (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2013.

PRESTON, D. Language with an attitude. In: CHAMBERS, J. K.; SCHILLING, N. (ed.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Malden/MA: Wiley-Blackwell, 2013. p. 157-182.

PURNELL, T.; IDSARDI, W.; BAUGH, J. Perceptual and phonetic experiments on american english dialect identification. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 18, n. 1, p. 10-30, 1999.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2019. Disponível em: <http://www.R-project.org/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SCHERRE, M. M. P. *Respeito linguístico: contribuições da sociolinguística variacionista*, 2020. Palestra apresentada no ABRALIN ao vivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W4XqhsiB9I0>. Acesso em: 15 abr. 2021.

TYLER, J. C. Expanding and mapping the indexical field: rising pitch, the uptalk stereotype, and perceptual variation. *Journal of English Linguistics*, v. 43, n. 4, p. 284-310, 2015.

WALKER, A.; GARCIA, C.; CORTÉS, Y.; CAMPBELL-KIBLER, K. Comparing social meanings across listener and speaker groups: the indexical field of Spanish /s/. *Language Variation and Change*, v. 26, p. 169-189, 2014.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968]. Tradução de Marcos Bagno.





## AVALIAÇÃO DA VARIAÇÃO TER/HAVER EXISTENCIAIS E DA CONCORDÂNCIA VERBAL COM HAVER EXISTENCIAL NA LÍNGUA ESCRITA

EVALUATION OF *EXISTENTIAL TER/HAVER* VARIATION AND VERBAL  
 AGREEMENT WITH *EXISTENTIAL HAVER* IN THE WRITTEN LANGUAGE

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória\*

### RESUMO

Com o objetivo de analisarmos se há significados sociais positivos, negativos ou neutros associados ao uso dos verbos *ter* e *haver* em contextos existenciais na língua escrita, mensuramos as normas subjetivas de estudantes universitários do sertão alagoano em relação à variação *ter* e *haver* em sentenças existenciais e à variação na concordância verbal com *haver* existencial na escrita. Para tanto, recorreremos à Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]) e adotamos uma abordagem direta (FASOLD, 1996; MORENO FERNÁNDEZ, 1998), considerando sete parâmetros de julgamento social: formal, conservador, sofisticado, bonito, escrever bem, ler muito e nível de estudo. Os dados mostram uma avaliação mais neutra para o uso do verbo *ter*, mas uma avaliação mais positiva para a pluralização do verbo *haver* existencial. O uso do verbo *ter* é mais associado à escolarização mais baixa, não ser formal e não ser conservador, ao passo que a pluralização de *haver* é mais avaliada como formal, sofisticada e associada ao nível mais alto de estudo.

**Palavras-chave:** variação linguística; avaliação linguística; sentenças existenciais.

### ABSTRACT

*In order to analyze whether there are positive, negative or neutral social meanings associated with the use of the verbs *ter* and *haver* in existential contexts in the written language, we measure the subjective norms of university students from the Alagoas backlands in relation to the variation *ter* and *haver* in existential sentences and to the variation in verbal agreement with *haver* in writing. For that, we resorted to the Theory of Linguistic Variation (LABOV, 2008 [1972]) and adopted a*

\* Doutora em Linguística e professora da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6279-2379>



*direct approach (FASOLD, 1996; MORENO FERNÁNDEZ, 1998), considering seven parameters of social judgment: formal, conservative, sophisticated, beautiful, writing well, read a lot and study level. The data show a more neutral evaluation for the use of the verb ter, but a more positive assessment for the pluralization of the verb haver. The use of the verb ter is more associated with lower schooling, not being formal and not being conservative, whereas the pluralization of haver is more evaluated as formal, sophisticated and associated with the highest level of study.*

**Keywords:** *linguistic variation; evaluation linguistic; existential sentences.*

## INTRODUÇÃO

A língua é um sistema dotado de heterogeneidade ordenada, com a variação sendo entendida como um processo pelo qual duas ou mais formas linguísticas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial (LABOV, 2008 [1972]). No entanto, apesar de exibirem o mesmo valor de verdade, formas linguísticas em variação podem apresentar significados sociais diferentes a depender de quem usa, de que contextos são usadas, de como são julgadas pelos falantes e de a quem são associadas (FREITAG, 2018).

Isso significa considerar que a avaliação linguística é determinante para a constituição da identidade da comunidade e tem o poder de barrar ou acelerar uma mudança na língua, uma vez que avaliações negativas podem levar ao abandono de variantes e impedir o processo de mudança, mas avaliações positivas tendem a favorecer o curso da mudança. Portanto, “o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que tem que ser determinada diretamente” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 124).

Considerando que, na fala, *ter* é o existencial preferido nas variedades do português brasileiro (CALLOU; AVELAR, 2000; VITÓRIO, 2013; SOUZA, 2016; OLIVEIRA, 2017), mas, na escrita, *haver* é o existencial selecionado (CALLOU; DUARTE, 2005; AVELAR, 2006; VITÓRIO, 2012), bem como que *haver* pode ocorrer tanto no singular (3PS) quanto no plural (3PP) (CALLOU; AVELAR, 2013), analisamos como esses processos de variação na língua escrita são avaliados por estudantes universitários do sertão alagoano.

Para tanto, adotamos uma abordagem direta (FASOLD, 1996; GARRET; COUPLAND; WILLIAMS, 2003), através de um questionário de atitudes linguísticas, e consideramos sete parâmetros de julgamento social, a saber, *formal, conservador, sofisticado, bonito, escrever bem, ler muito e nível de estudo*. Nosso intuito é mensurar se, ao questionar o estudante universitário sobre o que ele pensa em relação ao uso desses verbos, estamos diante de contextos linguísticos variáveis que apresentam saliência social (FREITAG, 2018).

Para atingirmos os objetivos propostos, duas questões gerais foram formuladas: (i) estamos diante de contextos linguísticos variáveis que apresentam saliência social? (ii) teria o uso de *ter* e *haver3PP* um julgamento social negativo, uma vez que são variantes não contempladas na norma padrão? Tendo em vista que adotamos uma abordagem direta e focalizamos o uso dessas variantes na língua escrita, nossa hipótese é a de que haverá julgamentos sociais negativos associados ao uso de *ter* e *haver3PP* na escrita.

O artigo está estruturado em quatro partes além desta introdução e das considerações finais. Abordamos, a seguir, o que os estudos sociolinguísticos têm mostrado sobre o uso dos verbos *ter* e *haver* em sentenças existenciais; em seguida; apresentamos a metodologia adotada para coleta e análise dos dados; e, na seção seguinte, apresentamos e discutimos os resultados obtidos, mos-

trando, em um primeiro momento, o cômputo geral dos dados e, em seguida, os resultados de cada parâmetro considerado na pesquisa.

## AS SENTENÇAS EXISTENCIAIS COM *TER* E *HAVER*

Do ponto de vista da sociolinguística da produção, que tem por objetivo descrever padrões de recorrência de uma dada variante em uma dada comunidade, contribuindo para a caracterização do português brasileiro, muitos são os trabalhos sociolinguísticos que procuram mostrar quem usa *ter* e *haver existenciais* e em que contextos tais formas ocorrem, tanto na fala quanto na escrita (CALLOU; AVELAR, 2000; CALLOU; DUARTE, 2005; AVELAR, 2006; VITÓRIO, 2012, 2015; CARDOSO; MOTA, 2017; OLIVEIRA, 2017 entre outros).

Nas descrições observacionais da língua falada, os estudos apontam que *ter* é o verbo existencial mais frequente, mostrando indícios de um processo de mudança. No entanto, há restrições linguísticas e sociais que ainda favorecem o uso de *haver*: argumento interno com traço [+abstrato], verbos no tempo passado, como *aqui havia esperança*, falantes mais velhos e mais escolarizados. Os percentuais e as restrições descritas indicam direcionais que, do ponto de vista da produção, não há estigma quanto ao uso do verbo *ter*.

Outro direcional que indica que não há estigma quanto ao uso de *ter* em sentenças existenciais diz respeito ao uso dessa variante na língua escrita (AVELAR, 2006; VITÓRIO, 2015; MARINS; DUARTE, 2019). Gama, Saraiva e Almeida (2019) mostram que, na língua escrita, a depender da formalidade do gênero textual, há um *continuum* de variação, com o verbo *ter* mais frequente nos anúncios, diminuindo o seu percentual de uso nos gêneros notícias, crônicas jornalísticas, carta de leitor e teses e dissertações.

Em relação à concordância verbal com *haver existencial*, de modo geral, Bechara (2001), Cunha e Cintra (2001) e Azeredo (2008) pontuam que o verbo *haver* na acepção de existir é impessoal, não tem sujeito, logo é usado na 3PS, como “Na sala havia três quadros do pintor” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 129). Ao abordar a concordância com os verbos impessoais, Bechara (2001) também observa que “os exemplos literários que se encontram de tais verbos no plural não ganharam foros de cidade: Houveram alguns que aluminados da graça do Espírito Santo abraçaram o culto e a fé de Cristo [FE.1,I,20]” (p. 562).

No entanto, estudos linguísticos mostram que, além de *haver* concorrer com o verbo *ter* na acepção de existir, com o *ter* sendo o existencial na língua falada, esses verbos também ocorrem tanto na 3PS quanto na 3PP. Callou e Avelar (2013) pontuam que, em textos antigos das décadas de 1940 e 1950, há evidências da pluralização de *ter* e *haver existenciais*. Os autores também ressaltam que, durante um longo período da tradição gramatical, o complemento de *haver* era interpretado como sujeito, ocasionando a concordância verbal.

Vitório (2018) pontua que, embora os estudos restrinjam a pluralização de *haver* à língua falada, principalmente, quando o falante se encontra em um discurso mais monitorado, o fenômeno da pluralização das existenciais também ocorre na língua escrita, principalmente, na escrita mais monitorada veiculada em sites de notícias, mensagens na internet. A autora também aponta que há uma preferência pela pluralização de *ter* e *haver*, principalmente, no contexto formal (fala apresentando seminário), revelando uma avaliação social positiva.

Tomando por base essas pesquisas, analisamos se estudantes universitários associam significados sociais positivos, negativos ou neutros ao uso dessas variantes. Nosso foco recai sobre a língua escrita e partimos do pressuposto de que há uma maior sensibilidade relacionada ao uso da norma padrão, apresentando as variantes *haver* e *haver3PS* valores sociais mais positivos. *Haver*

e *haver3PS* são formas linguísticas mais associadas à língua escrita, sendo abonadas nos instrumentos normativos, logo são objetos de ensino nas escolas.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

Dotado de uma heterogeneidade ordenada, o sistema linguístico é composto por regras categóricas e regras variáveis. As regras variáveis se caracterizam por apresentar o mesmo significado referencial, mas podem possuir significados sociais diferentes, relacionados ao grau de consciência social dos falantes (LABOV, 2008 [1972]). Isso significa considerar que as formas linguísticas estão sujeitas à valorização social, que se relaciona a diferentes fatores, como origem geográfica, classe social, situação comunicativa e atitudes linguísticas.

Entendida como “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante” (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 78), a atitude, nos estudos socio-linguísticos, refere-se a todos os tipos de comportamento relacionados à linguagem (FASOLD, 1996) e pode ser aferida através do problema da avaliação. Importa investigar atitudes em relação a variedades de língua e a variantes linguísticas.

O problema da avaliação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]) procura analisar como um fenômeno linguístico variável é percebido em uma dada comunidade pelos seus membros, com a avaliação se relacionando a um caráter individual e social. Do ponto de vista do problema da avaliação, diferentes são as abordagens para mensurar o valor social das formas em variação. Garrett, Coupland e Williams (2003), ao discutirem atitudes linguísticas, apontam três caminhos: tratamento societal, abordagem direta e abordagem indireta.

Recorremos à abordagem direta, que, através de entrevistas ou questionários, consiste em perguntar abertamente como os falantes avaliam formas linguísticas (FASOLD, 1996; MORENO FERNÁNDEZ, 1998). Embora haja a possibilidade de essa técnica mascarar a avaliação linguística, uma vez que os falantes podem fornecer respostas socialmente desejáveis, a depender do nível de consciência social da variante, é possível acessar as atitudes linguísticas empiricamente (GARRETT; COUPLAND; WILLIAMS, 2003).

Para tanto, elaboramos um questionário com quatro questões, conforme Quadro 1, que objetivam avaliar o uso de *haver*, *ter*, *haver3PS* e *haver3PP*. As questões foram respondidas tomando por base sete parâmetros de julgamento, conforme Quadro 2. Os estudantes julgavam cada variante focalizada para o critério em análise marcando uma das seguintes opções: *com certeza não*, *acho que não*, *não sei*, *acho que sim* e *com certeza*, com exceção do último parâmetro, que havia as opções ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Quadro 1 – Questionário de avaliação linguística

Na fala do dia a dia, para expressar a existência de alguém ou de alguma coisa, utilizamos tanto o verbo *ter*, como *amanhã tem duas palestras na universidade*, *hoje teve duas aulas*, quanto o verbo *haver*, como *há turmas lotadas aqui*, *houve uma prova hoje*. Os verbos *ter* e *haver* com sentido de existir também são usados na língua escrita em vários gêneros textuais.

1. Para você, o uso do verbo *haver* na língua escrita é ...
2. Para você, o uso do verbo *ter* na língua escrita é ...

(continuação Quadro 1)

Ainda em relação ao verbo *haver* em sentenças existenciais na língua escrita, é possível o seu uso tanto no singular, como *havia três professores na banca de TCC, houve dois seminários*, quanto no plural, como *havam dois alunos na sala, houveram notas boas na disciplina*.

3. Para você, o uso do verbo *haver* no singular na língua escrita é ...

4. Para você, o uso do verbo *haver* no plural na língua escrita é ...

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 – Instrumento de coleta dos julgamentos das variantes em estudo

1. formal

( ) com certeza não ( ) acho que não ( ) não sei ( ) acho que sim ( ) com certeza

2. conservador

( ) com certeza não ( ) acho que não ( ) não sei ( ) acho que sim ( ) com certeza

3. sofisticado

( ) com certeza não ( ) acho que não ( ) não sei ( ) acho que sim ( ) com certeza

4. bonito

( ) com certeza não ( ) acho que não ( ) não sei ( ) acho que sim ( ) com certeza

5. sinônimo de escrever bem

( ) com certeza não ( ) acho que não ( ) não sei ( ) acho que sim ( ) com certeza

6. sinônimo de ler muito

( ) com certeza não ( ) acho que não ( ) não sei ( ) acho que sim ( ) com certeza

7. associado a que nível de estudo

( ) ensino fundamental ( ) ensino médio ( ) ensino superior

Fonte: elaboração própria.

Participaram da pesquisa 120 estudantes da Universidade Federal de Alagoas – *Campus Sertão*, que, após a assinatura do TCLE, responderam ao questionário.<sup>1</sup> Esses estudantes são naturais das regiões do sertão alagoano, possuem entre 18 e 40 anos e estão balanceados quanto ao sexo. A coleta dos dados foi realizada no referido *campus* e ocorreu entre os meses de abril e junho de 2018. Participaram voluntariamente da pesquisa estudantes de diferentes cursos de graduação ofertados pelo *Campus* do Sertão, com exceção de estudantes de Letras.

Para a análise dos dados, validamos 98 questionários para a variação *ter* e *haver* em sentenças existenciais e 117 questionários para a variação da concordância verbal com *haver existencial*, procedemos dessa forma porque houve questionários que não apresentavam todas as respostas. Também atribuímos notas em uma escala de 1 a 5 às respostas dadas em relação à variante julgada para cada parâmetro considerado. Assim, consideramos 1 para *com certeza não*, 2 para *acho que não*, 3 para *não sei*, 4 para *acho que sim* e 5 para *com certeza*.

Nessa escala proposta, se a mediana for 4 ou 5, consideramos uma avaliação positiva; por outro lado, se a mediana for 1 ou 2, consideramos uma avaliação negativa; e se a mediana for 3,

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte do projeto *A Língua Usada no Sertão Alagoano*, submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas e por ele aprovado sob número de parecer 1.073.208.

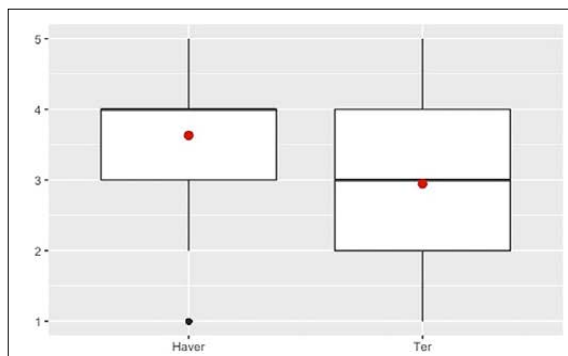
consideramos um julgamento neutro.<sup>2</sup> Em relação ao parâmetro *nível de estudo*, a análise foi realizada tomando por base a associação do uso das variantes *haver*, *ter*, *haver3PS* (doravante, HaverVS) e *haver3PP* (doravante, HaverVP) aos níveis de estudo elencados no questionário: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Para mensurarmos os valores sociais associados às variantes analisadas, além da estatística descritiva dos dados, testamos a significância de cada parâmetro analisado, a partir do R, com o teste de *Wilcoxon*. O teste de *Wilcoxon* é uma versão não paramétrica do teste T pareado, que compara até dois grupos dependentes (ou pareados), que foram avaliados por meio de uma variável qualitativa ordinal (um atributo ou qualidade), que pode ser ordenada. Quando há significância estatística dos dados, o *p-valor* é menor que 0,05 ( $p < 0,05$ ).

## DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

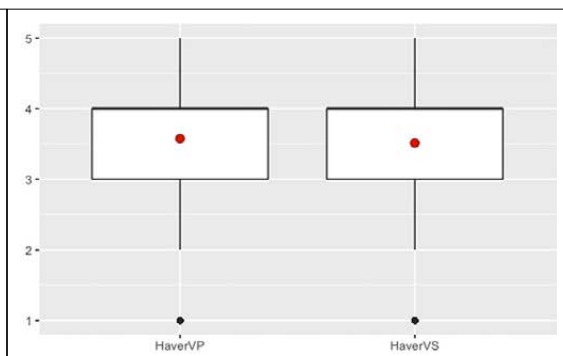
Considerando os parâmetros *formal*, *conservador*, *sofisticado*, *bonito*, *escrever bem* e *ler muito*, obtivemos, para a variação *ter/haver existenciais*, 1176 julgamentos a partir das notas atribuídas nos 98 questionários, ao passo que, para a variação da concordância com *haver existencial*, obtivemos 1404 julgamentos a partir das notas atribuídas nos 117 questionários. Os dados mostram, conforme gráficos 1 e 2, uma avaliação mais neutra para o verbo *ter existencial*, mas uma avaliação positiva para a pluralização de *haver* – *HaverVP*.

Gráfico 1 – variação ter/haver existenciais



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 – variação concordância haver



Fonte: elaboração própria.

Em relação à variação *ter/haver existenciais* ( $p < 2.2e-16$ ), conforme Gráfico 1, observamos que, para *haver*, a concentração das notas está entre 3 e 4, com mediana 4 – *acho que sim*; ao passo que, para *ter*, a concentração das notas está entre 2 e 4, com mediana 3 – *não sei*, sinalizando que *haver* é o existencial bem mais avaliado, mas não há uma avaliação tão negativa para o uso do verbo *ter*, que recebe um julgamento mais neutro, não confirmando a nossa hipótese de que haveria uma avaliação mais negativa para o uso de *ter* na escrita.

No que diz respeito ao padrão de concordância verbal com o verbo *haver* ( $p = 0.3618$ ), observamos, conforme gráfico 2, que os julgamentos para *HaverVP* e *HaverVS* se concentram entre as notas 3 e 4, com mediana 4 – *acho que sim*. Esses dados mostram que não há uma avaliação negativa para a pluralização de *haver*, contrariando a nossa hipótese de que *HaverVP* receberia

<sup>2</sup> Chamamos de positivo ou negativo tendo em vista a escala Likert.

uma avaliação social negativa, bem como sinalizam que a variação no padrão de concordância verbal com *haver* é um contexto variável não saliente socialmente.

Em relação aos parâmetros analisados – *formal*, *conservador*, *sofisticado*, *bonito*, *escrever bem*, *ler muito* e *nível de estudo* – observamos, conforme tabela 1, que, para a variação *ter/haver existenciais*, os parâmetros foram significativos, com valores de *p* menores que 0,05 ( $p < 0,05$ ), mas, para a variação na concordância verbal com *haver*, observamos uma aleatoriedade, com valores de *p* maiores que 0,05 ( $p > 0,05$ ), mostrando que, na comunidade, esses parâmetros não interferem na avaliação desse contexto variável.

Tabela 1 – Relevância estatística dos parâmetros testados para cada variável

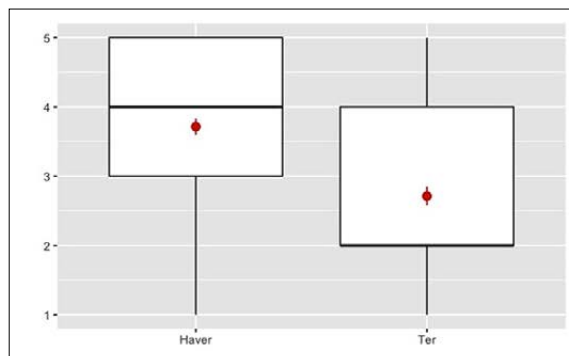
Parâmetros	Variação <i>ter/haver</i> existenciais	Variação CV com <i>haver</i>
formal	$p\text{-valor} = 2.48\text{e-}07$	$p\text{-valor} = 0.8271$
conservador	$p\text{-valor} = 0.004864$	$p\text{-valor} = 0.1203$
sofisticado	$p\text{-valor} = 0.0001004$	$p\text{-valor} = 0.5832$
bonito	$p\text{-valor} = 7.443\text{e-}07$	$p\text{-valor} = 0.6378$
escrever bem	$p\text{-valor} = 7.289\text{e-}08$	$p\text{-valor} = 0.7029$
ler muito	$p\text{-valor} = 0.0001048$	$p\text{-valor} = 0.6065$
nível de estudo	$p\text{-valor} = 9.896\text{e-}05$	$p\text{-valor} = 0.1486$

Fonte: elaboração própria.

Para o parâmetro *formal*, observamos, em relação à variação *ter* e *haver*, conforme gráfico 3, que, para *haver*, as notas se concentram entre 3 e 5, com mediana 4 – *acho que sim*, com valor mínimo de 1, ao passo que, para *ter*, as notas estão concentradas entre 2 e 4, com mediana 2 – *acho que não*, com valores mínimo e máximo de 1 e 5, respectivamente. Esses resultados sinalizam que o uso de *haver* na escrita é formal, mas o uso de *ter* não é formal, indicando que essa variante é mais associada a um uso informal nessa modalidade da língua.

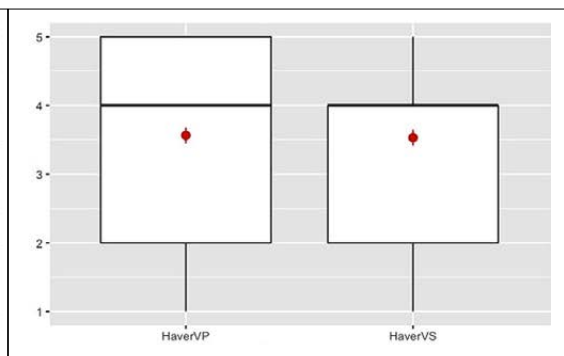
Quanto à concordância verbal com *haver*, observamos, conforme gráfico 4, que, tanto para *HaverVP* quanto para *HaverVS*, a mediana é 4 – *acho que sim*, revelando formalidade no uso. No entanto, para *HaverVP*, as notas estão concentradas entre 2 e 5, ao passo que, para *HaverVS*, as notas se concentram entre 2 e 4, mostrando uma avaliação mais positiva para a pluralização. Esses dados, associados à não significância desse parâmetro ( $p = 0.8271$ ), revelam que a pluralização de *haver* na escrita não é associada a um uso informal.

Gráfico 3 – variação *ter/haver existenciais*



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 4 – variação concordância *haver*



Fonte: elaboração própria.

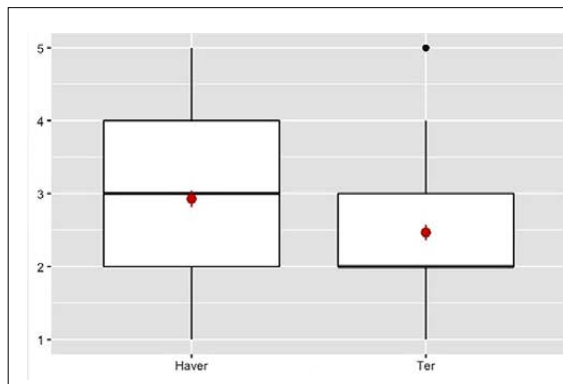
Para o parâmetro *conservador*, em relação à variação *ter/haver*, observamos, conforme gráfico 5, que, para *haver*, as notas estão concentradas entre 2 e 4, com mediana 3 – *não sei e*



valores mínimo e máximo de 1 e 5, respectivamente, sinalizando uma neutralidade quanto ao uso para esse parâmetro. Para *ter*, por sua vez, as notas se concentram entre 2 e 3, com mediana 2 – *acho que não* e valores mínimo e máximo de 1 e 4, respectivamente, mostrando uma avaliação negativa, pois não é conservador fazer uso do verbo *ter* na escrita.

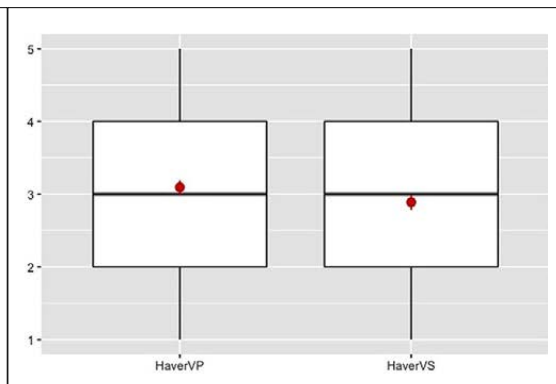
Em relação à concordância verbal com *haver*, observamos, conforme Gráfico 6, que houve um mesmo julgamento para *HaverVP* e *HaverVS*, com notas concentradas entre 2 e 4 e medianas 3 – *não sei*. Apesar da relação entre o parâmetro conservador e a variação na concordância de *haver* não ser significativa ( $p = 0.1203$ ), não há aqui uma avaliação negativa para a pluralização de *haver*, mas uma avaliação neutra. Os dados sinalizam que não há uma associação entre uso não conservador e a pluralização do verbo *haver* na língua escrita.

Gráfico 5 – variação *ter/haver* existenciais



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 6 – variação concordância *haver*



Fonte: elaboração própria.

Para o parâmetro *sofisticado*, verificamos, conforme Gráfico 7, que, para *haver*, as notas se concentram entre 3 e 4, com mediana 4 – *acho que sim* e valores mínimo e máximo de 2 e 5, respectivamente, mostrando ser sofisticado o uso dessa variante na escrita. Quanto ao uso de *ter*, observamos que as notas estão concentradas entre 2 e 3, com mediana 3 – *não sei* e valores mínimo e máximo de 1 e 4, respectivamente, revelando uma avaliação neutra para o uso de *ter*. Esses dados mostram ser mais sofisticado o uso de *haver* na escrita.

Em relação à concordância com *haver*, apesar de a relação entre o parâmetro e a variável ser aleatória, observamos, conforme Gráfico 8, que, tanto para *HaverVP* quanto para *HaverVS*, a mediana é 4 – *acho que sim*, mostrando uma avaliação positiva. No entanto, para *HaverVP*, as notas se concentram entre 3 e 4 e valores mínimo e máximo de 2 e 5, respectivamente, ao passo que, para *HaverVS*, as notas se concentram entre 2 e 4 e valores mínimo e máximo de 1 e 5, respectivamente, sugerindo que a pluralização de *haver* tem uma avaliação mais positiva.

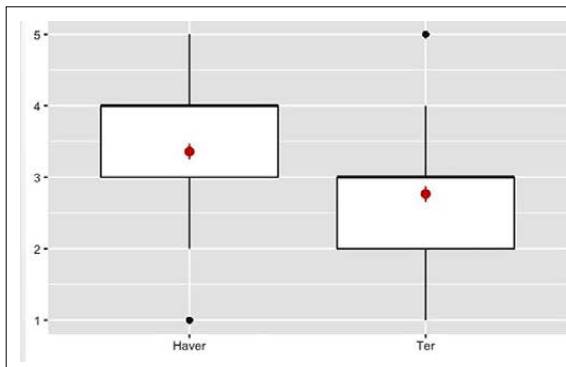
Para o parâmetro *bonito*, quanto à variação *ter/haver*, observamos, conforme Gráfico 9, que, para *haver*, as notas estão entre 3 e 5, com mediana 4 – *acho que sim* e valor mínimo de 1, ao passo que, para *ter*, as notas se concentram entre 2 e 4, com mediana 3 – *não sei* e valores mínimo e máximo de 1 e 5, respectivamente. Esses dados mostram uma avaliação positiva para o uso de *haver*, mas uma avaliação mais neutra para o uso de *ter*, revelando, assim, que não há uma avaliação negativa quanto ao uso de *ter* para esse parâmetro.

Em relação à concordância com *haver*, observamos, conforme gráfico 10, que as normas subjetivas dos estudantes são iguais para *HaverVP* e *HaverVS*, apresentando o mesmo padrão de julgamento social: o uso das variantes é bonito. As notas se concentram entre 3 e 5, com mediana 4 – *acho que sim*. Se considerarmos que as variantes linguísticas tendem a ser avaliadas socialmente



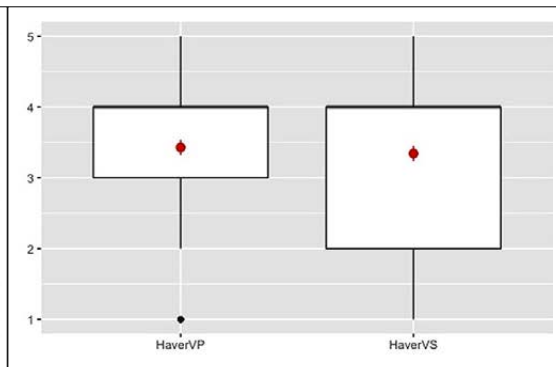
como bonitas ou feias, os dados sugerem que o uso de *HaverVP* é visto como bonito, sinalizando que há uma avaliação positiva para a pluralização de *haver*.

Gráfico 7 – variação *ter/haver* existenciais



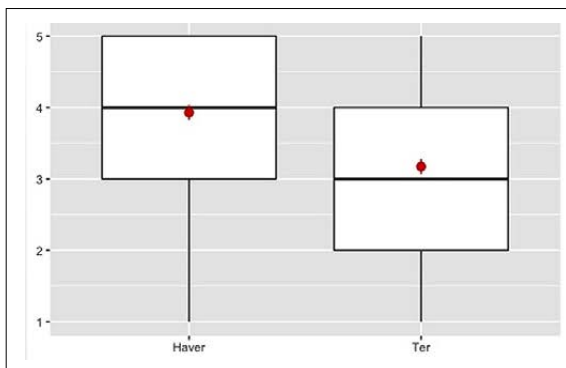
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 8 – variação concordância *haver*



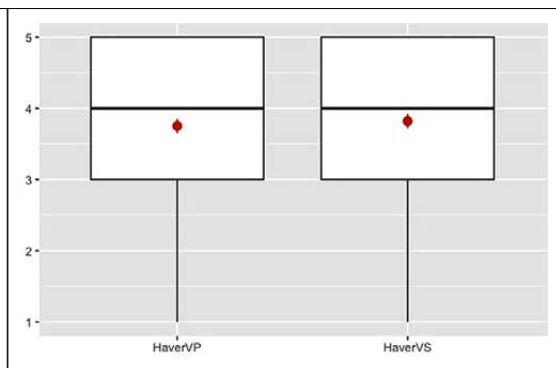
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9 – variação *ter/haver* existenciais



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 10 – variação concordância *haver*



Fonte: elaboração própria.

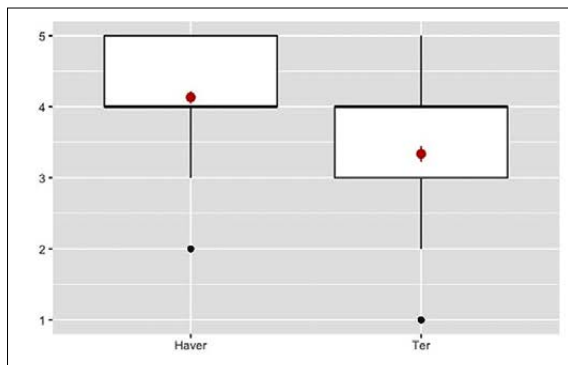
Para o parâmetro *escrever bem*, observamos, conforme Gráficos 11 e 12, que as variantes apresentam mediana 4 – *acho que sim*, associando o uso dessas formas linguísticas a escrever bem. No entanto, para a variação *ter* e *haver* existenciais, observamos, conforme Gráfico 11, que o verbo *haver* recebe uma avaliação mais positiva. Para o verbo *haver*, as notas se concentram entre 4 e 5, com valor mínimo de 3, ao passo que, para o verbo *ter*, as notas estão entre 3 e 4, com valores mínimo e máximo de 2 e 5, respectivamente.

Em relação à concordância verbal com *haver*, observamos, conforme Gráfico 12, um mesmo julgamento social, com as notas concentradas entre 4 e 5 e valores mínimo e máximo de 3 e 5, respectivamente. Se considerarmos que os manuais de ensino pontuam que, para escrever bem, é preciso seguir as normas de prescrição da língua, com *HaverVS* sendo a forma recomendada, observamos que o uso de *HaverVP* é considerado sinônimo de escrever bem, mostrando assim uma avaliação positiva para a pluralização de *haver*.

Em relação ao parâmetro *ler muito*, observamos, conforme Gráfico 13, que, tanto para *haver* quanto para *ter*, as notas se concentram entre 3 e 4, com valores mínimo e máximo de 2 e 5, respectivamente. No entanto, para o verbo *haver*, a mediana é 4 – *acho que sim*, ao passo que, para o verbo *ter*, a mediana é 3 – *não sei*, mostrando uma avaliação mais positiva para o verbo *haver*.

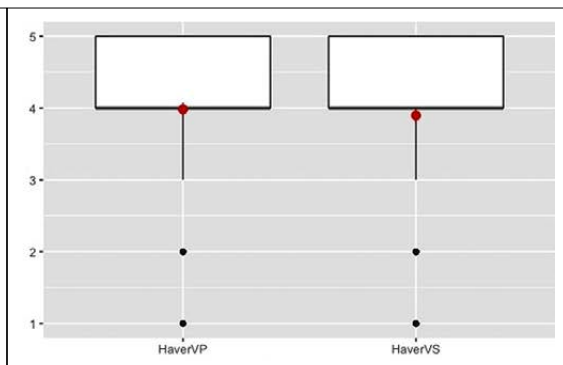
e uma avaliação mais neutra para o verbo *ter*. Esses dados indicam que o uso de *haver* em sentenças existenciais na língua escrita tende a ser mais associado ao ato de ler.

Gráfico 11 – variação ter/haver existenciais



Fonte: elaboração própria.

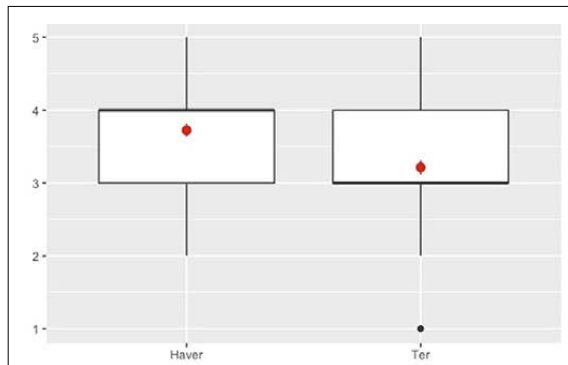
Gráfico 12 – variação concordância haver



Fonte: elaboração própria.

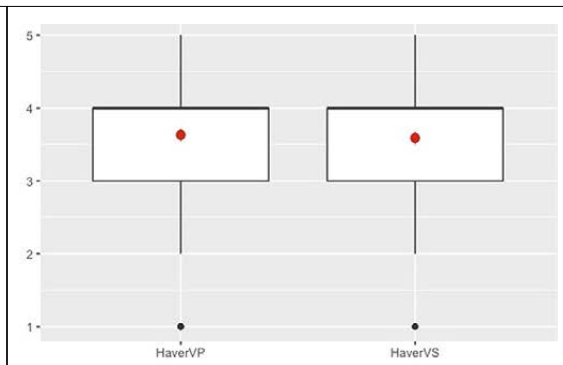
Quanto à concordância com *haver*, observamos, conforme Gráfico 14, que *HaverVP* e *HaverVS* apresentam o nível de concordância entre 3 e 4, com mediana 4 – *acho que sim* e valores mínimo e máximo de 2 e 5, respectivamente, indicando um mesmo julgamento social. Se considerarmos a crença de que a leitura capacita o indivíduo a escrever bem e escrever melhor, com os adjetivos bem e melhor sendo associados a formas contempladas nos manuais de ensino, inferimos que há uma avaliação positiva para a pluralização de *haver* na escrita.

Gráfico 13 – variação ter/haver existenciais



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 14 – variação concordância haver



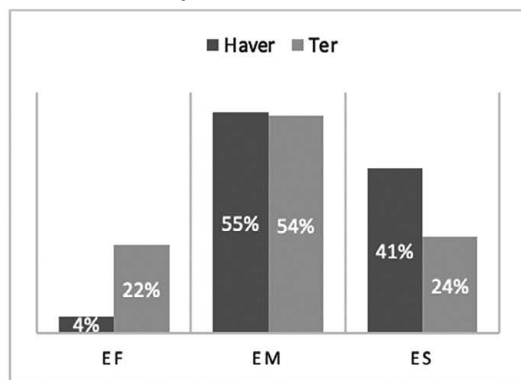
Fonte: elaboração própria.

Quanto ao parâmetro *nível de estudo*, partimos do pressuposto de que haveria uma correlação na avaliação dos estudantes: maior nível de estudo, maior associação das variantes *haver* e *HaverVS*, uma vez que a escola promove mudanças nos usos linguísticos. Para a variação *ter* e *haver*, conforme Gráfico 15, observamos que as diferenças estão entre ensino fundamental (EF), com uma maior associação do uso de *ter* – 22% contra 4% de *haver*, e ensino superior (ES), com uma maior associação do uso de *haver* – 41% contra 24% de *ter*.

Em relação à concordância com *haver*, conforme Gráfico 16, observamos que as diferenças estão entre os níveis ensino médio (EM) e ensino superior (ES). Para o EM, verificamos uma associação maior de *HaverVS* – 55% contra 35% de *HaverVP*, ao passo que, para o ES, é mais associado o uso de *HaverVP* – 54% contra 37% de *HaverVS*. Esses dados mostram que a plurali-

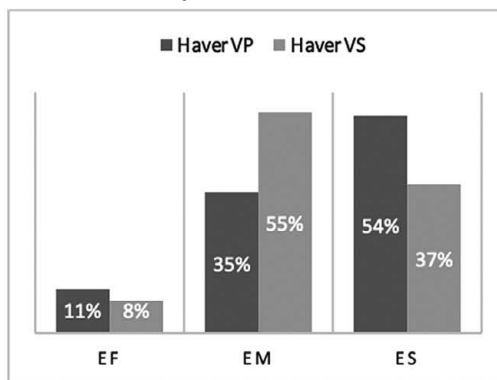
zação de *haver*, como *havam pessoas na sala*, é mais associada ao nível de estudo mais elevado, revelando uma avaliação positiva para essa variante.

Gráfico 15 – variação *ter/haver* existenciais



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 16 – variação concordância *haver*



Fonte: elaboração própria.

Ao considerarmos como questão de pesquisa se o uso de *ter* e *haverVP* na escrita receberia avaliação social negativa, uma vez que aferimos diretamente o que pensam estudantes universitários sobre o uso dessas variantes, observamos que, em relação ao uso de *ter*, predomina uma avaliação mais neutra. Ao verbo *ter* são associados julgamentos como não ser formal e não ser conservador, corroborando os dados de produção que mostram que o seu uso tende a se implementar, na língua escrita, em gêneros textuais mais informais.

Também observamos que *ter* é mais associado à escolarização mais baixa, o que nos remete a discussão sociolinguística de que quanto menor a escolarização maior é o percentual da variante inovadora. Como o processo de avaliação das formas linguísticas em comunidades letradas tende a ser motivado também por instrumentos normativos, como gramáticas, livros didáticos, que procuram apresentar as normas de bom uso da língua, acreditamos que isso também se relacione aos dados que associam *haver* a falantes que possuem o ensino superior.

Em relação à concordância verbal com *haver*, apesar da não significância estatística dos parâmetros testados, acreditamos que esses dados, associados à análise da estatística descritiva, sinalizam que não há estigma na comunidade quanto à pluralização de *haver* na escrita. Nossos dados mostram uma avaliação equivalente para as variantes analisadas quanto aos critérios *conservador*, *bonito*, *escrever bem* e *ler muito*, mas uma avaliação mais positiva para a pluralização de *haver* quanto aos parâmetros *formal* e *sofisticado*.

As normas subjetivas dos estudantes também sinalizam que quanto maior o nível de escolarização, maior a associação ao uso da variante *HaverVP*. Considerada um processo de hipercorreção, a pluralização de *haver existencial* parece gerar um certo prestígio social entre os estudantes, sendo avaliada mais positivamente. Esses dados parecem sinalizar que há um processo de extensão do valor social associado à concordância verbal à pluralização de *haver*, que, nas variedades urbanas do português brasileiro, tende a receber um valor social positivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mensuramos as normas subjetivas de estudantes universitários do sertão alagoano quanto à variação *ter/haver existenciais* e à variação na concordância verbal com *haver existencial*. Para tanto, recorremos à Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2008 [1972]), que pontua que a

avaliação linguística é uma propriedade importante do processo de mudança, e adotamos uma abordagem direta, considerando sete parâmetros de avaliação: *formal*, *conservador*, *sofisticado*, *bonito*, *escrever bem*, *ler muito* e *nível de estudo*.

Para a variação *ter* e *haver* em sentenças existenciais, os resultados mostram que *ter* tende a ser mais associado ao nível de escolarização mais baixo, bem como a não ser formal e não ser conservador usá-lo na escrita, o que pode estar relacionado a uma maior sensibilidade dos estudantes às normas que regem o padrão escrito formal. Quanto aos parâmetros *sofisticado*, *bonito* e *ler muito*, observamos um comportamento neutro e uma avaliação positiva para *escrever bem*. Esses dados indicam que não há estigma quanto ao uso de *ter* na escrita, mas uma avaliação que pode ser entendida como um marcador linguístico.

Quanto à concordância verbal com *haver existencial*, os dados sinalizam que há uma avaliação social positiva à pluralização de *haver*, principalmente no que se refere aos critérios *formal*, *sofisticado* e *escolaridade*, revelando que o uso de *HaverVP* é mais avaliado como formal, sofisticado e associado ao nível mais alto de estudo – ES. Esses resultados nos levam a pensar que há aqui um processo de extensão do valor social de prestígio associado à marcação de concordância verbal à realização da pluralização de *haver existencial*, o que poderia justificar a escolha dessa variante em contextos formais de uso da língua escrita.

Essas considerações são ainda questões que vêm sendo formuladas e testadas em relação a esses contextos linguísticos variáveis. No entanto, acreditamos que a abordagem de como as variantes são percebidas pelos falantes contribuem para mostrar o nível de consciência social de um dado fenômeno linguístico variável, revelando que a análise de dados de produção e dados de percepção possibilita uma maior compreensão do processo de variação, pois ajuda a desvelar os valores sociais associados às variantes e os rumos da mudança.

## REFERÊNCIAS

- AVELAR, J. Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/em* no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 4, p. 99-144, 2006.
- AZEREDO, J. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Revista Gragoatá*, n. 9, p. 85-100, 2000.
- CALLOU, D.; AVELAR, J. *Ter/Haver: constructions and verbal agreement*. In: MOTA, M. A.; VIEIRA, S. R. (ed.). *Journal of Portuguese Linguistics*, v.12, n. 2, p. 187-208, 2013.
- CALLOU, D.; DUARTE, E. A fixação do verbo *ter* em contextos existenciais. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2005.
- CARDOSO, S.; MOTA, J. Estudos geolinguísticos: caminhos seguidos no território brasileiro. *Linguística*, v. 33-1, 2017, p. 89-105.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FASOLD, R. *La sociolingüística de la sociedad: introducción a la sociolingüística*. Madrid: Visor, 1996.

- FREITAG, R. Saliência estrutural, distribucional e sociocognitiva. *Acta Scientiarum Language and Culture*, v. 40, n. 2, p. 1-10, 2018.
- GAMA, D.; SARAIVA, E.; ALMEIDA, M. Tem variação entre as formas impessoais *ter* e *haver* nas modalidades oral e escrita, em realizações da norma culta, do Português Brasileiro. In: VIEIRA, S.; LIMA, M. (org.). *Variação, gêneros textuais e ensino de Português: da norma culta à norma-padrão*. Rio de Janeiro: Letras UFRJ, 2019. p. 89-102.
- GARRETT, P.; COUPLAND, N.; WILLIAMS, A. *Investigating language attitudes: social meanings of dialect, ethnicity and performance*. University of Wales Press, Cardiff, 2003.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LAMBERT, W.; LAMBERT, E. *Psicologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARINS, J.; DUARTE, E. A substituição de haver por ter em sentenças existenciais no PB: a relação entre tempo verbal e traço semântico do argumento interno. In: GONÇALVES, E. (org.). *As construções existenciais em foco*. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 145-165.
- MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Espanha: Ariel Lingüística, 1998.
- OLIVEIRA, J. *Variação dos verbos ter e haver em sentenças existenciais no sertão alagoano*. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Delmiro Gouveia, Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, 2017.
- SOUZA, F. *Tem chance de haver ainda existir no falar popular? A variação dos verbos existenciais em amostra do NORPOFOR*. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.
- VITÓRIO, E. A alternância dos verbos ter e haver em construções existenciais na escrita jornalística. In: SINIEL, 2012, Recife. *Anais [...]*. Recife: 2012, p. 434-450.
- VITÓRIO, E. As construções existenciais com *ter* e *haver*: o que tem na fala e o que há na escrita. *Revista Domínios de Lingu@gem*, v. 7, n. 2, 2013, p. 71-89.
- VITÓRIO, E. A competição ter, haver e existir na escrita escolar. *Signum: Estudos de Linguagem*, Londrina, n. 18/1, 2015, p. 365-391.
- VITÓRIO, E. As construções existenciais e o problema da avaliação linguística. *Domínios da Lingu@gem*, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1825-1858, jul./set. 2018.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].



## MULTILINGUISMO NOS PALOP: PERFIL SOCIOLINGUÍSTICO E AVALIAÇÃO LINGUÍSTICA EM GUINÉ-BISSAU

### MULTILINGUALISM IN PALOP: SOCIOLINGUISTIC PROFILE AND LINGUISTIC EVALUATION IN GUINEA-BISSAU

Cássio Florêncio Rubio\*

#### RESUMO

Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o português encontra-se em situação de contato com outras idiomas e, em determinados contextos, com línguas étnicas, já presentes naqueles territórios em período pré-colonial. Considerando essas situações de contato linguístico, buscamos apresentar reflexões sobre o contexto sociolinguístico de falantes multilíngues de Guiné-Bissau, associando a caracterização sociolinguística da comunidade à avaliação das línguas em contato. Como subsídio teórico principal, amparamo-nos nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1966, 2008). Os resultados empregados na discussão provêm de corpus composto de 100 inquéritos coletados entre estudantes guineenses no Brasil e em Guiné-Bissau (RUBIO; CÁ, 2019; CÁ; RUBIO, 2019). Aponta-se, na comunidade, status elevado da língua portuguesa, apesar do emprego de outras línguas locais em situações do dia a dia. Constata-se uma divisão funcional de uso das línguas entre os falantes multilíngues inseridos nesta realidade.

**Palavras-chave:** multilinguismo; contato linguístico; Português; Crioulo guineense; línguas étnicas.

#### ABSTRACT

*In Portuguese-Speaking African Countries (PALOP), the Portuguese is in contact with other languages and, in certain contexts, with ethnic languages, already present in those territories in the pre-colonial period. Considering these situations of linguistic contact, we seek to present reflections on the sociolinguistic context of multilingual speakers from Guinea-Bissau, associating*

\* Professor Associado I do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre e doutor em estudos linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: cassiorubio@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6986-1381>

*the sociolinguistic characterization of the community with the evaluation of the languages in contact. As the main theoretical support, we employ the assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1966, 2008). The results employed in the discussion come from a corpus composed of 100 surveys collected among Guinean students in Guinea-Bissau and Brazil (RUBIO; CÁ, 2019; CÁ; RUBIO, 2019). The results show, in the community, a high status of the Portuguese language, despite the use of other local languages in everyday situations. There is a functional division in the use of languages among multilingual speakers inserted in this reality.*

**Keywords:** *multilingualism; linguistic contact; Portuguese; guinean creole; ethnic languages.*

## INTRODUÇÃO

A realidade sociolinguística de grande parte das comunidades monolíngues falantes de português no Brasil encontra-se hoje substancialmente descrita e reconhecida, ao menos em seus aspectos gerais, embora haja ainda a necessidade de que novos estudos sejam dedicados aos aspectos e usos particulares desses grandes grupos de usuários da língua portuguesa, que ainda estão por ser revelados.

Quando voltamos nossos olhos para a realidade linguística de outros países com presença da língua portuguesa, em especial, para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), constatamos que ainda são escassos os estudos que se dedicam à descrição das comunidades e de suas características. Poucas são as pesquisas sociolinguísticas que atestam que a realidade das comunidades daqueles países pode não ser de monolingüismo e de predomínio do português, mas sim de bilingüismo ou de multilingüismo e de predomínio de outras línguas. Em Guiné-Bissau, pequeno país da África Ocidental, apesar de a língua portuguesa constituir-se na única língua oficial e na “herança colonial” portuguesa, há uma realidade multilíngue notória, com diferentes línguas étnicas e com o guineense (também conhecido como crioulo guineense) coocorrendo junto da língua oficial.

O ainda desconhecimento (ou desconsideração) desse contexto tão evidente entre os guineenses pode ser comprovado pela não oficialização de outras línguas por parte do governo e, também, pelas pouquíssimas iniciativas de educação bilíngue ou multilíngue implementadas, onde predomina, no âmbito escolar, o ensino monolíngue do português.

Com a consideração desses apontamentos, propomos, neste texto, apresentar debate que propicie o conhecimento e o reconhecimento de realidade na qual uma língua, apesar de considerada majoritária, pode não figurar como mais empregada entre os membros da comunidade. Para além disso, a caracterização da comunidade permite reflexão para a oferta de ensino mais adequado à realidade linguística dos indivíduos e para a legitimação das línguas locais.

As reflexões reunidas aqui se originaram de observações empreendidas em contexto de internacionalização com os PALOP, no âmbito da docência e de investigação junto de estudantes africanos (principalmente da Guiné-Bissau), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e em escola de Ensino Secundário de Bissau, capital da Guiné-Bissau.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Subsidiar o texto resultados de pesquisas realizadas nos últimos 3 anos, as quais se dedicaram à investigação preliminar do perfil sociolinguístico e da avaliação linguística de guineenses (CÁ; RUBIO, 2019; RUBIO; CÁ, 2019).



A discussão que propomos, longe de apresentar-se como conclusiva, no que se refere à caracterização sociolinguística da comunidade, pretende apenas lançar mais luz sobre contexto ainda pouco explorado e instigar outros pesquisadores a se debruçarem sobre essa realidade, contribuindo para legitimação do multilinguismo em Guiné-Bissau.

O texto está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, apontamos as principais constatações advindas da experiência com estudantes guineenses, os quais, ensinaram as pesquisas sobre caracterização da comunidade. Na sequência, reunimos os pressupostos teóricos que amparam os estudos de viés sociolinguístico, principalmente, em contexto de contato linguístico. Posteriormente, apresentamos alguns resultados das investigações na comunidade, seguidos de nossas considerações finais.

## 1 REALIDADE LINGUÍSTICA DOS PALOP E DE GUINÉ-BISSAU – CONSTATAÇÕES PRELIMINARES

Como já mencionado, as experiências linguísticas e sociais da maioria dos falantes do português brasileiro, que têm essa como única língua de interação, seja em sua variedade culta ou popular, fazem com que se crie uma falsa concepção de realidade monolíngue para todos os países de língua portuguesa e, ainda, aponte-se uma tendência a crença de que todas as ex-colônias lusitanas possuem uma configuração comum.

No meio acadêmico e científico, os estudos centrados, em maior parte, em comunidades monolíngues e nas características das variedades empregadas por essas comunidades também apontam para essa visão, mesmo entre parte dos linguistas. São escassos os trabalhos que já identificaram e catalogaram a realidade multilíngue (ou mesmo bilíngue) de países lusófonos.

No Brasil, a partir dos anos 1970 e 1980, houve a proposição e criação de bancos de dados de fala, os quais se multiplicaram, nos anos seguintes, por todas as regiões brasileiras, seguindo-se um modelo de estratificação social com base nos pressupostos da Sociolinguística, o que permitiu, além da apresentação das características sociolinguísticas de determinada comunidade, a elaboração de estudos comparativos entre variedades. Esse modelo de pesquisa se mostrou bastante eficiente e eficaz ao seu propósito, fazer conhecer as variedades do português brasileiro e apontar possíveis tendências de variação e mudança.

O percurso natural para nós pesquisadores que trabalhamos com esse arcabouço de pesquisa é de aplicar o mesmo “modelo” de investigação a outras realidades nas quais a língua portuguesa é empregada, como, por exemplo, as comunidades linguísticas dos PALOP. Assim, o sociolinguista experienciado na realidade do português brasileiro, ao travar contato inicial com esses países, tende a propor a criação de bancos de dados de português falado, com estratificação social já reconhecidamente relevante no Brasil (considerando, dentre outras variáveis, escolaridade, idade, sexo, renda etc.). Desconhece-se, entretanto, o fato de o português não ser a única língua daqueles falantes e, dentre inúmeras peculiaridades, o fato de outros fatores extralinguísticos interferirem nos possíveis processos de variação, como, por exemplo, etnia e língua materna.

É possível notar, de antemão, que um estudo sociolinguístico “clássico”, com estratificação social e seleção de informantes, considerando-se, por exemplo, os que possuem o português como primeira língua, os que adquiriram a língua até os 5 anos etc., não lograria êxito em algumas comunidades.

Os primeiros contatos com comunidades bilíngues e multilíngues revelam uma realidade bastante divergente da realidade de falantes monolíngues do português brasileiro e suscitam outras questões e inquietações, que ultrapassam a descrição das características da língua portu-

guesa falada nesses contextos. Merece investigação, além (e talvez antes) da variação no português dos PALOP, a configuração linguística daqueles países, com a revelação das características do contexto de contato e convívio entre línguas, permitindo, por exemplo, que se compreenda que, apesar de oficial, o português pode não ser a língua de maior emprego e o idioma nacional em determinada comunidade.<sup>2</sup>

Nesse âmbito, o contato com africanos advindos dos PALOP revelou, preliminarmente, uma realidade na qual o português pode ser empregado junto de outras línguas étnicas africanas e, ainda, de crioulos de base portuguesa. Associado a isso, um contexto bastante visível de contato com outras línguas transplantadas para o continente africano, como o inglês e o francês, por exemplo.

Especificamente entre os falantes guineenses, houve a constatação observacional prévia de um contexto de multilinguismo, com apontamento do predomínio do emprego do guineense entre os falantes, além da menção à presença e uso das línguas étnicas no seio familiar, relegando o português a situações sociais específicas e ao ambiente escolar.

Essa configuração, proveniente do contato com alguns representantes da comunidade, proporcionou reflexão sobre o contexto de aquisição da língua portuguesa e sobre conhecimento da caracterização linguística daquela comunidade.

O convívio com falantes guineenses também denotou que os fenômenos variáveis em língua portuguesa não eram plenamente reconhecidos na comunidade e que, para compreensão da variação linguística, havia recorrência a outras línguas, como as étnicas e o guineense. Associada a isso, a sinalização de que a variação não era norteada por diferenças geográficas e sim por diversidade étnica.

Em resumo, as informações coletadas previamente junto dos guineenses residentes no Brasil e em Guiné-Bissau denotavam, naquela comunidade: i) falantes multilíngues, em sua maioria; ii) diferença entre língua oficial e língua nacional; iii) ensino de língua portuguesa como língua materna; iv) português sendo adquirido na escola, de forma tardia; v) menção às línguas étnicas e ao guineense como empregadas no seio familiar e nas demais situações sociais informais; vi) falta de reconhecimento da variação em língua portuguesa; e vii) desconsideração das línguas locais no ambiente escolar.

Esses subsídios prévios revelaram-se mais do que suficientes para que o foco de investigação deixasse de recair nas características da língua portuguesa empregada na comunidade, e se direcionasse para a caracterização sociolinguística dos falantes, levando-se em consideração aspectos relacionados ao contato e convívio entre as diferentes línguas, entre elas o português. Outro aspecto complementar a ser investigado relacionava-se à avaliação das línguas no contexto multilíngue, levando-se em conta o recente contexto de descolonização vivenciado pelo país.

## 2 SUBSÍDIOS PARA A INVESTIGAÇÃO DA COMUNIDADE

A caracterização do contato entre diferentes línguas e a heterogeneidade linguística são objetos de pesquisa da Sociolinguística, que compreende a língua em constante relação com a sociedade, influenciando-a e por ela sendo influenciada (LABOV, 1966, 2008). Segundo essa corrente teórica, a investigação irá se centrar sempre na língua inserida em um contexto social,

<sup>2</sup> Ressalte-se, nesse ponto, que não estamos deslegitimando os estudos já realizados e em realização sobre variedades do português em África. Diferentemente disso, compreendemos a importância e a necessidade de agendas de pesquisa concomitantes e complementares, que se dediquem à descrição do contexto sociolinguístico das comunidades, à caracterização das variedades africanas de língua portuguesa e à catalogação e descrição das línguas locais (étnicas e crioulos).

sendo empregada por usuários reais. Há, então, nessa concepção, heterogeneidade no indivíduo e em suas comunidades.

O olhar investigativo se direciona sempre para a coletividade e diversidade de situações em que a língua é empregada e para a observação das relações e valores sociais estabelecidos nas interações verbais. A Sociolinguística se interessa pelos padrões coletivos de comportamento linguístico observados em seu contexto efetivo de uso, as comunidades linguísticas. Não há um limite bem definido entre uma comunidade e outra, pois o emprego dos mesmos elementos linguísticos ou o mesmo comportamento linguístico não as definem, mas o compartilhamento de um conjunto de usos comuns, evidenciados também pelos comportamentos avaliativos (LABOV, 2008, p. 150).

As comunidades podem não somente apresentar comportamentos heterogêneos em relação aos usos de uma mesma língua, mas também em relação ao emprego de línguas diferentes, o que se verifica, por exemplo, em contextos de línguas em contato. Essa realidade é verificada, sobremaneira, em territórios com forte diversidade étnica ou de grande fluxo migratório, como de algumas regiões do continente africano.

Lucchesi (2008) reitera que o contato linguístico é uma prática que sempre ocorreu na história das línguas humanas e resulta do estabelecimento das relações de diferentes naturezas entre os povos que possuem línguas diferentes. O contato e convívio entre línguas tem também um papel promissor na formação dos pidgins e crioulos. O autor revela que as línguas pidgins e crioulas, que se originam do contato linguístico de falantes adultos de línguas diferentes, normalmente, têm um vocabulário que provém, em seu maior número, da língua do grupo dominante no contexto de contato e uma gramática advinda de línguas do grupo dominado (LUCCHESI, 2016, p. 73).

Em África, Petter (2015, p. 195) aponta que as línguas em contato irão assumir diferentes papéis em período pós-colonial. As ações e políticas dos governos têm consequência direta na seleção e hierarquização dos usos linguísticos, com línguas tidas como majoritárias sendo mais utilizadas e valorizadas, e com línguas minoritárias apresentando emprego mais restrito ao ambiente familiar sendo desprestigiadas e até desaparecendo. A autora enfatiza que, no contexto linguístico africano, a determinação das línguas das antigas colônias como oficiais motivou-se pelo fato de elas não possuírem “laço” com determinado povo ou etnia, sendo assim, serviriam como forma de instaurar a unidade nacional e de permitir comunicação entre diferentes comunidades no país, pois as línguas locais se vinculavam sempre a uma determinada região, a serviço do grupo étnico ali predominante. Outro motivo seria que a maioria dessas línguas não dispunha de um sistema de escrita que poderia ser usado na administração e no ensino.

Nesse contexto dos países africanos, é comum surgir uma língua dominante, que apresentará “superioridade demográfica e socioeconômica de seus falantes”. Essa língua, ainda que não seja materna dos falantes, irá se constituir em língua franca, sendo empregada como segunda língua de uma parcela significativa da população (PETTER, 2015, p. 200). Há, portanto, como consequência, situações peculiares de bilinguismo ou multilinguismo, instauradas pela presença das línguas étnicas, locais, e das línguas francas. Essas situações irão apresentar uma configuração bastante heterogênea, a depender do número de línguas étnicas, da presença ou ausência de um crioulo, da inserção da língua dos ex-colonizadores e da língua dominante na comunidade.

Mackey (1972 *apud* KRUG, 2004, p. 20) defende que o bilinguismo e o multilinguismo não são conceitos absolutos, e sim relativos. Ainda para o autor, não se deve afirmar que um indivíduo é bilíngue ou multilíngue, mas sim em que medida ou sentido ele é bilíngue ou multilíngue. Cabe, considerando-se essa perspectiva, investigar: Quantas línguas estão relacionadas? Que tipo de língua é empregada e em que situações? Que influências uma língua exerce sobre a(s) outra(s)? Que possíveis oscilações pode haver quanto ao emprego das línguas na vida da pessoa? Qual a

ordem de aquisição? Quais as funções sociais desses usos de acordo com os usuários e com as situações reais? Em resumo, segundo o autor, é essencial, na descrição do contato entre línguas, considerar que este irá variar de indivíduo para indivíduo, a depender de fatores como grau, função, alternância e interferência.

Krug (2004) revela a importância de se descrever, nessas situações, as capacidades de escrita e fala, além da proficiência em relação aos níveis constitutivos das línguas em contato. Quanto à função, é relevante verificar a externa, observando-se as zonas de contato entre línguas, e as funções internas, com empregos vinculados ao falante, em situações de uso, ou seja, que diferentes papéis cada língua exerce no dia a dia. Na análise da alternância, analisar o quanto as línguas são empregadas em diferentes funções de interação. Na observação da interferência, é relevante considerar elementos de uma língua que estão, de alguma forma, presentes na outra.

Aguilera e Busse (2008, p. 13) defendem que, em uma situação de bilinguismo, não são apenas as línguas que estão em contato, mas também culturas, que passam a ocupar o mesmo espaço. Além disso, apresentam-se modos diferentes de “pensar e organizar a realidade”, que são revelados nos processos de interação. O falante bilíngue emprega duas línguas de acordo com a situação comunicativa, com os interlocutores e com seus objetivos, de forma seletiva, coletiva ou simultânea.

As configurações verificadas no convívio do português com línguas minoritárias e de minorias étnicas assumem condição dinâmica e gradativa nas situações de interação social. O dinamismo gera ainda o biculturalismo ou multiculturalismo, pois há a necessidade do indivíduo de se relacionar e se identificar com os grupos linguísticos em contato e há, conseqüentemente, a possibilidade de que esse indivíduo constitua uma identidade com traços de várias culturas (AGUILERA; BUSSE, 2008).

Moreno Fernandes (1998 *apud* AGUILERA; BUSSE, 2008) revela que o falante, em situação de contato, faz operações com instruções de comunicação nas diferentes línguas, o que exige o planejamento de ações relacionado à situação comunicativa. Esse domínio e planejamento será desenvolvido desde os primeiros instantes de convívio do usuário com as línguas, ou seja, já na fase de aquisição da linguagem. A análise dos contextos de bilinguismo e multilinguismo deve considerar diferentes aspectos, como a comunidade de fala, os papéis e funções sociais, o *status* dos falantes e das línguas e o tópico e o domínio linguístico e social, como destacam Aguilera e Busse (2008).

Considerando-se os pressupostos apresentados e a realidade linguística guineense, preliminarmente revelada pelo contato com representantes da comunidade, apresentamos, na sequência, resultados de investigação sobre a caracterização sociolinguística de amostra com falantes guineenses e, complementarmente, resultados de estudo de avaliação linguística da comunidade.

### 3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE E DAS PESQUISAS RETOMADAS

A Guiné-Bissau, país da África Ocidental, com população atual estimada em aproximadamente 1,9 milhões de pessoas e território de pouco mais de 36 mil quilômetros quadrados, faz fronteira com o Senegal, ao norte, Guiné, ao sul e ao leste, e Oceano Atlântico, ao oeste. Embora o território guineense seja menor do que a grande maioria dos estados brasileiros, há, no país, grande diversidade étnica, com estimativa entre 27 e 40 grupos (a depender da divisão proposta, em grupos ou subgrupos).<sup>3</sup> Além do português, a língua oficial, são empregadas outras 20 línguas

<sup>3</sup> Guiné-Bissau tem território maior apenas do que dois estados brasileiros, Alagoas (27,8 km<sup>2</sup>) e Sergipe (21,9 km<sup>2</sup>).

entre os habitantes locais. As estimativas, bastante esparsas, dão conta de que 80% da população emprega o guineense, 16%, o fula, 14%, o balanta, 7%, o mandinga (ou mandinka), 5%, o pepel, e 3%, o felupe (há percentuais menores de falantes do beafada, bijagó, mancanha e nalu).<sup>4,5</sup>

Os resultados que serão retomados em nosso debate resultam de duas investigações diferentes, a primeira, com 50 informantes guineenses do Ensino Básico, residentes em Guiné-Bissau (RUBIO; CÁ, 2019), e a segunda, com 50 informantes guineenses universitários, na época, residentes no Brasil (CÁ; RUBIO, 2019). A faixa etária dos estudantes do Ensino Básico entrevistados variava entre 16 e 39 anos, sendo 27 homens e 23 mulheres. Entre os estudantes universitários, havia equilíbrio entre homens e mulheres (25 de cada sexo), com idades variando entre 18 e 30 anos.<sup>6</sup> Nas duas investigações, houve a submissão de questionários estruturados, entretanto uma delas abarcou questões relacionadas ao perfil sociolinguístico dos falantes, e a outra analisou a avaliação linguística dos entrevistados em relação às variedades do português e às línguas locais (étnicas e guineense).

#### 4 PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AMOSTRAS DA COMUNIDADE GUINEENSE

Retomamos, neste tópico, os principais resultados revelados nas pesquisas de Cá e Rubio (2019) e de Rubio e Cá (2019), com o objetivo de subsidiar o debate sobre a caracterização sociolinguística da comunidade guineense, estabelecendo comparativo com as hipóteses e as constatações observacionais mencionadas anteriormente.

Os resultados de Cá e Rubio (2019), como vemos a seguir, confirmaram a hipótese de que, apesar de língua oficial, o português não é a primeira língua adquirida pelos guineenses. Entre os universitários entrevistados, conforme revela o Gráfico 1, nenhum apontou a língua portuguesa como primeira língua e, além disso, houve equilíbrio relativo entre os que informaram ser o guineense (crioulo guineense) a primeira língua adquirida (46%) e os que informaram ser uma língua étnica (52%).

Em consonância com a expectativa, os resultados também evidenciaram que, para a grande maioria dos guineenses, a língua portuguesa não é adquirida no ambiente familiar, como vemos no Gráfico 2, que segue.

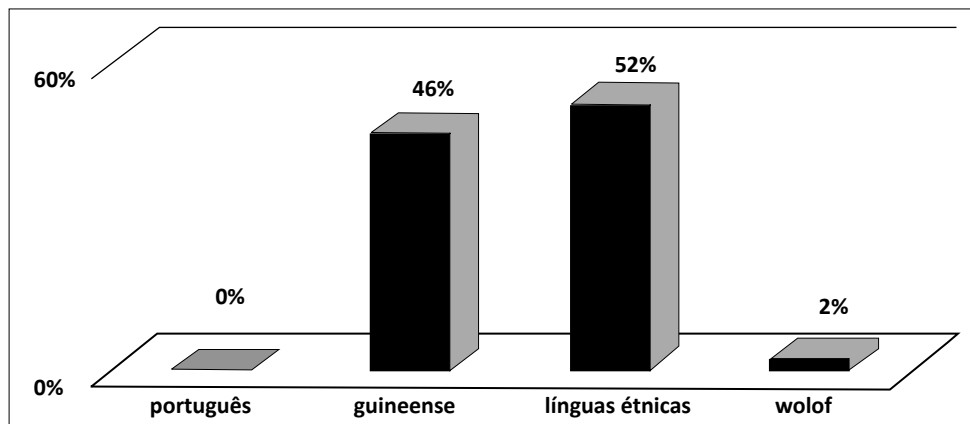
Dos 50 informantes inquiridos, 98% (49) responderam que o processo de aquisição da língua portuguesa se deu na escola e não em casa. Esses resultados, associados aos resultados seguintes, que tratam da idade aproximada de aquisição do português, confirmam o que já havia sido mencionado preliminarmente por representantes da comunidade guineense, qual seja uma aquisição tardia da língua (pelos resultados, predominantemente, entre os 6 e 14 anos de idade).

<sup>4</sup> O último censo demográfico, realizado em 2014, apontava uma população de 1,45 milhões de habitantes. A estimativa atual tem como base o site [countrysimeters.info/pt/Guinea-Bissau](http://countrysimeters.info/pt/Guinea-Bissau). Acesso em: 2 mar. 2021.

<sup>5</sup> Fonte das informações – site oficial do Governo Guineense: [https://web.archive.org/web/20160817010334/http://www.gov.gw/index.php?option=com\\_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=pt](https://web.archive.org/web/20160817010334/http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=pt). Acesso em: 6 de set. 2020.

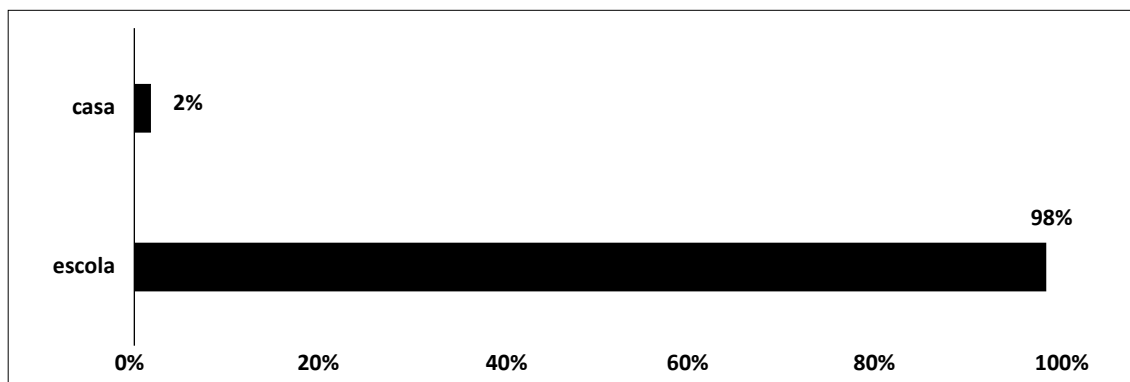
<sup>6</sup> As entrevistas com estudantes do Ensino Básico foram realizadas no Liceu Nacional Kwame Nkrumah, uma instituição pública de Bissau, capital da Guiné-Bissau. A coleta com estudantes universitários foi realizada com guineenses da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, localizada no interior do Ceará.

Gráfico 1 – Primeira língua adquirida pelo informante



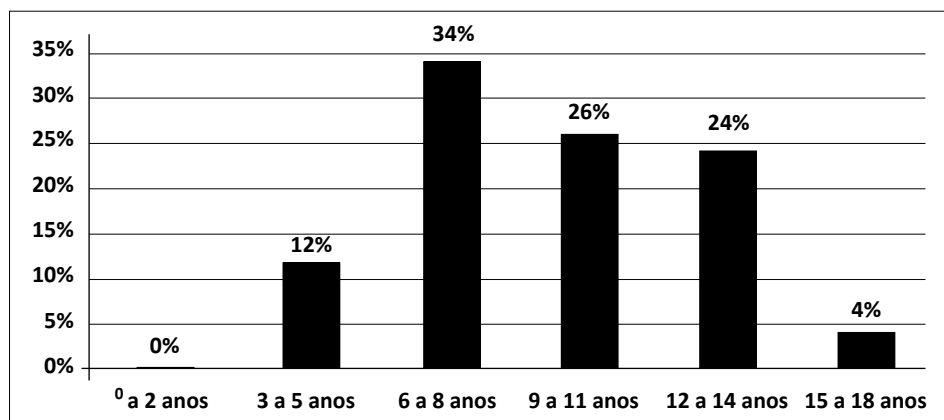
Fonte: Cá e Rubio (2019, p. 407).

Gráfico 2 – Local de aquisição da língua portuguesa



Fonte: Cá e Rubio (2019, p. 407).

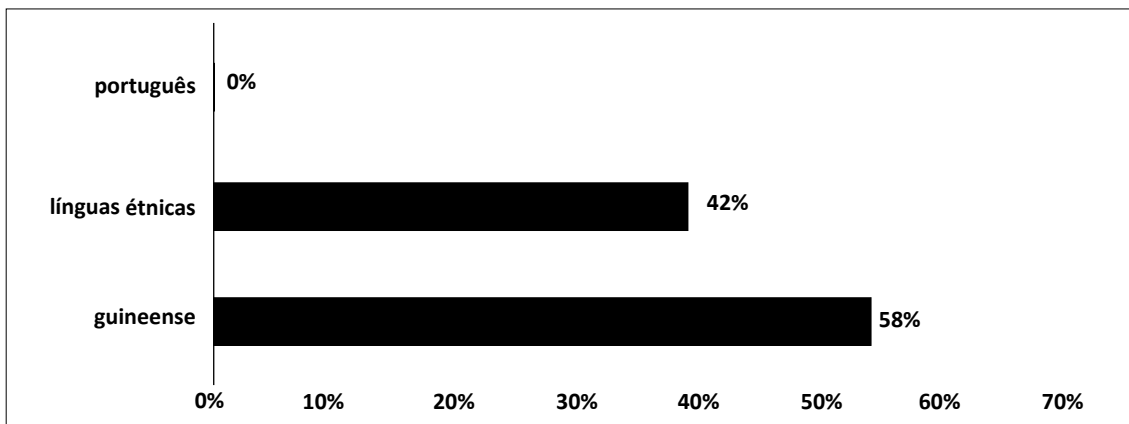
Gráfico 3 – Idade de aquisição da língua portuguesa



Fonte: Cá e Rubio (2019, p. 408).

A confirmação de que a língua portuguesa, para os guineenses, é adquirida no ambiente escolar e, predominantemente, após os 6 anos de idade, associada à informação de que as línguas étnicas ou o guineense constituem-se nas primeiras línguas dos informantes, só reforça que o português não é empregado no ambiente familiar.

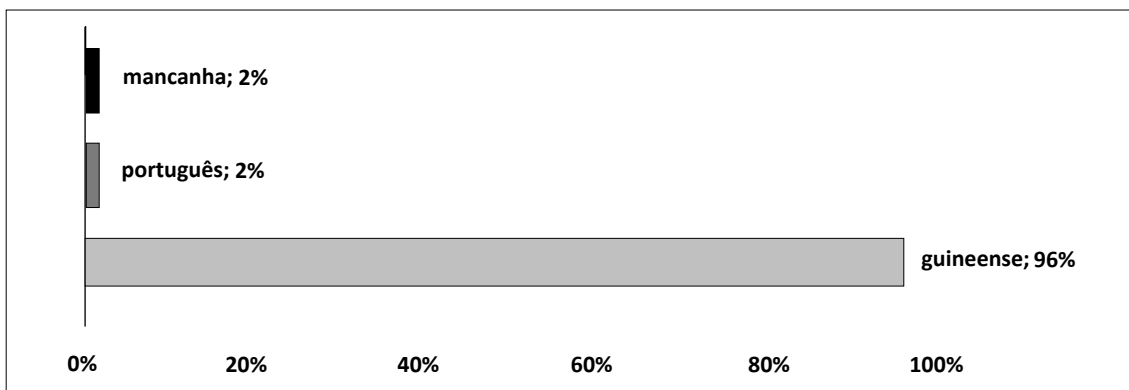
Gráfico 4 – Língua de maior emprego no seio familiar



Fonte: Cá e Rubio (2019, p. 408).

As informações coletadas previamente junto dos estudantes guineenses já delineavam o contexto de emprego do guineense fora do seio familiar, em situações do dia a dia, sendo considerada a língua de unidade nacional no país. Essa hipótese foi totalmente confirmada pelos resultados de Cá e Rubio (2019), que inclusive desnudaram a diferença entre os usos linguísticos dentro e fora do ambiente familiar.

Gráfico 5 – Língua empregada com maior frequência fora de casa



Fonte: Cá e Rubio (2019, p. 409).

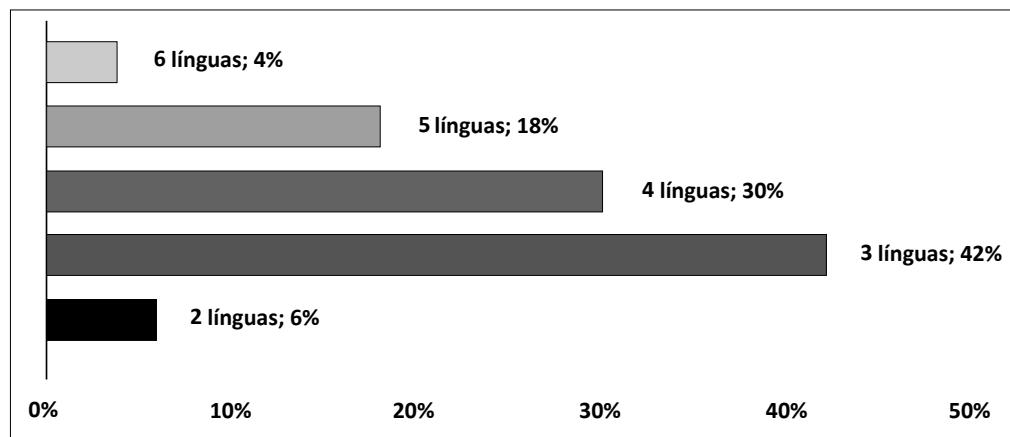
Junto da família, mais de 40% dos estudantes revelaram o emprego de uma língua étnica, entretanto, fora de casa, o guineense foi apontado como o idioma predominante.

O multilinguismo previamente reconhecido em Guiné-Bissau foi confirmado e os resultados mostraram ainda uma realidade bastante diferente da brasileira, haja vista nenhum dos 50 informantes ter se revelado monolíngue. Predominaram, na amostra da pesquisa, falantes de 3, 4 e até 5 línguas, como podemos observar a seguir.

A comprovação estatística de uma caracterização multilíngue em Guiné-Bissau, com um contexto no qual o português não é primeira língua dos informantes e, ainda, de aquisição dessa língua tardiamente, predominantemente, após os seis anos de idade, apenas em contexto formal (em ambiente escolar), corrobora nossas hipóteses observacionais, sobre uma possível incongruência entre a realidade da comunidade e as políticas linguísticas governamentais, em especial, relacionadas ao ensino de línguas e ao reconhecimento das línguas locais.



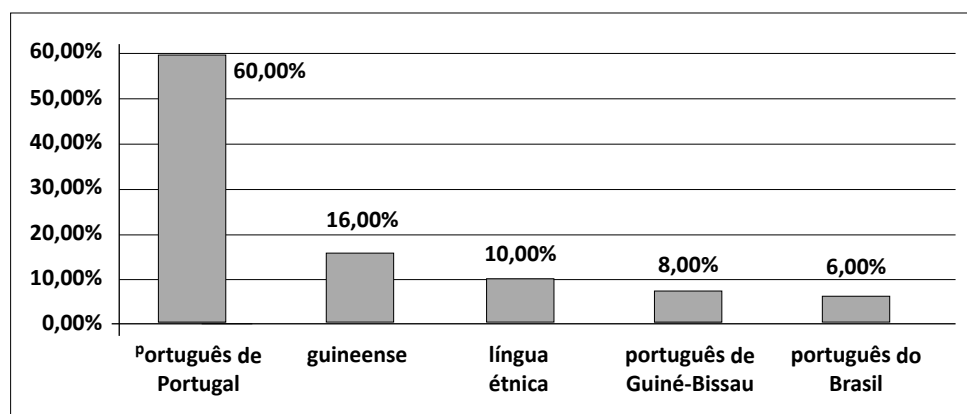
Gráfico 6 – Número de línguas empregadas pelo informante



Fonte: Cá e Rubio (2019, p. 409).

Os resultados de estudo avaliativo de Rubio e Cá (2019), apresentados na sequência, confirmam os diferentes *status* assumidos pelas línguas em contato em território guineense. Quando perguntados sobre qual língua seria mais relevante ou importante empregar em seu país, os estudantes guineenses do Ensino Básico apontaram, em sua maioria (75%), o português, como vemos no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Língua ou variedade importante no país, segundo os informantes

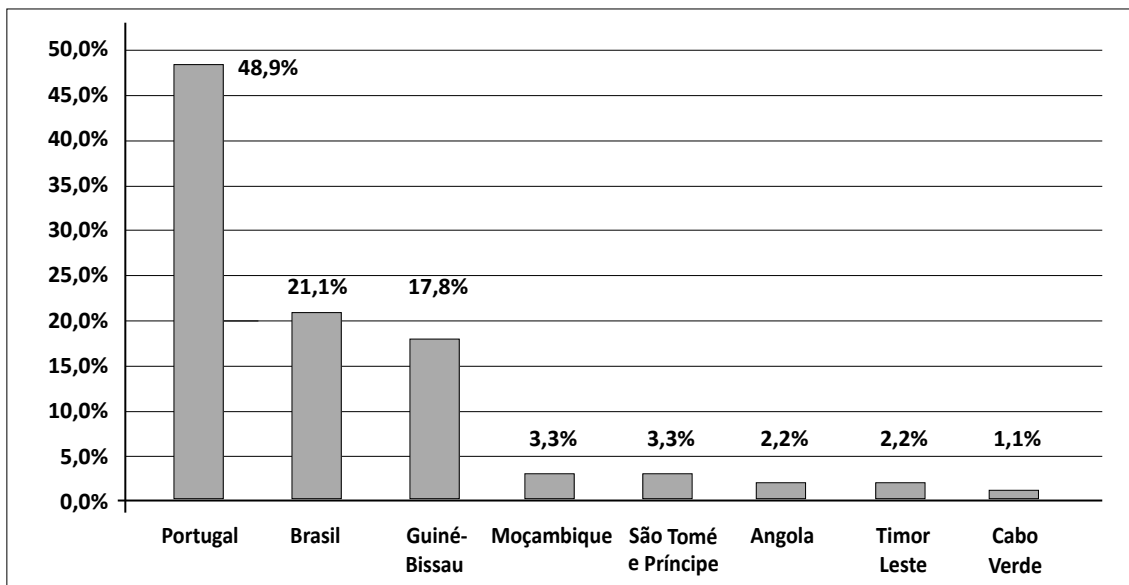


Fonte: Rubio e Cá (2019, p. 164).

Notemos ainda que houve a seleção da variedade julgada como mais importante ou relevante, o português de Portugal, uma variedade que não está presente de forma efetiva no país. Esses resultados exibem uma relação complexa da comunidade com suas línguas, já que, apesar de o guineense e as línguas étnicas serem mais empregadas e predominarem nas interações, como apontou o estudo de caracterização sociolinguística, não são prestigiadas.

Há, ainda, entre os guineenses, uma visão avaliativa das variedades, em nossa visão, calcada em diferentes aspectos, dentre eles, provavelmente, no econômico e no “purismo” da língua, que faz com que se considerem as variedades de Portugal e do Brasil “melhores” do que a variedade do próprio país. A confirmação de que avaliação pode estar ligada a esses aspectos pode ser ainda feita com base no apontamento, por parte dos informantes, de que as demais variedades (Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola, Timor Leste, Cabo Verde) não teriam mesmo *status* das variedades brasileira e portuguesa.

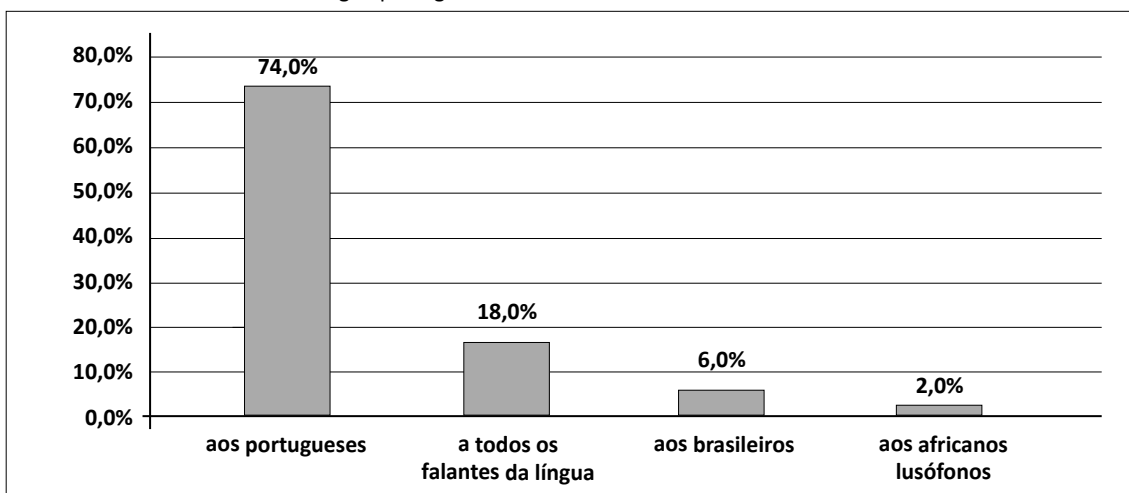
Gráfico 8 – Variedade de português considerada a “melhor” pelos informantes



Fonte: Rubio e Cá (2019, p. 167).

Os resultados da pesquisa de Rubio e Cá (2019) desvelaram uma visão partilhada por boa parte dos entrevistados que aponta que a língua portuguesa é vista como não pertencente à comunidade, uma caracterização já previsível, a considerar o perfil sociolinguístico dos guineenses, revelado anteriormente. O Gráfico 9, com a apresentação de resultados sobre pergunta que tratava do “pertencimento” da língua portuguesa, indicam que 74% dos estudantes entendem que a língua pertence aos portugueses.

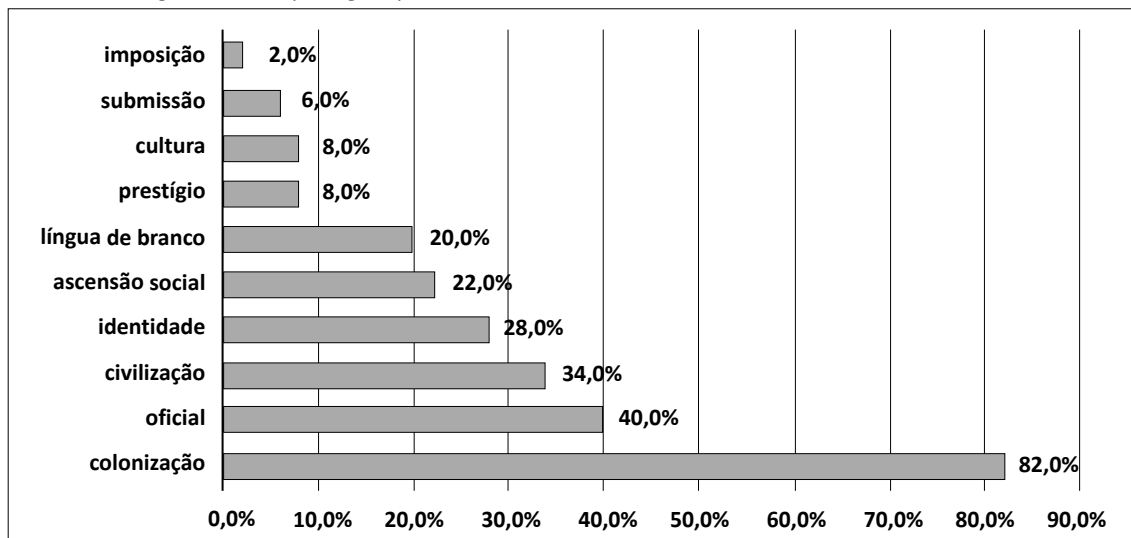
Gráfico 9 – “Pertencimento” da língua portuguesa



Fonte: Rubio e Cá (2019, p. 175).

As evidências presentes nos estudos demonstram uma relação complexa da comunidade com a língua portuguesa, a qual, ao mesmo tempo, não é de emprego nem domínio amplo dos usuários, mas goza de *status* elevado. Essa avaliação se revela ainda mais ambivalente, quando confrontadas as necessidades externas e internas de interação da comunidade. No gráfico que segue, vemos os diferentes “significados” atribuídos à língua portuguesa pelos guineenses entrevistados.

Gráfico 10 – “Significado” do português para os informantes



Fonte: Rubio e Cá (2019, p. 176).

Dentre os termos mencionados, alguns denotam avaliação negativa, como colonização (80%), língua de branco (20%), submissão (6%) e imposição (2%), outros, avaliação positiva, como civilização (34%), identidade (28%), ascensão social (22%), prestígio (8%) e cultura (8%), e avaliação próxima da neutralidade, como oficial (40%).

De posse dos resultados sobre a caracterização sociolinguística e dos resultados sobre a avaliação linguística dos estudantes guineenses, com a retomada das afirmações de Petter (2015), que dão conta de contextos sociolinguísticos em África, com línguas exercendo diferentes papéis, passamos, na sequência, à elaboração de um panorama geral do multilinguismo vivenciado em Guiné-Bissau.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade em Guiné-Bissau é do convívio de mais de 20 diferentes línguas, com o emprego expressivo do guineense (crioulo de base portuguesa) e do português na comunidade, em uma divisão funcional de uso. Além disso, há a presença das diferentes línguas étnicas, as quais ainda permanecem presentes nas interações intraétnicas.

O guineense é a língua dominante nas situações de interação oral no país, ou seja, é a língua nacional, apresentando-se como primeira língua da maioria dos falantes e como língua franca, principalmente nas comunicações interétnicas. É também a segunda língua de falantes que adquirem as línguas étnicas como primeiras línguas.

O português, língua oficial da Guiné-Bissau, não se apresenta como primeira língua dos guineenses, entretanto é adquirido em ambiente escolar, como segunda língua. Não é a língua do dia a dia ou das interações orais, mas é a mais empregada na comunicação escrita e oficial.

As línguas étnicas, presentes em território guineense, possuem apenas emprego vinculado às etnias e ainda figuram como primeiras línguas. Por se apresentarem em número elevado e com poucos falantes, se comparadas às outras, são estigmatizadas.

Há, no país, diferentes razões para a imposição do guineense e do português junto das línguas étnicas. No caso do português, o prestígio se dá no plano internacional, principalmente, pelas

características socioeconômicas superiores de seus falantes. A língua guineense tem seu prestígio local assegurado pela superioridade demográfica em relação às outras línguas (PETTER, 2015).

A avaliação linguística pode revelar, para além da configuração sociolinguística da comunidade guineense, as razões para permanência desse contexto ou para a ocorrência de possíveis mudanças.

O prestígio atribuído à língua portuguesa por parte dos guineenses poderia sugerir, a longo prazo, o crescente emprego da língua e, por consequência, a redução de uso e, até mesmo, a extinção das outras línguas. Há, todavia, como vimos, fatores que interferem na expansão dessa língua, questões de natureza identitária, de pertencimento, que apontam uma visão dúbia da língua “imposta” pela ex-colônia aos habitantes locais.

O prestígio local e nacional do guineense, por outro lado, também é contraposto ao prestígio internacional do português e a sua tradição escrita secular, ocasionando, em nosso entendimento, um equilíbrio de forças, somente quebrado por meio de políticas linguísticas governamentais.

Em posição diferente a das línguas guineense e portuguesa, as línguas étnicas encontram-se cada vez mais “acantoadas”, vendo-se reduzidas apenas às interações locais e tendo sua importância, funcionalidade e legitimidade contestadas em razão de sua inferioridade demográfica e socioeconômica.

Políticas linguísticas que considerem a diversidade linguística guineense poderiam contribuir substancialmente para que o país continue a ser multilíngue e, por consequência, multicultural.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. de A.; BUSSE, S. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. *Línguas & Letras*, v. 9, n. 16, p. 11-25, 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1704>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 58, n. 1, p. 389-421, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8654232>. Acesso em: 23 fev. 2020.

KRUG, M. J. *Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante – RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LABOV, W. *The social stratification of english in New York city*. Washington, D.C., Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. *Africanos, crioulo e a língua portuguesa*. 2008. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

PETTER, M. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

RUBIO, C. F.; CÁ, J. F. Avaliação do português e das demais línguas de Guiné-Bissau por estudantes guineenses do ensino secundário. *Caderno de Letras*, n. 33, p. 147-182, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/15053>. Acesso em: 22 jan. 2020.



# VARIAÇÃO DISCURSIVA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONECTORES EM TEXTOS NARRATIVOS ESCRITOS

## DISCURSIVE VARIATION AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: CONNECTORS IN WRITTEN NARRATIVE TEXTS

Maria Alice Tavares\*

### RESUMO

Neste texto, mostro que pesquisas sobre variáveis discursivas são excelentes fontes de informações para o tratamento de itens discursivos nas escolas de nível básico. Os exemplos provêm de pesquisas sobre os conectores E e AÍ. Estudos sociolinguísticos (ABREU, 1992; GÖRSKI; TAVARES, 2003; FREITAG *et al.*, 2013, entre outros) observaram problemas no uso desses conectores em textos escritos por alunos de diferentes níveis de escolaridade. Por um lado, há uma tendência de alta frequência do AÍ em textos de indivíduos em fases iniciais de escolarização. Por outro lado, há uma tendência de alta frequência do E em textos de indivíduos com maior tempo de escolarização. Com base nessas descobertas, apresento sugestões para a abordagem de conectores no ensino básico, distribuídas em três eixos: (i) experiência e análise linguística; (ii) avaliação sociolinguística; e (iii) aplicação na produção de textos. Defendo que a adoção de um embasamento sociolinguístico para o ensino de língua portuguesa nos permite explorar com profundidade características morfosintáticas, semântico-pragmáticas e estilísticas de itens discursivos.

**Palavras-chave:** variação discursiva; ensino; conectores.

### ABSTRACT

*In this paper, I show that research on discursive variables is an excellent source of information for the analysis of discursive items in basic level schools. The examples come from research on connectors E and AÍ. Sociolinguistic studies (ABREU, 1992; GÖRSKI; TAVARES, 2003; FREITAG et al., 2013, among others) reported problems in the use of these connectors in texts written by students of different school levels. On the one hand, there is a tendency for a high frequency of AÍ in texts written by individuals in the early stages of schooling. On the other hand, there is a tendency*

\* Professora associada do Departamento de Letras e membro permanente do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal-RN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2055-7570>

*for a high frequency of E in texts written by individuals with higher levels of schooling. Based on these findings, I offer suggestions for approaching connectors in basic education, divided into three axis: (i) experiencing and linguistic analysis, (ii) sociolinguistic evaluation, (iii) application in text production. I argue that adopting a sociolinguistic grounding for teaching Portuguese language allows us to explore in depth morphosyntactic, semantic-pragmatic and stylistic features of discursive items.*

**Keywords:** *discursive; variation; teaching; connectors.*

## INTRODUÇÃO

A despeito de sua alta frequência na interação cotidiana, itens que desempenham função discursiva recebem pouca atenção nas aulas de língua portuguesa. Caso sejam mencionados, é grande a probabilidade de que isso aconteça numa ótica de erro a ser combatido. Guiada pela Sociolinguística variacionista, discuto estratégias produtivas para a abordagem, no nível básico de ensino, de dois desses itens, os conectores E e AÍ.

Por partilharem funções no nível discursivo da língua, E e AÍ podem ser considerados formas variantes. Entre as funções que eles têm em comum, estão a indicação de sequenciação temporal, de sequenciação textual e de consequência (TAVARES, 2003, 2014, entre outros). Focalizo, neste texto, a indicação de sequenciação temporal, função em que ambos os conectores são bastante frequentes.

A sequenciação temporal “emerge quando eventos são apresentados no discurso de acordo com a ordem em que ocorreram no tempo, envolvendo a pressuposição de que o segundo evento ocorreu mais tarde em relação ao primeiro” (TAVARES, 2014, p. 44).

Os trechos de obras literárias (1) e (2) trazem o E sequenciando eventos em relação de sucessão cronológica:

(1) “– Eu ia pedir pro porteiro entregar isso a você – ela falou. Aí ela ficou olhando para o chão e depois disse baixinho: – Ele não se matou, não. Ele morreu que nem... que nem todo mundo um dia morre. – E disse tchau, e saiu depressa” (BOJUNGA, 1992, p. 14).

(2) “Mas Maria Clara nasceu no mar, viveu sempre ali. Para ela aquilo é uma lei fatal: um dia o homem fica no mar, morre com o saveiro que vira. E a mulher procura seu corpo e espera para que o filho cresça para vê-lo morrer também” (AMADO, 2008, p. 261).

O conector AÍ tende a não ser bem-vindo na sala de aula, apesar de dar o ar de sua graça em diferentes gêneros textuais escritos que transitam na escola, como contos e romances infanto-juvenis e adultos, peças teatrais, histórias em quadrinhos, tirinhas, transcrição de entrevistas em jornais e revistas, letras de música etc. (TAVARES, 2013).

Os excertos de (3) a (6) ilustram o uso do AÍ com valor de sequenciação temporal em obras literárias destinadas tanto ao público adulto quanto ao infanto-juvenil, todas escritas por autores consagrados:

(3) “– Ele é dono do barco, mas fez uma sociedade com João, de Samuel. Ele dá o barco, o pessoal pesca, e ele fica com o quinto. Aí leva logo para um restaurante na cidade” (MACHADO, 2013, p. 212).



(4) “Ele era um, contra seis... Não podia ganhar, só mesmo milagre do céu – explica Josué, um negro gordo. – Brigou, que era homem, saiu apanhando, mas com honra. *Aí* a gente se ajuntou, um bocado de homem, foi lá, foi mesmo uma desgraça... Os meninos corria que fazia pena. Um até se meteu debaixo da cama de uma mulher...” (AMADO, 2008, p. 102).

(5) “Pois um dia eu fui à casa de Dindinha e ela não me viu entrar. Devia estar com os óculos na ponta do nariz, lendo anúncio. Dei volta na casa. Espiei as goiabeiras e nada. *Aí* vi Tio Edmundo roncando na rede armada entre a cerca e um tronco de laranjeira. Ele roncava como um porco. A boca meio mole e aberta” (VASCONCELOS, 1975, p. 97).

(6) “Ela não tinha ideia do endereço. Teve a coragem e a tolice de ligar para o pessoal que tinha dado a festa. Mas quando a mulher atendeu sua boca ficou seca e parecia ter o tamanho de uma tundra e ela teve que desligar. *Aí* ela arrastou Katy até a biblioteca e encontrou uma lista telefônica de Toronto” (MUNRO, 2013, p. 18).

Em (3) e (4), o *AÍ* aparece em discurso direto atribuído a personagens, o que reflete o ambiente em que esse conector é mais frequente: a modalidade falada da língua. No entanto, o *AÍ* também aparece no corpo do texto, como em (5) e (6). O fragmento em (6) foi recortado de uma obra traduzida do inglês, manifestando-se, nesse caso, a sensibilidade dos tradutores para contextos típicos de uso do *AÍ*.

Estudos variacionistas detectaram problemas na utilização do E e do *AÍ* em textos produzidos por alunos do ensino fundamental e do médio (cf. adiante). Com a intenção de contribuir para a solução desses problemas, faço sugestões para o tratamento, na disciplina de língua portuguesa, dos conectores em apreço através de atividades envolvendo textos matizados por graus de formalidade distintos. Embora as sugestões coloquem em evidência o E e o *AÍ*, podem ser adaptadas para outros itens com função discursiva.

Além desta seção introdutória, este texto se desdobra em duas seções. O cerne da próxima seção é a variação discursiva e suas implicações para a disciplina de língua portuguesa no nível básico. A seção posterior é dedicada ao delineamento de estratégias para um mergulho nas potencialidades de uso dos conectores E e *AÍ* através de atividades didáticas distribuídas em três eixos de ação. Por fim, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas.

## 1 VARIAÇÃO DISCURSIVA: E E *AÍ* NA ESCOLA

A Sociolinguística variacionista se preocupa com a heterogeneidade linguística que resulta da interrelação entre a língua e fatores de natureza extralinguística – socioculturais, estilísticos, discursivos, cognitivos. A unidade de análise central é a variável linguística, que pode ser definida como um significado ou uma função que é partilhada por duas ou mais formas, que são chamadas de variantes.

A variação linguística pode acontecer em qualquer nível da gramática da língua, do fonológico ao discursivo. As formas de nível discursivo têm funções de três tipos: textuais, interacionais e atitudinais. Elas “articulam enunciados, regulam as relações entre parceiros na conversação, refletem e facilitam o processo de formulação ou expressam atitudes do falante” (MIHATSCH, 2009, p. 67).

O nível discursivo da língua pode ser incorporado à gramática. A proposta de extensão do conceito de gramática para abrigar funções textuais, interacionais e atitudinais fundamenta-se

em descobertas feitas por estudos que, analisando “a distribuição sintática, propriedades linguísticas e a multifuncionalidade dos traços discursivo-pragmáticos, demonstraram que eles indubitavelmente constituem elementos integrais e indispensáveis do sistema linguístico nuclear” (PICHLER, 2013, p. 7).<sup>1</sup>

Variáveis discursivas são semelhantes a variáveis dos demais níveis da gramática, uma vez que: (i) revelam heterogeneidade ordenada, e, portanto, podem ser controladas quantitativamente; (ii) correlacionam-se a categorias sociodemográficas; (iii) mesmo sendo comparativamente menos frequentes, podem envolver mais variação socialmente estratificada do que variáveis fonológicas; (iv) indexam identidades sociais, atuando, assim, na negociação de estilos específicos ao grupo (PICHLER, 2013).

Entre as variáveis discursivas do português brasileiro que, desde a década de 1980, têm sido examinadas em prisma sociolinguístico, estão:

- (i) sequenciação de informações (*e, aí, então* etc.);
- (ii) adversão (*mas, só que, sendo que* etc.);
- (iii) concessão (*mesmo que, apesar (de) que, mesmo assim* etc.);
- (iv) requisição de apoio discursivo (*sabe? entende?* etc.);
- (v) marcação de chamada de atenção (*olha, vê, bem, bom* etc.);
- (vi) marcação de especificidade em sintagma nominal indefinido (*aí, lá* etc.);
- (vii) marcação perifrástica de aspecto global (*pegar (e), chegar (e), ir (e)* etc.);
- (viii) modalização epistêmica (*parece que, acho que* etc.);
- (ix) retificação de conteúdo (*quer dizer, vamos dizer* etc.);
- (x) extensão geral (*e tudo, e tal* etc.).

Pesquisas sobre variáveis discursivas são excelentes fontes de informações para o tratamento escolar de itens discursivos. Nelas, o professor pode buscar subsídios para:

[...] apresentar ao aluno as formas linguísticas em seus contextos de uso e todas as implicações desse uso, o que envolve desde quem usa, quando usa, por que usa, em que gêneros, modalidades, com que efeito, com que intenção, e qual avaliação a comunidade tende a ter a respeito desses usos (TAVARES, 2008, p. 345).

No que diz respeito à sequenciação textual, há pesquisas desde o início da década de 1990 até bem recentemente. Embora algumas incluam outros conectores, o E e o AÍ são os mais escrutinados. Destaco a seguir três trabalhos que foram feitos em intervalos de cerca de dez anos: Abreu (1992), Görski e Tavares (2003) e Freitag *et al.* (2013).

Abreu (1992) realizou um estudo pioneiro sobre a variação entre os conectores E e AÍ. A autora utilizou um *corpus* composto por narrativas faladas e escritas produzidas por 40 estudantes cariocas com idades entre 9 e 15 anos. A autora observou uma taxa elevada do AÍ nas narrativas faladas, ao lado de uma taxa acanhada nas narrativas escritas, em que o E se destacou. Abreu (1992, p. 10) concluiu, a respeito do AÍ, que, “[...] apesar de o uso deste elemento tanto por adultos quanto por crianças ser um fato até certo ponto natural, a sociedade culta, a escola o rejeitam”.

<sup>1</sup> A esse respeito, confira-se Brinton (2006), Degand e Evers-Vermeul (2015), Diwald (2006), Simon-Vandenberg e Willems (2011), entre outros.

Görski e Tavares (2003) voltaram-se a duas das funções exercidas pelos conectores sequenciadores: sequenciação textual e introdução de consequência. Os dados foram extraídos de artigos de opinião elaborados por candidatos ao vestibular 2001 da Universidade Federal de Santa Catarina. Dos 13 conectores mapeados (E, AÍ, POR ISSO, ENTÃO, ENFIM, ASSIM, PORTANTO, SENDO ASSIM, POIS, POR FIM, DESTA FORMA, EM CONSEQUÊNCIA, CONSEQUENTEMENTE), o E foi o predominante, com 61% de um total de 153 dados. Apenas outros dois conectores tiveram certa recorrência: POR ISSO (com 8% dos dados) e ENTÃO (com 7% dos dados). O AÍ figurou apenas uma vez.

Segundo Görski e Tavares (2003), esses resultados podem ser interpretados como indícios de que os candidatos ao vestibular dominavam poucos conectores do conjunto de opções existentes. As autoras ponderam que a quantidade avantajada de E pode estar relacionada a:

Deficiências nos procedimentos de abordagem ao problema adotados nas escolas em geral: não raro, cobra-se dos alunos somente a identificação dos rótulos dados aos conectores (aditivos, adversativos, conclusivos, causais, temporais, explicativos, condicionais etc.), sem incentivar a sua utilização na produção de textos próprios, através de atividades de leitura e escrita variadas que poderiam servir para o professor alertar para a necessidade de diversificação dos conectores como forma de enriquecer o texto (GÖRSKI; TAVARES, 2003, p. 109).

Freitag *et al.* (2013) lidaram com quatro conectores, E, AÍ, ENTÃO e DEPOIS, tendo como manancial de dados a amostra Fala&Escrita (Sergipe), que contém 80 textos escritos por alunos do sexto e do nono ano do fundamental II e por alunos do ensino médio. Foram coletados um total de 205 dados, assim distribuídos: 160 do E, 23 do AÍ, 11 do ENTÃO e 11 do DEPOIS.

O E e o AÍ foram os conectores mais frequentes nos textos do sexto ano, sendo responsáveis por 67,6% e 25,7% das instâncias, respectivamente. Em contraste, nos textos do nono ano, o AÍ contou com apenas 2,7% dos dados, tendo o E ampliado sua participação para 83,8% dos dados. Quanto ao ensino médio, a assiduidade do AÍ continuou baixa (5%) e a do E, alta (85%).

Conforme as autoras,

O desenvolvimento da investigação permitiu resultados mais acurados acerca da correlação entre usos linguísticos e contextos sociais, o que é essencial para a elaboração de materiais didáticos que contemplem a diversidade e a variedade linguística (FREITAG *et al.*, 2013, p. 82).

O padrão de redução do AÍ e de incremento do E também foi notado em outras pesquisas, como as de: (i) Andrade (2011), com textos produzidos por candidatos ao vestibular 2009.1 do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte; (ii) Silva (2013), com textos produzidos por alunos do 6º e do 9º ano em Natal (RN); e (iii) Tavares (2016a), com textos produzidos por alunos dos níveis fundamental I e II, do ensino médio e do ensino superior, todos naturais de Natal (RN).

As descobertas feitas por essas pesquisas são significativas para o ensino de língua portuguesa, tanto como língua materna, quanto como língua estrangeira. Duas descobertas se destacam: (i) tendência de alta frequência do AÍ em textos escritos por indivíduos em fases iniciais de escolarização; e (ii) a tendência de alta frequência do E em textos escritos por indivíduos com maior tempo de escolarização.

Uma das causas possíveis da redução do conector AÍ nos textos dos alunos com maior grau de letramento é a censura sofrida por ele na escola (SILVA, 2013; TAVARES, 2014). Contudo, não ocorre, em geral, um acréscimo de outros conectores além do E, que, por ser estilisticamente neutro,

tem passe livre. Entretanto, a intensa repetição de um único item (seja o E, o AÍ, o APÓS, o A SEGUIR) compromete o grau de riqueza vocabular do texto.

Na sequência, são descritas atividades didáticas sobre conectores que concorrem para a instauração de situações de aprendizagem dinâmicas, em que os alunos se tornam produtores do próprio conhecimento.

## 2 E e AÍ NA ESCOLA: TRÊS EIXOS DE AÇÃO

Como vimos, no que diz respeito aos conectores E e AÍ, o problema não é a sua utilização em textos escritos, mas sim a repetição exagerada e a falta de habilidade para a adequação ao tipo de intercurso comunicativo. As propostas de atividades didáticas descritas a seguir pretendem dar conta dessas duas questões.

As atividades poderiam ser inseridas em aulas sobre coesão e coerência textuais, em que seriam analisadas funções de itens conectivos. Entre tais funções, estão as mencionadas por Antunes (2010): alternância ou disjunção, exemplificação, conclusão, oposição/contraste/restrrição, causalidade, consequência, finalidade, concessão, condicionalidade e temporalidade, entre outras. A função de temporalidade engloba a sinalização de tempo anterior, tempo posterior, tempo imediatamente posterior, tempo simultâneo, tempo proporcional, tempo inicial, tempo terminal, tempo pontual etc.

E e AÍ, quando atuam como sequenciadores temporais, indicam tempo posterior, ou seja, indicam que o evento referido no trecho do texto introduzido por eles aconteceu depois de um outro evento. Na lista de conectores que marcam tempo posterior, Antunes (2010) não elenca o AÍ, mas apenas conectores que não são vetados na escrita, a exemplo de *depois, a seguir, após e em seguida*.

As atividades também poderiam ser realizadas quando o professor notasse um emprego excessivo de um ou mais conectores nos textos produzidos pelos alunos. De acordo com o que estudos variacionistas vêm mostrando, esses conectores serão sobretudo o AÍ – especialmente nos anos iniciais de escolarização – e o E, cuja incidência tende a ser ampliada com o passar dos anos.

As propostas são centradas na sequenciação temporal porque foram elaboradas para desenvolvimento em aulas sobre gêneros textuais da esfera narrativa. As atividades foram distribuídas em três eixos, que acabam, por vezes, se interpenetrando: (i) experiência e análise linguística; (ii) avaliação sociolinguística; (iii) aplicação. A prática com tópicos gramaticais em geral pode ser conduzida ao longo desses eixos.

Na etapa de experiência e análise linguística, os alunos refletem sobre o funcionamento dos conectores com base no que podem observar em textos. As tarefas podem ser feitas individualmente ou em conjunto, caso em que cada grupo pode receber textos de gêneros distintos. Textos produzidos pelos alunos podem ser incluídos.

Os conectores sequenciadores temporais são bastante assíduos em gêneros narrativos, que têm como uma de suas características principais a sequenciação cronológica de eventos. Entre os gêneros narrativos que podem ser selecionados, estão: notícia, reportagem, história em quadrinho, letra de música, crônica, fábula, conto, romance, piada, peça teatral. Textos que não são caracteristicamente narrativos, mas que possam conter narrativas, também podem ser incorporados, como entrevista, mensagem instantânea, *e-mail*, meme. Textos do livro didático adotado pelo professor podem ser aproveitados. É necessário que os textos se enquadrem em diferentes gêneros, caracterizados por graus de formalidade variados.

Como um primeiro passo, os alunos seriam estimulados a mapear ocorrências conectores sequenciadores temporais como E, AÍ, APÓS, A SEGUIR, DEPOIS, DAÍ, EM SEGUIDA e ENTÃO.

Depois do mapeamento, os alunos seriam estimulados a explorar o comportamento desses conectores a partir do que percebem nos textos e em sua experiência anterior com as formas em tela.

A etapa de análise linguística pode concentrar-se em tópicos como: (i) a função de sequência temporal; (ii) a diversidade de formas disponíveis para a expressão dessa função no português brasileiro; (iii) as posições que podem ser ocupadas pelos conectores sequenciadores temporais no plano da articulação entre partes do texto (entre orações, entre períodos, no início de parágrafos); (iv) os gêneros textuais em que o AÍ é mais recorrente; (v) fatores que motivam a utilização do AÍ, particularmente quanto ao estilo adotado no texto, o que envolve, a exemplo da audiência pretendida e do domínio discursivo de produção (literatura, jornalismo, publicidade, entre outros). Um tom de proximidade, de intimidade com o leitor, pode emergir da adoção de itens típicos da fala cotidiana.

O próximo passo seriam atividades de remoção ou substituição de conectores. Os alunos poderiam refletir sobre questões como: quando o conector é removido ou substituído, o texto sofre alterações? No caso de remoção, a ideia de sucessão temporal é preservada? No caso de substituição, o novo conector é adequado ao estilo com que o texto vinha sendo conduzido até então?

O segundo eixo de atividades é o da avaliação sociolinguística. Para reforçar o combate ao preconceito linguístico, julgamentos linguísticos podem ser objeto de discussão no âmbito do ensino da língua portuguesa. Conscientes de que algumas formas são avaliadas como mais ou menos adequadas a certos contextos, os alunos estarão melhor preparados para decidir quando e como utilizar essas formas.

Como ponto de partida, seriam administrados, a membros da comunidade escolar ou a outros indivíduos, questionários sobre a utilização do conector AÍ em diferentes cenários. As respostas dadas seriam discutidas à luz das descobertas feitas pela turma na etapa de experiência e análise linguística.

Uma atividade também frutífera para o eixo de avaliação sociolinguística é a simulação de tribunal, em que o AÍ seria levado a julgamento, levantando-se argumentos favoráveis e contrários a seu uso. Outros itens discursivos rotulados como informais ou mesmo estigmatizados poderiam ser convocados: o adversativo SÓ QUE, o concessivo APESAR QUE e os requisitos de apoio discursivo NÉ? e TÁ LIGADO, os marcadores de aspecto global PEGAR E, IR E, CHEGAR E, entre outros.

Recomendações sobre o conector AÍ poderiam ser buscadas em fontes *online*. Uma fonte possível é a página do Guia do Estudante da Editora Abril, em que há um tópico denominado “palavras que você pode falar, mas não pode usar na redação para o ENEM”.<sup>2</sup> Na lista de palavras não adequadas para a redação do ENEM, consta o AÍ, com o alerta de que ele pode ser interpretado, pelo avaliador, como marca de fala. Sobre o E, é esclarecido que sua repetição deve ser evitada: “Usar uma vez tudo bem, mas pode ser considerado oralidade iniciar duas ou três frases com ele”.

O Guia do Estudante adverte que o conector AÍ não é uma boa opção para a redação do ENEM devido a seu vínculo com a fala. Entretanto, não é mencionado que esse vínculo se dá apenas com a fala informal. No que se refere à fala formal, a presença do AÍ também costuma despertar críticas. Além disso, o Guia do Estudante assevera que o AÍ é uma palavra que só é admissível na fala, mas não esclarece que ele também aparece na escrita, especialmente quando o autor pretende atribuir ao texto um tom de fala informal ou de proximidade com o leitor.

<sup>2</sup> <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/enem-palavras-que-voce-fala-mas-nao-pode-usar-na-redacao/>

O terceiro eixo de desenvolvimento das atividades é o da aplicação, com a escrita, pelos alunos, de textos narrativos de um ou mesmo mais gêneros, o que é particularmente profícuo quando a elaboração for em grupo. A produção dos textos exigirá a mobilização dos conhecimentos adquiridos anteriormente.

A última atividade recoberta pelo eixo de aplicação é a de revisão, que:

abre espaço para o lúdico, para o jogo no ensino de língua portuguesa. Ao acrescentar, retirar, deslocar ou transformar porções ou termos da sequência textual, os alunos estão aprendendo a manipular não só a estrutura discursiva, mas também os sentidos, os conteúdos por ela veiculados, desenvolvendo individual ou coletivamente sua capacidade de percepção dos artifícios ou recursos de linguagem a que todos estão submetidos numa comunidade linguística (OLIVEIRA; COELHO, 2003, p. 93).

Depois que os textos estiverem prontos, é importante que sejam divulgados não apenas entre os alunos, mas na comunidade escolar como um todo, através de sua exposição em varal, mural, seções de leitura oral etc. Há ainda outros meios de divulgação, dependendo da disponibilidade: blog, podcast, Instagram, Facebook, Twitter. Quando um público mais amplo é atingido, o processo de escrita se torna mais significativo, distanciando-se da artificialidade de uma produção que tenha o professor como único leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, advoguei por um tratamento escolar de itens discursivos alicerçado em conhecimentos derivados de pesquisas sociolinguísticas. Tal fundamentação permite ao professor erigir uma prática pedagógica que incorpore questões sociolinguísticas subjacentes aos usos da língua nas mais diferentes esferas, o que é fundamental para a ampliação da competência linguística dos educandos. No que se refere a itens que:

[...] tipicamente emergem em contextos informais de uso, a exemplo do conector *AÍ*, a escola poderia abrir espaço para seu estudo, não como forma de estimular o seu abandono, e sim como forma de compreensão e apreciação não apenas da fala cotidiana, mas também da literatura, da música, do jornalismo, entre outros domínios em que variantes dessa natureza podem aflorar (TAVARES, 2016b, p. 126).

A adoção de uma perspectiva sociolinguística tanto para a análise linguística quanto para a avaliação sociolinguística e a produção textual – vistas como indissociáveis – permite explorar com profundidade características morfossintáticas, semântico-pragmáticas e estilísticas de itens discursivos, estimulando o espírito crítico e reflexivo do aluno.

A distribuição das atividades pedagógicas nos três eixos aqui sugeridos pode ser aplicada a aulas de língua portuguesa não apenas sobre itens discursivos, mas também sobre qualquer fenômeno variável, independentemente do nível da língua em que se enquadre.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. T. V. *Elementos conjuntivos: sua variação em narrativas orais e escritas*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.



- AMADO, J. *Mar morto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, F. A. de A. *Conectores sequenciadores no gênero “relato de opinião”*: uma questão de marcação com implicações para o ensino de gramática. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- ANTUNES, I. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BOJUNGA, L. *O meu amigo pintor*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- BRINTON, L. Pathways in the development of pragmatic markers in English. In: VAN KEMENADE, A.; LOS, B. (ed.). *The handbook of the history of English*. London: Blackwell, 2006. p. 307-334.
- DEGAND, L.; EVERS-VERMEUL, J. Grammaticalization or pragmaticalization of discourse marker? More than a terminological issue. *Journal of Historical Pragmatics*, Amsterdam, v. 16, n. 1, p. 59-85, apr. 2015.
- DIEWALD, G. Discourse particles and modal particles as grammatical elements. In: FISCHER, K. (ed.). *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 403-425.
- FREITAG, R. M. K.; ARAUJO, A. S.; BARRETO, E. A.; PEIXOTO, J. de C.; RENOVATO, H. C.; SOARES, T. de A. Gramática, interação e ensino de língua materna: procedimentos discursivos na fala e na escrita de Itabaiana/SE. *Interfaces Científicas – Educação*, v. 1, p. 71-84, 2013.
- GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. Conectores sequenciadores em sequências expositivas/argumentativas na fala e na escrita: subsídios para o ensino. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE LINGUAGEM E ENSINO, 3., 2001, Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2003.
- MACHADO, A. M. *O mar nunca transborda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- MIHATSCH, W. The approximators french *comme*, Italian *come*, Portuguese *como* e Spanish *como* from a grammaticalization perspective. In: ROSSARI, C.; RICCI, C.; SPIRIDON, A. (ed.). *Grammaticalization and pragmatics: facts, approaches, theoretical issues*. United Kindon: Emerald, 2009. p. 65-91.
- MUNRO, A. *Vida querida*. Tradução de Caetano W. Galindo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, M. R.; COELHO, V. W. Linguística funcional aplicada ao ensino de português. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- PICHLER, H. *The structure of discourse-pragmatic variation*. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- SILVA, W. P. B. *Conectores sequenciadores E e Aí em contos e narrativas de experiência pessoal escritos por alunos de ensino fundamental: uma abordagem sociofuncionalista*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.



SIMON-VANDENBERGEN, A-M.; WILLEMS, D. Crosslinguistic data as evidence in the grammaticalization debate: the case of discourse markers. *Linguistics*, Berlin, v. 49, n. 2, p. 333-364, mar. 2011.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO*: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações: um estudo sociofuncionalista. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO*: variação e mudança em uma perspectiva sociofuncionalista. Natal: EDUFRN, 2014.

TAVARES, M. A. Gramática na sala de aula: o olhar da sociolinguística variacionista. In: MARTINS, M. A. R.; TAVARES, M. A. (org.). *Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013. p. 91-112.

TAVARES, M. A. Os conectores E, AÍ e ENTÃO na sala de aula. In: CUNHA, M. A. F. da; TAVARES, M. A. (org.). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2016a. p. 100-133.

TAVARES, M. A. Perífrases [V1 (E) V2] em gêneros escritos: propostas para um ensino de gramática baseado no texto. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 11, n. 2, p. 329-347, jul./dez. 2008.

TAVARES, M. A. Uma análise sociolinguística comparativa de conectores sequenciadores: foco na escolaridade. *Linguística*, Madrid, v. 32, n. 2, p. 113-128, 2016b.

VASCONCELOS, J. M. de. *Meu pé de laranja lima*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.



## COMENTÁRIOS SOBRE A ORDEM SUJEITO-VERBO EM ANÚNCIOS DE JORNAIS DO BRASIL OITOCENTISTA

### COMMENTS ON THE SUBJECT-VERB ORDER IN NEWSPAPER ADS FROM BRAZIL OF 19TH CENTURY

Leandro Silveira de Araujo\*

#### RESUMO

Este trabalho faz uma breve apreciação sobre alguns aspectos da colocação do sujeito na oração da língua portuguesa, empregada no Brasil do século XIX. A análise se desenvolveu a partir de uma seleção de anúncios jornalísticos oitocentistas, compilados na obra “Os Preços Eram Commodos... Anúncios de Jornais Brasileiros Século XIX” (GUEDES, BERLINCK, 2000). Os dados observados foram contrapostos a estudos sobre ordem no português (DIAS, 1959; CÂMARA JÚNIOR, 1975; PONTES, 1987). Sob uma perspectiva especialmente quantitativa, foi possível observar que em anúncios oitocentistas a ordem mais favorecida foi a não marcada, isto é, com sujeito anteposto ao verbo (60%). Contudo, ainda assim, identificamos um alto percentual (40%) de ocorrências da colocação marcada, em que o sujeito é posposto ao verbo. A elevada recorrência desse último dado se dá, em parte, devido ao gênero discursivo, que favorece, por exemplo, o uso de passivas sintéticas. Por fim, observamos que o modelo de posicionamento do sujeito já estava definido no século XIX.

**Palavras-chave:** ordem sintática; português brasileiro; século XIX.

#### ABSTRACT

*This paper has given a brief look at some aspects of the subject's placement in the clause of the Portuguese language, employed in the 19th century in Brazil. The analysis has been developed from a selection of eighteenth-century newspaper ads, compiled in the work “Os Preços Eram*

\* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Araraquara. Professor da Universidade Federal de Uberlândia, atuando na Graduação em Letras: Espanhol e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8518-1266>

*Commodos... Anúncios de Jornais Brasileiros Século XIX” (GUEDES; BERLINCK, 2000). The data observed were opposed to studies on syntactic order in Portuguese (DIAS, 1959; CÂMARA JÚNIOR, 1975; PONTES, 1987). From a particularly quantitative perspective, it has been possible to observe that in 19<sup>th</sup> century announcements the most favored order was the unmarked one, that is, with the subject before the verb (60%). However, we have still identified a high percentage (40%) of occurrences of the marked placement, in which the subject is placed after the verb. The elevation of this last data occurred, in part, due to the discursive genre, which favors, for example, the use of synthetic passives clauses. Finally, we have observed that the model of subject positioning was already defined in the 19th century.*

**Keywords:** syntactic order; brazilian portuguese; 19th century.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer algumas considerações sobre a ordem estabelecida entre sujeito e verbo (doravante SV) em anúncios que circularam em jornais brasileiros do século XIX. No entanto, antes de proceder à análise do fenômeno pautado, iremos nos reportar a uma breve apreciação do cenário sócio-histórico, com especial atenção à função sociodiscursiva do anúncio na sociedade brasileira oitocentista, bem como à fixação da ordem SV na língua portuguesa.

Partindo da análise sócio-histórica do contexto brasileiro no século XIX, sabemos que a chegada da família real portuguesa em 1808 ao Brasil marca o início de um crescimento socioeconômico da então colônia portuguesa no Novo Mundo. Por abrigar a Coroa, o país vislumbrou o desenvolvimento de vários segmentos econômicos e de infraestrutura. Entre os muitos avanços, foi permitida e viabilizada a abertura de tipografias, o que, por conseguinte, possibilitou a circulação de jornais impressos em várias províncias do país.

No novo suporte textual que começava a circular na colônia, observavam-se anúncios que correspondiam a uma forma embrionária dos classificados de hoje: breves e sem ilustração. Podemos considerar esses textos uma amostra dos aspectos linguísticos de várias camadas da sociedade que compunham o cenário social do Brasil oitocentista, pois figuravam neles tanto a eloquência da nobreza e da área jurídica, como a linguagem simples dos homens do campo e do comércio.

A diversidade de assuntos apresentados também revela que não havia uma sistematização ou limitação dos textos exclusivamente à função propagandística. Tanto é assim que encontramos desde ofertas de produtos e serviços até notícias a respeito de crimes, perdas, acidentes, fuga de escravos, eventos da cidade etc.

Por causa da abertura para a diversidade de anúncios e do início da estruturação do jornal no país é que se torna possível o uso de uma linguagem diversificada e, muitas vezes, próxima ao vernáculo. Como podemos observar no enunciado abaixo, o monitoramento reduzido da produção linguística pode ser observado, por exemplo, com a recorrência de ausência de concordância verbal:

(1) **Fabrica-se telhas e tijolos** que se vendem por preços muito razoáveis. Os proprietários desta olaria incumbem-se de remette-los para Campinas, ou qualquer parte. Trata-se na rua das Flôres número 29, com José Barbosa Guimarães (A ACTUALIDADE, 16 jul. 1875).

Quanto à questão da fixação da ordem do sujeito e do verbo na língua portuguesa, partimos do conhecimento de que no latim clássico a preocupação com a ordem dos elementos

das sentenças era muito reduzida por se tratar de uma língua de casos declináveis. As desinências garantiam a clareza sintática da sentença, não havendo, portanto, a necessidade de se estabelecer uma ordem não marcada, ou seja, a ordem sujeito-verbo-objeto, consolidada na língua portuguesa moderna.

Sobre essa questão, Câmara Júnior (1975, p. 250) afirma que “a colocação era um mecanismo que não existia em latim. Aí, a colocação era absolutamente ‘livre’, do ponto de vista gramatical”. Tarallo (1990, p. 146), também explorando um panorama histórico de como a ordem sintática se constituiu na língua portuguesa, afirma que a sentença latina estabelecia “relações a partir de elementos soltos e livres, pois o poderio de cada item isolado, expresso por uma forma cristalizada, em sua própria autonomia estabelecia contato com o todo sintático”.

É importante salientar, contudo, que a preocupação com a colocação dos elementos na sentença começou a surgir, segundo Tarallo (1990), já no latim vulgar, pois as funções gramaticais não eram tão transparentes como no latim clássico, uma vez que aquele teve suas formas empobrecidas por corrosão fonético-fonológica, colaborando para uma simplificação do paradigma de flexão nominal da língua:

Dada a reorganização fonético-fonológica e as consequentes alterações morfológicas já sofridas no latim falado, seria inconcebível que esse sistema mantivesse uma estruturação sintática semelhante à do latim escrito. Muito pelo contrário: a reorganização fonético-fonológica e as alterações morfológicas, na realidade, provocaram uma nova sintaxe em que, dada a não-transparência das formas, as funções são produzidas e percebidas a partir da ordem em que os elementos aparecem na sentença (TARALLO, 1990, p. 147).

Ainda sobre o desaparecimento das desinências e o surgimento da ordem sintática, Williams (1975) também esclarece que:

É provável que as modificações fonéticas (principalmente a perda das consoantes finais e a perda e o enfraquecimento de vogais átonas), acarretadas por um acento de intensidade incrementado, precipitassem a ruptura do sistema morfológico do latim clássico, que se tornava assim, inadequado às necessidades de uma sintaxe altamente sintética. A flexão foi substituída pela perífrase. A análise tomou o lugar da síntese. E a ordem das palavras veio a assumir em sintaxe um papel de máxima importância (WILLIAMS, 1975, p. 22-23).

Portanto, é ressaltado que a pouca atenção dada, no latim clássico, à colocação dos elementos na sentença é modificada e acentuada com o avanço do latim vulgar e ainda mais na língua portuguesa – isso em decorrência das transformações a que toda língua está suscetível em seu processo de desenvolvimento.

Desse modo, para que não se perdesse o êxito compreensivo das sentenças enunciadas, das funções gramaticais de seus constituintes, bem como para que se garantisse a recuperabilidade dos argumentos das sentenças, estabeleceu-se uma ordem para as construções oracionais em português, representada pela ordem não marcada: sujeito-verbo-objeto.

Essa organização oracional, vigente desde o século XIX, é condicionada por fatores de natureza gramatical. Porém, sabemos que efeitos de ordem estilística e pragmática podem romper com essa disposição prototípica. Câmara Júnior (1975) afirma que, nesses casos de rompimento, deparamo-nos com uma ordem marcada na língua. Em complemento, Tarallo (1990) afirma que a ruptura com a ordem não marcada não pode implicar comprometimento do conteúdo expresso, pois, conforme explica:

[...] a gramática determina, através de suas regras, a configuração não-marcada da ordem das palavras, e que sobre essa se imporá o princípio funcional que atribuirá colorações estilísticas diferenciadas aos enunciados na medida em que a ordem básica é quebrada. Apesar, porém, da sobrevivência e da atuação do princípio funcional, a gramática dirá ‘*não*’ ao princípio funcional se, com a ruptura da ordem básica por ela determinada, as funções gramaticais se perderem (TARALLO, 1990, p. 149-150).

Uma vez concluída a revisão introdutória, passaremos, nos próximos parágrafos, à apresentação dos aspectos metodológicos deste estudo, para, então, procedermos efetivamente ao estudo da ordem do sujeito e verbo em enunciados de jornais brasileiros do século XIX.

## 1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A fim de cumprir o objetivo deste estudo, tomamos como *corpus* de análise enunciados compilados na obra “*E Os Preços Eram Commodos... Anúncios de Jornais Brasileiros Século XIX*” (GUEDES; BERLINCK, 2000). É importante destacar que, conforme apontam as próprias organizadoras do livro, os anúncios reunidos de jornais constituem uma das modalidades escritas mais próximas da modalidade falada no Brasil oitocentista disponível, o que, por conseguinte, oferece-nos uma materialidade linguística muito próxima à experiência com a linguagem desse momento histórico.

Foram analisados anúncios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco. Para cada área, foram selecionados aleatoriamente 20 anúncios, com exceção de São Paulo, de que dispusemos de 70 enunciados. Tendo em vista o objetivo de analisar a relação entre sujeito e verbo, não consideramos no estudo orações em que havia sujeito elíptico ou indeterminado.

Como os textos destinam-se a variadas funções divulgativas, é possível identificá-los como:

- Informativos (notícias de roubos, perdas, fugas de escravos);
- Oferta de produtos;
- Oferta de serviços e contratações.

Por serem anúncios, a pequena extensão é uma característica comum desses textos. Contudo, quando se trata de “oferta de produtos”, observamos enunciados ainda mais breves e com maior ocorrência de passivas sintéticas. Tanto é assim que de uma amostra de 74 anúncios de São Paulo, 50 deles ofereciam produtos, dos quais 43 apresentavam passivas. Em relação aos textos “informativos”, houve o predomínio das construções prototípicas de estrutura S+V+O, recurso que contribui para a clareza do texto, assegurando a boa compreensão da informação dada por parte do leitor e, evitando, assim, possíveis ambiguidades.

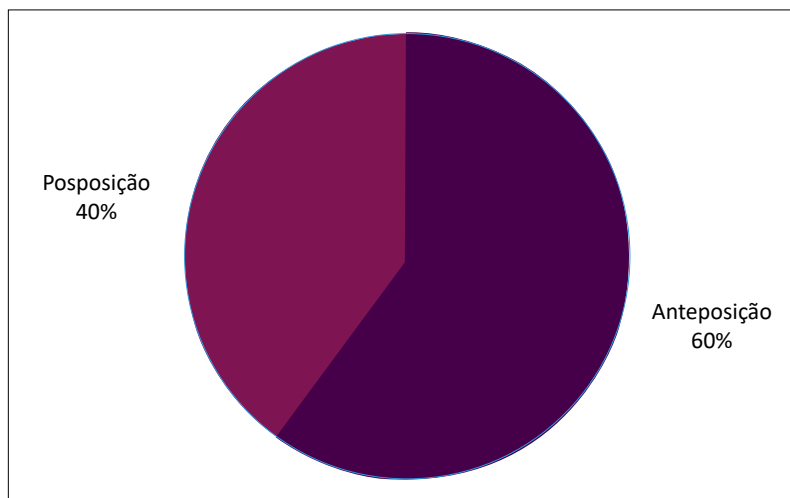
Feitos esses apontamentos, passemos à análise quantitativa dos dados coletados.

## 2 A ORDEM SUJEITO-VERBO EM ANÚNCIOS DE JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX

Como mencionado, nossa análise atentou à posição do sujeito em relação ao verbo em orações selecionadas no *corpus* da pesquisa. Após a seleção de 130 anúncios (20 de Santa Catarina, 20 de Minas Gerais, 20 de Pernambuco e 70 de São Paulo), analisamos 239 orações, das quais 143

apresentam sujeito anteposto ao verbo e 96 apresentaram sujeito posposto, o que resulta numa porcentagem de 60% e 40%, respectivamente:

Gráfico 1 – Da distribuição de sujeitos antepostos e pospostos ao verbo



Fonte: elaboração própria.

Se consideramos as duas posições do sujeito separadamente nos dados de cada um dos estados, percebemos pouca alteração no percentual em relação aos dados gerais. Em São Paulo, foram analisadas 131 orações, das quais 81 (62%) tinham o sujeito anteposto ao verbo e 50 (38%) tinham o sujeito posposto. Em Minas Gerais, das 30 orações examinadas, 19 (63%) apresentavam o caso de anteposição e 11 (37%) de posposição do sujeito. Em Santa Catarina, analisamos 55 orações e 30 (55%) delas tinham sujeito anteposto ao verbo enquanto 25 (45%) tinham sujeito posposto. Por fim, Pernambuco, com 23 orações analisadas, apresentou 13 (57%) ocorrências de anteposição e 10 (43%) de posposição. Assim, Santa Catarina apresenta o menor *range*<sup>1</sup> entre posposição e anteposição do sujeito (10%), ao passo que Minas Gerais apresenta um *range* maior, de 26%.

Após apresentação geral dos dados, passamos à observação separada de cada um dos contextos sintáticos em análise de modo a obter informações mais específicas.

## 2.1 ENUNCIADO SEM VERBO OU COM SUJEITO ELÍPTICO

Houve grande recorrência de enunciados sem verbo ou com sujeito elíptico no *corpus* analisado, o que diminuiu a quantidade de dados processados – reduzindo-os a apenas 239 ocorrências, uma vez que para o estudo da colocação do sujeito interessavam-nos casos em que houvesse a presença explícita do sujeito. A seguir, mencionamos alguns desses casos descartados.

Em (2), apesar de oculto, a identificação do sujeito (eu) é possível graças à morfologia de primeira pessoa do singular junto à forma verbal – contrariando a suposta impessoalidade própria do jornalismo. Notemos que, mesmo identificando o sujeito, não é possível avaliar, nesses casos, sua posição na oração.

<sup>1</sup> Em estatística, *Range*, ou amplitude, diz respeito à diferença entre o maior e o menor valor observado, indicando, portanto, maior equilíbrio quantitativo entre as variantes.

(2) Ao *Excelentíssimo* Ministro da Justiça | Constando-me que promoveu a minha remoção a pedido, apresso-me em vir a imprensa declarar que não desejo e nem requeri cousa alguma a respeito. | José Christiano Stockler de Lima Juiz Municipal (O JEQUITINHONHA, 1868).

Em (3), temos um exemplo de enunciado em que o sujeito é mencionado no início do anúncio e retomado de forma elíptica nas orações seguintes. Novamente, não é possível a identificação da posição do sujeito em relação aos predicados verbais seguintes.

(3) Aurelianno José Pimenta, **tendo partido** para o Rio de Janeiro, e **não podendo** (pela brevidade de sua viagem) despedir-se de todas as pessoas que o honrão com sua amizade, o **faz** por meio d'este, pedindo-lhes desculpa offerecendo-lhes o seu limitado préstimo n'aquella Corte, à Rua Uruguayana, número 14 (O JEQUITINHONHA, 1870).

Apesar da suposta proximidade relativa do *corpus* selecionado ao vernáculo – segundo descrevem Guedes e Berlinck (2000) –, é importante reconhecer que se trata de um conjunto de enunciados escritos e que circularam na esfera jornalística o que, de algum modo, permitiu maior monitoramento e seleção atenta de elementos linguísticos na composição dos textos. Por este motivo, e tomando como referência o posicionamento de Pontes (1987), observamos que, de fato, na língua escrita, é intensa a recorrência da elipse como ferramenta de recursividade, isto é, como instrumento de retomada do sujeito sem incidir em redundância. Essa possibilidade é possível na língua portuguesa porque a flexão verbal carrega a marca do sujeito e nos permite sua retomada e compreensão da sentença.

Finalmente, encontramos enunciados sem oração e, portanto, sem predicado e sujeito. Conforme ilustra (4), esse fato se justifica pelo intuito do anunciador de destacar unicamente o que é vendido, prezando pela brevidade e pela objetividade do texto.

(4) Armazém de secos e Molhados e Padaria de Braz Marchischi & Irmão|Grande sortimento de gêneros nacionaes e estrangeiros. |Bebidas finas, licores, vinhos etc.| Sal, assucar, kerozene, azeite de Luca, doces [ilegível], fumos e outros artigos para fumantes.| Venda por atacado e a varejo.| Américo Braziliense (A NOTÍCIA, 21 jun. 1896, p. 164).

## 2. 2 ANTEPOSIÇÃO DO SUJEITO

Almeida (1967) explica que a ordem SV é

Ordem direta (também conhecida pelas denominações de natural, analítica ou usual) – É a ordem que consiste, em princípio, na disposição dos termos, na frase, de modo que os regentes antecedam os regidos, considerando-se, de um modo geral, o sujeito (em 1º lugar) e o predicado (em 2º lugar): verbo, complemento ou predicativo e adjunto adverbial (ALMEIDA, 1967, p. 245).

Contudo, como descreve Dias (1959, p. 309), a anteposição e a posposição do sujeito são regras gramaticais que respeitam a clareza da língua: “Com respeito à collocação, que depende de considerações lógicas, oratórias e musicaes, considerações que tem de subordinar-se ao principio supremo da clareza”.

Conforme já apresentado, em nossa análise, 143 (60%) ocorrências das 239 orações analisadas corresponderam a casos de anteposição. Na mesma direção do que salienta Pontes (1987),



entre outros autores, percebemos que de fato a maior produtividade é de anteposição do sujeito em língua portuguesa. Contudo, diferente da expectativa criada por conta de alguns estudos sobre o tema, essa diferença não se mostrou tão distante em anúncios de jornais do Brasil oitocentista, limitando-se a 20%.

Essa relativa aproximação parece estar relacionada à modalidade escrita e ao suporte discursivo analisado: o jornal, que, como sabemos, pode se orientar por um interesse pela expressão mais objetiva. O efeito de objetividade pode ser alcançado, por exemplo, pelo intenso uso de estruturas mais impessoais, como a voz passiva sintética – na qual o sujeito é sempre posposto ao verbo. Além disso, na modalidade escrita da língua, a recorrência da elisão do sujeito como elemento de recursividade favorece o descarte de contextos de análise que potencialmente poderiam apresentar o uso do sujeito anteposto ao verbo – como quando acompanhados de verbos transitivos e copulativos.

Quando analisada quantitativamente a anteposição do sujeito em relação ao tipo de voz da oração, ao verbo e à presença de objeto, verificamos que a ordem SVO representa a maioria substancial dos dados, isto é, 59%, o que corresponde a 84 ocorrências – conforme vemos na Tabela 1. Esse comportamento vai na direção do que observou Pontes (1987), segundo quem haveria predominância da ordem SVO junto a verbos transitivos.

Tabela 1 – Contextos de anteposição do sujeito

Contextos	Qdade	
S+V+O	84	59%
S+O+V	41	29%
S+V	9	6%
S+V (Pas. Sintética)	5	3%
S+V+Ag. (Pas. analítica)	4	3%
Total	143	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Alguns casos particulares que salientamos são, primeiramente, a pouca ocorrência de voz passiva analítica: 4 casos, que correspondem a 3% do total, como exemplifica o enunciado (5):

(5) A aula de Latim **será regida** pelo illmo. sr. dr. Antônio Benedicto de Cerqueira Cezar, cuja aptidão, para o magistério, já é muito conhecida; e a de Francez, onde somente se ensinará gramática e tradução, pelo diretor abaixo assignado (GAZETA DE CAMPINAS, 24 jul. 1870).

Por fim, chamou-nos atenção a ocorrência, ainda que pequena, de sujeito anteposto mesmo em orações na voz passiva sintética (5 casos, o que corresponde a 3%), o que se verifica em (6) e (7):

(6) [...] uma pessoa com longa pratica da lavoura, offerece-se para tomar conta de fazenda [...] (Jornal a NOTÍCIA, dez. 1898).

(7) Lotes de terra| Vende-se de terras de 5 alqueires [...] (A NOTICIA, 21 jun. 1896).

A princípio, poderíamos considerar os últimos casos como relativos ao fenômeno da anteposição do sujeito, porém, uma análise mais atenta, revela-nos que, na verdade, se trata de casos de topicalização, seguido de verbo em voz passiva sintética com o sujeito elíptico, que, por sua

vez, retomaria o tópico. Segundo defini Orsini (2004), o tópico é o sintagma nominal anterior, externo à sentença, normalmente já ativado no contexto discursivo, sobre o qual se faz uma proposição por meio de uma sentença-comentário.

## 2.3 POSPOSIÇÃO DO SUJEITO

Nos anúncios analisados, encontramos noventa e seis casos de sujeito posposto ao verbo, o que equivale a 40% dos dados. Conforme representado na Tabela 2, a presença de argumentos complementos ao verbo parece ser uma restrição possível para a posposição do sujeito, pois nesse

Tabela 2 – Contextos de posposição do sujeito

Contextos	Qdade	
V+S (Pas. Sintética)	54	56%
V+S	27	28%
V+O+S	9	10%
V+S+O	6	6%
Total	96	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

contexto, apenas 15 ocorrências foram encontradas com o sujeito posposto (VOS ou VSO). Em comparação com os dados da Tabela 1 (da anteposição do sujeito), os contextos em que figuram algum argumento complemento do verbo tendem a favorecer a anteposição do sujeito.

Apesar de a ordem SV ser não marcada e propiciar um processamento mais objetivo do sentido da oração, ao invertermos essa ordem, a comunicabilidade não parece ficar comprometida. Já explicara Câmara Júnior (1975, p. 253) que a inversão do sujeito se dá “quando não há um objeto direto para opor, pela colocação, ao sujeito ou

quando mesmo com objeto direto, o mecanismo da concordância pode entrar em ação”. Isso é o que se observa, por exemplo, em (8):

(8) No dia 31 deste mês de Julho (Domingo) terá lugar a festa da Gloriosa Sra. Santa Anna na Igreja Matriz de N. S. da Conceição, **consta** o seu programa de Novenas que principiaram no dia 22 deste, Missa cantada, Sermão, Procissão, orando ao Evangelho, o Rvm. Vigário José Joaquim de Souza e Oliveira. (GAZETA DE CAMPINAS, 28 jul. 1870).

Conforme descreve a Tabela 2, os casos mais produtivos de posposição de sujeito estão vinculados a verbos intransitivos e a orações em voz passiva sintética. Algo que também já havia sido pontuado por Pontes (1987, p.107): “[...] se olharmos orações intransitivas, esta estatística é diferente: a ocorrência de VS é mais significativa”. O uso de verbos intransitivos com posposição do sujeito é o segundo caso mais produtivo, alcançando 27 ocorrências dos 96 casos totais, o que corresponde a pouco mais de 28%. Os enunciados abaixo representam esse caso:

(9) Em fins de março do corrente ano **fugio** huma criôla de nome Delfina, baixa, fula, com poucos dentes [...] (O NOVO ÍRIS, 31 maio 1850).

(10) **Fugio** ao abaixo assignado no dia 23 um papagaio, quem o apanha... (O NOVO ÍRIS, 6 ago. 1850).

O último caso de posposição, e o mais produtivo, está vinculado ao uso recorrente de voz passiva sintética, que corresponde a 56% das ocorrências (54 de 96 casos). Os enunciados abaixo são alguns exemplos desses usos:

(11) **Recebem-se** pensionistas [...] (A NOTÍCIA, 21 jun. 1896).

(12) **Perdeu-se**, no dia 28 [...], um alfinete de brilhante [...] (O NOVO ÍRIS, 31 maio 1850).

(13) **Vende-se** um sítio com casa de morada coberta de telhas [...] (GAZETA DE CAMPINAS, 29 set. 1870).

Recordamos que a alta produtividade da posposição do sujeito nesse contexto oracional está relacionado ao gênero textual anúncio de jornal. Por fim, é interessante observamos a recorrência de casos de passivas sintéticas sem concordância entre sujeito paciente e o verbo, fenômeno que parece ter sua incidência aumentada no português contemporâneo:

(14) [...] **vende-se** lombinhos muito superiores chegados ultimamente da Colônia de São Leopoldo, por preço comodo (O NOVO ÍRIS, 5 jul. 1850).

(15) **Vende-se** quinze braças de terras sitos na Praia de fora, que forao das herdeiras do finado Fellippe Ago de Carpes [...] (O NOVO ÍRIS).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apreciações expostas neste estudo permitiram-nos observar que, em anúncios de jornais do século XIX, já era possível encontrar maior ocorrência do uso do sujeito anteposto ao verbo (60% dos casos). Contudo, também notamos uma incidência significativa da posposição do sujeito (40% dos casos). Mais interessante é o fato de esses dados dialogarem de perto com os dados levantados por Pontes (1987), que descreve a colocação do sujeito no português moderno. Ou seja, já no português oitocentista se observava a maior recorrência da anteposição do sujeito (disposição não marcada na língua), especialmente favorecida junto a verbos com complementos explícitos. Por sua vez, a posposição do sujeito ocorria especialmente em verbo sem complemento ou em orações passivas sintéticas. Em particular, nesse último contexto, também era possível observar a ausência de concordância do verbo com o que, nas páginas da tradição normativa, é visto como sujeito.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. *Gramática brasileira da língua portuguesa*. São Paulo: Obelisco, 1967.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- DIAS, A. E. S. *Syntaxe histórica portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1959.
- GUEDES, M.; BERLINCK, R. A. *E os preços eram commodos... anúncios de Jornais Brasileiros Século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.
- ORSINI, M. T. As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva em tempo real. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 8., 2004, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF: análise do discurso e linguística textual*. Rio de Janeiro: CFEFL, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno05-07.html>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- PONTES, E. A ordem VS em português. In: PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas/SP: Pontes Editores, 1987. p. 105-147.
- TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerários da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. 3. ed. Tradução de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

## **JORNAIS**

A Actualidade, 16 jul. 1875.

O Jequitinhonha, 1868.

O Jequitinhonha, 1870.

A Notícia, 21 jun. 1896.

Gazeta de Campinas, 23 jun. 1870.

Jornal a Notícia, dez. 1898.

A Notícia, 21 jun. 1896.

Gazeta de Campinas, 28 jul. 1870.

O Novo Íris, 31 maio 1850.

O Novo Íris, 6 ago. 1850.

A Notícia, 21 jun. 1896.

O Novo Íris, 31 maio 1850.

Gazeta de Campinas, 29 set. 1870.

O Novo Íris, 5 jul. 1850.

O Novo Íris.



# FORMAS SIMPLES E PERIFRÁSTICAS DE PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO E DE PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO EM VARIAÇÃO

SIMPLE AND PERIPHRASTIC FORMS OF PLUPERFECT PAST  
 TENSE OF THE INDICATIVE AND IMPERFECT  
 PAST TENSE OF THE SUBJUNCTIVE IN VARIATION

Márluce Coan\*, Francisco José Gomes de Sousa\*\*,  
 Laila Cavalcante Romualdo\*\*\*

## RESUMO

Via análise de 837 dados de 1887 a 2012, provenientes de revistas históricas do Instituto do Ceará, mostramos como a forma de pretérito mais-que-perfeito simples foi perdendo espaço ao imperfeito do subjuntivo na codificação da função conjuntiva, especializando-se em contextos bastante restritos, especialmente aqueles nos quais há verbo de estado, *dicendi* ou modal, bem como ausência de conector. Ademais, seu principal nicho de ocorrência é a sincronia de 1887 a 1899. Em análise global, os dados estão assim distribuídos: 39 dados de pretérito mais-que-perfeito simples, 609 dados de pretérito imperfeito do subjuntivo, 85 de pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo, 11 de perífrase verbal do mais-que-perfeito simples do indicativo e 93 de perífrase verbal do pretérito imperfeito do subjuntivo. Em termos teóricos, aludimos a dois dos princípios de mudança propostos por Weinreich, Labov e Herzog (1968): transição e restrições. Mostramos o cenário de transição, ao considerarmos tendências de uso de cada uma das formas sob análise por sincronia: 1887-1899; 1944-1956 e 2000-2012, bem como restrições de uso, ao mapearmos contextos de ocorrência por tipo verbal, uso de conector, polaridade, tipo oracional, gênero textual e sincronia. Trata-se de empreitada que possibilita mais conhecimento sobre a gramática do Português e sobre

\* Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Titular do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7809-8624>

\*\* Graduando em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e em suas Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6115-0107>

\*\*\* Graduanda em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa e em suas Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6923-7442>

a história da língua, por mostrar como certas mudanças foram consolidadas, que fatores contribuíram e quais são, ainda, os contextos de resistência.

**Palavras-chave:** função conjuntiva; pretérito mais-que-perfeito; pretérito imperfeito do subjuntivo.

### **ABSTRACT**

*Through an analysis of 837 data from 1887 to 2012, extracted from Institute of Ceará historical journals, we showed how the simple pluperfect past tense form has been losing space to the imperfect of the subjunctive, in the codification of the subjunctive function, specializing itself in quite restrict contexts, especially those in which there are verbs of state, dicendi or modal, as well as the absence of a connector. Moreover, its main occurrence niche is the synchrony between 1887 and 1899. In global analysis, data are distributed as follows: 39 simple pluperfect past tense data, 609 subjunctive past imperfect data, 85 compound pluperfect past in the subjunctive mode, 11 verbal periphrasis of the simple pluperfect past tense in the indicative mode and 93 verbal periphrasis of the subjunctive imperfect past. In theoretical terms, we alluded to two of the principles of change proposed by Weinreich, Labov and Herzog (1968): transition and restrictions. We showed the transition scenario when we considered tendencies in the use of each of the forms under analysis per synchrony: 1887-1899; 1944-1956 and 2000-2012, as well as the usage restrictions, when mapping occurrence contexts per verbal type, use of connector, polarity, clause types, textual genre, and synchrony. The research is an undertaking that allows more knowledge of Portuguese grammar and of the history of the language, by showing how certain changes have been consolidated, which factors have contributed, and which are the contexts of resistance.*

**Keywords:** subjunctive function; pluperfect past; imperfect past subjunctive.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Para expressar condição no português do Brasil, utiliza-se, em geral, o pretérito imperfeito do subjuntivo (01), como observam Gryner (1998), Neves e Souza (1999), Prestes (2003), Back (2008), dentre outros. O mais-que-perfeito simples (02) também se presta a essa função, conforme Fiorin (1996) e Martins e Paiva (2013), no entanto, é considerada forma obsoleta, pois foi perdendo vez neste espaço conjuntivo ao longo do tempo, como atesta Coan (2003). Em amostra do século XVI ao século XX, a autora encontrou somente 55 dados de mais-que-perfeito conjuntivo, dos quais 47 são do século XVI.

(01) Assim, seria mais adequado se aquele título **DISSESSE**: «A Cultura Brasileira inventa o Brasil» [...]¹

(02) A LETTERA, o MUNDUS NOVUS e as QUATUOR NAVIGATIONES não teriam tido tantos leitores como lograram, se não **FORA** o romanesco episódio de canibalismo²

¹ Artigo: Formação do povo brasileiro e da nação, seu agonístico caráter nacional – alguns balizamentos, 2009, p. 121.

² Artigo: Protohistória cearense, 1944. p. 155.

Embora não se aborde com frequência a função conjuntiva codificada pelo pretérito mais-que-perfeito, há, em algumas gramáticas, registros referentes à substituição do pretérito imperfeito do subjuntivo pelo pretérito mais-que-perfeito simples por razões literárias ou estilísticas, como em Barbosa (1830 [1822]), Almeida (1989), Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009). Barbosa chama-nos atenção para o fato de que, para garantir simetria em certos enunciados, quando –ra substitui –ria (*achara/dera*, em (03)), também substitui –sse (*fora*, em (03)). Lembra, ainda, o autor que, em português, –ra substitui –sse somente nas condicionais, já que não dizemos, por exemplo: *Ele queria que eu viera*, como ocorre em castelhano (*Él quería que yo viniera*).

(03) Se eu **FORA** hum dos beneméritos; em mim mesmo, e no meu próprio merecimento **achara** tão grandes razões de me consolar, que sem outra mercê nem despacho, me **dera** por mui contente e satisfeito<sup>3</sup>

Ressalva-se, contudo, que o fato de encontrarmos uma forma aqui, outra acolá, indica persistência do mais-que-perfeito porque, pelo que atesta Becker (2008, 2012), o mais-que-perfeito conjuntivo, em português, resistiu somente até o século XIX. Trata-se, conforme o autor, de função residual do pretérito mais-que-perfeito: “uma estratégia estilística altamente marcada no reino da retórica pomposa” (BECKER, 2008, p. 106). A título de comparação, pode-se citar o caso do espanhol: inversamente ao que ocorre em português, conforme Alarcos (1994), Rojo (1996) e Rojo e Rozas (2014), há, em espanhol, uso da forma –ra nas condicionais, sendo a forma em –se a que teria valor estilístico.

O emprego do mais-que-perfeito com valor [*menos realis*], de acordo com Ravizza (1958, p. 265 *apud* MARTINS; PAIVA, 2013, p. 543), “já era atestado em latim, principalmente com os verbos modais *poder* e *dever*; expressões modalizadoras como “ser necessário”, “ser desejável”, com os verbos *credo*, *puto*, *arbitror*, *opinor* e análogos, especialmente se precedidos de negação [...], e na apódoxe de períodos condicionais”. A manutenção de usos de mais-que-perfeito em verbos modais foi atestada, mais recentemente, por Coan (2003) e Brocardo (2010, 2012). Para Coan (2003), a permanência do mais-que-perfeito simples com verbos modais sugere um processo metafórico: do espaço real, mais assertivo (mais-que-perfeito temporal), para o espaço modal, menos assertivo. Brocardo (2010, 2012), por sua vez, observa que persistem usos condicionais ou conjuntivos do mais-que-perfeito, incluindo-se as formas atestadas com valor modal, tais como: *Quem me dera (ser rica)*, parafraseável por *Como eu gostaria de (ser rica)*, ou *Fora eu (rica)*..., parafraseável por *Se eu fosse (rica)*... (exemplos da autora).

Com base em achados da literatura que revelam o pretérito mais-que-perfeito simples como variante do pretérito imperfeito do subjuntivo, nossa pesquisa versa sobre esse processo de variação, porém, para além dessas duas formas, incluímos três outras na análise, tendo em vista a acepção conjuntiva que expressam. Sendo assim, compomos uma proposta de investigação pautada em cinco formas de codificação da função conjuntiva: (i) pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo, (ii) pretérito imperfeito do subjuntivo, (iii) pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo, (iv) perífrase verbal do pretérito mais-que-perfeito simples do indicativo e (v) perífrase verbal do pretérito imperfeito do subjuntivo, respectivamente ilustradas de (04) a (08) a seguir.

(04) Se não **FORA** a execução dessas mudanças elaboradas simples e puramente por um só processo, por exemplo, a velocidade de transformação da mentalidade dos diversos povos chineses teria sido lenta e paulatina<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Pe. Antonio Vieira – In: Barbosa, [1822] 1830, p. 214.

<sup>4</sup> Conferências e Palestras: O que foi a Revolução Cultural na China?, 2006, p. 275.



(05) Se ele **POSSUÍSSE** um estilo correspondente à sua portentosa imaginação e às faculdades observadas, seria um dos primeiros romancistas brasileiros, talvez o primeiro, depois de Alencar<sup>5</sup>

(06) [...] Na Antiguidade Clássica, a recomposição do passado dificilmente teria atingido o nível obtido se não **TIVESSE USADO** as informações orais como uma fonte básica de compreensão histórica. [...]<sup>6</sup>

(07) Se eu **TIVERA QUE BUSCAR** um prazer capaz de me amparar em todas as circunstâncias, fonte de felicidade e de alegria na vida, defesa contra os males, mesmo quando tudo fosse pelo pior e tivesse o mundo contra mim, esse prazer seria o gosto da leitura<sup>7</sup>

(08) Se **FÔSSEMOS UTILIZAR** todas as entrevistas efetuadas, ao longo da pesquisa que se estendeu num período de doze meses, ou pelo menos explorar a maioria delas, vários seriam os temas revelados, que muitas vezes se entrelaçam pelo teor do conteúdo transmitido. [...]<sup>8</sup>

Consideramos essas formas em variação em três sincronias: 1887-1899; 1944-1956 e 2000-2012, visando à análise de um dos princípios de mudança, a transição (nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (1968)). Ademais dessa investigação, mapeamos contextos de uso, seja por gênero textual, seja por fatores de natureza semântico-sintática, objetivando a busca por restrições (outro dos princípios de mudança, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968)).

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Considerando-se que há cinco formas de codificação, utilizadas em um mesmo contexto com o mesmo valor de verdade na acepção de (LABOV, 1978), para a expressão da função conjuntiva, nossa perspectiva analítica versou sobre o processo de variação-mudança ao longo de três sincronias. A mudança, nesse sentido, é vista como consequência da variação: “Afinal de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação. E constatar o vínculo entre variação e mudança necessariamente implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando” (TARALLO, 1994, p. 25).

Destacamos, ainda, que a sistematização dos dados por sincronia (do século XIX ao XXI) é essencial para estabelecermos comparações, no sentido de evidenciar (ou não) a manifestação da doutrina do uniformitarismo: alguns mecanismos que operaram para produzir mudanças no passado podem estar operando nas mudanças correntes (LABOV, 1994).

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (1968), o primeiro passo desse empreendimento é considerar a língua como dotada de *heterogeneidade sistemática*, para, então, descobrir o mecanismo da mudança. Na mudança de um estado da língua a outro, conforme os autores, há estágios de transição, nos quais uma forma passa a ser utilizada em alguns contextos, até ser primordial em todos e tornar a outra obsoleta. Uma vez descoberto o que está mudando (o que está em transição), podemos investigar as condições de mudança (*restrições*): fatores de diferentes ordens (fatores linguísticos e sociais, por exemplo) que motivam ou restringem o uso de uma determinada forma em detrimento de outra(s).

<sup>5</sup> Artigo: Rodolpho Theóphilo (O polivante polêmico), 2009, p. 220.

<sup>6</sup> Artigo: A dimensão metodológica da História Oral, 2001, p. 150.

<sup>7</sup> Discurso: Do Dr. José Waldo Ribeiro Ramos, 1950, p. 382.

<sup>8</sup> Artigo: Seminário da Prainha, uma outra Fortaleza: um velho tema numa nova opção metodológica, 2007, p. 119.

Dessa guisa, para o fenômeno variável em cena, controlamos: a) polaridade, levando em conta que Becker (2008) e Brocardo (2012) hipotetizam estar o uso do mais-que-perfeito modal associado a contextos negativos, menos factuais do que os afirmativos; b) presença/ausência de conector, devido ao fato de a marcação do conectivo condicional reforçar o valor *irrealis* do mais-que-perfeito (verdade possível em oposição ao valor *realis*, que se refere à verdade por acordo prévio, segundo Givón (1984)); c) tipo oracional, considerando que a variação ocorreria, preferencialmente, em orações condicionais ou em orações comparativo-condicionais, nas quais o mais-que-perfeito serviria como estratégia modal, para admitir como verdadeira uma hipótese; e d) tipo de verbo, já que o uso do mais-que-perfeito, na função conjuntiva, parece estar associado a verbos modais, cuja acepção é mais *irrealis* do que a de outros verbos.

A esses fatores, acoplamos dois outros grupos, um relativo a gênero textual e outro a século, para verificarmos em quais gêneros tem o mais-que-perfeito resistido e como foi decrescendo o seu uso com o passar do tempo (de 1887-1899, passando por 1944-1956, a 2000-2012). Relativamente a gêneros textuais, supomos que, nos gêneros da ordem do argumentar (um dos agrupamentos propostos por Dolz-Mestre e Schneuwly (1996)), o uso do mais-que-perfeito poderia figurar como estratégia de menos comprometimento em contextos argumentativos. Acerca das sincronias, nossa hipótese assenta-se no fato de que pesquisas atuais, com dados orais, não têm evidenciado usos conjuntivos do mais-que-perfeito simples, o que pode indicar consolidação do processo de mudança no último século.

Com base nessas premissas sociolinguísticas (variável-variantes, transição e restrições), seguimos procedimentos metodológicos que visam a demonstrar heterogeneidade sistemática ao longo de sincronias passadas. Para tanto, selecionamos um conjunto de 39 revistas históricas formatadas pelo Instituto do Ceará (Brasil), disponíveis no site: [www.institutodoceara.org.br](http://www.institutodoceara.org.br), 13 revistas por sincronia: 1887 a 1899, 1944 a 1956 e 2000 a 2012. Não obtivemos acesso a alguns poucos arquivos do site, razão pela qual desconsideramos a revista na íntegra de 2000 e algumas seções de outras das revistas de 1888, 1949 e 2001 (1888: Actas da Sessão de 22 de Março de 1888 e Notícias da Freguezia de N. S. da Conceição da Caissara – Cura Dr. João Ribeiro Pessoa; 1949: Eufrásia de Almeida; 2001: As Agências Reguladoras).

As variantes (formas simples e perifrásticas de mais-que-perfeito e imperfeito) foram codificadas mediante seis grupos de fatores (polaridade, presença/ausência de conector, tipo oracional, tipo verbal, gênero textual e sincronia), sendo, então, submetidas à análise multivariada no programa GOLDVARB X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), método que fornece os pesos relativos das variáveis intervenientes. Conforme Guy e Zilles (2007), o modelo supõe que probabilidades e pesos fazem parte da gramática mental dos falantes: se os pesos estiverem acima de 0,50, favorecem a aplicação da regra; se estiverem abaixo, desfavorecem.

Considerando-se que a competência linguística inclui restrições quantitativas, descrevemos e explicamos, na seção que segue, o funcionamento das estruturas linguísticas que compõem o envelope de variação aqui configurado, para que possam ser feitas generalizações pautadas em interpretação estatística, nas quais, segundo Lass (1980), a ciência está interessada.

### 3 VARIAÇÃO E MUDANÇA AO LONGO DE TRÊS SINCRONIAS

Da amostra sob análise, obtivemos 837 dados da função conjuntiva (nos termos de Said Ali, 1964), a qual expressa algum tipo de condição requerida à realização daquilo que é expresso na cláusula nuclear. Na Tabela 1 abaixo, apresentamos o quantitativo de cada uma das formas verbais

investigadas. Como prevíamos, há mais usos de imperfeito do subjuntivo (609 dados dos 837, o que equivale a 72.8% da amostra). Ademais, a perífrase de imperfeito do subjuntivo (93 dados) e a forma composta, cujo auxiliar está no imperfeito (85 dados) são mais frequentes do que o mais-que-perfeito simples e a perífrase de mais-que-perfeito simples, comprovando a primazia do imperfeito na codificação da função conjuntiva. Ressalta-se que as formas verbais que se encontravam na terceira pessoa do plural (-SSEM / -RAM) foram descartadas, tendo em vista que seus contextos de ocorrência impossibilitavam ou dificultavam a comutação entre o imperfeito do subjuntivo e o mais-que-perfeito do indicativo, além de este apresentar formas homônimas com o pretérito perfeito simples do indicativo, conforme os dados (09) e (10).

(09) E se a inveja e a ignorância **CONSEGUISSEM** fazer apagar e esquecer o que a mão escreveu, nas cicatrizes benfeitoras que cada cearense traz nos braços, está gravada a marca de sua ciência generosa, velho avô [...] <sup>9</sup>

(10) Ficando os ditos olhos de agoa em meyo, meya Legana buscando o caminho matta fresca, e outra meya legoa para sima, buscando o poente, as quais terras se acham devolutas e desaproveitadas, e nunca foram pedidas, e se o **FORAM**, não o pontuarão e assim estam sem darem lucros as Rendas Reais <sup>10</sup>

Tabela 1 – Correlação entre forma verbal e expressão da função conjuntiva

Forma Verbal	Aplicação/Total	Percentual
Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	39/837	4.6
Pretérito imperfeito do Subjuntivo	609/837	72.8
Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	85/837	10.2
Perífrase verbal do mais-que-perfeito simples do Indicativo	11/837	1.3
Perífrase verbal do pretérito imperfeito do Subjuntivo	93/837	11.1

Fonte: elaborada pelos autores.

Após o mapeamento das formas de codificação da função conjuntiva, analisamos seus contextos de ocorrência, para delinear as tendências de uso. Dessa guisa, configuramos nossa análise em três seções: consideramos, em princípio, na seção 3.1, comparação entre sincronias e gêneros textuais; em seguida, em 3.2, tratamos dos contextos sintático-semânticos; por fim, expomos resultados de uma análise multivariada no Goldvarb X, em 3.3.

### 3.1 TENDÊNCIAS DE CODIFICAÇÃO DA FUNÇÃO CONJUNTIVA POR SINCRONIA E GÊNERO TEXTUAL

A análise dos dados por sincronia mostra decréscimo de uso das formas típicas de mais-que-perfeito com o passar dos anos: só há seis dados de mais-que-perfeito simples na amostra de 2000-2012, e nenhum dado da perífrase de mais-que-perfeito simples, ao passo que as formas de imperfeito se mantêm vigorosas.

<sup>9</sup> Artigo: Rodolpho Theóphilo (O polivalente polêmico), 2009, p. 232.

<sup>10</sup> Notas e Transcrições: Diversos – Cartas e Registros de Sesmarias, 1893, p.151.

Tabela 2 – Correlação entre forma verbal e sincronia na expressão da função conjuntiva (aplicação/total/percentual)

Forma verbal \ Sincronia	Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Pretérito imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	Perífrase do pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Perífrase do pretérito imperfeito do Subjuntivo
1887-1899	18/319/5.6	228/319/71.5	33/319/10.4	8/319/2.5	32/319/10.0
1944-1956	15/308/4.9	221/308/71.7	27/308/8.8	3/308/1.0	42/308/13.6
2000-2012	6/210/2.9	160/210/76.2	25/210/11.9	0/210/0.0	19/210/9.0

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados obtidos revelam que o mais-que-perfeito simples por si só e o mais-que-perfeito simples em perífrase, embora sejam bem menos frequentes na função conjuntiva, ainda ocorrem nas três sincronias sob análise: a) na primeira sincronia sob análise (1887-1899), há 18 dados de mais-que-perfeito simples e 08 de perífrase; b) na segunda sincronia (1944-1956), há 15 de forma simples e 03 de perífrase; c) na terceira, de 2000 a 2012, há somente dados da forma simples, 06 dados. Esses resultados ilustram o processo de mudança, mais especificamente, o estágio de transição, um dos princípios de mudança, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968), já que uma forma passa a ser utilizada em mais contextos (o imperfeito), até ser primordial em todos e tornar a outra (a simples) obsoleta.

O gênero textual revelou-nos que o mais-que-perfeito simples é mais frequente (frequência *token*) no gênero artigo, embora haja dados em notas, registro bibliográfico, discurso, homenagem e conferência/palestra. A perífrase de mais-que-perfeito também ocorre com mais frequência em artigos, havendo somente dois dados em outros gêneros, um dado em notas e outro em discursos.

Tabela 3 – Correlação entre forma verbal e gênero textual na expressão da função conjuntiva (aplicação/total/percentual)

Formaverbal \ Gênero textual	Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Pretérito imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	Perífrase do pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Perífrase do pretérito imperfeito do Subjuntivo
Carta ao leitor	0/1/0.0	1/1/100.0	0/1/0.0	0/1/0.0	0/1/0.0
Artigo	32/641/5.0	461/641/71.9	69/641/10.8	9/641/1.4	70/641/10.9
Atas das Sessões	0/23/0.0	20/23/87.0	0/23/0.0	0/23/0.0	3/23/13.0
Notas/Transcrições	2/22/9.1	14/22/63.7	1/22/4.5	1/22/4.5	4/22/18.2
Registro Bibliográfico	1/8/12.5	6/8/75.0	0/8/0.0	0/8/0.0	1/8/12.5
Discursos	2/81/2.5	58/81/71.6	9/81/11.1	1/81/1.2	11/81/13.6
Homenagem Póstuma	1/15/6.7	14/15/93.3	0/15/0.0	0/15/0.0	0/15/0.0
Conferências e Palestras	1/20/5.0	13/20/65.0	3/20/15.0	0/20/0.0	3/20/15.0
Documentos	0/22/0.0	19/22/86.4	3/22/13.6	0/22/0.0	0/22/0.0
Relatório da Secretaria Geral	0/1/0.0	1/1/100.0	0/1/0.0	0/1/0.0	0/1/0.0
Documentário	0/3/0.0	2/3/66.7	0/3/0.0	0/3/0.0	1/3/33.3

Fonte: elaborada pelos autores.

Ademais de haver mais dados brutos de mais-que-perfeito em artigos, proporcionalmente ao imperfeito, o percentual é baixíssimo. Chama-nos a atenção o fato de haver um dado aqui, outro acolá, nos gêneros da ordem do expor, nos quais existe a pretensão de ressaltar, relevar, destacar algo ou alguém, como em homenagem, discurso e conferência.

### 3.2 TENDÊNCIAS DE CODIFICAÇÃO DA FUNÇÃO CONJUNTIVA POR CONTEXTO SINTÁTICO-SEMÂNTICO

Em se tratando de análise linguística, iniciamos nossas considerações pelo grupo polaridade, cujos fatores ilustramos em (11) e (12), respectivamente contexto de polaridade afirmativa e de polaridade negativa. Os resultados revelam mais uso da função conjuntiva em orações afirmativas, conforme Tabela 4, no entanto devemos atentar para o fato de que, no uso de mais-que-perfeito, o percentual para a polaridade negativa suplanta o outro (o afirmativo).

(11) É importante, porém, ressaltar que o nosso autor não declara ser a religião condição essencial da moral. Se **FORA** assim, não haveria consciência emancipada.<sup>11</sup>

(12) Seria deleitável expor suas ‘explicações’, se não **FOSSE** tão longo abusar da paciência do leitor. [...]<sup>12</sup>

Tabela 4 – Correlação entre forma verbal e polaridade na expressão da função conjuntiva (aplicação/total/percentual)

Forma verbal \ Polaridade	Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Pretérito imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	Perífrase do pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Perífrase do imperfeito do Subjuntivo
Orações afirmativas	25/656/3.8	479/656/73.0	66/656/10.1	8/656/1.2	78/656/11.9
Orações negativas	14/181/7.7	130/181/71.8	19/181/10.5	3/181/1.7	15/181/8.3

Fonte: elaborada pelos autores.

Os números brutos, expostos na Tabela 5, evidenciam forte presença de conector oracional, no entanto, se atentarmos aos percentuais, é a ausência de conector que motiva o mais-que-perfeito simples (conforme exemplo (13)), e a presença, o imperfeito (conforme exemplo (14)). Para a forma composta e para as perífrases, há equilíbrio percentual.

(13) Não **FORA** o facto de conter preciosos informes do Brasil sob domínio batavo, e mesmo de outras regiões em poder flamengo, não despertaria tanta curiosidade<sup>13</sup>

(14) Dizia-se ser Frutuoso possuidor de ‘grossos cabedais’ provindos do comércio exportador. Mas achava ele que mais poderia produzir se **TIVESSE** maior contato com estas riquezas da terra. [...]<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Artigo: O Tradicionalismo do Visconde de Sabóia, 2004, p. 14.

<sup>12</sup> Artigo: Existe o Nordeste? (gênese de sua invenção como região), 2005, p.130.

<sup>13</sup> Artigo: Um livro desconhecido sobre o Brasil Holandês, 1948 p. 286.

<sup>14</sup> Artigo: A Família Barbosa Cordeiro, 2005, p. 18.

Tabela 5 – Correlação entre forma verbal e uso de conectivo oracional na expressão da função conjuntiva (aplicação/total/percentual)

Forma verbal Conectivo	Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Pretérito imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	Perífrase do pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Perífrase do pretérito imperfeito do Subjuntivo
presença	34/808/4.2	592/808/73.3	82/808/10.1	11/808/1.4	89/808/11.0
ausência	5/29/17.2	17/29/58.6	3/29/10.4	0/29.0./0.0	4/29/13.8

Fonte: elaborada pelos autores.

Em relação aos tipos oracionais, em princípio, investigaríamos apenas os contextos de oração condicional e comparativo-condicional (conforme exemplos (15) e (16)), entretanto, de posse dos dados, fomos percebendo outras sutilezas relativamente à expressão de uma condição, por exemplo, estruturas híbridas com teor temporal-condicional, consecutivo-condicional, proporcional-condicional, aditivo-condicional, aditivo-comparativo-condicional, aditivo-adversativo-condicional, adversativo-condicional, adversativo-temporal-condicional, adversativo-consecutivo-condicional, alternativo-condicional, alternativo-temporal-condicional, alternativo-comparativo-condicional, alternativo-explicativo-condicional, explicativo-condicional, adjetiva explicativa/restritiva e completa subjetiva.

Os contextos sintáticos híbridos, com exceção do comparativo-condicional, não são propícios ao mais-que-perfeito simples, conforme se observa na Tabela 6, na qual distribuimos os dados (aplicação/total/percentual) por forma de codificação e por função sintático-semântica. Além disso, as ocorrências de orações que não expressam um conectivo condicional prototípico (“se”, por exemplo) tendem a manifestar a função conjuntiva de maneira implícita, pois evocam outras noções semânticas predominantes no enunciado pelos aspectos formais de sua construção, mas, devido à sobreposição, um teor de condição também é conferido à proposição, conforme se pode observar, a título de ilustração, em (17) e (18), em que o imperfeito ocorre, respectivamente, em uma estrutura adversativo-condicional e em uma estrutura adversativo-temporal-condicional.

(15) Educou sobrinhos, auxiliou parentes, ajudou amigos. Se não **FORA** político militante – destacou-se como chefe local da L.E.C., em 1935 – poucos vigários poderiam ombrear-se com ele na estima de seus paroquianos<sup>15</sup>

(16) Ele nos disse, desprezenciosamente, em palestra íntima, confirmando o nosso justificado encantamento, que Dom Antonio de Almeida Lustosa mostrava-se capacitado nas dificuldades que precisamos enfrentar e combater, como se há muito **PERMANECERA** entre nós, convivendo com este povo sujeito secularmente ao suplício das irregularidades pluviométricas<sup>16</sup>

(17) Mas não **FOSSE** por amisade, e sim por escrupulos da consciencia, nada mais natural neste caso do que Braga, por dever de lealdade, transmitir ao novo chefe o motivo ponderoso da sua adesão, para que elle se acautelasse [...]<sup>17</sup>

(18) Mas, quando assim não **FOSSE**, onde o consentimento do réo já pêsou para a sua execução? Nessa mesma Roma antiga e pagã já era preceito sabido e respeitado – que não se **DÉSSE** ouvidos a quem quizesse morrer [...]<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Artigo: Minha árvore genealógica, 1950, p. 78.

<sup>16</sup> Discurso: Recepção de novos sócios, 1944, p. 213.

<sup>17</sup> Artigo: Presidentes do Ceará – Período Regencial – parte II, 1899, p. 140.

<sup>18</sup> Artigo: Presidentes do Ceará – Período Regencial – parte I, 1899, p. 76.

Tabela 6 – Correlação entre forma verbal e tipo oracional na expressão da função conjuntiva (aplicação/total/percentual)

Forma verbal \ Tipo oracional	Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Pretérito imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	Perífrase do pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Perífrase do pretérito imperfeito do Subjuntivo
Condicional	29/552/5.3	393/552/71.2	60/552/10.9	8/552/1.4	62/552/11.2
Comparativo-condicional	9/135/6.7	93/135/68.9	17/135/12.6	3/135/2.2	13/135/9.6
Temporal-condicional	0/25/0.0	22/25/88.0	0/25/0.0	0/25/0.0	3/25/12.0
Consecutivo-condicional	0/2/0.0	2/2/100.0	0/2/0.0	0/2/0.0	0/2/0.0
Proporcional-condicional	0/2/0.0	2/2/100.0	0/2/0.0	0/2/0.0	0/2/0.0
Aditivo-condicional	1/27/3.7	25/27/92.6	0/27/0.0	0/27/0.0	1/27/3.7
Aditivo-comparativo-condicional	0/10/0.0	9/10/90.0	0/10/0.0	0/10/0.0	1/10/10.0
Aditivo-adversativo-condicional	0/2/0.0	2/2/100.0	0/2/0.0	0/2/0.0	0/2/0.0
Adversativo-condicional	0/15/0.0	10/15/66.7	2/15/13.3	0/15/0.0	3/15/20.0
Adversativo-temporal-condicional	0/1/0.0	1/1/100.0	0/1/0.0	0/1/0.0	0/1/0.0
Adversativo-consecutivo-condicional	0/1/0.0	1/1/100.0	0/1/0.0	0/1/0.0	0/1/0.0
Alternativo-condicional	0/4/0.0	3/4/75.0	1/4/25.0	0/4/0.0	0/4/0.0
Alternativo-temporal-condicional	0/2/0.0	1/2/50.0	1/2/50.0	0/2/0.0	0/2/0.0
Alternativo-comparativo-condicional	0/1/0.0	0/1/0.0	1/1/100.0	0/1/0.0	0/1/0.0
Alternativo-explicativo-condicional	0/1/0.0	0/1/0.0	1/1/100.0	0/1/0.0	0/1/0.0
Explicativo-condicional	0/6/0.0	6/6/100.0	0/6/0.0	0/6/0.0	0/6/0.0
Adjetiva explicativa/restritiva	0/20/0.0	16/20/80.0	0/20/0.0	0/20/0.0	4/20/20.0
Completiva subjetiva	0/31/0.0	23/31/74.2	2/31/6.5	0/31/0.0	6/31/19.3

Fonte: elaborada pelos autores.

Para a análise do *tipo semântico do verbo*, orientamo-nos, inicialmente, pela tipologia verbal quadripartida proposta por Vendler (1967): atividade, processo culminado, culminação e estado, e adicionamos os tipos verbo *dicendi*, verbo cognitivo e verbo modal, visando a captar sutilezas referentes ao complexo tempo-aspecto-modalidade, as quais poderiam direcionar a opção por uma ou outra forma de codificação da função conjuntiva. Dessa guisa, os números expostos na Tabela 7 direcionam o uso do mais-que-perfeito simples para verbos de estado e *dicendi* (conforme ilustramos em (19) e (20)), ao passo que a perífrase com mais-que-perfeito simples é direcionada a verbos modais (cf. exemplo (21)).

(19) Agradecemos á providencia, diz Araripe. Si menos sensível no espetáculo do mal **FORA** o coração do presidente da comissão Militar, arbitro da vida dos cearenses, HOUVERA corrido com profusão o sangue das victimas em holocausto ao despotismo<sup>19</sup>

(20) [...] E, se **DISSESSE** que se malograram as esperanças por mim acariciadas, estaria mentindo a Deus e à propria consciência. [...] <sup>20</sup>

(21) Snr. Presidente, se eu poderá, rasgara o véo que occulta o mysterio de semelhante attentado; se eu **PODERA REVELAR** nesta camara o nome da pessoa ou pessoas, que esse presidente encarregou de assassinar a Pinto Madeira, ou

<sup>19</sup> Artigo: Presidentes do Ceará-Primeiro Reinado, 1891, p. 258.

<sup>20</sup> Artigo: Uma flor do Clero Cearense, 1955, p. 184.



a quem fallou para assassinar a Pinto Madeira apenas chegando a província do Ceará, todo o mysterio estava patente, toda a discussão tinha acabado<sup>21</sup>

Tabela 7 – Correlação entre forma verbal e tipo verbal na expressão da função conjuntiva (aplicação/total/percentual)

Forma verbal \ Tipo verbal	Pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Pretérito imperfeito do Subjuntivo	Pretérito mais-que-perfeito composto do Subjuntivo	Perífrase do pretérito mais-que-perfeito simples do Indicativo	Perífrase do pretérito imperfeito do Subjuntivo
Atividade	0/80/0.0	60/80/75.0	6/80/7.5	0/80/0.0	14/80/17.5
Processo Culminado	1/78/1.3	54/78/69.2	16/78/20.5	1/78/1.3	6/78/7.7
Culminação	1/96/1.0	66/96/68.8	20/96/20.8	0/96/0.0	9/96/9.4
Estado	30/450/6.6	363/450/80.7	36/450/8.0	0/450/0.0	21/450/4.7
<i>Dicendi</i>	4/29/13.7	19/29/65.5	3/29/10.4	0/29/0.0	3/29/10.4
Cognitivo	1/46/2.2	35/46/76.1	3/46/6.5	0/46/0.0	7/46/15.2
Modal	2/58/3.5	12/58/20.7	1/58/1.7	10/58/17.2	33/58/56.9

Fonte: elaborada pelos autores.

### 3.3 ANÁLISE VARIACIONISTA: FATORES ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVOS

Computadas as formas de codificação da função conjuntiva bem como seus contextos de ocorrência, passamos à análise multivariada no programa Goldvarb X, tendo o mais-que-perfeito simples – cf. *cantara* – e a perífrase de mais-que-perfeito – cf. *pudera cantar* – como valores de aplicação amalgamados em contraposição às demais formas que se expressam no subjuntivo (imperfeito do subjuntivo – cf. *cantasse*; perífrase de imperfeito do subjuntivo – cf. *pudesse cantar* e mais-que-perfeito composto do subjuntivo, esta também com imperfeito do subjuntivo no auxiliar – cf. *tivesse cantado*). Sendo assim, operamos via análise binária das formas de mais-que-perfeito *versus* as de imperfeito na expressão da função conjuntiva.

Para essa análise multivariada, foram consideradas como variáveis independentes as mesmas arroladas nas subseções acima, quais sejam: sincronia, gênero textual, polaridade, conector oracional, tipo oracional e tipo de verbo. Tendo em vista os nocautes (contextos em que se encontra realização categórica da variável), foram necessárias amalgamações, as quais listamos a seguir:

a) os gêneros textuais Carta ao Leitor, Atas das Sessões, Documentos e Relatório da Secretaria Geral foram amalgamados com o gênero “Notas e Transcrições”, por sua natureza técnica, mais voltada a relatos de informações; o gênero Documentário, por sua vez, foi amalgamado com os gêneros “Conferências e Palestras”, por serem gêneros expositivos;

b) os tipos oracionais que apresentam sobreposição, ou seja, os tipos híbridos foram todos amalgamados ao “comparativo-condicional”. Sendo assim, a classificação dos tipos oracionais ficou dividida entre orações condicionais propriamente ditas e orações com condição sobreposta a outra função (por exemplo: comparativo-condicional, aditivo-condicional, alternativo-condicional etc.);

c) o tipo verbal “Atividade” foi amalgamado ao tipo “Processo Culminado”, tendo por base os traços dinamicidade e duratividade.

Após esses ajustes, o programa Goldvarb selecionou como estatisticamente significativos os grupos de fatores tipo semântico do verbo, sincronia e conector, nesta ordem de significância. Favorecem o uso do mais-que-perfeito os fatores verbo *dicendi*, modal e de estado (com pesos

<sup>21</sup> Artigo: Presidentes do Ceará- Período Regencial- parte I, 1899, p.78-79.

relativos de 0.846, 0.832 e 0.588, respectivamente), as sincronias de 1887-1899 e 1944-1956 (cujos pesos são 0.623 e 0.501) e a ausência de conectivo (com 0.813 de peso relativo), conforme demonstrado na Tabela 8 abaixo.

Tabela 8 – Atuação de fatores linguísticos e extralinguísticos no uso do pretérito mais-que-perfeito simples/perífrase de mais-que-perfeito simples *versus* formas de pretérito imperfeito do subjuntivo na expressão da função conjuntiva

Grupos	Fatores	Aplicação/Total	Percentual	Peso
Tipo verbal	Processo Culminado/Atividade	2/158	1.3	0.311
	Culminação	1/96	1.0	0.179
	Estado	30/450	6.6	0.588
	<i>Dicendi</i>	4/29	13.8	0.846
	Cognitivo	1/46	2.2	0.350
	Modal	12/58	20.7	0.832
Sincronia	1887-1899	26/319	8.2	0.623
	1944-1956	18/308	5.8	0.501
	2000-2012	6/210	2.9	0.317
Conectivo	Presença	45/808	5.6	0.487
	Ausência	5/29	17.2	0.813

Fonte: elaborada pelos autores.

Esses dados mostram o cenário de transição, ou seja, restrições ao uso de uma ou outra forma, o que revela um contexto de variação do qual decorre a mudança, se partirmos da perspectiva de Weinreich, Labov e Herzog (1968) de que toda mudança resulta de um processo de variação. Os resultados referentes à sincronia corroboram essa tese, já que as formas de mais-que-perfeito (simples e em perífrase) são estatisticamente condicionadas pela sincronia mais remota das três sob análise (1887-1899), cujo peso relativo é de 0.623. Paralelamente, a segunda sincronia (1944-1956) também revela favorecimento ao uso do mais-que-perfeito, embora o peso relativo esteja próximo da neutralidade (0.501).

As formas de mais-que-perfeito são também condicionadas por verbos modais, mas também por verbos de estado e *dicendi*, sendo que o primeiro tipo, de fato, leva-nos à leitura modal, comprovando tendência de uso do mais-que-perfeito temporal ao campo subjetivo, o que já foi atestado por Coan (2003, 2020) e Brocardo (2010, 2012). Similarmente, adentram a esse campo subjetivo também os verbos *dicendi*, por estarem em domínio discursivo. Convém destacar que os pesos atribuídos a verbo modal e a verbo *dicendi*, respectivamente 0.832 e 0.846, diferem daquele atribuído a verbo de estado, minimamente acima da neutralidade (0.588). Esses resultados mostram, portanto, que o mais-que-perfeito é forma preferida no âmbito modal (com verbo modal), discursivo (com verbo *dicendi*) e da imperfectividade (com verbo de estado), do que decorre a suposição de que o mais-que-perfeito conjuntivo se prestaria a codificar irrealidade ou menos assertividade em um nível acima do imperfeito do subjuntivo. Outrossim, pode-se considerar que, dos três grupos de fatores selecionados, o tipo verbal é o que mais incide sobre o fenômeno em análise, já que apresenta maior diferença (range de 667) entre os pesos de seus fatores.

Contrariamente à expectativa de que a presença de conectivo condicional reforçaria o valor *irrealis* do mais-que-perfeito, é sua ausência que o condiciona. Cremos que essa tendência decorra

do uso de uma forma mais marcada (o mais-que-perfeito) em contexto menos marcado (com ausência de conectivo condicional), aludindo, portanto, ao princípio da expressividade retórica, nos termos de Dubois e Votre (2012), já que formas cognitivamente mais complexas (como o uso modal do mais-que-perfeito) e menos frequentes podem ocorrer em contextos opostos, ou seja, estruturalmente menos complexos, equilibrando-se, portanto, cognição e codificação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar do processo de variação-mudança entre o pretérito mais-que-perfeito simples e o pretérito imperfeito do subjuntivo na função conjuntiva, incorporamos à proposta a forma composta (pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo) e duas perifrásticas (perífrase com verbo no mais-que-perfeito e perífrase com verbo no imperfeito), ampliando, portanto, o leque analítico da função conjuntiva ao longo de três sincronias (1887-1899; 1944-1956 e 2000-2012).

Dos grupos de fatores sob análise, o programa Goldvarb selecionou como estatisticamente significativos para o uso do mais-que-perfeito simples e da perífrase de mais-que-perfeito simples amalgamados os seguintes fatores: três tipos semânticos do verbo (modal, *dicendi* e de estado), sincronia de 1887-1899 e ausência de conectivo, nesta ordem de significância. Para além dos resultados estatísticos acoplados a esses fatores (por peso relativo), tecemos considerações sobre resultados percentuais globais para cada uma das formas sob análise, pois cremos, como Labov (1978), Lass (1980), Fox (2007) e Bybee (2007), que a frequência é significativa tanto para modular a gramática, quanto para revelar que a competência linguística inclui restrições quantitativas.

Ademais de mapearmos quantitativamente os contextos de ocorrência de cada uma das cinco formas sob análise, apontamos caminhos trilhados por cada forma, mostrando estágios de transição em favor do imperfeito do subjuntivo para a função conjuntiva.

#### REFERÊNCIAS

- ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: RAE/ESPASA-CALPE, 1994.
- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- BACK, A. C. Di P. *A multifuncionalidade da forma verbal –sse no domínio Tempo-Aspecto-Modalidade: uma abordagem sincrônica*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- BARBOSA, J. S. *Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Lisboa, 1830.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, M. From temporal to modal: divergent fates of the Latin synthetic pluperfect in Spanish and Portuguese. In: DETGES, U.; WALTEREIT, R. (ed.). *The Paradox of Grammatical Change: perspectives from romance*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2008. p. 147-180.
- BECKER, M. “Cantara” nas encruzilhadas em espanhol e português. In: *Dia da Morfologia*, USP, 2012. Palestra. São Paulo: USP, 27/09/2012.
- BROCARD, M. T. Portuguese pluperfect: elements for a diachronic approach. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies*, Lisboa, v. 5, p. 117-130, 2010.

- BROCARD, M. T. O passado do passado: alguns dados para a história do pretérito mais-que-perfeito em português. *Verba Hispanica*, Ljubljana, XX/1, p. 33-48, 2012.
- BYBEE, J. *Frequency of use and the organization of language*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- COAN, M. *As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- COAN, M. Obsolescência ou persistência: o mais-que-perfeito conjuntivo. *Linguística*<sup>[L]</sup><sub>[SEP]</sub>ALFAL, v. 36, n. 1, p. 9-32, jun. 2020.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DOLZ-MESTRE, J.; SCHNEUWLY, B. Genres et progression en expression orale et écrite. Éléments de réflexions à propos d'une expérience romande. *Enjeux*, n. 37/38, p. 49-87, 1996.
- DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: VOTRE, S. J. *A construção da gramática*. Niterói: UFF, 2012.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996. p. 127-255.
- FOX, B. A. Principles shaping grammatical practices: an exploration. *Discourse Studies*, v. 9, n. 3, p. 299-318, 2007.
- GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984. v. 1.
- GRYNER, H. Variação e iconicidade: a representação morfossintática de uma hierarquia semântica. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 2, p. 139-160, 1998.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Paper*, 44. Texas, 1978.
- LASS, R. *On explaining language change*. New York: Cambridge, 1980.
- MARTINS, K. C.; PAIVA, M. da C. V-ra no português: uma análise diacrônica. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 540-552, 2013.
- NEVES, M. H. de M.; SOUZA, E. M. As construções condicionais. *Gramática do Português Falado*. Campinas: Unicamp, 1999. VII.
- PRESTES, G. J. *Conteúdo temporal do imperfeito do subjuntivo em português*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2003.

RAVIZZA, J. *Gramática Latina*. 14. ed. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1958. 560 p.

ROJO, G.; ROZAS, V. V. Sobre las formas en *-ra* en el español de Galicia. *Perspectives in the Study of Spanish Language Variation*. Papers in Honor of Carmen Silva-Corvalán. Universidade de Santiago de Compostela, 2014.

ROJO, G. Sobre la distribución de las formas *llegara* y *llegase* en español actual. *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*. A Coruña: Ediciones Universidade da Coruña, Tomo II, p. 677-691, 1996.

SAID ALI, M. *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Universidade de Brasília, 1964.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.

VENDLER, Z. Verbs and Times. In: VENDLER, Z. (ed.). *Linguistics in philosophy*. New York, University Press, 1967, p. 21-32

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MACKIED, M. (org.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

## OUTRAS FONTES

Artigo: Formação do povo brasileiro e da nação, seu agonístico caráter nacional – alguns balizamentos, 2009, p. 121.

Artigo: Protohistória cearense, 1944. p. 155.

Pe. Antonio Vieira – In: Barbosa, [1822] 1830, p. 214.

Conferências e Palestras: O que foi a Revolução Cultural na China?, 2006, p. 275.

Artigo: Rodolpho Theóphilo (O polivante polêmico), 2009, p. 220

Artigo: A dimensão metodológica da História Oral, 2001, p. 150.

Discurso: Do Dr. José Waldo Ribeiro Ramos, 1950, p. 382.

Artigo: Seminário da Prainha, uma outra Fortaleza: um velho tema numa nova opção metodológica, 2007, p. 119.

Artigo: Rodolpho Theóphilo (O polivalente polêmico), 2009, p. 232.

Notas e Transcrições: Diversos – Cartas e Registros de Sesmarias, 1893, p.151.

Artigo: O Tradicionalismo do Visconde de Sabóia, 2004, p. 14.

Artigo: Existe o Nordeste? (gênese de sua invenção como região), 2005, p.130.

Artigo: Um livro desconhecido sobre o Brasil Holandês, 1948 p. 286.

Artigo: A Família Barbosa Cordeiro, 2005, p. 18.

Artigo: Minha árvore genealógica, 1950, p. 78.

Discurso: Recepção de novos sócios, 1944, p. 213.

Artigo: Presidentes do Ceará – Período Regencial – parte II, 1899, p. 140.

Artigo: Presidentes do Ceará – Período Regencial – parte I, 1899, p. 76.

Artigo: Presidentes do Ceará – Primeiro Reinado, 1891, p. 258.

Artigo: Uma flor do Clero Cearense, 1955, p. 184.

Artigo: Presidentes do Ceará – Período Regencial – parte I, 1899, p.78-79.



# PRETÉRITO IMPERFEITO (INDICATIVO/ SUBJUNTIVO): ANÁLISE VARIACIONISTA DA FUNÇÃO DE COTEMPORALIDADE A UM PONTO DE REFERÊNCIA PASSADO NO FALAR POPULAR DE FORTALEZA

IMPERFECT PAST TENSE (INDICATIVE/SUBJUNCTIVE):  
 ANALYSIS OF COTEMPORALITY FUNCTION TO A PAST  
 REFERENCE POINT IN THE POPULAR SPEECH OF FORTALEZA

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo\*, Francion Maciel Rocha\*\*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a variação entre o pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito imperfeito do subjuntivo na função de cotemporalidade a um ponto de referência no passado, sob o aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e do Funcionalismo (GIVÓN, 2001, 1993). Foram analisados trinta e seis informantes do NORPOFOR (Norma Popular de Fortaleza), distribuídos em células ortogonais por sexo, faixa etária e escolaridade. Localizamos, nos inquéritos, 123 dados, sendo 74 de imperfeito do indicativo e 49 de imperfeito do subjuntivo, os quais foram testados mediante os seguintes grupos de fatores: *tipo de oração subordinada*; *tipo de verbo da oração principal*; *presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal*; *presença/ausência de locução verbal na subordinada*; *sexo*; *faixa etária* e *escolaridade*. Os resultados obtidos indicam que a oração subordinada substantiva e os verbos cognitivos na oração principal motivam o uso do imperfeito do indicativo.

**Palavras-chave:** tempo; variação; cotemporalidade; ponto de referência.

\* Professora do Curso de Letras da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Campus Betânia, Sobral-CE. Pós-doutoranda em Linguística; Doutora e Mestre em Linguística (UFC); Especialista no Ensino de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (UNINTER). Graduada em Letras Francês/Português (UFC). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Sociolin-CE e Sociolin-LE. Líder do Grupo de pesquisa GREFPLEM. E-mail: alexandra\_araujo@uvanet.br/ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2244-5268>

\*\* Professor de Língua Portuguesa do município de Reriutaba-CE. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFC) e Psicomotricidade (UECE). Graduado em Letras - Português pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Integrante do Grupo de Pesquisa: Sociolin-CE. Bolsista FUNCAP. E-mail: francion\_maciel@hotmail.com/ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5813-6443>



## ABSTRACT

*The present article has as object of study the variation between the imperfect past tense of the indicative and the imperfect past tense of the subjunctive in the function of cotemporality to a reference point in the past, under the theoretical-methodological apparatus of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008) and Functionalism (GIVÓN, 2001, 1993). Thirty-six informants from NORPOFOR (Norma Popular de Fortaleza) were analyzed, distributed in orthogonal cells by sex, age group and level of education. We found, in the surveys, 123 data, being 74 of imperfect of the indicative and 49 of imperfect of the subjunctive, which have been tested using the following factors group: type of subordinate clause; verb type of the main clause; presence / absence of adverb or adverbial phrase in the main clause; presence / absence of sequence of verbs in the subordinate; sex; age group and education level. The results obtained indicate that substantive subordinate clause and cognitive verbs in the main clause motivate the use of imperfect of the indicative.*

**Keywords:** *tense; variation; cotemporality; reference point.*

## INTRODUÇÃO

Abordamos, no falar popular de Fortaleza, a variação dos pretéritos imperfeitos do modo indicativo e subjuntivo em função de cotemporabilidade a um ponto de referência passado, à luz de pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, área que analisa a língua em seu âmbito linguístico e social, ou seja, a língua em uso, correlacionando estrutura linguística, aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, o fenômeno de variação é concebido como uma realidade social, significando a existência de variadas possibilidades ou distintas estratégias, recursos linguísticos ou conjuntos de realizações possíveis para expressar uma determinada função linguística.

O interesse pelo estudo da variação dos pretéritos imperfeitos diz respeito ao uso na linguagem oral e escrita, por exprimirem um acontecimento representado no tempo (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 379), além da relevância de se analisar os valores modais e temporais que aportam. Há diversos estudos variacionistas que analisam o fenômeno da variação subjuntivo/indicativo com dados do português brasileiro, dentre os quais destacamos: Domingos (2004), Meira (2006), Fagundes (2007), Carvalho (2007), Pimpão (2012), cujos resultados têm demonstrado frequência de uso dos modos subjuntivo e indicativo em variação, além de indicar, segundo Silva (2019, p. 119), que “[...] em variantes faladas, já o indicativo supera a presença do subjuntivo, antes exigido”. A identidade linguística do fortalezense em relação ao modo verbal, na fala informal, no entanto, não é um fenômeno sobre o qual tenhamos resultados sistematizados em perspectiva variacionista.

Investimos, portanto, nesse empreendimento, no sentido de traçar o contexto linguístico variável entre os pretéritos imperfeitos do modo subjuntivo e indicativo, além de contribuir para a literatura sociolinguística da comunidade de fala brasileira. O que pretendemos comprovar, como resultado desta pesquisa, é que a variação no uso do pretérito imperfeito do subjuntivo pelo indicativo, ou vice-versa, não é um fenômeno aleatório, mas organizado dentro de um sistema heterogêneo, nunca caótico. Outrossim, mapearemos contextos que fazem com que o subjuntivo esteja a ceder lugar para o indicativo no português brasileiro.

Inicialmente, ao consultarmos 36 (trinta e seis) entrevistas do Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR), sabíamos, obviamente, que chegaríamos a ter um

número expressivo de pretéritos imperfeitos do indicativo/subjuntivo. Na busca por todos os verbos que fossem do pretérito imperfeito, chegamos a quantificar 7.990 (sete mil novecentos e noventa) ocorrências, distribuídas em 7.531 (sete mil quinhentos e trinta e um) pretéritos imperfeitos do indicativo e 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) pretéritos imperfeitos do subjuntivo. Assim, observamos, logo de início, que o indicativo excede o subjuntivo. Para Silva (2019), na fala, esse uso do indicativo é imperioso sobre o subjuntivo; no português arcaico o subjuntivo sobrepujava o indicativo. Desses usos, interessam-nos somente aqueles variáveis/comutáveis em contexto de cotemporalidade a um ponto de referência passado, conforme exemplos apresentados a seguir em (1) e (2), que estão sendo representados no diagrama na Figura 1 (seção 1):

(1) foi eu comecei a: a:: pensar que minha vida a minha vida **era** outra né hoje não era como aquilo é:: eu tava assim eu tinha um pano um pano escuro no rosto sabe aí tirei aquele pano [inquérito 103]

(2) se ela não **tivesse** ido atrás ainda tava na mesma situação sabe... na mesma situação de sempre... aí ela foi atrás... chegou lá na minha madrinha dizendo... [inquérito 36]

Na próxima seção, apresentamos considerações sobre a categoria em análise neste artigo: o tempo verbal como uma das várias estratégias desenvolvidas para codificar tempo, que é também uma categoria discursiva, segundo Coan, Back e Freitag (2006). Seguem-se os pressupostos teóricos sobre a Sociolinguística laboviana. Logo após, apresentamos a Metodologia, na qual delineamos os fatores de análise e mostramos detalhadamente o *corpus*. Na seção quatro, tratamos da análise, na qual procedemos à discussão dos resultados, seguida das considerações finais e das referências.

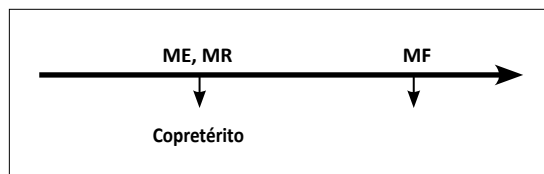
## 1 A CATEGORIA SOB ANÁLISE: O TEMPO VERBAL SOB A ÉGIDE TAMR (TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA)

A vida é marcada por eventos e estes estão situados em um dado momento no tempo. Na busca pela essência da existência, o homem sempre se preocupou com o tempo, haja vista a efemeridade da vida e a certeza da morte. Um dos filósofos medievais que mais se dedicou a explicar o tempo foi Agostinho de Hipona (354 - 430), na obra *Confissões*, especificamente no livro XI, há indagações a respeito do tempo, mas é o uso cotidiano da linguagem que demonstra sua existência.

A partir desse argumento, deixamos claro que a categoria tempo verbal não está universalmente ligada ao tempo, pois há línguas que não possuem morfologia temporal em seus verbos, marcando o tempo por outros mecanismos, por exemplo, composicionais, na junção entre verbo e advérbio etc. Para Ilari (2018), o estudo do tempo verbal deve dar conta do reconhecimento das expressões que indicam tempo, além de desenvolver estas noções no sentido de descrever as construções gramaticais para elaborar aspectos formais das sentenças que levem em consideração as referências temporais nelas contidas.

Para análise do tempo, faz-se relevante distinguir três momentos, conforme proposta do filósofo Reichenbach (1947): i) Momento de fala (MF); ii) Momento de evento (ME) e iii) Momento de referência (MR). Com base nesses momentos, podemos delinear o seguinte esquema para o pretérito em análise:

Figura 1 – Linha temporal: copretérito<sup>1</sup>



Fonte: elaborada pelos autores.

O copretérito é, portanto, um tempo relativo, que está vinculado a outro marcador de tempo envolvido na situação comunicativa, ou seja, no contexto. Segundo Comrie (1990), o tempo absoluto tem como ponto de referência o presente, enquanto o tempo relativo requer compatibilidade com o contexto comunicativo, no qual há o ponto de referência.

O imperfeito indica algo que aconteceu ou tem continuidade no passado, podendo, muitas vezes, essa continuidade se constituir em simultaneidade, habitualidade ou duração no passado, pois nem sempre há informação sobre o limite final do evento, atribuindo-lhe a noção de imperfectividade. Deste modo, convém tratar da noção de aspecto, categoria verbal relacionada à constituição interna das eventualidades, podendo ser apresentadas em andamento ou finalizadas, ou seja, conforme o falante vê os eventos proferidos em uma determinada sentença, assim os manifesta na codificação linguística. Binnick (1991) apresenta o termo Aspecto como de origem russa *vid e vid*, tendo relação com os termos em inglês *view e vision*, sendo que sua raiz original é *spect*, o mesmo que *ver/olhar*, do latim *spex*.

Para mostrar a marcação e a não marcação aspectual, precisamos entender que todo fato enunciado tem sua constituição temporal interna que pode ser considerada ou não pelo falante. A distinção desse fato é o que conhecemos como perfectivo e imperfectivo. O primeiro propaga um fato que o falante profere como global, mas sem marcar a temporalidade interna, já o segundo tem sua temporalidade marcada internamente, ou seja, de alguma maneira, o falante expressa uma circunstância resultativa que é saliente à construção temporal interna de um processo antecedente ao proferimento.

O Aspecto perfectivo apresenta uma ação pontual e finalizada; essa categoria é expressa, comumente, por verbos de classe acional télica. Já o Aspecto imperfectivo é expresso por verbos acionais atéticos, isto é, seu desfecho pode ser dispensado. Para Castilho (2019, p. 419), “O perfectivo e o imperfectivo configuram a face qualitativa do aspecto”. A noção de imperfectivo apresenta vários usos classificados de diferentes maneiras, cujo acordo é estabelecido pela modalidade que torna visível a atitude do falante.

As formas imperfectivas de passado exibem diversos usos rotulados de diferentes maneiras, cuja consequência é a modalização, isto é, manifesta a atitude do falante em uma situação de interação, por isso, tratamos da Modalidade como uma categoria discursiva definida como a avaliação que o falante faz sobre seu próprio enunciado, sendo a opinião ou atitude a respeito da proposição que a sentença expressa.

Na codificação da atitude do falante, a modalidade expressa um julgamento epistêmico (conhecimento), cujas noções de probabilidade, certeza etc. são expressas nas formas verbais e no contexto discursivo, assim como o deontico (conduta) refere-se às noções de obrigação, permissão etc. e, podem, também, ser depreendidas pela situação. Segundo Pontes (1973, p. 70), essa oposição “[...] não é muito nítida, nem rígida, porque as formas com sentido subjuntivo ocorrem quase

<sup>1</sup> Terminologia de Bello (1841) que equivale ao pretérito imperfeito dos modos indicativo e subjuntivo em Português.

exclusivamente em orações subordinadas, simultâneas com determinadas expressões com que não ocorre o indicativo [...]”. Para Givón (2001), a modalidade *realis* é menos marcada e mais acessível, já que os fatos ocorridos ou que estão acontecendo são de conhecimento do emissor, ao passo que hipóteses, fatos possíveis ou futuro não o são. Assim, o *irrealis* está ligado à modalidade por referir-se ao imaginário, a situações ou eventos irrealis.

O uso do indicativo pelo subjuntivo em contextos *irrealis* também é possível no português brasileiro e, por isso, optamos em analisar uma amostra do fenômeno variável em estudo na fala popular fortalezense. Percebemos que o uso do pretérito imperfeito do subjuntivo pode ser percebido quando se trata de contextos *irrealis*, portanto, noção de incerteza, sendo o mesmo contexto perceptível com formas verbais do indicativo, o que dá a ideia de modalidade traduzida como possibilidade, irrealidade, hipótese as quais podem ser depreendidas pelo contexto, tendo, portanto, natureza pragmático-discursiva e não absorvida pela flexão verbal, de natureza morfológica. Por esse motivo, trataremos, em seguida, de cotemporalidade a um ponto de referência passado. Já Modo é um mecanismo de codificação da modalidade. Para Dubois (1973, p. 415), ‘Modo’ é uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo, e que traduz (1) o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu interlocutor (estatuto da frase) ou (2) a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados.

A codificação das formas verbais pode ser realizada a partir do ponto de referência, isto é, situa o leitor/falante em um determinado ponto que deve estar anterior (passado) ou posterior (futuro). Assim o pretérito imperfeito do subjuntivo pode ter valor de futuro ou passado, para isso, dependerá da referência no tempo, para que ocorra a situação do evento, por exemplo, “Se eu morresse amanhã” (Álvares de Azevedo), o fato de o evento ocorrer posterior (futuro) à indicação da forma verbal “morresse”, se deve ao ponto de referência “amanhã”, caso haja uma substituição por “agora” ou “ontem”, a interpretação seria de presente ou de passado.

O ponto de referência, às vezes, não é perceptível na sentença analisada, podendo estar no contexto linguístico ou mesmo extralinguístico. Para Givón (1993), o tempo de fala é o ponto de referência usual nas línguas, mas, diante do pretérito imperfeito em sentenças subordinadas, o tempo de fala não se aplica a um ponto de referência, estando na oração principal ou no contexto comunicativo. Portanto, nossa análise visa a codificar essa função na oralidade, pois é provável que, sem esta categoria, não seria possível afeiçãoar o fenômeno que abordamos, visto a interpretação dos tempos verbais do imperfeito do indicativo e subjuntivo como passado estar acoplada ao ponto de referência.

As categorias foram usadas para definir a variável dependente, porque podem ser depreendidas com base nos contextos de realização, isto é, a noção de Tempo tanto é indicada pelo momento em que se dá o fato expresso pelo verbo, como é caracterizada, em termos reichenbachianos, em função do relacionamento entre três momentos: o momento da fala, o momento do evento e o momento de referência (CORÔA, 2005, p. 13). O Aspecto, por sua vez, é uma categoria associada à duração interna de uma situação, ou seja, envolve a noção de delimitação do período do tempo em início, meio, fim, associada ao grau de extensão temporal e contexto situacional *versus* o da compactação no tempo, variável importante que caracteriza a semântica dos verbos, de acordo com Givón (1984, p. 274). Quanto à modalidade coloca em perspectiva a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional (se certo, possível, provável, improvável, incerto), segundo Coan e Back (2014, p. 260).

A reunião dessas três categorias, portanto, exibe um domínio funcional complexo: Tempo-Aspecto-Modalidade (TAM), assim como se acopla ao da referência, no sentido de que são domínios funcionais direta ou indiretamente ligados a verbos, cuja complexidade decorre do fato de as categorias serem elementos fortemente dependentes do contexto e que nem sempre suas fronteiras são

claras e precisas, impossibilitando, portanto, a dissociação de um domínio do outro, segundo Freitag (2010, p.144). Portanto, a variável aqui configurada considera um Tempo anterior ao MF, cotemporal a outra situação no passado; PR diferente do momento de fala; Aspecto durativo, atélico; Modalidade *irrealis*, em que a estrutura modal codifica a atitude do falante em relação à proposição. Passemos, pois, aos pressupostos teórico-metodológicos que sustentam nossa pesquisa.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

O alicerce da vertente Sociolinguística é o tratamento da linguagem na relação entre língua e sociedade. Por esse interesse, muitos estudos estão sendo expandidos em diversos enfoques, a ponto de garantir uma efetiva explicação às pressões sociais que operam sobre a língua. É nessa direção que seguimos, pois nossa análise está pautada no arcabouço teórico da Sociolinguística Variacionista, conhecida, também, como Teoria da Variação e da Mudança Linguística, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (2006). Neste enfoque, ganham relevo as forças internas, que contribuem para uma efetiva difusão das mudanças linguísticas, além das influências externas, pois não pode ser satisfatória uma abordagem que leva/leve em consideração apenas uma dessas influências, assim Labov (2008, p. 20) afirma que

[...] nem todas as mudanças são altamente estruturadas e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação.

Adotamos, para esta pesquisa, alguns procedimentos já testados por Domingos (2004), entre outros, por meio da seleção de variáveis linguísticas: *tipo de oração, tipo de verbo na oração principal, presença/ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal, presença/ausência de locução verbal na subordinada* e variáveis sociais, tais como *sexo, faixa etária e escolaridade*. Para Mollica e Braga (2019, p. 11), “Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural”.

A linguagem estudada no contexto social é importante para a solução de problemas próprios da teoria da linguagem, pois a relação entre língua e sociedade é vista como inerente e não como secundária. Como a linguagem é um fenômeno eminentemente social, de tal modo, considera-se imprescindível para essa teoria recorrer às variações decorridas do contexto social para solucionar problemas que surgem da variação natural do sistema linguístico, haja vista que a língua é constituída de variedades linguísticas, também chamadas de dialetos, considerados no âmbito da linguística não apenas como variedades geográficas, mas também, sociais, conforme Görski e Coelho (2009).

A Sociolinguística Variacionista, firmada na década de 1960, pelo linguista William Labov, apresenta uma metodologia detalhada que permite, ao pesquisador da área, estabelecer parâmetros como coleta de dados com o mesmo significado referencial em um mesmo contexto, correlação da variável dependente às independentes etc., que instrumentaliza, por meio computacional, a análise do fenômeno variável que está em estudo, conforme Cezário e Votre (2008). Desse modo, esta teoria permite visualizar a harmonia e sistematicidade do aparente caos da comunicação cotidiana, isto é, corrobora a compreensão de como uma variante se implementa na língua ou é extinta.

Sendo assim, Labov, por volta de 1960 e 1970, ao iniciar a discussão da sociolinguística, investiga os efeitos de diversos fatores sociais presentes no dialeto dos falantes na Ilha de Martha's Vineyard, em Nova York, demonstrando que o inglês padrão e não padrão sofre preconceito

devido às pressões étnicas, escolares e sociais, conforme Mollica e Braga (2019). Nesse sentido, Labov (2008) descreve que “A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas [...]”, isto é, a *comunidade de fala* é o nosso objeto primário de interesse, porque na perspectiva laboviana, segundo Coan e Freitag (2010), não há falantes com um estilo único, pois todos mostram variação fonológica e sintática, mas crianças e pessoas mais velhas demonstram uma média menor de escolhas, pois têm participação social reduzida se comparadas a jovens e pessoas que estão no mercado de trabalho cujas redes sociais são amplas.

Outro preceito da vertente variacionista é apreender a variação como um processo inerente ao sistema linguístico, sendo a heterogeneidade comum a este sistema e, por isso, a variação é ordenada. Para Naro (2008, p. 15), “[...] o pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade linguística, tal como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras”, presente na língua em uso, cujas motivações são linguísticas e não linguísticas. Desta forma, cabe ao pesquisador a definição da variável dependente, o levantamento de hipóteses sobre quais contextos motivam uma ou outra forma verbal, a testagem e análise de grupos de fatores linguísticos e sociais por meio de programas estatísticos.

É assim que um estudo dos fenômenos em variação, em certo nível da língua, permite, ao pesquisador, perceber de modo mais completo o seu funcionamento. Portanto, este trabalho, tomando por base a Sociolinguística Variacionista, tende a colaborar para o melhor entendimento de fenômenos linguísticos variáveis. Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

Um estudo variacionista busca entender a língua em uso em uma comunidade de fala, portanto, leva em consideração o contexto sociodiscursivo no qual se encontra o fenômeno linguístico investigado. Considerando-se tal premissa, analisamos dados de entrevistas provenientes do Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR), banco de dados constituído no período de 2003 a 2006 com o objetivo de levantar dados, de forma estratificada, do falar popular da capital cearense, organizado pela profa. Dra. Aluíza Alves de Araújo, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Segundo Araújo, Viana e Pereira (2018), o referido Projeto utiliza-se do aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, constituindo-se em um banco de dados sociolinguísticos que contempla a norma popular de Fortaleza.

O Projeto Norma Oral Popular de Fortaleza é composto por 198 informantes que estão estratificados de acordo com as variáveis: i) sexo – masculino e feminino; ii) faixa etária – 15 a 25 anos; 26 a 49 anos; 50 anos em diante; iii) grau de escolaridade – 0 a 4 anos; 5 a 8 anos; 9 a 11 anos e iv) tipo de registro – Elocução Formal (EF); Diálogo entre Informante e Documentador (DID); Diálogo entre dois Informantes (D2). Para uma representação dinâmica e própria do falar popular fortalezense, o perfil dos informantes obedecia a três critérios: i) ser nascido na capital ou chegado para residir com idade máxima de dois anos; ii) pais serem genuinamente cearenses com residência fixa na capital do Ceará e iii) não ter ausência da cidade por mais de dois anos sucessivos.

Com base na estratificação das entrevistas do NORPOFOR, selecionamos para nossa amostra 36 informantes do tipo de registro DID distribuídos combinatoriamente, conforme se observa no Quadro 1:



Quadro 1 – Distribuição social dos informantes em nossa amostra

	Idade		26 – 49		50 em diante	
	H	M	H	M	H	M
<b>Quantidade de informantes por célula social</b>						
<b>Escolaridade 0 a 4 anos</b>	3	3	3	3	3	3
<b>Escolaridade 9 a 11 anos</b>	3	3	3	3	3	3
<b>Número total de informantes</b>						<b>= 36</b>

Fonte: Adaptado de Araújo, Viana e Pereira (2018).

Utilizamos, então, o referido Projeto como *corpus* para compilação e análise quantitativa dos dados de variação entre os pretéritos imperfeitos no Português popular falado na cidade de Fortaleza, à luz da Sociolinguística Variacionista. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 73), “A realização de análises quantitativas possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística”. Por questões metodológicas, optamos por não considerar falantes com níveis intermediários de escolaridade disponíveis no NORPOFOR (5-8 anos), haja vista testarmos a atuação dos níveis extremos da escolarização sobre o fenômeno investigado.

Nossa variável dependente configura-se pela correlação entre a função de cotemporalidade a um ponto de referência passado e as formas variantes imperfeito do subjuntivo e imperfeito do indicativo. Com relação às variáveis independentes, as de natureza linguística são: 1) *Tipo de oração*: Oração subordinada substantiva, Oração subordinada adverbial, Oração subordinada adjetiva; 2) *Tipo de verbo na oração principal*: verbos cognitivos, verbos não cognitivos; 3) *Advérbio ou locução adverbial na oração principal*: presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal, ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal; 4) *Locução verbal na subordinada*: presença de locução verbal na oração na subordinada, ausência de locução verbal na oração na subordinada. As variáveis independentes de natureza social são aquelas utilizadas na estratificação do *corpus*: 5) *Sexo*: masculino, feminino; 6) *Faixa etária*: 15 a 25 anos, 26 a 49 anos, 50 anos em diante; 7) *Escolaridade*: 0 a 4 anos, 9 a 11 anos.

Com o auxílio do programa estatístico GoldVarbX (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), os dados foram submetidos a tratamento estatístico. O programa estatístico é somente um recurso para a manipulação dos dados e, como descreve Naro (2008, p. 25), “o progresso da ciência linguística não está nos números em si [...]”, pois estes não falam por si, sendo necessária uma análise significativa para a compreensão do fenômeno da língua. Portanto, os grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos definidos previamente permitiram explicações para a ocorrência da variação entre o pretérito imperfeito do modo indicativo e do subjuntivo em amostra representativa do falar popular do fortalezense.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Tomando como base a alternância entre as formas de pretérito imperfeito do indicativo (PII) e pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS), em contextos informais de fala (conforme exemplos 3 e 4 a seguir), nossa amostra compôs-se de 123 ocorrências, das quais 74 (60,2%) foram de pretérito imperfeito do indicativo, ao passo que 49 (39,8%) foram do pretérito imperfeito do subjuntivo. Esse percentual corrobora nossa hipótese inicial de que o imperfeito do indicativo se sobrepõe ao imperfeito do subjuntivo, como podemos observar na Tabela 1:



Tabela 1 – Total de ocorrências de PII e de PIS

Variantes	Total de ocorrências	Percentuais
<b>PII</b>	74	60.2%
<b>PIS</b>	49	39.8%
<b>Total</b>	123	100%

Fonte: própria.

(3) porque o pessoal achava que:... que a maioria é... apesar de ela ser:... NOva... não ia dar certo... (NORPOFOR, Inquérito 19).

(4) não as que eu tive foi/foram todas assim sabe? Não tiv/eu nunca peguei uma menina que **morasse** aqui (NORPOFOR, Inquérito 23).

O percentual de diferença entre as duas formas verbais é de 20,4%, o que corrobora os resultados obtidos por Domingos (2004) de que os verbos cognitivos na oração principal foram propulsores para o uso da forma PII nas orações subordinadas, tendo-se mostrado significativamente relevante, caso do exemplo (3), face ao uso do PIS (exemplo 4), forma esta que tende a ser mais complexa do ponto de vista da marcação cognitiva, em termos de demandar maior atenção e esforço mental, segundo Givón (1990).

Dentre os sete grupos de fatores testados (tipo de oração subordinada; tipo de verbo na oração principal; advérbio ou locução adverbial na oração principal; locução verbal na oração subordinada; sexo; idade e escolaridade), o programa estatístico revelou que apenas dois grupos se mostraram significativos para a regra em estudo, nesta ordem de importância, a saber: tipo de oração subordinada e tipo de verbo na oração principal. Desses que se mostraram relevantes significativamente, apenas o grupo *tipo de verbo na oração principal* coincide com os seis grupos linguísticos testados por Domingos (2004), também mostrando a tendência do falante pelo uso do PII em detrimento do PIS.

#### 4.1 TIPO DE ORAÇÃO SUBORDINADA

O grupo variável *tipo de oração subordinada* foi o primeiro dos fatores linguísticos que o programa selecionou como relevante, para a variante inovadora: o imperfeito do indicativo. Para este grupo, as orações subordinadas substantivas seriam um contexto favorecedor do pretérito imperfeito do indicativo, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Influência do tipo de oração subordinada sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%	P.R.
<b>Or. Substantivas</b>	41/44	93,2	0,786
<b>Or. adjetivas</b>	13/21	61,9	0,520
<b>Or. adverbiais</b>	20/58	34,5	0,265
<i>Input</i> 0,706			<i>Significance</i> = 0,046

Fonte: própria.

Os dados da Tabela 2 mostram que as orações subordinadas substantivas apresentam percentual maior (93,2%) que as adjetivas (61,9%) e adverbiais (34,5%), o que indica prevalência de uso do PII, considerando o peso relativo (0,786) contra (0,520 – adjetivas) e (0,265 – adverbiais). As orações subordinadas adjetivas favorecem a regra em análise, mas o fazem de modo muito

discreto, já que o peso relativo deste fator se aproxima muito do ponto neutro, 0,50. As orações adverbiais representam, por sua vez, um contexto inibidor do pretérito imperfeito do indicativo, favorecendo o uso do PIS. Apesar das cinquenta e oito ocorrências de orações subordinadas adverbiais, o que ultrapassa as ocorrências das substantivas e adjetivas, o número menor de uso PII (vinte ocorrências) se configurou nesta pesquisa. Na sequência, ilustramos esses contextos variáveis e tecemos algumas considerações teóricas que podem explicar os resultados.

(5) ... foi eu comecei a: a:: pensar que minha vida a minha vida **era** outra né hoje não era como aquilo é:: eu tava assim eu tinha um pano um pano escuro no rosto sabe aí tirei aquele pano (NORPOFOR, Inquérito 103).

(6) ... NÓS só tinha o capricho [] padre H. ... nós [cumpria] e o PEIXE que **vinha** na jangada... PEIXE BOM... era pra ser vendido pro povo do Pirambu... (NORPOFOR, Inquérito 26).

(7) ... seguir o rumo... e o meu pai era considerado... tipo assim se **vinha** uma gangue vamos supor uns trinta numa rua... pra pegar:: as outras áreas... eu tava lá no meio... (NORPOFOR, Inquérito 20).

No exemplo (5), podemos perceber o contexto das completivas<sup>2</sup>cuja variante do imperfeito do indicativo é favorecida. Assim, a escolha do falante fortalezense pelo uso do indicativo requer o contexto que *é/era* predominante do modo subjuntivo, conforme João Ribeiro (1889). Dos 21 dados das orações subordinadas adjetivas (exemplo 6), apenas 13 (o menor quantitativo), se compararmos às substantivas e às adverbiais, favorecem o uso de PII, o que pode ser influenciado pelo contexto anterior, já que os verbos “tinha” e “cumpria” estão no mesmo tempo verbal, o mesmo vale para o exemplo 7, em que a forma verbal “vinha” da oração principal também favorece o uso do PII na subordinada, apesar de 58 dados (maior quantitativo) das orações subordinadas adverbiais. O uso do PII na subordinada é derivado do latim vulgar e é fortemente influenciado pelo aparecimento dessa forma verbal em contextos anteriores, ou seja, decorrente do uso que o falante/ouvinte faz para expressar o que deseja, obviamente poderia ser utilizada a forma do subjuntivo, no entanto, o esforço cognitivo é maior haja vista ser uma construção mais marcada. Alguns trabalhos apresentam a alternância do indicativo com o subjuntivo, em função dos contextos de uso, em que a força modal é verificada na semântica do verbo matriz e que as formas indicativo/subjuntivo atuam apenas como variantes morfológicas, desprovidas da função precípua de modo, caso de Poplack (2001) e Carvalho (2007), assim como também o tempo e o verbo na oração principal são fatores condicionantes para a escolha da forma e do modo verbal na subordinada.

## 4.2 TIPO DE VERBO NA ORAÇÃO PRINCIPAL

Quanto a esta variável, hipotetizamos, inicialmente, que os verbos cognitivos favoreciam o uso do pretérito imperfeito do indicativo, o que foi confirmado na análise estatística do Goldvarb X, como revelam os dados da Tabela 3.

Percebemos que, em trinta e duas ocorrências de orações principais que apresentam em seu núcleo verbos cognitivos, trinta e uma exibem pretérito imperfeito do indicativo nas orações subordinadas com um percentual bastante alto: 96,9%, com peso relativo (0,821) sendo favorecido o uso do pretérito imperfeito do indicativo. Ao contrário do que mostram os verbos não cognitivos

---

<sup>2</sup> Completivas abrangem as orações subordinadas substantivas, termo clássico nas Gramáticas Tradicionais.

(0,369), cujo percentual é de 47,3% e, embora o número de ocorrências seja maior (noventa e um), se comparado ao número de ocorrências dos verbos cognitivos, a tendência de uso é PII na subordinada quando o verbo da principal for cognitivo. Domingos (2004) destaca o grupo *tipo de verbo na oração principal*, sendo os cognitivos propulsores do uso do PII nas orações subordinadas, como *pensar, achar, imaginar*; enquanto os não cognitivos, como *fazer, gostar, querer*, sejam mais voltados ao desejo, à desideratividade, à vontade, daí porque um dos grupos – *a modalidade* se mostrou significativo na pesquisa da autora. Do mesmo modo, é possível perceber que os verbos cognitivos favorecem a aplicação do pretérito imperfeito do indicativo, o que não acontece para os não cognitivos.

Tabela 3 – Influência do tipo de verbo da oração principal sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%	P.R.
<b>Verbos cognitivos</b>	31/32	96,9	0,821
<b>Verbos não cognitivos</b>	43/91	47,3	0,369
<i>Input</i> 0,706			<i>Significance</i> 0,046

Fonte: própria.

Embora as demais variáveis testadas não tenham sido significativas, comentamos, na sequência, alguns resultados percentuais, tendo em vista que a prática de não mencionar resultados estatisticamente não significativos pode não ser benéfica à ciência. Observemos, primeiramente, na Tabela 4, os resultados percentuais referentes aos grupos de fatores linguísticos: *advérbio ou locução verbal na oração principal e locução verbal na subordinada*.

Tabela 4 – Percentuais da presença/ausência de advérbio ou locução adverbial sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%
<b>Ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal</b>	53/84	63,1
<b>Presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal</b>	21/39	53,8

Fonte: própria.

No estudo de Domingos (2004), o grupo *advérbio ou locução adverbial na oração principal* foi estatisticamente significativo, no que a autora demonstra que o falante tende a usar o pretérito imperfeito do indicativo, quando há ausência do advérbio na oração subordinada. Nossos percentuais corroboram os resultados de Domingos, haja vista que o percentual de 63,1% representa a ausência de advérbio ou locução adverbial na oração principal, o que condiciona o uso do PII na subordinada contra 53,8% de presença de advérbio ou locução adverbial na oração principal, o que favorece o uso do PIS na subordinada. Isso significa que os efeitos da presença do advérbio na oração principal condicionam o PIS, talvez por ser um tempo verbal cuja forma é mais marcada cognitivamente e que demanda mais monitoramento da fala, ao passo que a ausência do advérbio na oração principal favorece o uso, na subordinada, da forma verbal menos marcada, menos complexa.

Tabela 5 – Percentuais da presença/ausência de locução verbal na subordinada sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic. /Total	%
<b>Ausência de locução verbal na subordinada</b>	47/89	52,8
<b>Presença de locução verbal na subordinada</b>	27/34	79,4

Fonte: própria.

O programa estatístico revelou, também, que o grupo presença/ausência de locução verbal não foi estatisticamente significativo para a aplicação do pretérito imperfeito do indicativo, porque, em geral, as locuções verbais trazem a noção de futuridade, o que não corresponde ao objetivo de nossa pesquisa ao tratar da cotemporalidade a um ponto de referência passado.

Os grupos de fatores sociais, conforme nos mostrou a análise estatística, foram estatisticamente descartados. Para Labov (2008, p. 151), “O estudo da variação social na língua é simplesmente um dos muitos aspectos do estudo das estruturas linguísticas variantes.” Assim sendo, esperávamos que esses fatores fossem significativos, pois muitos trabalhos variacionistas já demonstraram o quanto o papel feminino, por exemplo, é importante no processo de mudança linguística. Supúnhamos, assim, que quanto maior o grau de escolaridade, maior seria a escolha do falante pelo pretérito imperfeito do subjuntivo. Da mesma forma, o grupo de fator faixa etária não demonstrou jovens com preferência pela forma inovadora ou pessoas de mais idade preferindo a forma mais antiga. É importante observar, no entanto, as porcentagens desses grupos na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Percentuais dos grupos de fatores sociais sobre o uso do PII vs PIS

Fatores	Aplic./Total	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	49/69	71,0
Masculino	25/54	46,3
<b>Faixa etária</b>		
15 a 25 anos	24/41	58,5
26 a 49 anos	21/31	67,7
50 anos em diante	29/51	56,9
<b>Escolaridade</b>		
0 a 4 anos	38/58	65,5
9 a 11 anos	36/65	55,4

Fonte: elaborada pelos autores.

Como podemos observar na Tabela 6, as hipóteses que tínhamos sobre esses grupos de fatores foram todas refutadas. É possível que houvesse uma diferença de comportamento desses fatores, caso ampliássemos nossa amostra no sentido de analisar se, de fato, os fatores sociais se mostram insensíveis à regra em estudo ou se o que verificamos aqui ocorreu em função de termos uma amostra pequena da realização do fenômeno.

Apesar de o fator “sexo” não ter sido selecionado pelo programa como estatisticamente relevante, das 69 ocorrências, 49 representam a preferência das mulheres pelo uso do PII em lugar do PIS se sobrepondo ao número dos homens 25 das 54 ocorrências, o que representa 71% contra 46,3%, isto é, mais da metade do valor prevalecendo, cuja tendência aponta serem as mulheres as influenciadoras do mecanismo da mudança linguística, supondo-se que o uso do PII em situações nas quais o previsto era o PIS é a forma inovadora, corroborando Domingos (2004) e Labov (1983).

Em relação ao fator “faixa etária”, houve pouca diferença entre os períodos de idade, cujos falantes selecionam o uso do PII em detrimento do PIS. Embora o número de ocorrências (51) seja maior na faixa etária que compreende 50 anos em diante, o percentual (67,7%) foi maior na faixa etária de 26 a 49 anos, o que indica os adultos fazerem uso da forma inovadora, se compararmos os índices da faixa etária 15 a 25 anos (58,5%) e 50 anos em diante (56,9%), percentuais muito próximos, o que nos remete ao uso do PII como sendo de destaque face ao PIS. No que concerne

ao fator “escolaridade”, a proporção é inversa, pois quanto mais tempo o falante tiver de escolarização (9 a 11 anos), menos ele tende a usar a forma que estamos considerando aqui como inovadora: PII, representado em 55,4%; e quanto menos escolaridade (0 a 4 anos), maior o percentual de uso do PII sobre o PIS (65,5%). Isto quer dizer que, para esta variável social, os falantes com menos tempo de escolaridade usam a forma do PII, cujo esforço cognitivo é menor, esta forma é menos marcada, ao passo que os de maior tempo usam a variante-padrão PIS, mais marcada, cognitivamente mais complexa, talvez em função do monitoramento da fala, dada a importância em certos contextos de exigência social no sentido de desempenho profissional, por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno sob análise, neste artigo, foi a variação entre o PII e o PIS a um ponto de referência passado, cujo total de variáveis independentes foram sete, sendo quatro linguísticas e três sociais, a saber: 1) *Tipo de oração*; 2) *Tipo de verbo na oração principal*; 3) *Advérbio ou locução adverbial na oração principal*; 4) *Locução verbal na subordinada*; 5) *Sexo*; 6) *Faixa etária*; e 7) *Escolaridade*. A hipótese geral era a de que o indicativo está tomando o espaço que antes era do subjuntivo, sendo, inclusive, mais recorrente na amostra sob análise.

Os fatores estatisticamente selecionados pelo programa foram dois e de natureza linguística: *o tipo de oração* e *o tipo de verbo na oração principal*. Nestes, os resultados indicaram haver tendência de uso do PII em orações subordinadas substantivas, quando o verbo da oração principal for cognitivo, enquanto os verbos não cognitivos inibem esse uso, apresentando a forma de PIS, a qual exige mais esforço mental por ser mais complexa cognitivamente e, talvez por isso, esteja sendo sobreposta, optando o falante por uma construção, que exige menos esforço mental, mais direta e simples.

Outro ponto importante que foi possível perceber é que nossos resultados foram de encontro aos do estudo de Domingos (2004). Os grupos de fatores sociais não demonstraram expressividade nesta pesquisa para o processo de variação das formas verbais aqui analisadas. Dois fatores de ordem linguística motivam o uso do imperfeito do indicativo no espaço do subjuntivo, construindo um fenômeno variável.

Os fatores linguísticos e extralinguísticos não relevantes, nesta pesquisa, confirmam a necessidade de ser preciso ampliar nossa amostra, além de acrescer ou reformular alguns fatores que possibilitem uma discussão mais contundente do processo de variação do pretérito imperfeito indicativo *versus* pretérito imperfeito do subjuntivo no falar dos fortalezenses.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa não se esgota em si, tampouco o fenômeno que ora tratamos. Acreditamos que os resultados aqui apresentados e os trabalhos futuros possam contribuir para os estudos sociolinguísticos, ampliando a compreensão sobre os processos de variação e mudança no português falado no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. A. de; VIANA, R. B. de M.; PEREIRA, M. L. de S. O banco de dados NORPOFOR. In: ARAÚJO, A. A. de; VIANA, R. B. de M.; PEREIRA, M. L. de S. *Fotografias sociolinguísticas do falar de Fortaleza-CE*. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 15-65.

BACK, A. C. D. P.; COAN, M. A temporalidade do pretérito imperfeito do subjuntivo em relação a seu ponto de referência: perspectivas teóricas. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 375-391, maio/ago. 2018.

- BACK, A. C. D. P. *A multifuncionalidade da forma verbal -sse no domínio tempo-aspecto-modalidade: uma abordagem sincrônica*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BELLO, A. Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana. In: *Obra literaria*. Caracas: Ayacucho, [1841] 1979. p. 415-459.
- BINNICK, R. *Time and verb: a guideto tense and aspect*. New York: Oxford University Press, 1991.
- CARVALHO, H. M. de. *A alternância do Subjuntivo/Indicativo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. 2007. 159 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COAN, M.; BACK, A. C. Di P. Identidades aspecto-temporais do pretérito imperfeito do subjuntivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 56, n. 2, p. 259-272, jul./dez. 2014.
- COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Lingu@gem*, v. 4, n. 2, 2010. 2º Semestre. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- COAN, M.; BACK, A.; REIS, M.; FREITAG, R. As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. *Estudos Linguísticos*, XXXV, p. 1463-1472, 2006.
- COMRIE, B. *Tense*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DOMINGOS, R. de F. de A. *Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado*. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973. Título original: Dictionnaire de Linguistique. Librairie Larousse.
- FAGUNDES, E. D. *As ocorrências do modo subjuntivo nas entrevistas do VARSUL no estado do Paraná e as possibilidades de variação com o modo indicativo*. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- FREITAG, R. M. K. O domínio funcional tempo-aspecto-modalidade na expressão do passado imperfectivo no português falado no Brasil. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 139-170, 2010.
- GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Co, 2001. v. I e II.



- GIVÓN, T. Verbal inflections: tense, aspect, modality and negation. *In: English Grammar: a functional-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Co, 1993. v. I e II.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional - typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1990. v. II.
- GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984. v. I.
- GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. *Work. pap. linguíst.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 73-91, jan./jun. 2009.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.
- LABOV, W. *Modelos sociolinguísticos*. Madrid: Ediciones Cátedra, S/A, 1983.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MEIRA, V. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. *In: BRAGA, M. L.; MOLLICA, M. C. (org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PIMPÃO, T. S. *Uso variável do presente no modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- PONTES, E. *Estrutura do verbo no Português Colonial*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- POPLACK, S. Variability, frequency and productivity in the irrealis domain of French. Benjamins: Bybee & Hopper, 2001.
- REICHENBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: Macmillan & Co, 1947.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portuguesa: 3º ano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *GoldvarbX: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- SILVA, R. V. M. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.





## COMPORTAMENTO DA NASAL PALATAL /ɲ/: ANÁLISE VARIACIONISTA

### BEHAVIOR OF THE PALATAL NASAL /ɲ /: VARIATIONIST ANALYSIS

Dermeval da Hora\*, Larissa Moraes Pedrosa\*\*

#### RESUMO

A posição de ataque silábico, em geral, é preenchida por poucas consoantes que estão sujeitas a processos de variação. Dessas consoantes, destacam-se as oclusivas dentais /t, d/ e as soantes palatais /ɲ, ʎ/. Este texto trata da nasal palatal. O objetivo principal é discutir o comportamento desse segmento na comunidade de João Pessoa – PB - Brasil, considerando restrições sociais e estruturais. Como objetivos específicos são delineados: (a) identificar quais as condições estruturais e sociais que podem condicionar a variação da nasal palatal /ɲ/; (b) identificar qual a preferência do falante em relação às variantes, se o apagamento ou manutenção da nasal palatal; (c) identificar o estágio em que se encontra o processo de variação que envolve esse segmento, se variação estável ou indício de mudança linguística em progresso. Os dados trabalhados foram retirados do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB (1993), de onde foram selecionados 34 falantes, estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária e os anos de escolarização. Ao lado das restrições sociais, foram controladas restrições estruturais. O tratamento estatístico foi realizado com a utilização do Programa Goldvarb X que selecionou como relevantes para o apagamento da nasal palatal as restrições estruturais (contexto fonológico precedente, contexto fonológico seguinte, número de sílabas, tonicidade, categoria gramatical) e as restrições sociais (sexo, faixa etária e anos de escolarização).

**Palavras-chave:** nasal palatal; variação linguística; Projeto VALPB; restrições linguísticas; restrições sociais.

\* Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível PQ-1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor Titular pela Universidade Federal da Paraíba (aposentado). Professor Colaborador do Programa de Estudos da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9303-5664>

\*\* Mestre em Linguística pelo Programa em Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Autora da Dissertação de Mestrado que teve seu trabalho, parcialmente, utilizado neste artigo.

## ABSTRACT

*The syllabic attack position, in general, is filled by a few consonants that are subject to variation processes. Of these consonants, the dental stops /t, d/ and the palatal sounds /j, ʎ/ stand out. This text deals with the palatal nasal. The main objective is to discuss the behavior of this segment in João Pessoa, considering social and structural constraints. The specific objectives are outlined: (a) to identify which structural and social conditions may affect the variation of the palatal nasal /ɲ/; (b) identify the speaker's preference in relation to the deletion or maintenance of the variable; (c) identify the stage at which the variation process involving this segment is, whether stable variation or evidence of linguistic change in progress. The data worked on were taken from the Linguistic Variation Project in the State of Paraíba - VALPB (1993), from which 34 speakers were selected, stratified according to sex, age group and years of schooling. Along with social constraints, structural constraints were controlled. The statistical treatment was carried out by the Goldvarb X Program, which selected structural constraints (preceding phonological context, following phonological context, number of syllables, tonicity, grammatical category) and social constraints (sex, age group and years of schooling).*

**Keywords:** *palatal nasa; language variation; VALPB Project; structural constraints; social constraints.*

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a sílaba no Português Brasileiro (PB) têm demonstrado que as consoantes que ocupam as posições de ataque e coda estão sujeitas a processos de variação. Embora na posição de ataque seja possível elencar o maior número de consoantes no sistema do PB, não é essa posição a que conta, proporcionalmente, com maior número de segmentos sujeitos à variação, visto que, na posição de coda, que pode ser preenchida pelos segmentos /r, l, s, n/, todos eles apresentam usos variáveis.

Se a coda silábica tem estado no centro das atenções dos sociolinguistas brasileiros, não é o que acontece com o ataque. Basicamente, são as oclusivas dentais /t, d/, em exemplos como [t]iro ~ [tʃ]iro, [d]igo ~ [dʒ]igo, e as soantes palatais /j, ʎ/, em casos como ba[ɲ]o ~ b[ã]o ~ b[ã̃], mu[ʎ]er ~ mu[l]er ~ mu[j]er. O foco deste texto é a nasal palatal na comunidade de João Pessoa.

No desenvolvimento dessa proposta, dois questionamentos devem ser respondidos: (a) De que maneira se manifesta a variação da nasal palatal /ɲ/ na comunidade de pessoense? (b) Quais os fatores estruturais e sociais que condicionam a variação da consoante nasal palatal /ɲ/?

A fim de responder essas questões, tem-se como objetivo principal discutir o comportamento desse segmento na comunidade pessoense, considerando restrições sociais e estruturais. Como objetivos específicos são definidos: (a) identificar quais as condições estruturais e sociais que condicionam a variação da nasal palatal /ɲ/; (b) identificar qual a preferência do falante em relação ao apagamento ou manutenção da variável; (c) verificar o estágio em que se encontra o processo de variação que envolve esse segmento, se variação estável ou indício de mudança linguística em progresso.

Os dados utilizados são os de 34 falantes que integram o Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB (HORA, 1993), estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária e os anos de escolarização. A base teórica que dá suporte à análise dos dados é a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1966, 1972; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), e, no tratamento estatístico dos dados, foi utilizado o pacote Goldvarb X.

As hipóteses levantadas em relação ao objeto de estudos foram assim delineadas: (1) em relação às restrições sociais, supõe-se que os falantes do sexo feminino, da faixa etária mais avançada e com anos de escolarização mais elevados dão preferência à manutenção da consoante palatal, ao contrário dos falantes do sexo masculino, mais jovens e com menos anos de escolarização; (2) quanto às restrições estruturais, parte-se do pressuposto de que a presença de uma vogal [+alta, -posterior], seja no contexto fonológico precedente, seja no contexto fonológico seguinte, favorece o apagamento da nasal palatal.

Este texto está assim estruturado: além dessa Introdução, na Seção 2, serão apresentados alguns pressupostos da Sociolinguística Variacionista; na Seção 3, serão apresentadas algumas informações sobre a soante palatal; na Seção 4, será delineada a metodologia; na Seção 5, a análise dos dados, considerando-se as restrições estruturais e as restrições sociais selecionadas pelo tratamento estatístico com o Goldvarb X como mais relevantes; e, por último, as Considerações Finais, seguidas das Referências.

## A PROPOSTA VARIACIONISTA

Desde os anos 1960, os estudos linguísticos têm como um de seus interesses a pesquisa sobre variação, mesmo que antes disso já se tenha levantado que a mudança na língua era condicionada não só por restrições estruturais, mas também sociais, como bem observou Antoine Meillet (1948). Essa é uma noção que foi reconhecida, mas não explorada pelos dialectologistas pré-estruturalistas europeus, que reagiram ao rígido paradigma neogramático. O estruturalismo, segundo Buccini e Van Coetsem (1990), operou também com essa noção, principalmente ao tratar as oposições estruturais. O conceito também esteve fundamentalmente implicado no que se chamou *sincronia dinâmica*, acarretando uma necessária reavaliação da famosa dicotomia sincronia-diacronia de Saussure (2006)[1916]. Embora a variação linguística na sua gênese não tenha, por algum tempo, sido objeto de grandes polêmicas, ao começar a ser tratada do ponto de vista do contexto social, ela tornou-se assunto de pesquisa e discussão, especialmente com referência à difusão lexical e à mudança em progresso.

A década de 60 presenciou o aparecimento da primeira proposta concreta para tratar a questão da variação e mudança na língua, com o trabalho de Weinreich, Labov e Herzog (1968). Ao apresentar e discutir a proposta, os autores levantaram alguns problemas, parcialmente ordenados, de que uma teoria de base empírica deveria dar conta. Tais problemas dizem respeito às restrições, à transição, ao empréstimo e à avaliação. Respondendo essas questões, uma quinta questão básica surge, formulada como uma pergunta: que fatores são considerados na implementação de uma mudança? Por que as mudanças em um traço estrutural ocorrem em uma língua específica em um determinado tempo, mas não em outras línguas com o mesmo traço, ou na mesma língua em outros tempos?

Para os autores citados, uma teoria de mudança deve lidar com o modo como uma estrutura linguística de uma comunidade muda no curso do tempo, de forma que, em algum sentido, tanto a língua como a comunidade permaneçam as mesmas, mas a língua adquira uma forma diferente.

Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 186-187) sugerem que uma mudança linguística acontece quando uma variante se generaliza em um subgrupo de uma comunidade e adquire uma certa direção e significado social; o progresso da mudança está associado à aprovação dos valores de um grupo pelos membros de outro grupo. A mudança sempre requer, virtualmente, um período de transição, de variabilidade, de competição entre estruturas e de divergências dentro da comunidade do falante (SANKOFF, 1988, p. 147). Para o entendimento do processo de mudança

linguística em progresso, dois aspectos na estratificação da amostragem devem ser considerados: tempo aparente e tempo real. Na amostra em tempo aparente, a variável linguística é distribuída entre os níveis de idade dos falantes. A dificuldade desse tipo de observação consiste em entender se a significativa correlação entre a idade e a variável linguística estabelecida trata-se de uma verdadeira mudança em progresso ou de gradação etária, que é a mudança de comportamento linguístico característica de uma certa idade, que se repete em cada geração, alterando a frequência de algumas variáveis linguísticas por serem modificadas ou corrigidas em uma idade mais avançada do indivíduo. Para Labov (1966), adolescentes e adultos jovens usam variantes estigmatizadas mais livremente do que falantes de meia idade, especialmente quando estão sendo observados.

Labov (1994, p. 47) observa que adolescentes e pré-adolescentes parecem estar à margem no progresso da mudança sonora. Sugere, então, uma estratificação da amostra que inclua gravações de falantes tão jovens quanto os de oito anos de idade: 8 - 14; 15 - 19; 20 - 29; 30 - 39; 40 - 49; 50 - 59; 60 - 69 e mais de 70 anos. Segundo o autor, essa forma de estratificação pode aprimorar a visão dos movimentos em tempo aparente. Os dados em tempo aparente são, portanto, relevantes para as observações em tempo real, uma vez que eles podem suscitar questões acerca do tipo de mudança, bem como das diferenças que constituem a mudança linguística (LABOV, 1994). Para Paiva e Duarte (2003, p.23), apesar da validade teórica do construto do tempo aparente, “há dificuldades empíricas que exigem não apenas rigor dos dados a serem observados, como também a conjugação com outras formas de estudo da mudança”.

Ao lado da mudança em progresso, os estudos sociolinguísticos, mesmo sob a perspectiva do tempo aparente, podem indicar se uma determinada variável representa uma variação estável. Isso acontece, principalmente, quando os resultados obtidos a partir da faixa etária indicam que a relação entre o uso por aqueles da faixa dos mais jovens se aproxima da faixa etária dos mais idosos.

A variação linguística, atualmente, ainda é de interesse exclusivo dos sociolinguistas, embora isto esteja rapidamente mudando. Outros campos da linguística e particularmente da linguística histórica têm-se beneficiado da aplicação sistemática da noção de variação. A variação, então, passa a ser vista, não como algo aleatório, mas como o reflexo de subsistemas em competição e heterogeneidade estruturada.

Sabe-se que a variação é inerente à língua. Segundo Chambers (1995, p. 13), quando as variantes atraíram a atenção dos linguistas, elas foram vistas ou como pertencendo a diferentes sistemas linguísticos coexistentes ou como estando em variação livre.

A noção de sistemas coexistentes estabelecia que os falantes mantinham fonologias separadas que lhes davam acesso a mais de um código, possibilitando-lhes mudar de um para outro. Tal noção traz certas implicações que a põem em dúvida, desde o início. Ela implica, por exemplo, que os falantes manteriam uma fonologia até que surgissem as circunstâncias para desencadear o segundo sistema. Misturar elementos dos dois sistemas, em princípio, não ocorreria. Acessar o segundo sistema não seria esporádico.

Um dos primeiros estudos de variação, Fischer (1958), mostra que as variantes eram selecionadas com base em determinantes correlacionados à classe social, ao sexo e a outras variáveis independentes. Correlacionar a variável dependente a variáveis independentes como contexto linguístico, estilo ou categorias sociais é a principal tarefa empírica da sociolinguística.

Uma das mais significativas contribuições dos estudos sociolinguísticos nos últimos anos foi a descoberta de que vários dialetos sociais são diferenciados entre si não apenas por conjuntos discretos de traços, mas também pelas variações nas frequências com que certos traços ou regras ocorrem. Estudos de dialetos sociais têm claramente indicado que a diferenciação dos dialetos não

pode ser indicada simplesmente por formulações categóricas. Não é mais possível, como tradicionalmente, indicar que algumas regras são obrigatórias e outras opcionais.

O fato de uma regra opcional específica aplicar-se em contexto (linguístico ou social) foi considerado irrelevante na formulação das regras para uma determinada língua e dialeto. Se uma gramática observava que o grau de flutuação variava mais em certos contextos do que em outros, ele era descartado como informação incidental, isto é, não tinha relação com a formulação real da regra. O grau de opcionalidade não era considerado na descrição linguística da competência da língua. Estudos detalhados de variação, entretanto, têm indicado que há uma regularidade sistemática da variação. Em parte, essa regularidade pode ser atribuída a fatores sociais como idade, sexo, estilo, classe social etc. Mas também pode estar correlacionada a variáveis linguísticas independentes, a exemplo do contexto fonológico, da extensão do vocábulo, da tonicidade etc.

O estudo das variáveis linguísticas, mais do que as constantes categóricas, acrescenta uma nova dimensão ao exame das diferenças de fala. Os estudos iniciais indicam como os métodos quantitativos são utilizados e também como as correlações entre os padrões sociolinguísticos e sociais surgem. O valor particular de uma determinada variável linguística é visto como uma função de sua correlação com variáveis extralinguísticas e com as variáveis linguísticas independentes. A variável linguística, em si mesma, é uma abstração, é realizada na fala real por variantes, isto é, membros individuais que constituem a variável.

Enquanto a variação linguística não tem significado real em termos das representações formais de uma gramática, a regra variável é colocada como um aspecto formal da teoria linguística a ser considerado nas gramáticas da língua. Sua aceitação em nível teórico baseia-se em várias premissas.

O estabelecimento da regra variável é, antes de tudo, baseado na hipótese da variabilidade inerente. Por variabilidade inerente, entende-se que a flutuação das variantes não pode ser desprezada como empréstimo dialetal ou mudança de código no repertório do falante. A flutuação é parte de um sistema unitário. A variação ocorre, mas os contextos linguísticos e sociais permanecem. Existem casos em que a mudança linguística torna-se estável, isto é, a variabilidade pode permanecer constante por muitas gerações. Nesse sentido, a variabilidade pode revelar uma estabilidade igual à de muitas regras categóricas. Nesses casos, dizer que a variabilidade é apenas uma indicação de mudança linguística em progresso parece ser uma generalização, como a de dizer que a língua está sempre mudando.

Existem aspectos das restrições variáveis que são específicos de uma dada comunidade. Em relação à universalidade das restrições, existem dois aspectos a serem considerados: o efeito de previsibilidade e a ordem de previsibilidade. O efeito de previsibilidade diz respeito ao fato de que um tipo específico de contexto sempre terá um efeito particular ou variabilidade. A ordem de previsibilidade se refere à ordenação específica das restrições. Para que uma ordenação assim seja parte de uma teoria geral de regras opcionais, deve-se ser capaz de prever não só o efeito da restrição, mas também sua ordenação em relação às outras restrições. É muito possível que o efeito de previsibilidade derive de alguns princípios universais da metateoria da língua, mas que a ordem de previsibilidade seja de língua específica.

A teoria da variação e a teoria categórica têm seus próprios domínios e formas de procedimento. A separação entre as duas, conforme Chambers (1995, p. 30), não parece ser bem entendida. Nas primeiras propostas para as regras variáveis, Labov (1972) as concebeu como um refinamento das regras opcionais da teoria gerativa contemporânea.

Segundo Chambers (1995, p. 31), o axioma da categoricidade não é uma propriedade acidental da linguística categórica, mas uma propriedade essencial. Nos últimos anos, as regras têm

sido descartadas pelos linguistas categóricos em favor de generalizações notacionais diferentes, a exemplo dos filtros, *templates* e princípios. Da mesma forma, a formalização das regras variáveis não tem sido mais discutida na linguística variacionista. Mas o programa estatístico que trata das regras variáveis não desapareceu com as regras. Ele continua sendo um dos procedimentos disponíveis para os pesquisadores correlacionarem variáveis dependentes e variáveis independentes.

## SOBRE A SOANTE PALATAL

De acordo com Camara Júnior (1970), a nasal palatal caracteriza-se por ser intervocálica, ou “molhada”. Dificilmente essa consoante aparecerá no início de sílaba, à exceção de *nhoque* que, segundo o autor, é um exemplo claro de um fonema “molhado” em posição inicial. Para justificar sua definição como um fonema palatal, Camara Júnior (1970) afirma que sua articulação se dá com o médio-dorso da língua e com o palato médio. Além disso, o autor ainda caracteriza /ɲ/ como um fonema posterior.

Como afirma Camara Júnior, a nasal palatal está circunscrita ao contexto de ataque medial, uma vez que, em posição inicial, restringe-se a vocábulos que são empréstimos. Segundo Neuschrnk (2016, p. 131), em seu estudo sobre a fonologização dos segmentos palatais do PB, “apesar de serem três as sequências que dão origem à nasal palatal, elas acabam convergindo para um mesmo caminho, devido à atuação dos mesmos traços, por isso as suas etapas assemelham-se”. Para ilustrar esse fato, reproduz-se o quadro a seguir, que representa a fonologização da nasal palatal, com exemplos de formas latinas e suas correspondentes no PB.

Quadro 1 – Fonologização da nasal palatal

Contexto silábico	Processo	Exemplo	Implicações	Etapas
Ataque absoluto	---	---	---	---
Ataque medial	Palatalização n + j precedido de vogal	se/nj/orem > se/ɲ/or	Assimilação regressiva.	n + j > ɲ
	i + n	vi/n/um > vi/ɲ/o	Assimilação progressiva	i + n > ɲ
	gn intervocálico	pu/gn/um > pu/ɲ/o	Vocalização da consoante dorsal e consequente espraiamento	gn > ɲ > ɲ

Fonte: adaptação de Neuschrnk (2016, p. 131).

O que o Quadro 1 mostra é que a presença do segmento [+alto, -posterior] está presente em todas as implicações que resultam na formação da nasal palatal.

## ABORDAGENS SOBRE O TEMA

Poucos são os trabalhos que se dedicam a descrever a variação do segmento consonantal nasal palatal /ɲ/ no PB. A maioria dos trabalhos encontrados analisa não apenas a nasal, mas também a lateral palatal /ʎ/ e procura realizar uma análise mais fonológica do que puramente sociolinguística.

Os trabalhos analisados comungam no que diz respeito à verificação metodológica das variáveis, ao considerarem que, tanto a nasal palatal quanto a lateral palatal, são regras variáveis.



De modo geral, percebe-se que os autores selecionaram as mesmas variáveis sociais dos falantes para seus estudos: sexo, faixa etária e anos de escolarização. Dentre as estruturais, foi observado que os autores utilizam fatores semelhantes, em suas pesquisas, como: o contexto fonológico que precede e antecede as consoantes palatais, a tonicidade (ao verificar se as consoantes se localizam em posição tônica, pretônica ou postônica), assim como o número de sílabas do vocábulo.

A pesquisa de Pinheiro (2010) apresenta a variação da nasal palatal /ɲ/, a partir de exemplos retirados da fala de pessoas que residem em Belo Horizonte. Para a autora, a nasal palatal pode ser apagada em um vocábulo, quando em posição interna, dando origem um ditongo crescente com o acréscimo do glide [j]. Quando a nasal palatal se encontra na última sílaba da palavra, há um apagamento da última sílaba com o segmento e a vogal que antecede a consoante palatal passa a ser nasalizada, como ilustram os exemplos retirados da autora:

(3) “Nós saímos pra pescar [pi'rãye], na bendita voadeira” (Informante SRFF).

(4) “Aí a gente vai pra lá, é um [lugh'zĩ] muito bom também” (Informante FaCas).

A partir dos exemplos, observa-se que as palavras que sofreram variação são as que estão transcritas foneticamente, que são, respectivamente, “[pi'rãye]” (variação de *piranha*) e “[lugh'zĩ]” (variação de *lugarzinho*). A partir dessa demonstração, pode-se perceber a elisão dos fonemas palatais nas palavras que, ora pode ser caracterizado apenas pela nasalização da vogal anterior à consoante palatal, ora pode ser acrescentada também um glide. E, ainda assim, há total entendimento de que palavra o falante usa.

Soares (2008) analisa dados de seis cidades do estado do Pará (Belém, Bragança, Soure, Altamira, Marabá, Santarém), avaliando, sob a perspectiva variacionista, o comportamento das soantes palatais /ʎ, ɲ/.

Em relação à nasal palatal, a autora conclui que tanto fatores estruturais como sociais condicionam a realização das variantes. Em seu trabalho, as variantes que majoritariamente ocorrem são a nasal palatalizada, ou seja, motivada pela presença de uma vogal [+alta, -posterior], seguida da variante semivocalizada e, por último, a nasal palatal.

Tais resultados são bem diferentes dos encontrados em João Pessoa, uma vez que, na comunidade pessoense, a oposição se dá entre presença ou ausência da nasal palatal (PEDROSA, 2016). Os dados do Pará mostram uma realidade bem diferente, isto porque a presença da vogal [+alta, -posterior], seguindo uma consoante nasal, como em “men[i]no”, pode condicionar a palatalização da nasal. É um processo de espraiamento muito comum na região, que tanto afeta a nasal como a lateral, a exemplo de “a[l]i”, que pode resultar “a[ʎ]i”.

A partir da compilação desses trabalhos, pode-se afirmar que as variantes da nasal palatal [ɲ] podem restringir-se a dois tipos majoritários: apagamento e manutenção da consoante. Pode-se entender o apagamento como o próprio [ø], que exclui o fonema, assim como o apagamento em que, além da supressão da sílaba de um vocábulo, há o acréscimo de um glide (que, por vezes, forma um ditongo decrescente no vocábulo).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados trabalhados para essa pesquisa que é aqui apresentada foram extraídos do *corpus* do Projeto de Variação Linguística da Paraíba – VALPB (HORA, 1993). Banco de dados que pertence à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esses dados estão armazenados e disponíveis

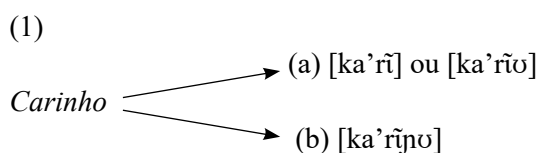


no endereço eletrônico [www.projetoalpb.com](http://www.projetoalpb.com). Embora a amostragem do Projeto seja de 60 falantes, foram utilizados 34, uma vez que a variável anos de escolarização passou a considerar falantes analfabetos e falantes com um a quatro anos no mesmo grupo, e também falantes com nove a 11 anos e mais de 11 anos, como sendo um grupo só. Esse *corpus* é uma amostra coletada sob a perspectiva do tempo aparente, em que a variável linguística a ser trabalhada se distribui nos níveis de idade selecionados.

Deve-se enfatizar que: (a) todos os informantes pertencem à comunidade de fala de João Pessoa; (b) o instrumento de coleta de dados foi a entrevista aberta com questões que versam sobre a vida pessoal do falante e também com questões dissertativas acerca de assuntos, à época, bastante discutidos na comunidade nacional, como violência, saúde, bem-estar da população, etc.

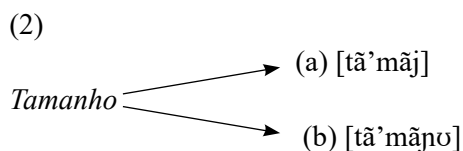
Os dados, após levantamento e codificação, foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X, que oferece, após as rodadas, informações numéricas de percentual e peso relativo da variável dependente e sua correlação com as variáveis independentes (sociais e estruturais).

A variável dependente analisada foi a nasal palatal [ɲ], que se realiza como [ø] (zero), o que significa seu apagamento, ou como [ɲ], implicando sua manutenção. Dessa forma, essa variável pode ser categorizada como uma variável binária, como constata os exemplos em (1) e (2):



Em (1a), observa-se, primeiro, o apagamento da nasal palatal e conseqüente apagamento da vogal temática [u], e, no caso seguinte, o apagamento da nasal palatal com manutenção da vogal temática. Em (1b), a nasal palatal se mantém.

O apagamento da nasal palatal, às vezes, pode levar ao aparecimento de um ditongo, como se pode ver em (2a):

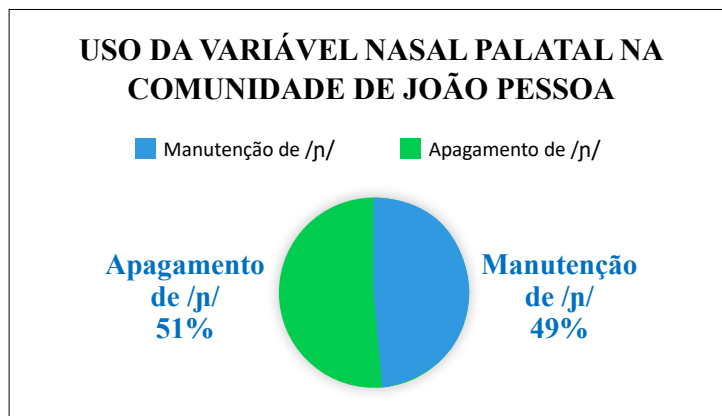


Na análise dos dados, foram consideradas como variáveis independentes, além das restrições sociais (sexo, faixa etária e anos de escolarização), já mencionadas, as restrições estruturais: contexto fonológico precedente (todas as vogais nasalizadas); contexto fonológico seguinte (todas as vogais orais); número de sílabas (vocábulos dissílabos, trissílabos e polissílabos); tonicidade (sílabas tônicas e sílabas átonas); categoria gramatical (nomes, pronomes, verbos).

## ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento dos dados no Corpus do VALPB resultou em 2351 ocorrências da variável nasal palatal, sendo 1145 ocorrências de manutenção e 1206 ocorrências de apagamento, o que, em termos percentuais, significa que 49% dos falantes mantêm a nasal palatal, enquanto 51% tendem a apagá-la, assim, a diferença entre manutenção e apagamento é quase inexistente. O Gráfico 1 ilustra esse resultado:

Gráfico 1 – Uso da variável nasal palatal /ɲ/ na comunidade de João Pessoa



Fonte: extraído de Pedrosa (2016, p. 53).

A utilização do programa estatístico Goldvarb X, considerando como valor de aplicação o apagamento da nasal palatal, selecionou, por ordem de relevância, as seguintes restrições: (a) contexto fonológico precedente; (b) contexto fonológico seguinte; (c) categoria gramatical; (d) número de sílabas; (e) tonicidade; (f) anos de escolarização; (g) sexo; e (h) faixa etária. Isso mostra que todas as restrições controladas foram selecionadas e, mais ainda, que as restrições estruturais tiveram prioridade sobre as sociais.

## ANÁLISE DAS RESTRIÇÕES ESTRUTURAIS

A Tabela 1 traz os resultados obtidos em relação ao contexto fonológico precedente, selecionado como mais relevante.

Tabela 1 – Realização da variável *contexto fonológico precedente* para o apagamento da variável /ɲ/

Fatores/Exemplos	Aplicação/Total	%	Peso relativo
i/ “vizinho”, “dinheiro”	966/1557	62	0.67
e/ “nenhum”, “senhora”	108/232	46,6	0.39
a/ “campanha”, “banho”	52/292	17,8	0.18
o/ “sonho”, “vergonha”	55/182	30,2	0.11
u/ “cunhada”, “junho”	24/88	27,7	0.05
<b>Total</b>	1206/2351	52	

Fonte: tabela extraída de Pedrosa (2016, p. 56).

Input: 0.47; Significância: 0.031.

Para essa restrição, foram consideradas as cinco vogais nasalizadas. Dessas, considerando-se que todos os valores acima de 0,5 favorecem e abaixo inibem, a que mais favorece o apagamento da nasal palatal é a vogal [ĩ], enquanto as demais o inibem. No caso da palavra “vizinho”, são duas vogais coronais que circundam a consoante, assim como é coronal a nasal palatal. Dessa forma, a nasal palatal /ɲ/ tem maior probabilidade de sofrer apagamento quando seguir a vogal /i/, em exemplos como *minha*, *caminho*, *tinha*, *pequeninho*. Uma explicação plausível para esse tipo de ocorrência é o fato de a vogal /i/ e a consoante /ɲ/ terem traços similares, que é o coronal. Vale dizer que, no conjunto de dados, muitas palavras com a vogal /e/ tiveram sua realização como [i], o que ampliou o número de ocorrência com esse contexto. Assim, é possível encontrar a seguinte

sequência: “s[e]nhora > s[i]nhora > s[ĩ]nhora > s[ĩ]ora. Quando essa vogal média não é elevada, também pode ocorrer o apagamento da nasal palatal, mas seu resultado não é significativo, e menos ainda o são aqueles vocábulos que têm como vogais nasalizadas a baixa e as posteriores.

Se os resultados obtidos para o contexto fonológico precedente são muito evidentes, tendo em vista a relação fonológica entre a vogal nasalizada e a consoante nasal palatal, o mesmo não se pode dizer do contexto fonológico seguinte, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Realização da variável *contexto fonológico seguinte* para o apagamento da variável /ɲ/

Fatores/Exemplos	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Vogal labial [ɔ]/ “ <i>carinhosa</i> ”, “ <i>senhora</i> ”	46/51	90,2	0,93
Vogal coronal [i]/ “ <i>companhia</i> ”, “ <i>conhecida</i> ”	70/80	87,5	0,9
Vogal labial [o]/ “ <i>canhoto</i> ”, “ <i>senhor</i> ”	11/21	52,4	0,76
Vogal labial [ɔ]/ “ <i>banho</i> ”, “ <i>sozinho</i> ”	374/590	63,4	0,64
Vogal coronal [ɛ]/ “ <i>reconhece</i> ”, “ <i>vinheram</i> ”	1/9	11,1	0,64
Vogal coronal [e]/ “ <i>banheira</i> ”, “ <i>dinheiro</i> ”	59/264	22,3	0,48
Vogal dorsal [a] ou [ɛ]: “ <i>acompanhada</i> ”, “ <i>cozinha</i> ”	644/1336	48,2	0,33
<b>Total</b>	1206/2351	52	

Fonte: tabela extraída de Pedrosa (2016, p. 59).

Input: 0.47; Significância: 0.031.

Todas as realizações das vogais foram consideradas para essa restrição. No tratamento estatístico, as vogais que não foram selecionadas foram [e] e [a], todas as demais atingiram peso relativo superior a 0,5, portanto, relevantes. Dessas, as vogais [ɔ] e [i] têm pesos relativos muito próximos 0.93 e 0.9, respectivamente, ocorrendo em vocábulos como *carinhosa*, *senhora*, *companhia* e *conhecida*. O que a consoante nasal tem em comum no contexto em que ocorre?

Fácil constatar a presença da vogal [i] ou da vogal média [e] que pode sofrer alteamento, resultando em [ĩ]. Pode-se afirmar que a motivação para o apagamento da nasal palatal não é a vogal posterior de “carinh[ɔ]sa” ou de “senh[ɔ]ra”, mas, sim, a presença da vogal anterior que é uma coronal.

Uma evidência que justifica esse raciocínio é o que ocorre com a palavra “acompanhada”, em que a vogal baixa tanto precede como segue a nasal palatal e, nesse caso, inibe seu apagamento, não resultando em uma ocorrência do tipo “acompãada”. O que se pode afirmar em relação aos contextos precedente e seguinte é que vogais que tenham o traço compartilhado com a nasal palatal, no caso o traço de ponto de articulação coronal, condicionam o apagamento da consoante nasal palatal.

A presença da vogal coronal no contexto da nasal palatal é um condicionador muito forte. Observe-se que, ao ser analisada a categoria gramatical, as mais relevantes são o pronome, seguido do nome; e a categoria gramatical verbo não é selecionada como relevante, segundo se constata na Tabela 3.

Os exemplos extraídos do *corpus* ratificam a análise. Nos casos dos pronomes “minha” e “nenhum” e dos nomes “dinheiro” e “galinha”, a presença da vogal coronal sempre precede a nasal palatal. No caso de “nenhum”, facilmente essa vogal média nasal sofre alteamento e favorece o

apagamento da nasal palatal. No caso das formas verbais “ganhar” e “tenho”, em que a vogal alta coronal não se faz presente, a tendência é o segmento nasal palatal não sofrer apagamento, mas pode ser realizado como um glide, resultando em g[ã]ar e t[ẽ]o. Em uma forma verbal como “tinha”, a presença da vogal nasalizada com o traço coronal favoreceria o apagamento da consoante nasal palatal, e a forma resultante seria tĩ[ø]a.

Tabela 3 – Realização da variável *categoria gramatical* para o apagamento da variável /ɲ/

Fatores/Exemplos	Aplicação/Total	%	Peso relativo
Pronome/ “ <i>minha</i> ”, “ <i>nenhum</i> ”	275/382	72	0,60
Nome/ “ <i>dinheiro</i> ”, “ <i>galinha</i> ”	617/1221	50,5	0,52
Verbo/ “ <i>ganhar</i> ”, “ <i>tenho</i> ”	313/748	41,8	0,40
<b>Total</b>	1206/2351	52	

Fonte: tabela extraída de Pedrosa (2006, p. 64).  
Input: 0.47; Significância: 0.031.

O mesmo se pode dizer em relação à dimensão do vocábulo. O Goldvarb X selecionou como mais significativas palavras dissilábicas, com peso relativo 0.61; as trissilábicas e polissilábicas com pesos relativos 0.42 e 0.39, respectivamente, não são relevantes. Porém uma palavra do tipo “conhecimento”, polissilábica, tende, por ter como contexto fonológico seguinte uma vogal coronal, a elevar-se, e ter como resultado a nasal palatal apagada. Nesse caso, a nasalidade da consoante se espraia para a vogal que a precede e em seguida a nasal palatal é apagada, resultando “cõ[ø]icimento. Em um vocábulo trissilábico como “cunhado”, por não se ter uma vogal com o traço coronal precedendo ou seguinte a nasal palatal, o que pode acontecer é ela perder o traço consonantal e resultar em um glide, ficando “cũ[j]ado”, nunca “cũ[ø]ado”.

Quanto aos vocábulos dissilábicos, por terem frequência de ocorrência maior entre as três possibilidades, é possível que a maioria conste de vocábulos em que a vogal precedente ou seguinte seja uma vogal alta, coronal. Caso se pense em uma palavra como “ganha”, sua realização jamais ocorrerá com o apagamento da nasal palatal, exatamente porque as vogais que circundam a nasal palatal não são coronais.

Das restrições estruturais, a última selecionada foi a tonicidade. Entre estar a nasal palatal na sílaba tônica ou na sílaba átona, é a sílaba átona que mais favorece o apagamento, com peso relativo 0.58; estando na sílaba tônica, o peso relativo é 0.3. Uma possível explicação para essa escolha, é o fato de a nasal palatal, estando na sílaba tônica, ter no seu apagamento uma menor probabilidade, uma vez que é a sílaba tônica sempre a mais proeminente de um vocábulo, e, por isso, menos suscetível de ser apagada. Vocábulos como “sobrinho” e “tenho” são casos em que o apagamento está mais presente, do que em palavras como “banheiro” e “senhor”. Embora, no caso de “senhor”, se a vogal for elevada, o apagamento da nasal palatal possa ocorrer.

## ANÁLISE DAS RESTRIÇÕES SOCIAIS

Assim como aconteceu com as restrições estruturais, todas as restrições sociais foram selecionadas. A primeira delas foi *anos de escolarização*, seguida do *sexo* e, por último a *faixa etária*.

Em relação à restrição *anos de escolarização*, como se pode ver na Tabela 4, quem mais favorece o apagamento da nasal palatal são os falantes analfabetos com peso relativa 0.60, seguindo os falantes com 5 a 8 anos de escolarização (0.53) e, por último, não favorecendo com peso relativo 0.35, os falantes com mais de 11 anos de escolarização.

Tabela 4 – Realização da variável *anos de escolarização* para o apagamento da variável /ɲ/

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
<b>Analfabeto</b>	307/569	55	0,60
<b>5 a 8 anos de escolarização</b>	662/1200	50	0,53
<b>+ de 11 anos de escolarização</b>	236/582	40,5	0,35
<b>Total</b>	1206/2351	52	

Fonte: tabela extraída de Pedrosa (2016, p. 71).  
Input: 0.47; Significância: 0.031.

Esses resultados, caso se considere que a realização da nasal palatal seja a forma que representa a norma culta, são bastante coerentes, uma vez que são os analfabetos os que mais se distanciam da norma culta, seguidos daqueles que, embora escolarizados, têm menos anos de escolarização do que aqueles que estão acima de 11 anos de escolarização, muitos deles já cursando o nível superior. A escolaridade é, portanto, um fator decisivo na escolha de uma variante, mesmo que se considere o caráter informal na obtenção dos dados.

Esses resultados obtidos estão em consonância com os de Soares (2008) em seu estudo sobre a mesma variável em cidades do Pará.

Quanto à restrição *sexo*, os resultados ratificam a tendência de os falantes do sexo feminino se aproximarem mais da norma culta do que os falantes do sexo masculino. Assim, com um peso relativo 0.55, são os falantes do sexo masculino os que mais aplicam a regra de apagamento da nasal palatal, enquanto os do sexo feminino, com peso relativo 0.46, a inibem.

Vale lembrar que há uma estreita relação entre ser do sexo feminino e selecionar a forma mais culta. Isso é possível de ser verificado em outras variáveis trabalhadas, não só no plano fonológico, mas também no plano morfossintático, em que falantes do sexo feminino têm maior probabilidade de usar as marcas de concordância, seja nominal seja verbal, do que os do sexo masculino.

Por fim, a restrição *faixa etária* foi a última selecionada. Os resultados obtidos, como se pode observar na Tabela 5, indicam que para todas as faixas etárias os pesos relativos estão muito próximos do ponto neutro 0.5.

Tabela 5 – Realização da variável *faixa etária* para o apagamento da variável /ɲ/

Fatores	Aplicação/Total	%	Peso relativo
<b>26 a 49 anos</b>	420/782	53,7	0,53
<b>15 a 25 anos</b>	359/696	51,6	0,51
<b>+ de 50 anos</b>	426/873	48,8	0,46
<b>Total</b>	1206/2351	52	

Fonte: tabela extraída de Pedrosa (2016, p. 74).  
Input: 0.47; Significância: 0.031.

As duas primeiras faixas etárias têm como resultado, respectivamente, 0.53 e 0.51. Ao contrário dos falantes com mais de 50 anos, com um peso relativo de 0.46. O fato de serem os mais idosos os que dão preferência à forma mais culta pode indicar uma possível aproximação da forma mais conservadora, entretanto, ao se realizar o cruzamento entre faixa etária e anos de escolarização, o que se observou é que, independentemente da faixa etária, são os falantes com menos anos de escolarização que mais apagam a nasal palatal.

Tendo em vista que a diferença de peso relativo entre as faixas etárias é muito sutil, pode-se afirmar que o processo de apagamento na comunidade pessoense se encaixa no que se denomina de variação estável. Seria uma possibilidade de mudança em progresso, caso os falantes que estão na faixa etária de 15 a 25 anos favorecessem mais o apagamento da nasal palatal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada deu conta da avaliação do comportamento da nasal palatal /ɲ/ na comunidade de João Pessoa, procurando verificar em que condições estruturais e sociais ocorrem seu apagamento, em detrimento de sua manutenção. Ao ser perseguido tal objetivo, identifica-se a preferência do falante pessoense por uma das duas possibilidades. E o que se conclui em relação a isso é que todas as restrições controladas no processo de análise estatística foram selecionadas, tanto as estruturais quanto as sociais.

Em relação às restrições estruturais é possível afirmar que a presença da vogal [+alta, - posterior] /i/ é o forte elemento condicionador do apagamento da nasal palatal. Isso é possível ser verificado não só quando são controlados os contextos fonológicos precedente e seguinte, mas também a tonicidade, o número de sílabas e até a categoria gramatical.

No que concerne às restrições sociais, embora selecionadas, os números relacionados aos pesos relativos estiveram muito próximos, mesmo quando eram favoráveis ou inibidores. O que se observa é que, como se hipotetizou na Introdução, são os falantes do sexo feminino, os mais idosos e os mais escolarizados aqueles que mais favorecem a manutenção da nasal palatal. Assim, são os falantes do sexo masculino, nas faixas etárias iniciais e os menos escolarizados aqueles que favorecem o apagamento. No cruzamento realizado entre as restrições sociais, o que fica evidente é que o apagamento da nasal palatal está diretamente associado a menor quantidade de anos de escolarização, seja ele do sexo masculino ou do sexo feminino, seja ele mais jovem ou mais idoso.

Se o processo que envolve o apagamento da nasal palatal reflete uma variação estável ou mudança em progresso, os dados obtidos a partir da faixa etária levam a crer que se está diante de uma variação estável, uma vez que os resultados estatísticos obtidos não mostram índice acentuado de seu uso por falantes mais jovens em detrimento dos mais idosos.

## REFERÊNCIAS

- BUCCINI, A. F.; VAN COETSEM, F. Variation and the reconditioning of phonological rules. *Lingua* 81, p. 169-220, 1990.
- CAMARA JÚNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1970.
- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Oxford: Blackwell, 1995.
- FISCHER, J. L. Social influences on the choice of linguistic variant. *Word*, v. 14, n. 1, 47-56, 1958.

- HORA, D. da. *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba*, João Pessoa, 1993.
- LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994. v. 1.
- LABOV, W. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- MEILLET, A. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948.
- NEUSCHRANK, A. *Fonologização na diacronia: do Latim ao Português Moderno*. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Educação e Comunicação, Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2015.
- PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. (org.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Contra Capa, 2003.
- PEDROSA, L. M. *O status da nasal palatal [ɲ] em João Pessoa*. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- PINHEIRO, N. L. de A. *O processo de variação da lateral palatal em Belo Horizonte*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SANKOFF, D. Sociolinguistics and syntactic variation. In: NEWMeyer, F. *Linguistics: the Cambridge Survey*. IV Language: the socio-cultural context. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 140-161.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].
- SOARES, E. P. M. *As palatais lateral e nasal no falar paraense: uma análise variacionista e fonológica*. 2008. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Letras Vernáculas, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.





# O ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR COM LETRAS DE MÚSICA DE CAPOEIRA

THE TEACHING PORTUGUESE AS A MOTHER TONGUE  
 FROM THE SOCIOLINGUISTICS PERSPECTIVE:  
 AN INTERDISCIPLINARY PROPOSAL WITH CAPOEIRA SONG LYRICS

Fábio Fernandes Torres\*, Munirah Lopes da Cruz\*\*

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir sobre o ensino de língua portuguesa como língua materna, numa perspectiva sociolinguística e interdisciplinar, a partir de elementos da cultura afro-brasileira relacionados às diversidades linguística e cultural do país. Metodologicamente, a partir de letras de músicas de capoeira, propõem-se questões com o propósito de despertar a consciência dos alunos sobre os processos históricos associados à formação da nossa sociedade e de nossa variedade linguística, sobre a diversidade do português brasileiro e sobre os preconceitos sociais presentes em nossa sociedade, dentre eles, o linguístico. As reflexões baseiam-se nos pressupostos da Sociolinguística, introduzidos por Labov (2008), e nas contribuições desse modelo para o ensino de língua materna (BORTONI-RICARDO, 2004; FARACO, 2008, 2015; BAGNO, 2002, entre outros). As conclusões decorrentes dessas reflexões sugerem, como forma de despertar a consciência linguística dos fenômenos variáveis e combater o preconceito linguístico, a abordagem de questões sociais e culturais relacionadas à formação das variedades linguísticas e da realidade sociolinguística brasileira.

**Palavras-chave:** sociolinguística; língua portuguesa; ensino.

\* Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professor do Curso de Letras - Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5972-5140>.

\*\* Mestranda em Estudos da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Professora de Língua Portuguesa na Secretaria da Educação do Estado do Ceará. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3007-4214>.

## **ABSTRACT**

*This paper aims to reflect on the teaching of Portuguese as a mother tongue, in a sociolinguistic and interdisciplinary perspective, from elements of Afro-Brazilian culture related to the country's linguistic and cultural diversity. Methodologically, from the lyrics of capoeira songs, questions are proposed with the purpose of awakening students' awareness of the historical processes associated with the formation of our society and our linguistic variety, about the diversity of Brazilian Portuguese and about prejudices present in our society, among them, the linguistic one. The reflections are based on the assumptions of Sociolinguistics, introduced by Labov (2008), and on the contributions of this model to the teaching of the mother tongue (BORTONI-RICARDO, 2004; FARACO, 2008, 2015; BAGNO, 2002, among others). The conclusions resulting from these reflections suggest, as a way of awakening the linguistic awareness of the variable phenomena and combating linguistic prejudice, the approach of social and cultural issues related to the formation of linguistic varieties and Brazilian sociolinguistic reality.*

**Keywords:** *sociolinguistics; portuguese language; teaching.*

## **1 INTRODUÇÃO**

É consensual entre os estudiosos da linguagem de inspiração sociolinguística o pressuposto de que há uma intrínseca relação entre os aspectos sociais, culturais e históricos e o sistema linguístico de uma língua natural. A língua, nessa concepção, é compreendida como intrinsecamente diversificada, dado seu caráter social e histórico, de modo que a diversidade linguística observada nas inúmeras situações de comunicação do dia a dia do falante ratificam o caráter heterogêneo da língua. É justamente isso que assegura “a sua funcionalidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa” (LUCCHESI, 2015, p. 17) como a nossa.

Da necessidade de entender e explicar a diversidade linguística e, mais ainda, como as línguas variam e mudam, a partir das contribuições de Labov, na década de 1960, nos Estados Unidos, surge o modelo da Sociolinguística Variacionista, que, em oposição à perspectiva estruturalista, inaugura uma nova abordagem, que concebe a língua indissociável do contexto social. Ao procurar explicar como aspectos de ordem social interferem nos processos de variação e mudança do sistema linguístico, a Sociolinguística desenvolve um novo constructo teórico para a Linguística, rompendo com o modelo teórico que predominava até então, trazendo para o centro da perspectiva teórica o aspecto social.

Nem todas as mudanças são altamente estruturadas, e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação (LABOV, 2008, p. 20).

A Sociolinguística, nesse sentido, fornece os pressupostos teóricos necessários para entender a diversidade linguística das línguas naturais existentes no mundo todo. No caso da realidade linguística brasileira, a diversidade linguística e a diversidade cultural estão diretamente relacionadas, entre outros aspectos, ao cruel processo de colonização, associado à abominável escravidão dos africanos que foram trazidos ao solo brasileiro e submetidos a trabalhos forçados e a toda sorte de ignomínia, e à dizimação de grande parcela dos povos e línguas indígenas. Desse

horripilante e trágico período de colonização portuguesa, resulta a variedade da língua portuguesa falada no Brasil, intensamente diversificada, com profundas marcas históricas e culturais decorrente desse processo.

Segundo Lucchesi (2015), graças a uma apropriação irregular e defasada do português pela maioria da população – composta sobretudo pelos negros –, passada de geração em geração também de forma irregular e assistemática, gerou-se uma variedade linguística rechaçada pela elite brasileira. Esta buscou nos parâmetros do português lusitano seu modelo ideal de língua, que também se distanciava de sua realidade, porém os distinguiu ainda mais da parcela da população marginalizada (FARACO, 2008, 2015).

Sobre a realidade sociolinguística brasileira, Lucchesi (2015) afirma que “a língua no Brasil está profundamente partida, e essa divisão nada mais é do que o resultado da violenta divisão que rasga a sociedade brasileira” (LUCCHESI, 2015, p. 21). Relacionando língua e história, ele aponta a divisão linguística brasileira em duas variedades: a variedade culta e a variedade popular. A primeira corresponde aos grupos da alta sociedade, que em geral habitam os grandes centros urbanos, com alto grau de escolaridade e gozam de muitos privilégios sociais. A segunda é a fala típica da maioria da população, pobre, rural (ou de origem rural), com formação escolar incompleta ou defasada e sem participação efetiva da cidadania, o que lhes nega direitos básicos, como saúde e educação.

Por isso, mesmo com o advento da independência do Brasil, nossa língua continuou com a feição do colonizador, considerando as diferenças linguísticas como erros, o que nos levou a uma crença internalizada até os dias de hoje de que “o brasileiro não sabe falar português”. Com o modelo do português lusitano eleito como o padrão, as escolas passam a ensiná-lo sistematicamente, e a elite, mesmo falando uma variedade diversa daquela, conseguiu se apropriar, ou dele se aproximar, já que essa parcela da sociedade era a única que tinha acesso à educação.

Com sua variedade linguística invalidada e seu acesso à escola negado, a imensa massa de falantes das classes mais pobres sofre até os dias atuais com a exclusão social e o preconceito em relação à sua forma de falar – por extensão ao preconceito em relação à sua cor e à sua classe. O português dito “correto” ou “bem falado” é usado até hoje como ferramenta de opressão e ajuda a legitimar e reproduzir o que Lucchesi (2015, p. 25) chama de “*apartheid* social brasileiro”.

Portanto, considerando-se a democratização da escola, com acesso garantido à toda a população, e o ensino de variação linguística previsto no currículo da disciplina de Português pela BNCC (BRASIL, 2018), cabe aos sociolinguistas a tarefa de auxiliar os professores da rede básica com propostas de ensino que incluam a reflexão sobre a realidade sociolinguística e cultural brasileira e o combate ao preconceito linguístico. Assim, o objetivo central deste trabalho é propor atividades que se apresentem como estratégias para a consciência da diversidade linguística e cultural, empregando, para essa finalidade, músicas de capoeira, de forma a recuperar traços culturais dos negros e sua história, valorizar sua cultura e sua variedade linguística. Além disso, esperamos despertar a consciência de que a capoeira, além de legítima expressão da cultura afro-brasileira e de resistência do povo negro, nos fornece elementos para refletir sobre um ensino mais democrático e efetivo de língua portuguesa como língua materna, para o reconhecimento da diversidade linguística e para o combate ao preconceito linguístico.

## 2 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA E O ENSINO DE PORTUGUÊS

Por compreender as estruturas social e linguística como domínios que se relacionam mutuamente, a sociolinguística tem apresentado importantes contribuições para o ensino de português

como língua materna no Brasil, uma vez que leva em conta a heterogeneidade linguística e a estratificação social diversificadas da realidade brasileira para propor estratégias que rompam com a concepção de língua homogênea em que, frequentemente, se baseia o ensino tradicional, modelo que tem sido alvo de críticas.

Esse modelo tem sido criticado, principalmente, porque se caracteriza por atividades de metalinguagem, classificação e reconhecimento das categorias gramaticais, o que não contribui para o desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos para a apropriação da norma culta e, menos ainda, para o domínio da norma padrão. Trata-se, portanto, de um modelo que não favorece o desenvolvimento da competência linguística dos alunos, uma vez que desconsidera a língua vernácula, empregada pelos falantes com diferentes graus de escolaridade e nas diferentes situações discursivas. Desse modo, segundo Torres e Silva (2019), “a sociolinguística mostra-se como uma área de estudos não apenas adequada à descrição do português brasileiro como também a seu ensino na educação básica” (p. 159).

O desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos, segundo Bagno (2002), deve passar necessariamente pelo: a) desenvolvimento ininterrupto das habilidades de ler, escrever, falar e escutar; b) conhecimento e reconhecimento da realidade múltipla, variável e heterogênea da língua; c) constituição de um conhecimento sistemático sobre a língua, tomada como objeto de análise, reflexão e investigação. Para que isso ocorra de modo satisfatório, o linguista propõe as seguintes linhas de trabalho: a) abandono da concepção tradicional de língua, que a trata como ideal pura e homogênea; b) crítica ao modelo de ensino baseado na gramática normativa, para assumir uma posição em prol do letramento e da reflexão linguística; c) discussão da problemática da variação linguística em seu vínculo com o ensino de língua, reavaliação da noção de erro, entre outros.

Não há dúvidas de que um dos principais objetivos do ensino de língua materna é o domínio da norma padrão. Esse objetivo foi confundido, durante muitas décadas, com o ensino prescritivo de gramática normativa, reduzindo o ensino de Língua Materna a práticas de apropriação, reconhecimento e classificação da nomenclatura gramatical, prática ainda encontrada nas escolas brasileiras. Esse ensino vem sendo, há algumas décadas, objeto de discussões, questionamentos e, principalmente, alvo de muitas críticas por parte dos estudiosos da linguística, em razão da prática excessivamente tradicional e normativa no trabalho com a linguagem, cuja visão de língua é aquela explicitada nos compêndios gramaticais que visa à transmissão de regras e conceitos metalinguísticos totalmente desvinculados da realidade multiforme da língua.

Os pesquisadores têm insistido na ideia de que as instituições escolares precisam levar em consideração o caráter variável e heterogêneo da língua, identificando o mito da homogeneidade linguística como um dos grandes entraves educacionais, principalmente para os alunos oriundos das camadas mais baixas da população, que, ao chegar à escola, sentem-se num mundo distante e irreal, em que sequer entendem a linguagem utilizada naquele espaço, o que gera um grande desestímulo e uma sensação de impotência diante desse hiato entre sua cultura e a cultura da escola.

Para Faraco (2008), embora tenha havido muitos esforços nos últimos anos para se construir alternativas para o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, ainda não foi possível disseminar uma crítica radical ao normativismo e à gramatiquice, que se constituem não apenas concepções e atitudes ligadas à língua e seu ensino, mas também pelo seu caráter conservador, impositivo e excludente, que são parte intrínseca de todo um conjunto de conceitos, atitudes e valores fundamentais autoritários, muito adequados ao funcionamento de uma sociedade profundamente marcada pela divisão social.

Sob esse aspecto, o ensino de Português não está separado da sociedade que o justifica e o sustenta e, desse modo, criticá-lo é criticar essa mesma sociedade; agir para mudá-lo é também

agir para transformar a sociedade. Uma das tarefas de professores e linguistas, além da indispensável realização e divulgação de estudos sobre a realidade linguística brasileira, é agitar criticamente a esfera de nossas representações sociais para criar espaços públicos que favoreçam essa complexa questão, reconstruindo nosso imaginário de língua, promovendo um encontro do país consigo mesmo, segundo o autor.

Faraco (2008) afirma que só faz sentido estudar a gramática se os conteúdos estudados estão claramente subordinados ao domínio das atividades de fala e escrita, isto é, se eles têm relevância funcional. Estudar um conjunto de temas gramaticais pelo simples fato de estudá-los não tem a menor razão de ser. Estudar a concordância verbal faz sentido quando articulado claramente com o uso da norma culta em comparação com a norma popular, em um trabalho de contraste entre a língua falada espontânea x a língua falada monitorada x a língua escrita. Isso pode ser associado a situações formais x situações informais; gêneros orais formais x gêneros orais informais x gêneros escritos. Do mesmo modo, estudar as conjunções só faz sentido se explorarmos as funções textual-discursivas, como um dos recursos de estruturação dos textos, veiculadores de sentido na articulação de orações, um dos recursos de coesão, mas reduzi-las a uma lista e classificação entre subordinadas e coordenadas não se mostra muito proveitoso.

Para Faraco (2008), essa crítica não pode nem deve ser confundida, como podem pensar alguns, com o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma culta. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é uma atividade auxiliar indispensável para o domínio fluente da fala e da escrita e conhecer a norma culta é parte integrante do amadurecimento de nossas competências linguísticas e culturais relacionadas à cultura escrita. Não se justifica, portanto, no ensino de Português, a prática de ampliar apenas o domínio das atividades de fala e escrita dos alunos. É necessário realizar sempre uma ação reflexiva sobre a própria língua, integrando as atividades verbais e a reflexão sobre elas. Essa reflexão deve ter por objetivo a compreensão do funcionamento interno da língua e deve ser acompanhada de uma atitude científica de observar e descrever a organização estrutural, com destaque para a imensa variedade de formas alternativas à disposição dos falantes, o funcionamento e a adequabilidade dessas formas nas mais diversas instâncias comunicativas.

E é preciso considerar que o ensino de português como língua materna deve ser explorado na escola em benefício do desenvolvimento da competência linguística dos alunos e não com o propósito de classificar e reconhecer nomenclaturas que só servem para propósitos de avaliação. Para isso, o aluno deve ter contato com grande número de textos orais e escritos, de estilos e gêneros diversos, de modo que usos prescritos e previstos na gramática normativa, que não são usuais ou frequentes no estágio da língua atual, possam ser contrastados com as formas alternativas disponíveis. Será preciso, também, compreender a realidade sociocultural e histórica da língua, isto é, a língua como um conjunto de variedades geográficas, sociais, estilísticas, de registros e de gêneros textuais e discursivos, o que significa compreender a língua como diretamente relacionada à vida e à história dos diferentes grupos sociais que a utilizam, desfazendo preconceitos linguísticos e atitudes puristas. Assim, o estudante passa a compreender que existem formas alternativas de se dizer uma mesma coisa e que a norma culta é apenas uma das variedades disponíveis na língua.

O ensino da Língua Materna deve disponibilizar ao indivíduo a possibilidade de escolha em empregar a variedade linguística que mais lhe convém numa dada situação comunicativa, logo, este ensino deve resultar de um ato de liberdade, não de opressão, com relação à língua. Bagno (2004) afirma que é preciso ensinar as regras da norma-padrão aos alunos, para que eles se apoderem de ferramentas linguísticas que não conhecem e que gozam de prestígio em determinadas camadas da sociedade, em determinadas ocasiões de uso da língua. Portanto, quanto maior for o

contato dos alunos na escola com textos orais e escritos, representativos de todas as variedades da Língua Portuguesa, explorando-se suas características e suas funcionalidades nas situações comunicativas, melhor será o desempenho dos alunos com a Língua Materna e mais facilmente poderá escolher a variedade mais adequada às situações comunicativas de que participa.

### 3 PROPOSTA INTERDISCIPLINAR PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS COM LETRA DE MÚSICA DE CAPOEIRA

A inclusão do ensino da cultura e da história afro-brasileira no currículo da educação básica está prevista na Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), embora, na prática, a temática referente aos negros no Brasil e na África seja pouco abordada, sendo estes continuamente renegados à margem da sociedade. Isso pode ser percebido, inclusive, pelo preconceito em relação às variedades linguísticas desses grupos, que são estigmatizadas, silenciadas e invalidadas em comparação às variedades ditas cultas faladas pelas classes dominantes (LUCCHESI *et al.*, 2009).

Em um país colonizado sob o jugo da escravidão, cuja população, em sua maioria, é descendente dos povos africanos, refletir sobre suas práticas culturais e sua variedade linguística, reduto incansável da resistência, mais que uma previsão legal é uma obrigação moral que se impõe, quando o propósito é uma educação libertadora, democrática e inclusiva. Por isso, nesta seção, propomos atividades a partir de letras de música de capoeira, para inserir, numa perspectiva interdisciplinar, elementos da cultura afro-brasileira e fenômenos variáveis da língua portuguesa, isto é, busca-se, por um lado resgatar a história do negro afrodescendente e, por outro, refletir sobre a heterogeneidade linguística. Para isso, é necessário primeiramente entender o contexto de surgimento da capoeira no Brasil e sua relação com o continente africano, relacionando-a ao período de colonização do território brasileiro (FONTOURA; GUIMARÃES, 2002).

A capoeira caracteriza-se como uma luta-arte afro-brasileira desenvolvida desde os primórdios da colonização pelos africanos forçadamente trazidos para cá como mão-de-obra escrava. Essa prática cultural inclui a música e a dança e remete às raízes africanas por meio de vários elementos que são de origem africana, como alguns dos instrumentos musicais utilizados e os movimentos da ginga e dos golpes, que se assemelham a danças e rituais africanos, principalmente das regiões que correspondem hoje ao Congo e a Angola (DOURADO, 2017).

No entanto, é difícil precisar como e onde a capoeira surgiu devido à falta de documentos sobre ela no período colonial, uma vez que não era de interesse da Corte Portuguesa registrar o cotidiano e a cultura dos escravizados, vistos como meras mercadorias.

Os cronistas coloniais não forneceram descrições pormenorizadas das técnicas nem dos rituais desses antigos jogos de combate, o que torna impossível qualquer tentativa de aproximá-los da capoeira como hoje a conhecemos. Os significados culturais desses rituais também mudaram ao longo dos séculos, acompanhando a intensa transformação socioeconômica e cultural por que passou a África a partir do século XVII. Até as fronteiras étnicas foram redesenhadas antes que se chegasse à configuração atual. Assim, todas as manifestações que porventura existem hoje em Angola são expressões contemporâneas, e só têm relações tênues com os jogos de combate do tempo do tráfico negreiro (MILANI, 2009).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <https://portalcapoeira.com/capoeira/publicacoes-e-artigos/a-danca-da-zebra/>.



A linguagem usada nessas cantigas antigas é também carregada de termos específicos dessa prática, oriundos de línguas africanas como o iorubá e o quimbundo, que carregam em si conotações e alegorias que podem ser pouco evidentes para quem não participa desse universo (YAHN; SANTOS, 2009). Além disso, a liberdade de criação que o gênero letra de música intui, devido ao seu caráter artístico, permite que o oculto e o misterioso que compõem a natureza do ser humano sejam trazidos à tona e apreciados de forma bela (ÉRNICA, 2006). Contudo, é justamente na memória histórica e cultural, como forma de resistência, que a capoeira cumpre o importante papel de identidade cultural negra.

Além disso, há algo inato à prática dessa arte-luta: a manutenção da memória, das tradições, crenças e rituais das etnias africanas vindas para o Brasil. Portanto, sendo luta, ou arte, ou dança, ela carrega consigo as raízes do povo africano e da identidade afro-brasileira, e um relacionamento marcante com a formação de uma memória coletiva, o que a torna um dos nossos patrimônios imateriais mais relevantes (MELO, 2007, p. 4).

A capoeira é composta de três elementos interdependentes, segundo classificação de Melo (2007), a saber: a luta ou jogo (corresponde à atividade física-corporal da capoeira), a musicalidade (a composição instrumental da bateria da capoeira) e as cantigas (que podem ser ladainhas, corridos, quadras ou chulas, a depender da estrutura métrica e do objetivo ritualístico da roda de capoeira). Melo (2007) compreende as cantigas de capoeira como poesia oral e popular, pois “é fonte produtora de literatura oral, através de suas cantigas e poesia, assim como das histórias orais, originando uma tradição folclórica, produtora de formas encantatórias da poesia ritual, do mito e da lenda histórica” (MELO, 2007, p. 5-6).

As músicas de capoeira são compostas por capoeiristas do mundo todo – predominantemente em língua portuguesa –, e, através da análise das letras das canções, podemos conhecer mais desse universo, muito rico e heterogêneo. Nosso propósito é analisar letras de música de capoeira, partindo da sua contextualização até chegar à análise linguística, observando os fenômenos de variação mais comuns nas variedades vernáculas que figuram nas músicas, com o fito de trabalhar a diversidade e o respeito linguístico em sala de aula, a partir de atividades orientadas pela Sociolinguística Educacional (BAGNO, 2007a, 2007b; BORTONI-RICARDO, 2004; FARACO, 2015).

### Atividade

#### Objetivos:

a) *despertar nos alunos a consciência dos processos históricos que fundaram a sociedade brasileira, principalmente aqueles relacionados à colonização e à escravização, destacando a presença do negro na formação da nossa sociedade.*

b) *instigar nos alunos a consciência acerca da diversidade do português brasileiro, a partir de fenômenos variáveis, e de sua relação com os processos históricos.*

c) *debater os preconceitos, dentre eles o linguístico, e a forma de enfrentá-los para tornar a sociedade mais democrática e igualitária.*

Texto 1	Texto 2
Camugerê, como vai, como tá? <b>Camugerê</b> Como vai vosmecê? <b>Camugerê</b> Eu vou bem de saúde <b>Camugerê</b> Pra mim é um prazer <b>Camugerê</b>	Vou dizer ao meu senhor Que a manteiga derramou A manteiga não é minha A manteiga é de ioiô <b>Vou dizer ao meu senhor</b> <b>Que a manteiga derramou</b> Ô, a manteiga não é minha A manteiga derramou <b>Vou dizer ao meu senhor</b> <b>Que a manteiga derramou</b> Ô, a manteiga não é minha Caiu no chão e derramou

Fonte: Disponível em: <https://papoeira.com/pt/home-2/>. Acesso em: 25 set. 2020.



## Contextualizando!

*Os textos I e II são letras de música de capoeira, compostas para serem cantadas durante a execução das rodas de capoeira. A música de capoeira, quando cantada em roda, permite improvisação e a inserção de qualquer outro tema. Há um coro que responde ao capoeirista que está cantando, de forma intercalada, contribuindo para a dinâmica da roda (MELO, 2007). Nas letras de música acima, o coro está destacado em negrito.*

*A capoeira pode ser caracterizada como uma expressão cultural ou luta-arte afro-brasileira, cujos movimentos da ginga e dos golpes se assemelham a danças e rituais africanos, em que se misturam arte marcial, esporte, cultura popular, dança e música.*

- 1) Que tipo de relação de trabalho pode-se depreender no texto II? Que palavras ou expressões evidenciam essa relação?*
- 2) Em relação ao texto I, quem é ou o que é Camugerê?*
- 3) Considere a expressão “a manteiga é de ioiô”. Você conhece o termo “ioiô”? A que grupo social você atribui o surgimento desse termo?*
- 4) Você conhece a forma “vosmecê”? Corresponde a que forma no português atual?*
- 5) As palavras “senhor”, “derramou” e “ioiô”, repetidas ao longo do texto II, formam uma rima da qual decorre a musicalidade. A mesma coisa ocorre com as palavras “Camugerê”, “vosmecê” e “prazer” no texto I. A que você atribui o fato de palavras com terminações diferentes rimarem entre si?*
- 6) Em sua opinião, quem pratica a capoeira sofre algum tipo de preconceito? E quem usa essas formas linguísticas ou outras não previstas pela gramática normativa? Como combater os preconceitos?*

As três primeiras questões pretendem ser o gatilho para se tratar de aspectos históricos relacionados à colonização e à escravização. A primeira questão objetiva discutir, quer pela percepção do aluno a partir dos trechos “vou dizer ao meu senhor” e “a manteiga é de ioiô”, que não se trata de uma relação consensual de trabalho, regidas por leis democráticas e humanas, mas de uma relação abusiva, caracterizada pela posse do sujeito que presta o serviço, uma relação, portanto, de escravidão. Nesse momento, espera-se que sejam recuperados os fatos históricos relacionados ao horror que foi essa prática, que durou mais de três séculos de dominação portuguesa no Brasil. O professor pode abordar, a partir de seus conhecimentos, as características da sociedade escravocrata, tecer informações de como se caracterizava o tráfico negreiro e a comercialização de escravos no Brasil.

A segunda questão é a menos acessível nessa atividade, porque diz respeito ao quilombo Camugerê (também escrito Camujê), símbolo de resistência dos negros escravizados na luta pela liberdade. Desse modo, pretende-se dar o protagonismo aos negros na luta pela liberdade, (re) construindo a visão de que não foi uma aceitação pacífica e de que a resistência e a luta por liberdade são tão antigas quanto o processo de escravização de africanos no Brasil. Os alunos podem fazer algumas inferências e pensar que se trata de uma pessoa, por conta das perguntas que aparecem no texto, como se fosse um diálogo (“Como tá? Como vai?”). É importante deixá-los elaborar hipóteses sobre isso, mas é importante fazer uma explanação sobre os quilombos e a luta de resistência dos negros contra a escravidão. Também se pode informar que, durante os 300 anos de escravização e mesmo após a abolição, não houve nenhuma preocupação da Coroa Portuguesa, do Império ou dos senhores de escravos com qualquer processo de escolarização que permitisse a

aquisição da variedade culta da língua portuguesa. Os escravizados aprendiam a língua, sem nenhuma instrução formal, apenas o necessário para desempenhar tarefas, que resultou numa transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2015).

Depois da discussão acerca das duas primeiras questões, os alunos devem associar o termo “ioiô” ao grupo social dos escravos ou seus descendentes. Nesse momento, é importante o professor acrescentar outros termos, que sejam do seu conhecimento, inseridos pelos afro-descendentes. É possível também levantar hipóteses para reflexão dos alunos se a interferência do negro na variedade do português brasileiro teria ficado apenas no nível do léxico, ainda que não se aprofundem essas questões, dadas as limitações dos fenômenos evidenciados pelo texto.

As questões 4 e 5 levam a discussão para aspectos linguísticos propriamente ditos, mas que sofreram e sofrem influência de condicionamentos sociais. Os alunos podem desconhecer a forma “vosmecê”, mas apreender, pelo contexto, que se trata de um termo empregado para se dirigir ao interlocutor, de maneira respeitosa. Nesse momento, o professor deve apresentar o processo de variação e mudança que culminaram na forma moderna “você”, que também varia com outros termos “cê” e “ocê”. É importante informar que a forma “vosmecê”, cuja origem é *vossa mercê*, pronome de tratamento, era usada para pessoas sem título de nobreza e com quem não se tinha intimidade para tratar pelo pronome pessoal *tu*, conforme Lopes e Duarte (2003), Faraco (2017). Denotava distanciamento e respeito e o verbo que o acompanhava devia ser conjugado na terceira pessoa do singular – como todo pronome de tratamento (RUMEU, 2012). Além da mudança nas formas escrita e falada, houve também mudança quanto a seu uso e significado. A forma *você* deixou de ser usada apenas como pronome de tratamento e passou a concorrer com a forma *tu* para expressar o pronome pessoal de segunda pessoa do singular, e hoje elas são intercambiáveis. No plural, a forma *vocês* também passou a expressar a segunda pessoa, substituindo a forma antiga *vós*, que desapareceu completamente do português do Brasil atual (BAGNO, 2007a).

Na questão 5, espera-se que o aluno perceba, pela sua própria experiência como falante da língua, alguns fenômenos variáveis bastante comuns no português brasileiro: a) o apagamento do r final, embora se preserve na escrita, é apagado na fala, o que justifica a rima entre “prazer” e “Camugerê”, “senhor”, “derramou”; b) o fenômeno da monotongação: “derramô” por “derramou”, o que permite a rima no texto 2 são justamente o apagamento do r em “senhor” e a monotongação em “derramou”. O fenômeno da monotongação (redução do ditongo a um som vocálico) pode ser percebido na pronúncia “mantega” em vez de “manteiga”, muito frequente em diversas palavras da língua portuguesa: queijo, beijo, queixo, caixa, faixa, colcha, frouxa etc. O professor pode demonstrar esse fenômeno, pedindo outros exemplos conhecidos dos alunos. Se considerar prudente, pode enfatizar que a variação fonética não interfere na ortografia oficial, uma vez que a ortografia não tem por objetivo representar a fala. A propósito, os textos escolhidos para a atividade não sofreram quaisquer adaptações.

Para evidenciar os aspectos culturais, além dos aspectos linguísticos e históricos desencadeados pelas questões propostas, o professor pode exibir um vídeo para mostrar uma roda de capoeira em que essas músicas sejam executadas, promovendo, assim, uma maior compreensão da dinâmica do jogo de capoeira, que inclui a bateria, a formação em roda e a participação do coro. No item 6, foram propostas três questões importantes que decorrem da discussão entre variação linguística e os aspectos culturais e a discussão sobre preconceito. Há de se considerar que existem vários preconceitos arraigados em nossa sociedade, responsáveis por segregar grupos sociais e pessoais: preconceito social, racial, sexual, religioso, cultural e linguístico, entre outros. As questões partem do pressuposto de que os praticantes da capoeira sofrem preconceito em razão de sua prática cultural, de sua cor e de seus usos linguísticos. É preciso alertar que determinadas práticas precon-

ceituosas configuram crimes previstos em lei e que qualquer atitude preconceituosa é incompatível com uma sociedade civilizada. Segundo Torres (2009), a sociedade moderna tem se mostrado muito propensa a garantir os direitos das minorias ou de grupos segregados na tentativa de garantir às pessoas desses grupos o respeito, a dignidade, o acesso aos serviços públicos, mas, infelizmente, na contramão dessas atitudes, está a ratificação do preconceito linguístico. Para o autor, “numa postura de educação às avessas, a contribuição que, em grande parte, a mídia tem dado para a discussão das questões relacionadas à língua é para ratificar o preconceito linguístico” (TORRES, 2009, p. 57). Desse modo, cabe ao professor desmitificar a supervalorização dos compêndios gramaticais e a ideia enganosa de que o domínio eficiente de uma língua pressupõe a aplicação forçosa de regras da gramática normativa.

As questões propostas não são exaustivas e não têm o propósito de ser um roteiro completo para o tratamento da variação linguística e de sua relação com aspectos históricos e culturais. Trata-se, na verdade, de uma estratégia de despertar a consciência dos usuários da língua para fenômenos linguísticos variáveis e o quanto estão associados ao processo de formação da nossa sociedade e de nossa variedade linguística, tomando como ponto de partida a capoeira como um dos aspectos culturais da comunidade negra do Brasil. Os questionamentos podem ter desdobramentos não previstos aqui e podem ser inseridas outras questões e outras discussões que levem ao conhecimento da heterogeneidade linguística. Os alunos podem ser instigados a observar a fala de pessoas de diferentes faixas etárias e de diferentes níveis de escolaridade, a fim de reconhecer que a variação linguística acontece em diversos grupos sociais e que uma mesma pessoa pode utilizar tanto as variantes de prestígio quanto as variantes estigmatizadas, a depender do nível de monitoramento da fala e da situação comunicativa (o grau de formalidade, se é mais formal ou mais informal).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surge como uma contribuição ao diálogo entre produção acadêmica e prática escolar na tentativa de promover um ensino de português enquanto língua materna mais justo e democrático. Seguindo a ideia de interligar cultura afro-brasileira, cultura popular e variação linguística, uma vez que as práticas sociais são permeadas pela linguagem, tenta promover reflexões sobre a língua, partindo de usos concretos da língua em nas manifestações culturais de seus usuários. Desse modo, a discussão contribui para um ensino de língua contextualizado, voltado para a observação de fenômenos linguísticos variáveis que figuram nas práticas sociais mais comuns e familiares para nossos estudantes.

Para isso, propusemos uma atividade para o ensino de língua portuguesa que pode ser desenvolvida no ensino fundamental, de forma introdutória, ou no ensino médio, para aprofundar ou revisar o tema da variação, tomando-se como ponto de partida músicas de capoeira, com o fito de discutir questões culturais e sociais associadas. Portanto, nesta proposta de atividade, oferecemos alternativas para a tradicional dicotomia certo e errado da gramática normativa, trabalhando com a compreensão da heterogeneidade linguística para combater o preconceito linguístico em relação às variedades linguísticas marginalizadas e o preconceito social contra determinados grupos sociais e determinadas práticas culturais.

Em substituição à imposição de um modelo virtual desvinculado das práticas sociais, propomos um ensino de língua que promova reflexões sobre a língua real, usada pelos falantes diariamente, reconhecendo seu caráter social e heterogêneo, para entender que a mudança é intrínseca à língua, e, dessa maneira, promover o respeito às diferenças linguísticas e culturais. Parte-se da

compreensão mais ampla dos processos históricos que circunscrevem a formação da sociedade brasileira e da variedade do português brasileiro para compreender de que modo a estrutura linguística reflete a estrutura social, historicamente situada.

Portanto, esperamos colaborar com o trabalho do professor, apresentando-lhe alternativas para promover um ensino de língua contextualizado, reflexivo, interdisciplinar e, sobretudo, respeitoso para com as variedades populares da língua portuguesa, aproximando a linguagem dos nossos alunos à linguagem da escola, sem a necessidade de excluí-las mutuamente, como muitas vezes é feito no ensino tradicional.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BAGNO, M. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: como é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007b.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. *Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, Casa Civil, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 25 set. 2020.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- DOURADO, Z. Pensando a capoeira dentro do ecossistema cultural: algumas reflexões iniciais. *ECO-REBEL–Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 3, n. 1, 2017.
- ÉRNICA, M. *O vivido, o possível e o cartático: para uma abordagem vigotskiana do estudo de representações sociais em textos artísticos*. 2006. 215f. Tese (Doutorado) – Curso de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, C. A. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (org.). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 19-30.
- FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, v. 3, n. 2, 2017.
- FONTOURA, A. R. R.; GUIMARÃES, A. C. A. História da capoeira. *Maringá*, v. 13, n. 2, p. 141-150, 2002.

- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro, 2003. v. I, p. 61-76.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.
- MELO, S. F. Cantigas de capoeira: uma fonte de saber e ensino da história e cultura afro-brasileira. *Boitatá*, v. 2, n. 4, 2007.
- MILANI, L. *A dança da zebra*. Disponível em: <https://portalcapoeira.com/capoeira/publicacoes-e-artigos/a-danca-da-zebra/>. Acesso em: 23 set. 2020.
- RUMEU, M. C. de B. Vestígios da pronominalização de Vossa Mercê > Você em missivas cariocas e mineiras: uma incursão pelo português brasileiro escrito nos séculos XIX e XX. *Veredas on-line – Atemática*, v. 16, n. 2, p. 36-55, 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.
- TORRES, F. F. *O gerúndio na expressão de tempo futuro: um estudo sociofuncionalista*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- TORRES, F.; SILVA, I. L. Contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa: entre normas, variação e ensino. *Revista Linguagem em Foco*, v. 11, n. 1, 2019.
- YAHN, C. A. C.; SANTOS, R. P. Capoeira angola e literatura popular: marcas da tradição oral afro-brasileira. *Revista África e Africanidades*, v. 2, n. 6, 2009.



# USO VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM CONSTRUÇÕES DE VOZ PASSIVA SINTÉTICA NA ESCRITA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS CEARENSES

VARIABLE USE OF THE VERBAL AGREEMENT IN  
 SYNTHETIC PASSIVE VOICE CONSTRUCTIONS IN THE  
 WRITING OF CEARA JOURNALISTIC TEXTS

Hugo Leonardo Pereira Magalhães\*, Hebe Macedo de Carvalho\*\*

## RESUMO

Este estudo<sup>1</sup> tem como objetivo analisar a variação da concordância verbal em construções de voz passiva sintética, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]). Os dados foram coletados em dois jornais da cidade de Fortaleza, considerando os gêneros textuais: editorial, artigo de opinião e notícia. Os resultados indicam que 59,5% das ocorrências apresentam o verbo com marca explícita de plural em relação ao sintagma nominal posposto no plural. Formas verbais perifrásticas e infinitivas favorecem a não concordância verbal, nesse tipo de construção. O gênero notícia desponta com maior percentual de formas verbais sem marca flexional de plural em relação ao SN posposto.

**Palavras-chave:** concordância verbal; voz passiva sintética; jornais cearenses.

## ABSTRACT

*This study aims to analyze a variation of verbal agreement in synthetic passive voice constructions, in the light of the theoretical-methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV,*

\* Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE), Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8701-9182>

\*\* Professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3192-3831>

<sup>1</sup> Este artigo constitui um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Análise sociofuncionalista da variação de concordância verbal em construções de voz passiva sintética em textos jornalísticos cearenses*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.



2008 [1972]). *The data were collected in two newspapers in the city of Fortaleza, considering the textual genres: editorial, opinion article and news. The results indicate that 59.5% of the occurrences present the verb with an explicit plural mark in relation to the noun phrase postponed in the plural. Peripheral and infinitive verbal forms favor verbal non-agreement in this type of construction. The news genre emerges with a higher percentage of verbal forms without a plural plural mark in relation to the postponed SN.*

**Keywords:** *verbal concord; synthetic passive voice; newspapers of Ceará.*

## 1 INTRODUÇÃO

Para a gramática tradicional (ALMEIDA, 2005; BECHARA, 2005; CUNHA; CINTRA, 1985; LIMA, 1999), o sintagma nominal posposto ao verbo, na chamada *voz passiva sintética*, é considerado sujeito e, portanto, recomenda-se a concordância verbal (verbo-sujeito). Haury (2014), Kury (1990) e Luft (1988) seguem essa mesma orientação.

Lima (1999, p. 390) adverte que “atenção especial deve merecer a concordância de verbo acompanhado da partícula “se” e seguido de substantivo *no plural*: venderam-se todos os bilhetes” (grifo do próprio autor). Bechara (2005, p. 563) pontua também que “a língua padrão pede que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito”.

Convém destacar que a realização da variante sem a marca explícita de plural, como podemos perceber nas sentenças (1) e (2), retiradas da nossa base de dados, tem ocorrido em contextos linguísticos considerados representativos do que se reconhece como norma culta<sup>2</sup> (escrita), a exemplo de textos jornalísticos, que “necessitam de uma linguagem mais ou menos uniformizada para exercer suas funções de formação (e, sobretudo, de conformação) da opinião pública” (BAGNO, 2011, p. 52).

(1) [...] nesse texto **se garante** as conquistas sociais<sup>3</sup>

(2) [...] para que **se compreenda** os seus reais interesses<sup>4</sup>

Observe que nas construções (1) e (2) os verbos estão no singular sem concordar, portanto, com os sintagmas nominais (SN) pospostos no plural, contrariando a advertência prescritiva. De posse desse fato linguístico, este estudo tem como objetivo descrever e analisar a variação de concordância verbal em construções<sup>5</sup> de voz passiva sintética, na escrita de textos dos jornais cearenses *O Povo* e *Diário do Nordeste*. Este estudo selecionou e coletou, nos textos escritos jornalísticos, construções de voz passiva sintética com verbos no plural (ocorrências 3 e 4) con-

<sup>2</sup> Estamos considerando como norma culta a concepção adotada por Faraco (2008, p. 172) como sendo a norma linguística praticada, em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau maior de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a cultura escrita. Convém expor que a expressão culta escrita difere, em certos aspectos, da expressão culta falada. Ela é, em certo sentido, mais conservadora, embora seja cada vez mais visível a entrada na escrita de estruturas antes apenas comuns na fala culta, como se pode ler em Scherre (2002) e Bagno (2003, 2009).

<sup>3</sup> *Diário do Nordeste*, 10 ago. 2016.

<sup>4</sup> *O Povo*, 1 out. 2016.

<sup>5</sup> Adotamos aqui o termo construção como nome geral para a reunião dos elementos formais linguísticos no vocábulo, na locução, na oração e assim por diante. A distinção fundamental é entre a construção vocabular (reunião em vocábulo) e a construção sintática (reunião em oração, em membro de oração, em grupo de orações) (CÂMARA JÚNIOR, 1985, p. 84).



cordando com o SN plural posposto, e construções de voz passiva sintética com verbos sem marca de plural (ocorrências 1 e 2) em relação ao SN plural posposto.

(3) Quando *se observam* os parâmetros internacionais<sup>6</sup>

(4) Nesse rol, *citam-se* duas reformas principais<sup>7</sup>

Para efeito de análise de dados, foram controladas construções com as seguintes configurações quanto à predicação verbal: Verbo Transitivo Direto (VTD) + SE + Sintagma Nominal (SN) e Verbo Transitivo Direto e Indireto (VTDI) + SE + Sintagma Nominal (SN), tradicionalmente chamada *voz passiva sintética*. Assumimos o SN posposto como sujeito da oração, daí o enfoque no fenômeno da concordância verbal.

Este estudo adota o referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), ao considerar a concordância verbal em construções de voz passiva sintética um fenômeno variável, sendo a presença e a ausência da marca de plural do verbo consideradas variantes linguísticas com o mesmo significado referencial (LABOV, 1978).

O texto está organizado em seções que contemplam estudos variacionistas sobre concordância verbal, referencial teórico, procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, resultados e discussão dos “achados” do estudo e considerações finais.

## 2 ESTUDOS VARIACIONISTAS SOBRE CONCORDÂNCIA VERBAL

O estudo sobre o uso variável da concordância verbal no Português Brasileiro (PB) conta com vastos trabalhos já desenvolvidos (GUY, 1981; NARO; SCHERRE, 1991; ANJOS, 1999; SCHERRE; NARO, 2006; BORTONI-RICARDO, 1985; NINA, 1980; SILVA, 2003; COELHO *et al.*, 2006; GALVES, 1993; COSTA; GALVES, 2002; COSTA; SILVA, 2006 para citar apenas alguns). Podemos citar, ainda, os trabalhos variacionistas sobre a análise da concordância verbal no Português Europeu contemporâneo (BAZENGA; VIEIRA, 2013; BRANDÃO; VIEIRA, 2012; MONGUILHOTT, 2010; MONTE, 2012; RUBIO, 2012; VAREJÃO, 2006).

No entanto, quanto à *voz passiva sintética*, é importante ressaltar que enfrentamos dificuldade em encontrar pesquisas sociolinguísticas que tratassem da variação com esse tipo de construção (BARRETO, 2014; BRITO, 2007; LIMA, 2001; MARTINS, 2003; MARTINS, 2004; NUNES, 1990; SANTOS, 2015; SCHERRE, 1999). Tarallo (1989, p. 39) afirma que ao procurar “trabalhos que tratem da voz passiva dentro de uma abordagem quantitativa verifica-se um grande vazio, principalmente em português”. Nessa esteira, notavelmente o caso das construções com *se* sob análise, até o momento em que desenvolvemos este estudo, de certo estaria no rol dos trabalhos pouco contemplados pela perspectiva quantitativa.

Santos (2015, p. 196) comenta que desconhece trabalhos variacionistas que pretendem identificar especialmente o comportamento da flexão de 3ª pessoa do plural com tal construção e revela que existe, inclusive, uma posição metodológica comum a vários estudos sobre concordância de 3ª pessoa do plural, seja em relação ao Português Europeu (PE), seja no tocante ao Português Brasileiro (PB), conforme revela Barreto (2014, p. 30): “a de excluir da coleta de dados a ‘estrutura tradicionalmente chamada de passiva sintética’”.

---

<sup>6</sup> Diário do Nordeste, 5 set. 2016.

<sup>7</sup> O Povo, 22 dez. 2016.

Pautando semelhanças e diferenças entre os trabalhos já realizados sobre a variação de concordância verbal de 3ª pessoa do plural, Barreto (2014, p. 34) aponta como uma “importante observação” o fato de que os autores adotam metodologias semelhantes no tocante aos “contextos estruturais excluídos de cada pesquisa”, dentre os quais está a construção tradicional de voz passiva sintética (BRANDÃO; VIEIRA, 2012; MONGUILHOTT, 2010; VAREJÃO, 2006; BAZENGA; VIEIRA, 2013). Segundo Santos (2015, p. 196), a razão para tal semelhança metodológica é que “construções passivas sintéticas recebem tratamento à parte porque as pesquisas acerca do uso, ou não, do elemento flexional de 3ª pessoa do plural se debruçam sobre sentenças ativas e sobre passivas analíticas”.

Não podemos esquivar-nos do fato de que existe, em língua portuguesa, uma construção de verbo acompanhada de pronome *se*, com um sintagma nominal posposto, em que a realização da concordância não se revela categórica, o que nos motivou, portanto, a desenvolver a análise e descrição linguística desse fenômeno ainda pouco explorado no rol dos estudos da concordância verbal do PB.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo adota como aporte teórico a Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Consideramos conceitos de variável e variantes, condicionamentos linguísticos e extralinguísticos. A seguir, discorreremos brevemente sobre essas noções.

Enquanto a língua concebida como sistema homogêneo contém somente regras categóricas, ou obrigatórias, ou invariantes, que sempre se aplicam da mesma maneira por todos, a língua compreendida como um sistema heterogêneo comporta, ao lado de regras categóricas, também regras variáveis. Nesse sentido, estas últimas são regras que possibilitam, em certos momentos, em certos contextos (extra)linguísticos, a escolha de uma forma, e, em outros contextos, de outra forma, com o mesmo significado em termos de condições de verdade. O conceito da variável como elemento estrutural torna desnecessário ver flutuações no uso como externas ao sistema, pois o controle de tal variação faz parte da competência linguística dos membros da comunidade de fala (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 123).

Para a Sociolinguística, a natureza do sistema linguístico é a heterogeneidade, a unidade linguística de qualquer nível de análise, que até então tinha sido invariável, discreta e qualitativa, passa a ser variável, contínua e quantitativa (LABOV, 2008). Nesse sentido, a variável linguística é uma entidade que pressupõe formas em competição, podendo ser motivada pela frequência relativa de suas variantes, que são duas ou mais formas alternativas que exprimem uma mesma informação referencial, representam o mesmo estado de coisas.

Ao tratar a natureza inerentemente variável da linguagem humana, Labov (2008) considera que a variação não é um fenômeno aleatório; pelo contrário, é regido por princípios de organização estrutural emanados das próprias regras do sistema linguístico. Trata-se de um dado linguístico natural e observável em contextos específicos de uso. Isto é, o falante reconhece que não existe uma única forma de se expressar, podendo fazer escolhas, adaptações ao contexto imediato durante o ato de fala. E nisso se inclui, como unidade estrutural, o conceito de “variável linguística”, segundo Trask (2011):

Uma variável é algum aspecto do uso para o qual duas ou mais formas concorrentes estão disponíveis numa comunidade, sendo que os falantes mostram diferenças interessantes e significativas na frequência com que usam uma ou outras dessas formas concorrentes (TRASK, 2011, p. 130).

Essas “duas ou mais formas concorrentes” correspondem às “variantes linguísticas”. Para Labov (2008), variantes são duas ou mais formas alternativas que exprimem uma mesma informação referencial, apresentam o mesmo estado de coisas. Tarallo (2007, p. 08) afirma que a um conjunto de variantes dá-se o nome de “variável linguística”. Segundo o autor, essas variáveis subdividem-se em variáveis linguísticas dependentes e independentes.

A variável dependente é o fenômeno que se objetiva estudar, como neste trabalho, a *variação de concordância verbal em construções de voz passiva sintética*; as variantes seriam, então, as formas que estão em competição: a presença ou a ausência da marca morfossintática de plural no verbo em relação ao sintagma nominal posposto (já que nosso foco é a concordância). O uso de uma ou outra variante é influenciado por fatores linguísticos ou extralinguísticos. Tais fatores constituem as *variáveis independentes*.

O estudo parte desses pressupostos teórico-metodológicos, bem como busca investigar quais condições linguísticas e extralinguísticas condicionam a variação em estudo, contemplando o *problema empírico da restrição*, postulado pela Teoria da Variação e Mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo busca investigar como os jornais cearenses codificam a concordância verbal em construções com passiva sintética e qual a direção, em termos de frequência, da presença de marca de plural no verbo (concordância) e a ausência da marca de plural (sem concordância) na escrita de textos de jornais do Ceará. Busca ainda analisar a atuação de restrições linguísticas e extralinguísticas na realização da marca de plural vs. ausência de marca de plural no verbo de construções passivas sintáticas em relação ao SN.

A fonte de dados são textos dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*. A escolha desses jornais deve-se ao fato de eles serem os de maior circulação do Estado e poderem facilmente ser tomados como representativos do português brasileiro padrão, em conformidade com Perini (1985), que afirma encontrarmos nesses textos (jornalísticos) “uma grande uniformidade gramatical”. O autor lembra que é em textos jornalísticos e em textos técnicos que emerge um português-padrão altamente uniforme no País (PERINI, 1985, p. 86-87).

Foram selecionadas 120 edições de cada jornal, num total de 240 edições, durante o período de janeiro a dezembro de 2016. Em cada jornal, foram selecionadas as editorias<sup>8</sup> que contemplavam textos teoricamente argumentativos, em outras palavras, opinativos, nesse sentido foram considerados editoriais e artigos de opinião. Foram fontes de dados também os textos de natureza mais expositiva (MARCUSCHI, 2002), noticiosos, nesse caso, notícias. O quadro seguinte explicita a relação entre editoria, jornais e gêneros textuais:

Quadro 1 – Editorias e gêneros textuais dos jornais pesquisados

EDITORIAS	O POVO	DIÁRIO DO NORDESTE
	Gênero textual	Gênero textual
Opinião	Editorial	Editorial
Artigos	Artigo de opinião	–
Ideias	–	Artigo de opinião
Economia	Notícia	–
Negócios	–	Notícia

Fonte: autoria própria.

<sup>8</sup> Conjunto das seções de um jornal, revista etc. sob o comando de um editor (HOUAISS, 2009, p. 269).

O quadro acima explicita a fonte da nossa base de dados correlacionando as editorias dos jornais pesquisados e os respectivos gêneros textuais selecionados para compor a amostra da pesquisa. Os jornais apresentam editorias diferentes, observe que no jornal Diário do Nordeste o artigo de opinião está contemplado na editoria denominada Ideias e no Jornal o Povo, na editoria Artigo de opinião. O gênero notícia foi coletado da editoria Economia, no jornal O Povo, e no jornal Diário do Nordeste da editoria Negócios.

É importante destacar que, em cada jornal, a quantidade de textos disponíveis em cada editoria é diferente: por exemplo, a editoria *Opinião*, do *Diário do Nordeste*, apresenta um texto de *editorial* e dois textos de *artigos de opinião*, e isso pode acarretar resultados enviesados em relação ao grupo de fatores extralinguísticos. Para estabelecer uma equiparação mais razoável, em decorrência da “confiabilidade dos dados” (GUY; ZILLES, 2007) no procedimento de coleta, consideramos o volume de palavras por texto, de cada jornal, totalizando uma média de 600 palavras.

Os dados foram selecionados e coletados dessa massa textual, considerando exclusivamente os gêneros textuais editorial, artigo de opinião e notícia. Os gêneros textuais caracterizam-se pela materialização dos textos em situações comunicativas, variando de acordo com a sua funcionalidade. Segundo Bagno (2011), uma das formas para detectar a instalação de uma inovação linguística é analisando seu avanço gradual desde os gêneros orais menos monitorados até os gêneros escritos mais monitorados. Neste trabalho, escolhemos a escrita monitorada, representada por gêneros do domínio jornalístico, pois acreditamos que “a natureza mais conservadora da escrita não impede que formas mais próprias da modalidade oral encontrem guarida nos textos escritos, mesmo naqueles de maior formalidade” (PAIVA; SILVA, 2012, p. 751). Selecionamos os gêneros *editorial*, *artigo de opinião* e *notícia*, supostamente mais formais, sem que isso obste, em nosso entendimento, haver filtros normativos operando de forma diferenciada em cada gênero.

## VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

As variáveis linguísticas independentes controladas na pesquisa (cf. MAGALHÃES, 2018) foram: predicação verbal; forma verbal (finita, infinitiva e perifrástica); tipo sintático-semântico do verbo (estado, processo, ação, ação-processo); material interveniente entre verbo e sintagma nominal posposto (ausência e presença); animacidade do sintagma nominal posposto (animado e não animado); estatuto informacional do sintagma nominal posposto (dado e novo). No entanto, serão apresentados resultados e discussão apenas dos grupos de fatores *forma verbal* e *gêneros textuais*, selecionados significativamente pelo Goldvarb X.

O grupo de fatores *forma do verbo* é constituído por verbos na forma simples (finita e infinitiva) e perifrástica. Tomamos como forma simples finita “aquela que se caracteriza pela adição de categorias verbais que constituem a flexão verbal: pessoa, número, tempo e modo” (SAID ALI, 1964, p. 68):

(5) Quando *se observam* os parâmetros internacionais<sup>9</sup>

Foram controlados verbos na forma simples infinitiva pessoal,<sup>10</sup> que, segundo Haug (2014, p. 843), “caracteriza-se por não compor construção perifrástica e por se referir sempre a

<sup>9</sup> Diário do Nordeste, 5 set. 2016.

<sup>10</sup> Os dados controlados foram somente de verbos na forma *infinitiva pessoal*.

um sujeito, determinado ou indeterminado, expresso ou não, igual ou diferente do verbo da oração subordinante”.

(6) A urgência de *se aprovar* leis imprescindíveis<sup>11</sup>

Consideramos como forma perifrástica aquela que “tem seu núcleo preenchido por verbo pleno numa forma nominal, especificado por um verbo auxiliar” (CASTILHO, 2014, p. 408). Nesse mesmo sentido, designamos “a forma gramatical perifrástica, em que um vocábulo auxiliar toma a si a expressão das noções gramaticais, ou significação interna, deixando a significação externa para se expressar pelo outro vocábulo, dito principal” (CÂMARA JÚNIOR, 1985, p. 191). As formas perifrásticas mais recorrentes na amostra se apresentaram com os verbos auxiliares modais *poder* e *dever*. Seguem duas ocorrências dessa forma verbal extraídas do *corpus*:

(7) [...] *pode-se identificar alguns*<sup>12</sup>

(8) [...] *devem-se incentivar iniciativas* como o Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes<sup>13</sup>

## VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

As variáveis extralinguísticas do estudo foram: jornal (O Povo e Diário do Nordeste) e gênero textual (editorial, artigo de opinião, notícia). A seção de resultados contemplará a descrição e análise de dados apenas da variável independente gênero textual, selecionada significativamente pelo GoldVarb X.

Com base nas definições de Marcuschi (2002), selecionamos gêneros textuais constituídos por sequências discursivas argumentativas, por um lado: *editoriais* e *artigos de opinião*. Por outro, optamos pelo gênero textual *notícias*, em cuja composição prevalecem sequências informativas ou expositivas.

Apesar de considerarmos que supostamente os gêneros textuais jornalísticos *editorial*, *artigo de opinião* e *notícias* primem pelo emprego da norma culta da língua, a escolha deste grupo de fatores parte da hipótese de haver um *continuum* de monitoramento entre eles, de modo que a variante sem marca explícita de plural no verbo encontre guarida naquele que seja mais receptivo a inovações linguísticas em relação ao que prescreve a tradição normativa, isto é, a forma que não realiza a concordância verbal.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS GRUPOS DE FATORES ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVOS PARA A AUSÊNCIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM CONSTRUÇÕES DE VOZ PASSIVA SINTÉTICA

Os dados foram submetidos à análise estatística por meio da ferramenta *Goldvarb X* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), que calcula frequências e pesos relativos, atestando maior ou menor significância dos grupos de fatores em relação às variantes.

<sup>11</sup> Diário do Nordeste, 4 fev. 2016, Editorial.

<sup>12</sup> O Povo, 22 mar. 2016, Artigo de Opinião.

<sup>13</sup> Diário do Nordeste, 27 maio 2016, Editorial.

O que nos chama à atenção, de início, é a quantidade de ocorrências do fenômeno variável – 121 dados.<sup>14</sup> Labov (1982, p. 31), no tocante à variação sintática, reconhece a dificuldade da coleta desse tipo de variação, ao admitir que “a mudança sintática ou é mais difícil de ser observada ou é mais lenta ou menos comum do que as mudanças nos padrões fônicos e mórficos”. Ainda que sejam poucos dados, a variação na concordância verbal em construções de voz passiva sintética é atestada na esfera jornalística cearense, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição geral da ausência e da presença da marca de plural do verbo da construção de voz passiva sintética escrita em jornais cearenses

VARIANTES	APLICAÇÃO/TOTAL	%
Presença de marca de plural	72/121	59,5%
Ausência de marca de plural	49/121	40,5%
Total	121/121	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados indicam 59,5% (cf. Tabela 1) de marca de plural no verbo concordando com o SN plural posposto (*se observam* os parâmetros internacionais), confirmando a natureza conservadora da escrita monitorada. Era essa a nossa expectativa, especialmente, em construções passivas sintéticas com estrutura VS (Verbo-Sujeito), ordem não canônica na língua portuguesa (SVO Sujeito-Verbo-Objeto é a ordem recorrente) e vista como “ordem excepcional, pouco frequente, por isso marcada” (PEZATTI, 2014, p. 38).

Ainda que estejamos lidando com poucos dados (121 ocorrências no total), consideramos alta a frequência (40,5%) de verbos sem marca explícita de plural (nesse texto *se garante* as conquistas sociais) quando o SN posposto ocorre no plural, em textos escritos monitorados, supostamente revisados pelos autores.

A seguir, apresentamos os dois grupos de fatores selecionados significativamente pelo *Goldvarb X*. A análise tomou como variante de referência a ausência da marca de plural no verbo em relação ao SN plural posposto. O programa *Goldvarb X* selecionou os grupos de fatores: *forma do verbo e gêneros textuais*.

Nossa hipótese considerou que o grupo de fatores *forma do verbo* teria significativa relevância para os propósitos deste trabalho, haja vista ser de natureza estrutural e nosso objeto estar relacionado à variação no nível sintático da concordância. A seguir, temos os resultados para cada forma verbal:

Tabela 2 – Efeito da forma verbal na ausência de marca explícita de plural do verbo em construções de voz passiva sintética na escrita de jornais cearenses

FORMA VERBAL	APLICAÇÃO TOTAL	%	PESO RELATIVO
Perifrástica	9/11	82%	0,919
Infinitiva	24/30	80%	0,866
Finita	16/80	20%	0,262w

Fonte: dados da pesquisa.

<sup>16</sup> Outros trabalhos, de natureza não essencialmente variacionista, revelam também um cenário modesto quanto ao número de ocorrências desse fenômeno, a saber: Nunes (1990) encontrou 164 dados; Martins (2003), 128 dados; Martins (2004), 135 dados; Brito (2007), 22 dados; Santos (2015), 81 dados.



Os resultados da Tabela 2 confirmam nossa hipótese quanto à atuação da forma do verbo na concordância verbal. As formas perifrásticas (0,919) e as formas infinitivas (0,866) favorecem a ausência de marca de plural em construções de voz passiva sintética, resultado que se aproxima ao encontrado por Nunes (1990). Nunes (1990) utilizou, como *corpus* linguístico para mapear um percurso diacrônico com essa construção, cartas, diários e documentos, no período entre 1555 e 1989. O autor demonstra que, ao longo desse período, as formas perifrásticas tendem a favorecer a não realização da concordância entre o verbo e o SN posposto. A seguir, os excertos retirados da nossa amostra ilustram esses ambientes sintáticos:

(9) [...] a partir de certa idade, *não se podeØ perder os amigos*<sup>15</sup>

Portanto, a ausência de marca de plural é favorecida, preferencialmente, por verbos em estrutura de perífrase, que, comparados com formas verbais finitas (formas mais frequentes na amostra 66,6%), apresentam mais elementos estruturais em sua configuração, conseqüentemente, atualizam maior quantidade de informação, configuração verbal marcada, nos termos de Givón (1995), ou seja, mais complexidade estrutural (estrutura extensa, constituída por duas ou mais formas verbais).

A forma *infinitiva* (0.866) também favoreceu a não concordância verbo-sujeito.

(10) A urgência de *se aprovarØ leis imprescindíveis*<sup>16</sup>

As formas verbais *finitas* desfavorecem a ausência de marca de plural (0,262), ou seja, favorecem a concordância verbal.

(11) Quando *se observam* os parâmetros internacionais<sup>17</sup>

Interessante observar que nem todos os compêndios gramaticais (ALMEIDA, 2005; BECHARA, 2005; CUNHA; CINTRA, 1985; HAUY, 2014; KURY, 1990; LUFT, 1988; PEREIRA, 1949; (LIMA, 1999) mencionam a possibilidade de a voz passiva sintética ser estruturada com outras formas, além das *finitas*. E quando o fazem, restringem-se a meras observações. Referindo-se à construção passiva sintética com as formas perifrásticas, Hauy (2014, p. 947-948), afirma que “com os verbos *poder* e *dever* a concordância é indiferente”. Bechara (2005, p. 563) ressalta que “prática mais generalizada é considerar [...] que *poder* e *dever* concordem com o sujeito plural. [...] Todavia aparece o singular, corretamente: “[...] que se *deve* celebrar os sucessos felizes”” (BECHARA, 2005, p. 564).

Em se tratando de construções passivas sintéticas com as formas *infinitivas*, de um modo geral, carecem os compêndios gramaticais de explicações mais categóricas quanto à realização ou não da concordância verbal com esse tipo de forma verbal. Observa-se menor rigor normativo empregado às formas *perifrásticas* e *infinitivas*, em comparação às *finitas*. Estas, nos materiais gramaticais consultados, são contempladas com destaque para a realização obrigatória da concordância verbal, enquanto aquelas, podemos dizer, parecem não lograr do mesmo cuidado normativo.

<sup>15</sup> O Povo, 4 abr. 2016, Artigo de Opinião.

<sup>16</sup> Diário do Nordeste, 4 fev. 2016, Editorial.

<sup>17</sup> Diário do Nordeste, 5 set. 2016.



Quanto à variável extralinguística *gêneros textuais*, nossa hipótese era de que a variante sem marca explícita de plural no verbo fosse mais recorrente em gêneros textuais supostamente menos sujeitos à revisão gramatical no jornal. Os resultados podem ser consultados na tabela abaixo:

Tabela 3 – Atuação dos gêneros textuais na ausência de marca explícita de plural no verbo em construções de voz passiva sintética escritas em jornais do Ceará

GÊNEROS TEXTUAIS	APLICAÇÃO/TOTAL	%	PESO RELATIVO
Notícia	20/35	57.1%	0,724
Artigo de Opinião	18/48	37.5%	0,494
Editorial	11/38	28.9%	0,297

Fonte: dados da pesquisa.

Em termos totais, o gênero notícia favorece a **ausência** da marca morfossintática de plural (0,724) e os gêneros artigo de opinião (0,494) e editorial (0,297) desfavorecem essa ausência, mostrando-se ambientes desfavoráveis à não concordância verbal.

Os resultados indicam o gênero textual *notícia* como o ambiente textual favorecedor da **não** concordância verbo-sujeito em construções de voz passiva sintética. Acreditamos que isso esteja relacionado à natureza desse gênero, informativa (MARCUSCHI, 2001), teoricamente menos revisado, portanto, supostamente mais sensível à entrada de variações linguísticas. Ainda que o número de ocorrências da pesquisa seja baixo (121 dados), o cruzamento das formas verbais *versus* gênero textual (MAGALHÃES, 2018, p. 109) mostra que o gênero notícia favoreceu categoricamente a ausência de marca de plural em construções passivas sintéticas com verbo constituinte nas formas perifrástica (2 dados) e infinitiva (11 dados). No editorial, a ausência de marca nessas formas verbais é de 67% (forma perifrástica) e 57% (forma infinitiva), o que pode ser um indicador de resistência desse gênero textual à não concordância.

Lima (2001), abordando o mesmo tema, contemplou em seu *corpus* três editorias do jornal *Folha de São Paulo: Esportes, Mundo e Opinião*. Com base nesses cadernos, a pesquisa apresentou um resultado interessante: na editoria *Esportes*, houve uma predominância da variante que não realiza a concordância verbal; nas outras duas, a variante que mantém a concordância. Isso certamente pode indicar que situações de escrita mais ou menos monitorada podem resultar na frequência de uso de uma e outra variante relativa à concordância verbal.

O *artigo de opinião* (0,494) e o *editorial* (0,297) apresentaram pesos relativos abaixo do ponto neutro, sugerindo uma certa resistência a não concordância verbal e maior associação com a prescrição normativa. Paiva e Silva (2012, p. 753), ao comparar diferentes gêneros da escrita, afirmam que “desde cartas pessoais até gêneros jornalísticos mais formais (editoriais), constata-se maior conformidade dos gêneros editorial e artigo de opinião à orientação normativa”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos totais, 59,5% das ocorrências estão associadas à presença de marca explícita de plural e 40,5% à ausência de marca explícita de plural na escrita jornalística cearense, ressaltando a natureza conservadora da escrita jornalística.

Os resultados da análise quantitativa dos dados mostraram que os grupos de fatores mais significativos para o favorecimento da ausência de marca explícita de plural nos verbos das construções passivas sintéticas nos textos jornalísticos cearenses foram: *forma verbal*, com destaque à forma *perifrástica* (PR. 0.919) e à forma *infinitiva* (PR. 0.816), e *gênero textual notícia* (PR. 0.724).

As formas verbais perifrásticas foram menos frequentes na amostra (9% dos dados), apresentam uma configuração estrutural mais complexa (é formada por duas ou mais formas verbais), conseqüentemente, atualizam maior quantidade de informação. Nossa hipótese é de que essa configuração estrutural associada à ordem não canônica VS da construção favorece o apagamento da marca de plural do verbo da construção de voz passiva sintética.

O gênero *notícia*, supostamente, menos monitorado normativamente, mostrou-se mais favorável ao apagamento da marca de plural, resultado também encontrado por Lima (2001), em cuja pesquisa houve mais predominância de ausência de marca flexional no verbo com a editoria *Esporte*, constituída essencialmente por textos noticiosos.

Ainda que o número de ocorrências não seja robusto (121 dados), o estudo oferece uma fotografia acerca da concordância verbal em construções passivas sintéticas na escrita de jornais do Ceará, descortinando tendências da variação sintática estudada na escrita jornalística cearense.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ANJOS, S. E. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.
- BAGNO, M. *A norma oculta*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, M. *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BARRETO, F. V. V. *A concordância verbal de 3ª pessoa do plural no português europeu*. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BAZENGA, A.; VIEIRA, S. R. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.67/>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. 10. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- BRANDAO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *Papia*, Brasília, v. 22, p. 7-39. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/viewFile/1681/1492>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- BRITO, S. S. SE passivo?: pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda. 2007. 142 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3098>. Acesso em: 2 jun. 2021.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

- COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I. de O e S.; MARTINS, M. A.; COSTA, S.; SILVA, G. M. O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das frequências. In: VANDRESEN, P. (org.). *Variação, mudança e contato lingüístico no Português da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2006. p. 205-225. Disponível em: file:///Users/hebemacedo/Downloads/Vario\_Mudana\_e\_Contato\_Lingustico\_no\_Portugus\_da\_Regio\_Sul\_2006\_-\_COELH.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.
- COSTA, J.; GALVES, C. External subjects in two varieties of Portuguese: evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C.; BOK-BENNEMA, R.; DRIJKONINGEN, F.; MONACHESI, P. (ed.). *Romance Languages and Linguistic Theory 2000*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2002. p. 109-125.
- COSTA, J.; SILVA, M. C. F. Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology. In: COSTA, J.; SILVA, M. C. F. (ed.). *Studies on agrément: linguistics today*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2006. v. 86, p. 25-46.
- CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GALVES, C. Preenchedores sintáticos nas fronteiras de constituintes. In: CASTILHO, A. de (org.). *Gramática do português falado: as abordagens*. Campinas: Unicamp, 1993. v. III, p. 235-271.
- GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.
- GUY, G.; ZILLES, A. M. S. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HAUY, A. B. *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- HOUAISS, A. *Míni Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEAHMAN, W.; MALKIEL, Y. (org.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Papers*, 1978, p. 43-88
- LIMA, B. A. F. *Contrastes semânticos entre as vozes verbais: “Passiva Sintética” e “Passiva Analítica”*. Viçosa: UFV, 2001. (Relatório de pesquisa CNPq).
- LIMA, C. H. da R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- LUFT, C. P. *Gramática resumida*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- MAGALHÃES, H. L. P. *Análise sociofuncionalista da variação de concordância verbal em construções de voz passiva sintética em textos jornalísticos cearenses*. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. *et al. Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MARTINS, A. M. Construções com *se*: mudança e variação no português europeu. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria H. M.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003. v. 2.
- MARTINS, E. F. *Variação e mudança linguística na análise da dita voz passiva sintética em português*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.
- MONGUILHOTT, I. de O. e S. Variação de concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE. In: ENCONTRO DO CELSUL, 9., 2010, Palhoça/SC. *Anais [...]*. Palhoça: Universidade de Santa Catarina, 2010.
- MONTE, A. *Concordância verbal e variação: um estudo descritivo-comparativo do Português Brasileiro e do Português Europeu*. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara/SP, 2012.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variação e mudança linguística: fluxos e contrafluxos de fala. In: SILVA, G. M.; TARALLO, F. (org.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 20, p. 9-16, 1991.
- NINA, T. *Concordância nominal/verbal do analfabeto na micro-região de Bragantina*. 1980. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.
- NUNES, J. de M. *O famigerado Se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com Se apassivador e indeterminador*. 1990. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1990.
- PAIVA, M. da C. de; SILVA, V. L. P. Cumprindo uma pauta de trabalho: contribuições recentes do PEUL. *Alfa*, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 739-770, 2012.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva: curso superior*. São Paulo: Nacional, 1949.
- PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.
- PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- RUBIO, C. F. *Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no Português Brasileiro e Europeu: estudo sociolinguístico comparativo*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, São Paulo, 2012.
- SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: UnB, 1964.
- SANTOS, Â. M. B. dos. Uso do elemento flexional de 3ª pessoa do plural em construções com *se* nas variedades europeia e santomense do português. *Cadernos de La Alfa*, n.7, p. 195-209, março 2015. Disponível em: [http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/07\\_cuaderno\\_012.pdf](http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/07_cuaderno_012.pdf). Acesso em: 2 jun. 2021.

SCHERRE, M. M. P. *Preconceito linguístico: doa-se lindos filhotes de Poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 1999.

SCHERRE, M. M. P. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 107-129, 2006.

SILVA, J. A. A. da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. 2003. 254 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

TARALLO, F. *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VAREJÃO, F. de O. A. *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*. 2006. 196 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

## JORNAIS

Diário do Nordeste, 10 ago. 2016.

O Povo, 1 out. 2016.

Diário do Nordeste, 5 set. 2016.

O Povo, 22 dez. 2016.

Diário do Nordeste, 4 fev. 2016, Editorial.

O Povo, 22 mar. 2016, Artigo de Opinião.

Diário do Nordeste, 27 maio 2016, Editorial.

O Povo, 4 abr. 2016, Artigo de Opinião.



# INTERFERÊNCIA NO PAR LINGUÍSTICO PORTUGUÊS-ESPAANHOL: UM ESTUDO SOBRE A NASALIDADE EM TEXTOS ESCRITOS POR VENEZUELANOS\*

INTERFERENCE IN THE PORTUGUESE-SPANISH LANGUAGE PAIR:  
 A STUDY ON NASALITY IN TEXTS WRITTEN BY VENEZUELANANS

Paiva Mota\*\*

## RESUMO

O contato linguístico é a relação entre duas ou mais línguas em uma mesma localidade, as quais compartilham espaços comuns, tais como áreas de comércio e de educação, principalmente em áreas fronteiriças. Roraima faz fronteira com dois países: Venezuela e Guiana. O objetivo geral deste artigo é analisar as interferências linguísticas presentes em produções textuais de venezuelanos aprendizes de português na fronteira entre Brasil e Venezuela. Para tanto, fundamentamo-nos em Weinreich (1974 [1953]), Silva-Valdivia (1994) e Siguan (2001) para definir interferência. Os autores a conceituam como a influência de uma língua A sobre uma língua B, o que resulta em estruturas que não pertencem ao sistema gramatical de nenhuma das línguas envolvidas. A coleta dos dados aconteceu entre os anos de 2015 e 2017 em um curso de português para estrangeiros na fronteira entre os dois países. O *corpus* foi composto por 47 redações escritas por 23 venezuelanos. Para este artigo, selecionamos as interferências correspondentes a nasalidade e podemos concluir que os informantes ora grafam *-n* ora grafam *-m* em contexto de final de palavra. Ao grafar *-n*, o informante marca apenas esse elemento como sendo de sua língua materna, pois o radical da palavra está em português.

**Palavras-chave:** contato linguístico; interferência linguística; Português como língua estrangeira.

\* Este trabalho é um recorte da tese de Mota (2020).

\*\* Professor do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp/Araraquara). E-mail: [fabricaos@yahoo.com.br](mailto:fabricaos@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5136-8222>



## ABSTRACT

*Linguistic contact is the relationship between two or more languages in the same locality, which share common spaces, such as areas of commerce and education, especially in border areas. Roraima borders two countries: Venezuela and Guyana. The general objective of this thesis is to analyze the linguistic interferences present in textual productions of Venezuelan Portuguese learners on the Brazil/Venezuela border. For this article, we ground up on Weinreich (1974 [1953]), Silva-Valdivia (1994) and Siguan (2001) to define interference. The authors conceptualize it as the influence of an A language on a B language, which results in structures that do not belong to the grammatical system of any of the languages involved. Data collection took place between 2015 and 2017 in a Portuguese course for foreigners on the Brazil/Venezuela border. The corpus consisted of 47 essays written by 23 Venezuelans. For this article, we selected the interferences corresponding to nasality and we can conclude that the informants sometimes spell -n and sometimes spell -m in the context of the end of the word. When spelling -n, the informant marks only this element as being from his mother tongue, as the root of the word is in Portuguese.*

**Keywords:** *linguistic contact; linguistic interference; Portuguese as a foreign language; Spanish as first language.*

## INTRODUÇÃO

O Brasil faz fronteiras com dez países sul-americanos, sendo oito falantes de espanhol, um de inglês e um de francês. Em muitas dessas regiões, existe a presença de línguas indígenas e crioulas,<sup>1</sup> potencializando o contato linguístico em ambiente multilíngue.<sup>2</sup> O cenário fronteiro é o lugar mais prototípico do contato, em que podemos observar claramente falantes de idiomas distintos.

Desde 2015 o ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) cresceu consideravelmente no estado de Roraima. A Universidade Estadual de Roraima (UERR) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) viram essa demanda aumentar com o massivo fluxo migratório de venezuelanos, intensificado, principalmente, entre os anos de 2016 e 2017. A UERR manteve de 2006 a 2017, na cidade de Pacaraima-Roraima, fronteira do Brasil com a Venezuela, um curso de português para estrangeiros. Este artigo tem por objetivo analisar as interferências presentes em produções textuais de venezuelanos aprendizes de português no referido curso da UERR.

Por interferência entendemos a influência de uma língua A sobre uma língua B, resultando, muitas vezes, estruturas agramaticais, ou seja, estruturas que não pertencem ao sistema gramatical de nenhuma das línguas envolvidas. Embora essa influência entre idiomas produza estruturas que não se encaixam nos ditos sistemas, a interferência não é considerada resultado de um conhecimento linguístico insuficiente.

---

<sup>1</sup> Segundo Bagno (2017, p. 70), crioulo é “uma nova primeira língua de uma comunidade que anteriormente tivera de recorrer a um pidgin como sua língua franca. Acreditava-se que o crioulo fosse uma versão consideravelmente desenvolvida surgida da transformação numa primeira língua de um pidgin (uma segunda língua rudimentar) sem uma língua alvo disponível”. Sugerimos também a leitura de Couto (1996).

<sup>2</sup> Conforme Bagno (2017, p. 297), o multilinguismo “caracteriza a existência, no interior de um mesmo território – dotado ou não de soberania política –, de diferentes comunidades linguísticas. Trata-se, de fato, da situação mais comum em todas as sociedades humanas.



Este artigo foi dividido em cinco seções contabilizadas as *Considerações Iniciais* e as *Considerações finais*.

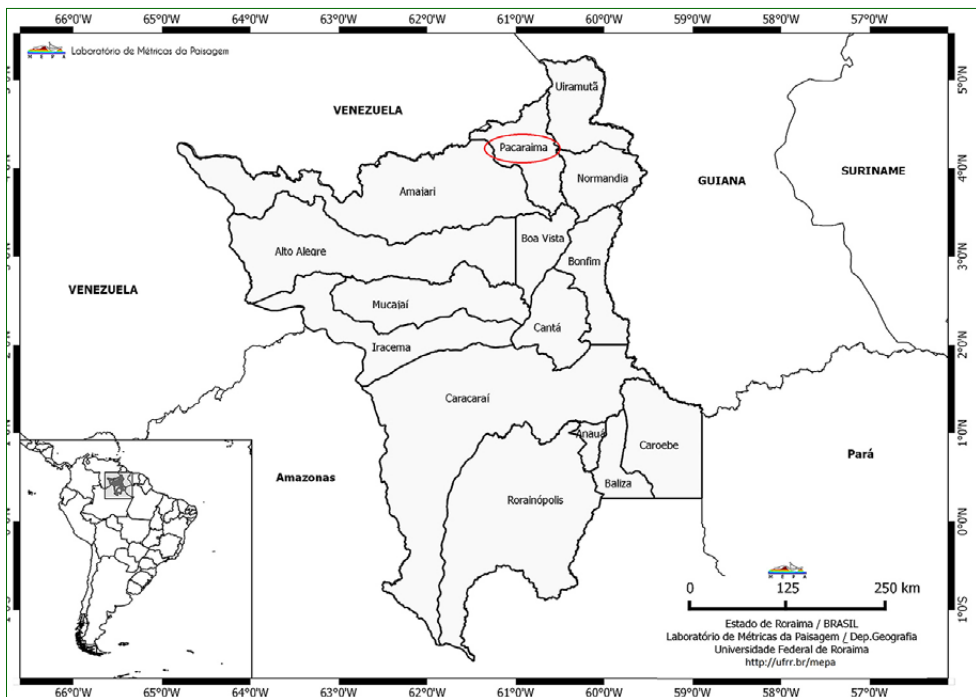
## AS CIDADES DE PACARAIMA-BRASIL E DE SANTA ELENA DE UAIRÉN-VENEZUELA

De acordo com a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira<sup>3</sup> (CDIF), Pacaraima e Santa Elena são consideradas cidades-gêmeas, pois o “território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho”. A distância entre as duas cidades é de aproximadamente 15 km, sendo considerada uma fronteira *seca*, pois não há acidentes geográficos, tais como rios ou lagos, dividindo as duas cidades.

Pacaraima é um dos 15 municípios de Roraima e sua criação surgiu com o processo de desmembramento de terras do município de Boa Vista, capital do estado. Em 1995, nasce Pacaraima por meio da Lei nº 096 de 17 de outubro do mesmo ano. A sede municipal dista 215 km da capital roraimense e seu acesso terrestre se dá única e exclusivamente pela rodovia BR-174. Antes de sua emancipação, quando vila, era conhecida como BV-8, em referência ao marco fronteiro Brasil-Venezuela nº 8.

O município de Pacaraima ocupa uma área total de 8.063 km<sup>2</sup>, sendo que 7.920 km<sup>2</sup> pertencem a duas Terras Indígenas, a saber: São Marcos e Raposa Serra do Sol. A primeira foi criada em 1992 e a segunda, em 2005. A sede do município está em área não indígena. A cidade faz divisa com a cidade de Santa Elena de Uairén-Venezuela ao norte, com Boa Vista e Amajari ao sul, com Normandia e Uiramutã ao leste e com Amajari ao oeste, conforme se vê no Mapa 1.

Mapa 1 – Mapa de Roraima



Fonte: adaptado de <http://ufr.br/mepa/phocadownload/geograficos/roraima2aa.jpeg>.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://cdif-cdif.blogspot.com.br>

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população pacaraimense era de 10.433 habitantes, sendo 5.919 na área rural e 4.514, na urbana. Em 2020, houve uma projeção estimada para 18.913 pessoas. O aumento populacional aconteceu devido à crise política e econômica iniciada na Venezuela em 2015. Pacaraima passou a ser porta de entrada de muitos venezuelanos no Brasil. No entanto, o lado brasileiro não teve como absorver todo esse contingente de imigrantes, o que gerou conflitos entre brasileiros e venezuelanos não apenas na fronteira, mas também em outros municípios roraimenses.

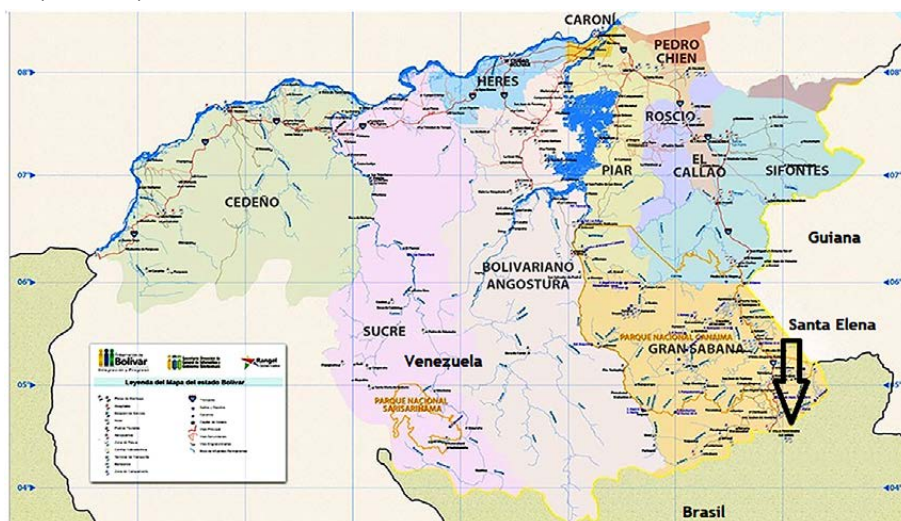
Como descrito, o município está localizado em uma região de fronteira com outro país, a Venezuela, e duas áreas indígenas. O cenário (sócio)linguístico é complexo, pois, além do português como língua oficial, falam-se o espanhol e as seguintes línguas indígenas: o taurepang, o makuxi, o arekuná e o wapixana.

A ocupação do sul venezuelano aconteceu quase no mesmo período que a do norte brasileiro (1960-1980). A criação da cidade de Puerto Ordaz, da Usina Hidrelétrica de Guri e do Parque Nacional Canaima, este último localizado em Santa Elena, contribuíram para acelerar esse processo.

Santa Elena de Uairén é um dos 11 municípios do estado Bolívar (Mapa 2), extremo sudeste da Venezuela, e faz fronteira com Sifontes e Piar ao norte, Pacaraima ao sul, República Cooperativa da Guiana ao leste e Bolivariano Angostura ao oeste. A localidade, que surgiu do garimpo na região, foi fundada por Lucas Fernández Peña no ano de 1923. No entanto, foi apenas em 1990 que a Assembleia Legislativa do Estado Bolívar formalizou esse estatuto.

A cidade de Santa Elena possui uma área de 32.990km<sup>2</sup> e tinha uma população de 39.396 pessoas, segundo dados do Instituto Nacional de Estadísticas – INE (2011). No entanto, em 2015, essa população caiu para 31.734 habitantes, ou seja, houve um encolhimento de 7.662 moradores em quatro anos. Tais números podem ser bem maiores, haja vista a grave crise em que vive o país. O estado Bolívar conta ainda com a presença de 7,54% de indígenas.

Mapa 2 – Mapa Político do estado Bolívar



Fonte: adaptado de <http://www.e-bolivar.gob.ve/geografia>.

Tem sido mínimo o acesso à bibliografia específica sobre Santa Elena, mas o seu perfil se assemelha ao de Pacaraima. Pela nossa experiência como pesquisador da região, verificamos que a cidade venezuelana possui escolas de ensino básico e, pelo menos, uma instituição de ensino

superior, a *Universidad Experimental de Guayana* (UNEG). Os cursos superiores são na área de administração, contabilidade e turismo.

## ALGUNS ESTUDOS SOBRE INTERFERÊNCIA LINGUÍSTICA

Nesta seção, abordamos algumas concepções sobre o processo de interferência linguística (SIGUAN, 2001; WEINREICH, 1974 [1953]<sup>4</sup>; SILVA-VALDIVIA, 1994). Para uns significa *desvio da norma padrão, erro*, para outros *estratégia de comunicação*.

Para Silva-Valdivia (1994), o termo *interferência* é polissêmico, sendo utilizado em diferentes áreas do conhecimento, por exemplo, Física, Psicologia, Antropologia Cultural, Pedagogia e Sociolinguística. É consenso em praticamente todos os trabalhos acadêmicos na área de contato linguístico, de modo geral, e de interferências, em específico, citar a obra de Weinreich, *Línguas em contato*. Para o autor, duas línguas estão em contato quando dois indivíduos as utilizam de forma alternada. Esse fenômeno é chamado de bilinguismo e os falantes são denominados bilíngues.

Weinreich (1974) define *interferência* como um desvio da norma em uma das línguas, do ponto de vista da fala dos bilíngues. Tal desvio pode ocorrer devido à familiaridade com mais de um idioma, ou seja, resultado do Contato linguístico. Para o autor, o termo interferência

implica a adequação de padrões resultantes da introdução de elementos estrangeiros nos níveis mais estruturados da língua, como parte do sistema fonológico, uma grande parte da morfologia e da sintaxe e certas áreas do léxico [...]. Nos níveis menos estruturados de uma língua – partes da sintaxe ou do léxico de natureza secundária –, se poderia falar mais corretamente de “empréstimo” quando a transferência de um elemento deste tipo será destacada. Porém, inclusive nesses casos, a possibilidade de adequações subsequentes nos padrões, ou a interferência, não pode ser excluída (WEINREICH, 1974, p. 17-18).<sup>5</sup>

Por outro lado, Payrató (1985, p. 58 *apud* SILVA-VALDIVIA, 1994, p. 165), define *interferência* não como um desvio da norma, mas como “uma mudança linguística [...] que acontece em uma língua A (ou registro) e que está motivada diretamente pela influência de uma língua B (ou de outro registro de uma mesma língua)”.<sup>6</sup>

Em nosso cenário de pesquisa, essa informação é importante, pois, os venezuelanos se deslocam da cidade de Santa Elena para Pacaraima para estudar português. Em diversas visitas a Santa Elena nunca localizamos cursos de português na cidade. O português que se aprende é pelo contato com brasileiros ou pelo curso de português em Pacaraima, por exemplo. Os 15 km que separam as duas cidades marcam apenas uma divisão geográfica estabelecida ao longo da história dos dois países.

<sup>4</sup> A versão que utilizamos neste trabalho é uma tradução da língua inglesa para a espanhola realizada por Francisco Rivera da Faculdade de Humanidades e Educação da Universidade Central da Venezuela no ano de 1974. O original, em inglês, tem duas versões, a primeira de 1953 e a segunda, de 1963 revisada e ampliada por Weinreich.

<sup>5</sup> No original: *implica el reajuste de patrones que resulta de la introducción de elementos extranjeros en los campos más altamente estructurados de la lengua, como, por ejemplo, la mayor parte del sistema fonológico, una gran parte de la morfología y la sintaxis y ciertas áreas del vocabulario [...]. En los niveles menos estrictamente estructurados de una lengua – parte de la sintaxis, o el vocabulario de la naturaleza incidental –, se podría hablar más correctamente de “préstamos” cuando la transferencia de un elemento de este tipo ha de ser subrayada. Pero aun en esos casos, la posibilidad de reajustes subsecuentes en los patrones, o la interferencia, no puede ser excluida.*

<sup>6</sup> No original: *Unha interferencia, en sentido amplo, é un cambio lingüístico [...] que tén lugar nunha lingua A (ou rexistro), e que está motivado directamente pola influencia dunha lingua B (ou doutro rexistro dunha mesma lingua, se así se especifica).*

Do lado brasileiro, fizemos uma enquete com os moradores sobre cursos de língua espanhola no município, haja vista a proximidade com a Venezuela. Muitos acreditam que o espanhol *é uma língua fácil* ou *já falam espanhol por morar na fronteira* e pelos motivos expostos, não necessitariam dos cursos.

Desde 2015 o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil cresceu significativamente e a fronteira intensificou seu espaço multi ou plurilíngue. Não são apenas os hispanos<sup>7</sup> que cruzam a fronteira, mas também indígenas, chineses e haitianos, dentre outros grupos.

Siguan (2001) estabelece seis tipos interferências, a saber: fonéticas e prosódicas, ortográficas, lexicais e semânticas, morfossintáticas, gramaticais e discursivas. Sobre as *fonéticas e prosódicas*, o autor indica que após a primeira infância, o aparelho fonador vai perdendo a flexibilidade. Por esse motivo, as interferências fonéticas acabam sendo inevitáveis. As discussões giram em torno de definir se as interferências são sons da LM na LE ou se são novos sons, pois na tentativa de produzir o som da LE usa recursos da LM. Essas observações também valem para as interferências prosódicas (entonação de frases).

No que diz respeito às *interferências ortográficas*, o pesquisador afirma que quanto mais próximas as línguas, mais fácil acontecerá uma interferência desse tipo. O autor compara o sistema ortográfico do catalão e do espanhol, por exemplo, a grafia de sons como *b/v, x/s, mn/mm*, em que um bilíngue nesses idiomas pode escrever *haber, extraño* e *immoral* por influência do catalão. As formas em espanhol seriam *haber, extraño* e *inmoral* (haber, estranho e imoral). No âmbito ortográfico, a língua que o bilíngue mais domina exerce uma maior influência na sua escrita.

De acordo com Siguan (2001), as *interferências léxicas e semânticas* se referem às palavras e seus significados. Nesse sentido, um sujeito bilíngue pode substituir uma palavra de sua LM por uma semelhante da LE. Esse tipo de interferência pode mudar o significado de determinada palavra com o objetivo de adaptá-la à determinada palavra da outra língua. Um bilíngue espanhol-inglês utiliza *editor* por influência do inglês, que pode significar *aquele que prepara a edição de um texto*.

Sobre as *interferências morfossintáticas*, Siguan (2001) sinaliza que se deve ter em mente que a palavra da LE combina características estruturais e morfossintáticas da LM. Seguindo com os exemplos em catalão-espanhol, temos *conill* (coelho), em catalão, e *conejo*, em espanhol. O bilíngue nesses idiomas pode produzir *conillo*, aplicando a seguinte regra: palavras que terminam em consoante em catalão, em espanhol acabam em *-o*.

As *interferências gramaticais* dizem respeito às mudanças nos sistemas gramaticais de duas ou mais línguas. Quanto mais semelhantes forem os sistemas gramaticais dos idiomas envolvidos, mais específicas são interferências. Por exemplo, as preposições *a* e *em* no par catalão-espanhol possuem regras parecidas, mas não coincidentes, o que pode ocasionar interferências. Já na relação basco-espanhol, as interferências são mais visíveis, pois são línguas distantes, vejamos: a ordem de palavras no basco é diferente da ordem do espanhol e há mudança de categorias gramaticais (SIGUAN, 2001).

A última interferência elencada por Siguan (2001) é a *discursiva*, que vai além de questões léxicas e gramaticais e engloba aspectos culturais entre as línguas. O autor cita o caso da língua tai em Kampuchea, hoje Camboja. Seus falantes utilizam vocabulário específico para se dirigir a homens, mulheres, conhecidos e desconhecidos. Quando um bilíngue tai entra em contato com o inglês, ele busca em seu repertório fórmulas que possam corresponder ao outro idioma. Na

---

<sup>7</sup> Na fronteira entre Brasil e Venezuela, é possível encontrar, além de venezuelanos, colombianos, peruanos e argentinos residindo na região.

direção inglês → tai, o bilíngue utiliza outras estratégias que não fazem parte do inglês para se expressar em tai.

Para esta pesquisa, o fenômeno da interferência não é resultado de um conhecimento linguístico insuficiente. Nosso contexto de pesquisa aponta para um contato intenso entre falantes de espanhol, em especial, venezuelanos, e falantes de português brasileiro. O contato entre as línguas portuguesa e espanhola na região da fronteira entre Brasil e Venezuela se manifesta diariamente em contextos formais e informais, principalmente nas escolas e no comércio, respectivamente.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto para turmas de português para estrangeiros na fronteira entre Brasil e Venezuela começou no ano de 2006 e surgiu da demanda de alunos venezuelanos que faziam graduação no *campus* de Pacaraima da UERR. O curso tinha duração de seis semestres (três anos) com carga horária total de 360h/a. Eram seis níveis assim distribuídos: Iniciante 1 e 2; Intermediário 1 e 2, doravante Int1 e Int2; e Avançado 1 e 2, Av1 e Av2. As aulas aconteciam aos sábados pela manhã para jovens e adultos na Escola Municipal Casimiro de Abreu, no município de Pacaraima.

No segundo semestre de 2016, aplicamos questionários aos alunos do curso de português, com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico desses agentes tomados como informantes. Para essa pesquisa, ampliamos a seleção de perguntas e aperfeiçoamos o questionário elaborado por Mota (2014) sendo 29 perguntas para os discentes e 21 para os docentes.

Para fins organizacionais, decidimos elencar os informantes por ordem numérica. Os nomes, quando aparecem na análise dos dados, são fictícios, preservando a identidade dos informantes. Desta forma, temos 01, 02, 03 ... 77, número correspondente a cada aluno. Por questões metodológicas, selecionamos 23 informantes, todos venezuelanos, pois além de terem respondido o questionário, também tinham, pelo menos, uma produção textual entre os anos de 2015 e 2017.

Com base no que coletamos e analisamos, podemos afirmar que o aluno do curso de PLE/UERR: é majoritariamente feminino; tem nível superior; encontra-se na faixa etária adulta, com idade entre 23 a 58 anos; localiza-se na Venezuela, onde nasceu, mora e trabalha, mas estuda no Brasil; encontra-se ocupado no setor de serviços; estuda português como segunda língua porque gosta do idioma; apresenta relativas ligações familiares com falantes de português; estuda português há 2 anos e fala há 11 anos, em média; afirma ter um bom domínio do português; gosta de estudar essa língua para se comunicar com brasileiros; fala e escreve português às vezes; fala e escreve em contextos públicos, principalmente entre amigos e na escola; tem o espanhol como LM; estuda poucas línguas estrangeiras, sendo o inglês a principal delas; e não é falante de nenhuma língua indígena.

No que diz respeito às redações, optamos por não influenciar docentes e discentes no processo de produção escrita. A coordenação nos repassava cópias dos textos dos alunos, totalizando 139 produções textuais escritas, de 77<sup>8</sup> alunos dos níveis Int1, Int2, Av1 e Av2 entre os anos de 2015 e 2017. No final, selecionamos 102 produções textuais dos níveis mencionados durante dois anos de curso. Com relação às produções realizadas pelos alunos, convencionamos que cada produção receberia uma letra: A - Um acontecimento importante em minha vida; B - Minha Casa; C - Resenhas; D - Resumo de aula e de filmes; E - Corrupção; F - Situação da Venezuela; G - Atividade comparativa entre filme e livro; H - Confecção de um Cordel; e I - Relatos sobre o curso.

---

<sup>8</sup> Obtivemos seis textos sem identificação.



Por questões de organização, convencionamos: *13.Int1.16.C*, em que *13* é o número do informante; *Int1* significa o nível do aluno, *Intermediário I*; *16* o ano da coleta; e *C* o tema da produção textual. Em resumo, obtivemos 47 produções textuais escritas por 23 informantes venezuelanos.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na literatura sobre interferência linguística, os pesquisadores adotam a seguinte classificação: interferência fonético-fonológica, interferência morfológica ou morfossintática ou morfofonológica, interferência sintática e interferência semântica (WEINREICH, 1974; SILVA-VALDIVIA, 1994; SIGUAN, 2001; MENÉNDEZ; MENÉNDEZ, 2003). Para esta pesquisa, adotamos classificação própria, tendo em vista a composição dos dados e as particularidades das línguas portuguesa e espanhola no contexto fronteiriço.

No total, foram 276 *ocorrências* de interferência coletadas de 102 *produções escritas* por venezuelanos aprendizes de português. A análise e discussão dos dados desta seção é um recorte de Mota (2020). Para este artigo, abordamos as interferências classificadas no grupo nasalidade.

Os casos referentes à *nasalidade* contabilizaram 14 ocorrências, ou seja, 5,1% dos dados. É sabido que falantes de espanhol tendem a ter dificuldades na produção seja oral ou escrita de vogais e consoantes nasais do português. Por exemplo, na fala percebemos *pão* sendo pronunciado como [ˈpao]; na escrita, no *corpus*, verificamos a tentativa de grafar essa representação nasal com o acento gráfico til (~), com consoantes nasais (*n*, *m*) ou com o ditongo decrescente nasal *-ão*.

Antes de iniciarmos a análise e discussão dos dados, trazemos os conceitos de nasalização e de nasalidade. De acordo com Silva, Guimarães e Cantoni (2011, p. 157) *nasalização* é

o fenômeno em que uma vogal nasal tem propriedade obrigatória de ressonância na cavidade nasal [...]. Em casos de nasalização, a vogal é seguida de uma consoante oral – como em [ˈsãtu] *santo* ou [ˈlido] – ou ocorre em fim de palavra – [ˈsi] *sim* ou [ˈtõ].

Segundo as autoras, a *nasalidade* é o “fenômeno em que uma vogal tem a propriedade opcional de ressonância na cavidade nasal [...]. Em casos de nasalidade, a vogal nasal é sempre seguida de uma consoante nasal – como em [ˈkãma] *cama*” (grifo nosso). Em português, nos contextos de nasalização e de nasalidade citados, é relevante diferenciar vogais nasais e vogais nasalizadas.

Por outro lado, o sistema espanhol possui apenas cinco vogais [i, e, a, o, u], todas orais (RAE, *online*). No processo de ensino-aprendizagem de português, o aluno venezuelano busca grafar a nasalização associando as formas da língua espanhola com as da língua portuguesa. Essa flutuação na grafia ocasiona a interferência, conforme listamos:

(01) Acredito que um acontecimento marcante na minha vida tem sido, a chegada ao mundo do meu primeiro filho, e claro, a chegada dos outros también causaron alegrías e emoções nela tambien (71.Int1.15.A).

(02) Ela tambien nos falo que “cronica” e um ponto de vista de a pessoa que faze. (26.Int2.16.D).

De (01) e (02), os informantes utilizam a desinência *-n*, do espanhol no lugar do *-m*, do português: *também* e *tamben*. A forma portuguesa é *também*, a espanhola, *también*. Embora não seja o foco desse trabalho, observemos que a forma *também* ora é acentuada ora não é acentuada.

Para Silva (1999, p. 60), em língua portuguesa, a letra *m*, ortograficamente, “ocorre em fim de sílaba e em final de palavra (como em ‘campo’ ou ‘fim’). Neste caso, a letra *m* marca a nasalidade da vogal anterior e não a articulação de uma consoante”. No processo de escrita, os informantes marcam *-n*, pois em língua espanhola, no contexto de final de palavra, se grafam com *-n*, salvo em palavras de origem latina ou árabe como *vadémecum*, *quórum* e *álbum*.

(03) Os povos vai ficando pobres por esse mal, o dinheiro e a educação, a segurança e a saúde não vai para a gente e os mais pobre ficam desabrigado, é perdem a oportunidade de desenvolvimento (05.Av1.16.E).

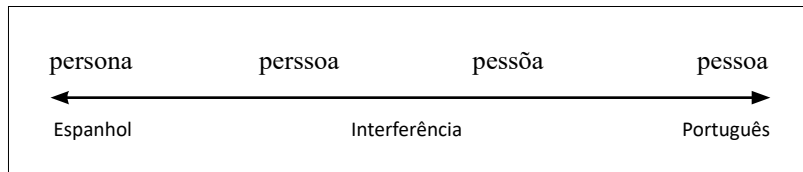
(04) A sonho de Francisco era ter *dineiro* fosse pagar ao sogro (50.Int1.16.D).

Os exemplos (03) e (04) dizem respeito à palavra *dinheiro* / *dinero*. Os informantes grafam *dineiro*. O fonema [ɲ] é grafado em português como *nh*, um dígrafo; em espanhol, *ñ*, uma letra. A letra *ñ* só existe em língua espanhola, o que nos levar a inferir que os informantes fizeram a associação *ñ* com *n*.

(05) O baile é aonde uma *pessõa* espresa o que sente (34.Int1.15.A).

Em (05), *O baile é aonde uma pessõa espresa o que sente* (grifo nosso), o informante acentua com um til a letra *-o-*. Em português, se escreve *pessoa* e em espanhol, *persona*. O til representaria o índice de nasalidade. No *corpus* verificamos outras formas, sintetizadas na Figura 1:

Figura 1 – Ocorrências da palavra pessoa



Fonte: elaborada pelo autor.

Na Figura 1, temos à esquerda, a forma espanhola, *persona*; no centro, as interferências, *perssoa* e *pessõa*; e à direita, a palavra em português, *pessoa*. Em outras palavras, temos o *continuum* da palavra *pessoa*, partindo do + espanhol para o + português elencadas no *corpus*; o que se encontra nesse intervalo, classificamos como interferências. Lembramos que, grosso modo, interferência não é língua A tampouco língua B. Consideramos as interferências como estratégias que o aluno utiliza durante o processo de ensino-aprendizagem do português.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo dedicou-se à descrição e análise do contato linguístico entre o português brasileiro e o espanhol venezuelano. Nosso *corpus* foi composto de 47 redações, contendo 7.957 palavras, escritas por 23 informantes, todos venezuelanos. A coleta dos dados aconteceu entre os anos de 2015 e 2017 em um curso de português para estrangeiros na fronteira do Brasil com a Venezuela na cidade de Pacaraima, Roraima. O foco desta investigação foi analisar interferências em textos escritos por esses alunos.

No que diz respeito à *nasalidade*, podemos concluir que os informantes ora grafam *-n* ora grafam *-m* em contexto de final de palavra. Ao grafar *-n*, o informante marca apenas esse elemento



como sendo de sua LM, pois o radical da palavra está em português. Nos verbos existe a tendência de grafar *-m* ou *-rom*. Este último, uma *desinência híbrida*, ou seja, a desinência apresenta elementos do espanhol e do português.

De maneira geral, o número de informantes não nos permite chegar a afirmações definitivas sobre a relação entre as interferências e as características sociodemográficas dos falantes. No entanto, foi possível verificar que o número de ocorrências foi maior no grupo que tinha parentes brasileiros. O fato de ter parentes brasileiros poderia aumentar a segurança na aprendizagem de português, pois esse estudante mantinha contato com falantes de português fora do ambiente formal de aprendizagem. Sem falar que a fronteira geográfica entre os países é apenas uma abstração, levando em consideração que seus habitantes estão em intenso contato, inclusive nas relações familiares.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. do S. M.; MONTEIRO, H. M. do V.; RABELO, J. *Português para Estrangeiros*. 2010. 14 p. (Projeto de extensão) – Pró-Reitoria de Extensão, Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, 2010.

BAGNO, M. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

COMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA (CDIF). Disponível em: <http://cdif-cdif.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 mar. 2019.

COUTO, H. H. do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: EdUnB, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 17 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

MENÉNDEZ, F. G.; MENÉNDEZ, M. V. G. *El desplazamiento lingüístico del español por el inglés*. Madrid: Cátedra, 2003.

MOTA, F. P. *A interferência linguística em redações de venezuelanos estudantes de português na fronteira Brasil/Venezuela*. 2020. 185 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara, 2020.

MOTA, F. P. *Contato linguístico na fronteira Brasil/Venezuela: produções textuais de hispano aprendizes de PLE*. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

PAYRATÓ, L. *La interferencia lingüística*. Barcelona: Curial Edicions Catalanes, 1985.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Disponível em: <https://www.rae.es/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SIGUAN, M. S. *Bilingüismo y lenguas en contacto*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, T. C.; GUIMARÃES, D. M. L. O.; CANTONI, M. M. *Dicionário de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA-VALDIVIA, B. Cambios de código, alternancias e interferencias linguísticas: unha perspectiva didáctica sociocomunicativa. In: SILVA-VALDIVIA, B. (coord.). *Didáctica da língua en situacións de contacto linguístico*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1994. p. 151-176.

WEINREICH, U. *Languages in contact: finding and problems*. The Hague: Mouton, 1953.

WEINREICH, U. *Lenguas en contacto: descubrimientos y problemas*. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1974.



# AVALIAÇÃO E ATITUDES SOCIOLINGUÍSTICAS NO PORTUGUÊS EUROPEU MADEIRENSE

## EVALUATIONS AND SOCIOLINGUISTIC ATTITUDES IN MADERIAN EUROPEAN PORTUGUESE

Aline Bazenga\*

### RESUMO

Esta pesquisa apresenta análises sobre avaliação linguística no português europeu madeirense, através de *corpora* (entrevistas sociolinguísticas selecionadas a partir da amostra Funchal do CORPORAPOT e Corpus Sociolinguístico do Funchal (CSF)) e de questionários no âmbito de trabalhos de investigação realizados por Andrade (2014), Rodrigues (2018) e Nunes (2019). Foram selecionadas para um exame mais detalhado duas variáveis sociolinguísticas, objeto de estudos anteriores focados na produção linguística: a realização anafórica de OD (variantes não padrão – *ele*, *lhe* e realização nula – e variante padrão, com clítico *o*) e as construções existenciais (variante não padrão – com *ter* – e variante padrão – com *haver*). O objetivo central é contribuir para o conhecimento mais aprofundado da sociedade insular, amplamente heterogênea do ponto de vista sociodemográfico e linguístico. Pretende-se, ainda, refletir sobre a possível influência dos significados sociais dos usos linguísticos e dos mecanismos subjacentes a esta inter-relação, de modo a melhor perceber se estamos perante uma comunidade de fala madeirense ou de uma pluralidade de comunidades de fala locais, geográfica e socialmente situadas na ilha da Madeira. Os resultados mostram, por um lado, que os falantes madeirenses têm consciência da diversidade linguística existente no território insular e do seu significado social, e, por outro, existe uma tendência à correlação entre variáveis sociolinguísticas e variáveis sociais (idade e nível de escolaridade dos participantes) que deverá ser levada em conta nos futuros trabalhos de investigação.

**Palavras-chave:** avaliação sociolinguística; variáveis linguísticas; português madeirense.

### ABSTRACT

*This research presents analysis on the linguistic evaluation of the Madeiran Portuguese, through corpora (sociolinguistic interviews selected from the Funchal sample of CORPORAPOT and*

\* Doutorada em Linguística Francesa, Professora Associada na Universidade da Madeira, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-4456>

*Corpus Sociolinguístico do Funchal (CSF) and using questionnaires carried out within the research work of Andrade (2014), Rodrigues (2018) and Nunes (2019). Two sociolinguistic variables were selected for a more detailed examination: the anaphoric realization of OD (non-standard variants – he, him and zero realization – and the standard variant, with clitic o) and the existential constructions (non-standard variant – with having – and standard variant – with having). The main objective of this analysis is to contribute to a better understanding of island society, which is widely heterogeneous from a sociodemographic and linguistic point of view. Secondly, we intend to use this study to reflect on the influence of the social meanings of the different linguistic uses and the underlying mechanisms in this interrelation, in order to better understand whether we have a Madeiran speech community or a plurality of local speech communities, geographical and socially located in the island of Madeira. The results show, that on one hand, Madeiran speakers are aware of the linguistic diversity in the island territory and its social significance, and, on the other hand, there is a tendency of correlation between sociolinguistic variables and social variables (age and level of schooling of participants) that should be considered in future research work.*

**Keywords:** *sociolinguistic evaluation; linguistic variables; madeiran portuguese.*

## 1 INTRODUÇÃO

A situação linguística do arquipélago da Madeira é caracterizada pela sua singularidade no quadro dialetal do Português Europeu (PE) e pela sua diversidade interna, não existindo “uma unidade linguística a que possamos chamar corretamente Dialecto da Madeira”, mas sim “um complexo conjunto de dialetos de um modo ou de outro distintos e por vezes muito divergentes entre si” (CINTRA, 2008, p. 99), realidade confirmada por estudos dialetométricos recentes, como o de Brissos, Gillier e Saramago (2016). Os autores deste estudo observam que, face a uma “coerência areal na distribuição da variação lexical do arquipélago”, é possível que a variação fonética tenha maior expressão e que contribua de modo mais significativo para subdivisões internas, marcadas pela coexistência de vários sotaques.

Do ponto da variação sintática, estudos mais recentes e de base empírica, como os de Carrilho e Pereira (2011), Pereira (2014), a partir de dados do CORDIAL-SIN (Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe),<sup>1</sup> e os de Vianna (2011), Bazenga (2015, 2019a) e Rodrigues (2018), com análises de amostras do CORPORAPORT<sup>2</sup> ou do CSF (Corpus Sociolinguístico do Funchal)<sup>3</sup>

<sup>1</sup> CORDIAL-SIN, ou projeto do Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe, iniciado em 1999, é coordenado desde então por Ana Maria Martins, do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL). Contém dados provenientes de 42 pontos de inquéritos selecionados a partir do Arquivo Sonoro do CLUL, constituído por materiais sonoros provenientes de projetos de geografia linguística (ALEAç, ALEPG, ALLP, BA). Cf. Página do projeto no CLUL: <http://www.clul.ulisboa.pt/recurso/cordial-sin-syntax-oriented-corpus-portuguese-dialects>.

<sup>2</sup> O CORPORAPORT, ou Corpora do Português, é um projeto coordenado por Sílvia Vieira e Sílvia Brandão (UFRJ, Brasil) que integra entre várias amostras de variedades de português falado, as que foram coletadas para o projeto Concordância (Estudo Comparado dos Padrões de Concordância em Variedades Africanas, Brasileiras e Europeias). Iniciado em 2008, trata-se de um projeto internacional, coordenado por Sílvia Rodrigues Vieira (UFRJ, Brasil) e Maria Antónia Mota (CLUL, Portugal). Em Portugal continental foram recolhidas 25 gravações em Lisboa/Oeiras, 27 gravações no Cacém, cidade-dormitório vizinha de Lisboa, além de 27 gravações no Funchal, na ilha da Madeira. Estas últimas entrevistas sociolinguísticas foram realizadas por estudantes da Universidade da Madeira, sob a coordenação de Aline Bazenga, da mesma universidade, que podem ser consultadas aqui: <http://corporaport.letras.ufrj.br/corpora/corpus-concordancia/pe-funchal/>.

<sup>3</sup> O Corpus Sociolinguístico do Funchal (CSF) está em construção. A primeira fase ocorreu entre 2010-2012, no âmbito do projeto internacional Concordância (cf. nota 2). Desta fase resultam 27 entrevistas (gravações e transcrições) a informantes do Funchal. A segunda fase, entre 2013 e 2015, já no âmbito do projeto ARPOFAMA (Arquivo do Português Falado na Madeira), no CIERL-UMa (Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira), deu origem à publicação online de 19 entrevistas,

apontam igualmente para a ocorrência de fenômenos variáveis, alguns não muito frequentes e disseminados em variedades continentais do PE, e usos de variantes sintáticas não padrão.

O estudo do significado social da variação, ou as representações que os falantes constroem da variação linguística, em termos de juízos de valor, é central na sociolinguística (CAMPBELL-KIBLER, 2011). O *problema da avaliação* constitui um dos cinco problemas ou princípios propostos por Weinreich *et al.* (1968) que devem ser considerados para explicar a variação e a mudança linguística. Labov (1972) reconhece que há julgamentos sociais conscientes e inconscientes sobre a língua. Isso significa que nem todas as variantes linguísticas são efetivamente valorizadas de igual modo pelos falantes. Pelo contrário, a sua avaliação tende a diferir; umas são socialmente mais marcadas – negativa ou positivamente – do que outras, o que pode contribuir para diferentes velocidades nos processos de mudança linguística.

As variantes linguísticas apresentam também significados sociais que podem traduzir-se em diversas atitudes linguísticas, negativas ou positivas. O conceito de *atitude*, emprestado à psicologia social, tem sido, desde o trabalho inovador de Labov (1966) sobre a estratificação social do inglês na cidade de Nova York, objeto de numerosos estudos sociolinguísticos. Tradicionalmente, as atitudes são descritas como tendo três componentes: afetiva, ou os sentimentos de uma pessoa sobre o objeto de atitude; comportamental, ou a influência exercida no comportamento; e cognitiva, envolvendo o conhecimento de uma pessoa sobre o objeto de atitude, sem que tal implique necessariamente uma congruência dos três planos. Por exemplo, as componentes cognitiva e afetiva, por vezes, não combinam com o comportamento de um indivíduo em relação ao objeto de atitude, o que é particularmente relevante para o estudo das atitudes linguísticas. Deste modo, um falante pode considerar uma variedade ou variante linguística específica importante e expressar sentimentos positivos em relação a ela, mas opta por não a incluir no seu repertório de usos linguísticos (GARRETT, 2010; GUY, 2013; ALBARRACIN; SHAVITT, 2018; DRAGOJEVIC *et al.*, 2020).

Por fim, cabe realçar que os correlatos subjetivos da variação linguística constituem o principal critério para delimitar uma comunidade de fala (LABOV, 1972), um conceito que visa dar conta da organização social da língua, ver também (BOTASSINI, 2015). Este conceito não assenta unicamente na unidade da produção linguística e na sua sistematicidade. Apoia-se também em um conjunto de normas compartilhadas pelos falantes, resultante dos seus comportamentos avaliativos das variantes em uso (GUY, 2000).

Neste artigo, damos conta dos trabalhos realizados junto de falantes madeirenses no sentido de perceber o modo como eles se autoavaliam e avaliam os outros, no que se refere à sua forma de falar, por um lado, e aos seus julgamentos relativamente a variantes sintáticas reconhecidas como estando em uso na(s) comunidades(s) insular(es), por outro. Procura-se, assim, obter mais informação que permita perceber em que medida estamos ou não perante uma comunidade de falar insular, ela própria constituída por várias comunidades de fala locais ou não. Tal como Oushiro (2015), parte-se do critério sociodemográfico – o de ter nascido e residir na ilha da Madeira – para examinar se os falantes madeirenses constituem, além de uma unidade geográfica e sociocultural, uma comunidade de fala.

Os trabalhos analisados, em linha com uma das metodologias preconizadas para a investigação em avaliação e atitudes linguísticas (GARRETT, 2010), têm em comum o método de medição

---

seguindo a mesma metodologia, disponíveis aqui: <https://testuma.sharepoint.com/sites/investigacao/cierl/arpofama/Forms/AllItems.aspx?cid=ed35d72e%2D3413%2D4f26%2D9f11%2D819e94b4100a&RootFolder=%2Fsites%2Finvestigacao%2Fcierl%2Farpofama%2FCSP%20%28Corpus%20Sociolingu%3%ADstico%20do%20Funchal%29%2F2012%2D2015&FolderCTID=0x012000921757376453494C8639A85EEC78F0D4>. Está a decorrer a terceira fase (2016-2019).

*direto*, ou seja, aquele em que os investigadores pedem que os inquiridos se pronunciem sobre fenômenos linguísticos, através de entrevistas, de inquéritos ou de questionários. Neste tipo de método, contrariamente ao método *indireto* ou *matched-guise* (LAMBERT *et al.*, 1960), o falante tem consciência de que as suas opiniões estão a ser avaliadas (PHARAO; KRISTIANSEN, 2019).

## 2 ATITUDES E AVALIAÇÕES DE FALANTES MADEIRENSES

Os dados coletados, todos de forma *direta*, podem ser organizados em duas categorias, consoante a técnica adotada para a sua obtenção: (i) a *entrevista*, que contempla opiniões expressas pelos inquiridos, fazendo apelo aos seus juízos de valor (secção 2.1) e (ii) o *questionário fechado*, que apresenta perguntas de múltipla escolha, sem que o inquirido possa expressar-se livremente sobre determinado assunto (secção 2.2).

### 2.1 ENTREVISTAS

As entrevistas sociolinguísticas a falantes madeirenses têm vindo a ser realizadas regularmente desde 2010, integradas no projeto Concordância (cf. nota 2) e, posteriormente, no projeto ARPOFAMA (desde 2015, em curso), e do qual faz parte o CSF (cf. nota 3). Estes dois projetos seguem o mesmo protocolo metodológico. Os seus princípios orientadores são, em síntese, os seguintes: (i) escolha aleatória de informantes, mas que possam ser incluídos num dos perfis sociolinguísticos, concebidos em função de três variáveis sociais (sexo idade, nível de escolaridade); (ii) tempo de duração de entrevista nunca inferior a 30 minutos, e (iii) recurso a um guião ou modelo do qual fazem parte questões que apelam à subjetividade dos inquiridos (autoavaliação e avaliação do modo de falar, seu e dos outros, respetivamente).

No que se refere à avaliação da diversidade de linguística e em resposta a perguntas, tais como “Nota diferença a forma de falar nas pessoas com quem convive?”, “Sabe se alguma pessoa é de um outro lugar pela sua forma de falar?”, os falantes entrevistados sublinham, por exemplo, a diferença entre a variedade urbana, falada no Funchal, e a variedade rural, designada por “falar do campo”, como observado no excerto em (1):

(1) sim depende de das zonas que\_ da zona se é do funchal se é do campo sim há um\_[uma] diferença [...] na pronúncia\_isso (FNC11\_MB2).

Mostram, também, ter conhecimento da existência de diferentes sotaques na ilha da Madeira, relacionados com localidades insulares, como o de Câmara de Lobos, Machico, Funchal, Calheta, Porto Santo, como referido nos exemplos dados em (2):

(2) a. também para dar uma imagem diferente daquela que nós temos morando neste ou naquele conselho é evidente que se você for falar com uma pessoa de câmara de lobos ehh ela à primeira vista fala com aquele sotaque que tem ou se falar com uma pessoa que é de machico também tem a mesma situação (FNC10\_HC2.2).

b. sim porque quando eu vim aqui pó [para o] funchal não adquirei logo a fala daqui do funchal porque eu vim p’ra aqui com anos vim com as bases de lá da da calheta que é onde os meus pais moram por isso um pedaço pa me adaptar a falar aqui como o funchal é claro que noto diferença quando tou com os meus amigos no café eles falam à moda daqui eu ainda falo um pouco lá como a gente fala-se lá na calheta e por aí fora (FNC11\_HA1).



c. INQ1: sim eh sabes se uma pessoa é de um outro lugar pela sua forma de falar?

INF: sim nota-se logo [...] \_identifica-se logo que \_ por não ao ou à [...] eh por exemplo da cidade de câmara de lobos acho que isso é notável (...) (FNC11\_MB3).

d. acho que é as pessoas de machico de machico de eh são martinho [Funchal] \_têm um sotaque diferente do resto do funchal (FNC11\_HA3.1).

e. há outros sotaques o de machique [machico]\_ hó [há o] do porto santo\_ é eh\_ é totalmente diferente de\_ das pessoas que vivem na zona do funchal não é? (FNC13\_HB1).

f. ehh às vezes sim\_ depende há pess pessoas de certas zonas percebe-se logo d'onde são\_ por exemplo\_ os machiqueiros [de Machico] têm uma maneira de falar\_ os camaras de lobos já têm uma maneira diferente\_ camacheiros [da Camacha] também e por ali além (FNC15\_HC1.4).

Por vezes, uma mesma variedade é objeto de opiniões depreciativas, como em (3a.) ou valorativas, como em (3b.):

(3) a. eh\_ só se for machiqueiro [de Machico] mas o machiqueiro é mais peneirente[peneirento] mais eh\_ quer tentar falar direito mas aldraba muito [muito] (FNC13\_HB1.2).

b. eu para dizer a verdade eu gosto do sotaque machiqueiro\_ não é so porque o meu sogro foi de lá e a minha mulher tem raízes de machique [de Machico] e até porque se dizem que onde tá um machiqueiro tá um engenheire (risos) (FNC15-HC1.1).

Quando questionados sobre o seu sotaque e se alguma vez tentaram mudar a sua forma de falar, os inquiridos mostram ter consciência da avaliação social a que estão sujeitos e mencionam que, em certas situações, não devem falar de modo a ser identificados como sendo alguém inculto e rural, o equivalente a um “vilão”, no léxico regional, como em (4a) ou como alguém que não sabe falar “direito”, em (4b); outros apontam para o fato de terem querido mudar o seu sotaque madeirense procurando falar mais “à continental”, em (4c.).

(4) a. bem\_ ehh quando nós falamos nós temos a a preocupação de querer parecer bem quando nós falamos\_ \_ ehh é assim num grupo de amigos a gente não se preocupa muito com a linguística a gente tá entre amigos fala-se ali fala-se bem evidente que quando por se tou a falar com um a gente tenta dar um certo jeitinho à voz para que as não saiam um à vilão e e depois quando tamos com outros interlocutores com pessoas que não conhecemos ou com quem lidamos poucas vezes nós ehhh tentamos mudar ou dar uma entoação diferente na forma de falar mostrar pronto ou que somos um pedacinho mais cultos não queremos parecer ali uns que não percebem nada de linguística ou da língua e [...] (FNC10\_HC2.2).

b. claro já me esforcei um pedacinho mais pa falar mais direito\_ mas é um pouco difícil (FNC11\_HA1).

c. na minha forma ó acho que toda a gente acho que toda a gente já a forma de falar principalmente nós madeirenses nós madeirenses acho que somos (...) porque nós temos a nossa maneira de falar como os açorianos têm como os do porto têm como os lisboetas têm é a nossa maneira de falar (...) portanto já acho que já já tentei já uma fase da minha vida que eu tentei mudar a maneira de falar eh sei lá tentar falar mais como os continentais (FNC11\_MA3).

A maioria dos entrevistados manifesta a sua preferência pelo sotaque madeirense. Alguns exemplos deste tipo de opiniões são fornecidos em (5), a seguir:

- (5) a. o sotaque? gosto do nosso sotaque\_o nosso sotaque madeirense é bonito\_é [...] o que é nosso é nosso (risos) [...] eu acho que é engraçado embora as pessoas os continentais e outras pessoas gozem [gozam] do nosso e mas também se formos a ver eeh (FNC11\_MB2).
- b. portanto acho que gosto do sotaque madeirense [...] embora \_ haja haja continentais que tenham tentado imitar o madeirense e sai açoriano porque é a minha terra acho que temos de defender aquilo que é nosso hum portanto também (FNC11\_MB3).

Destas entrevistas é possível perceber que os inquiridos manifestam ter consciência da diversidade de variedades geográficas e sociais insulares, da sua própria forma de falar, distinta das outras. Mostram, também, serem conhecedores das normas sociais dos usos linguísticos, do prestígio associado ao “falar direito” e do estigma do falar “aldrabado”, e do falar “rural” ou à “vilão”.

## 2.2 QUESTIONÁRIOS

Para além da dissertação de doutoramento de Vianna (2011), sobre a variação *nós / a gente*, que inclui um questionário escrito de preenchimento de lacunas, aplicado a 53 informantes de Lisboa e a 56 do Funchal, os únicos trabalhos que integram, nas suas análises, dados de avaliação produzidos por falantes madeirenses são, por ordem cronológica, os de Andrade (2014), Rodrigues (2018) e Nunes (2019). Desta lista, o primeiro, está inteiramente dedicado à análise de atitudes face à variação linguística. Já a dissertação de doutoramento de Rodrigues e o trabalho de seminário de mestrado de Nunes constituem estudos de interface produção/avaliação de variantes sintáticas.

Estes três trabalhos, objeto das secções seguintes, têm em comum o fato de terem formulado questionários com respostas fechadas e que permitem o seu tratamento estatístico.

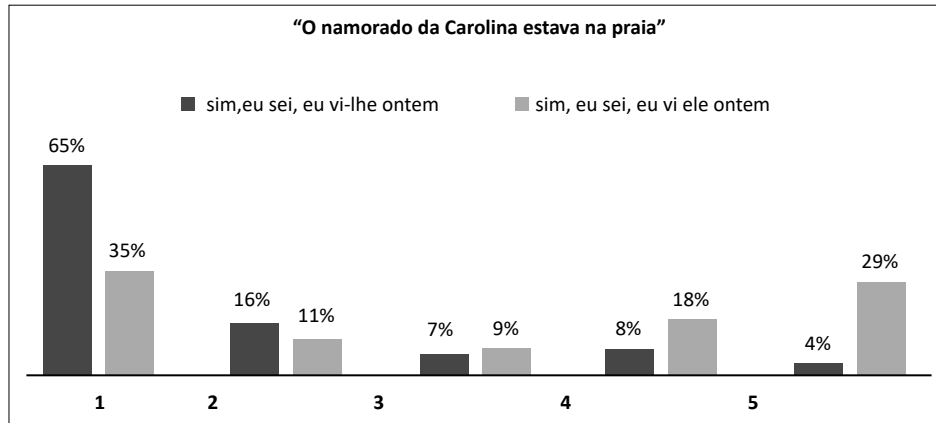
### 2.2.1 Andrade (2014)

Na sua dissertação de mestrado, *intitulada Crenças, Percepções e Atitudes Linguísticas de Falantes Madeirenses*, Catarina Andrade procedeu à elaboração de um questionário e à sua aplicação em várias localidades da ilha da Madeira. Para além de conter questões sobre a autoavaliação das variedades faladas pelo inquirido e a avaliação que ele faz das variedades geográficas do português, em termos de *agradabilidade, inteligibilidade e diferença*, o questionário apresenta um conjunto de seis questões (seção C) que visam compreender de que forma são avaliadas as variantes padrão e não padrão de alguns fenômenos morfossintáticos variáveis, reconhecidamente em uso na ilha da Madeira. A maioria das perguntas (à exceção da seção A) prevê respostas avaliadas numa escala de Likert de um a cinco. Neste sistema escalar, o nível um representa a resposta mais negativa, o nível três, a imparcialidade (ou neutro) e o nível cinco, a mais positiva, consoante o atributo (*agradável, correto*, etc.) indicado. Participaram neste estudo 126 inquiridos, distribuídos por 7 localidades da ilha da Madeira (18 por localidade). Na análise, as avaliações foram correlacionadas com os perfis sociais dos inquiridos, em termos de sexo, idade, nível de escolaridade e localização (local de residência).

Para este artigo, e para uma análise mais detalhada, foi selecionada a questão 4, e as repostas atribuídas, em termos de grau de “aceitabilidade”, a cada uma das duas variantes não padrão de

realização de OD anafórico: com o pronome *ele* “Sim, eu sei, eu vi *ele* ontem” e com o clítico *lhe* “Sim, eu sei, eu vi-*lhe* ontem” (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Variantes de realização de OD anafórico e Grau de Aceitabilidade (de 1, à esquerda, a 5)

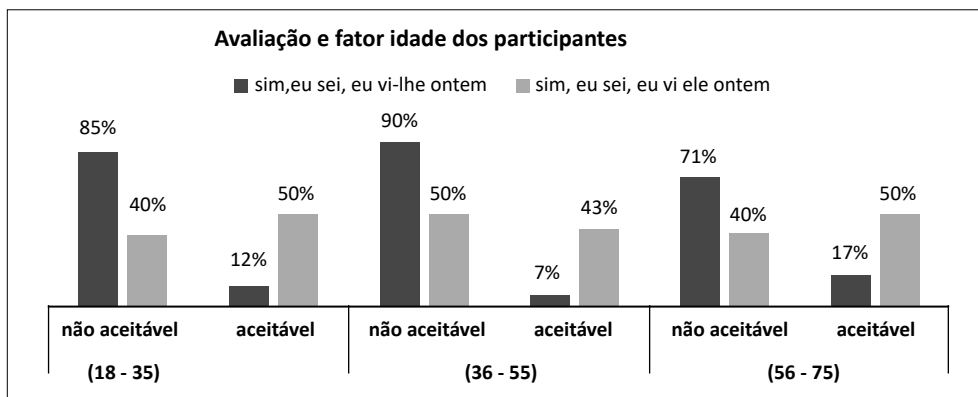


Fonte: elaboração própria a partir de Andrade (2014).

Os resultados globais mostram que a opção não padrão, correspondente à realização com pronome *ele*, recolhe avaliações positivas significativas, em termos de aceitabilidade, 18% (valor 4) e 29% (valor 5). Já a variante com *lhe* é marcadamente rejeitada, obtendo 81% de juízos negativos (65%, na opção 1 e 16%, na opção 2).

Quando correlacionadas com fatores sociais, como a idade dos participantes ou o seu nível de escolaridade, as respostas mostram uma diferenciação social mais precisa. Com efeito, observa-se que a aceitabilidade de realização de OD com *lhe* aumenta consoante a idade dos informantes (12% nos mais jovens e 17% nos mais velhos), mantendo-se nestas duas faixas etárias com 50% nestas duas faixas etárias, relativamente à variante com *ele* (Gráfico 2):

Gráfico 2 – O fator idade dos participantes na avaliação das variantes não padrão com *ele* e *lhe* de realização de OD anafórico

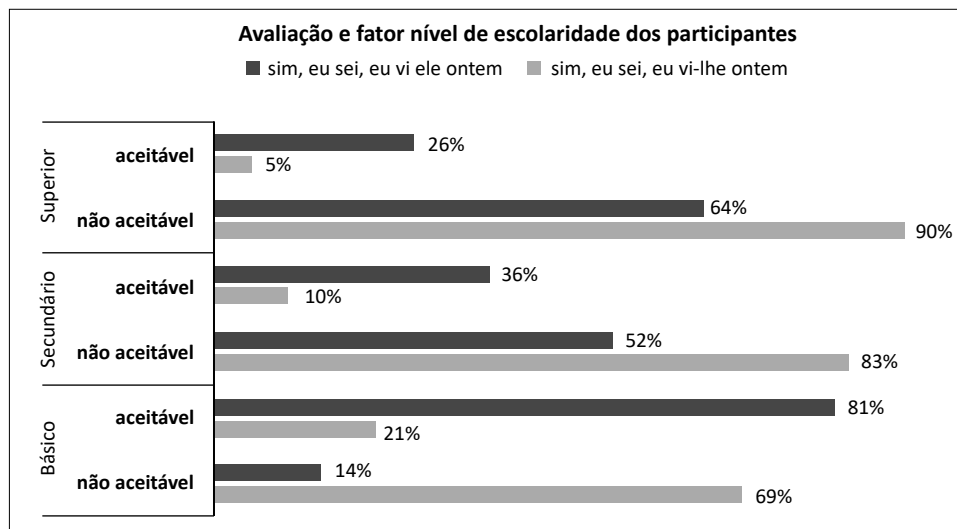


Fonte: elaboração própria a partir de Andrade (2014).

O fator nível de escolaridade dos informantes é também responsável por maiores contrastes nos valores de aceitabilidade. Assim, são os informantes menos escolarizados quem mais aceita a variante com *lhe* (21%), em contraste com os informantes licenciados; destes, apenas 5% avaliam positivamente esta variante (Gráfico 3). No que se refere à variante com *ele*, os valores de aceita-

bilidade atingem os 81% junto daqueles que têm menos estudos (Básico). A aceitabilidade desta variante vai diminuindo conforme os níveis de escolaridade vão aumentando: 36% (Secundário) e 26% (Superior).

Gráfico 3 – 0 fator nível de escolaridade dos participantes na avaliação das variantes não padrão com *ele* e *lhe* de realização de OD anafórico



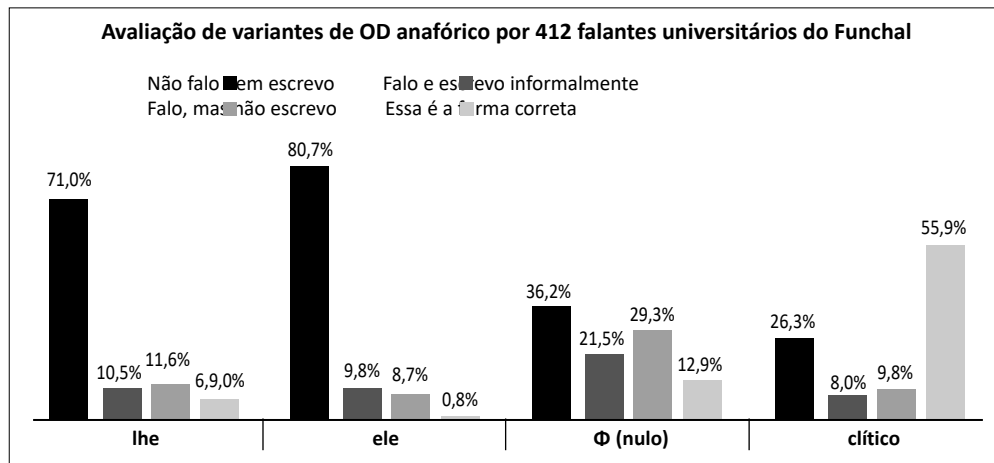
Fonte: elaboração própria a partir de Andrade (2014).

### 2.2.2 Lorena Rodrigues (2018)

Na senda do trabalho desenvolvido por Andrade (2014), o inquérito desenvolvido por Lorena, no âmbito da sua dissertação de doutoramento, intitulada *O caso acusativo nos pronomes pessoais de terceira pessoa do português brasileiro e europeu*, teve como propósito aprofundar a questão da interpretação das variantes sintáticas de realização de OD anafórico, tendo por foco a comunidade jovem, urbana e mais instruída da sociedade insular. O questionário, composto de seis perguntas, incide sobre as quatro variantes, representadas por *o*, *ele*, *lhe* e  $\phi$ , a primeira considerada padrão e as três subsequentes não padrão. Para cada pergunta, o participante teria de selecionar uma de entre quatro tipos de resposta: (1 – Não falo/escrevo desse jeito, porque essa é a forma errada; 2 – Uso essa forma na fala e na escrita em contextos informais; 3 – Falo dessa forma, mas não escrevo; e 4 – Essa é forma correta de falar e de escrever). O questionário foi aplicado a 412 s, com idades compreendidas entre 18 e 25 anos, estudantes universitários, na Universidade da Madeira, em setembro de 2015.

A avaliação realizada por um grupo de participantes mais restrito da sociedade madeirense, que representa a jovem elite local, mostra, tal como esperado, que as variantes com *lhe* e *ele*, são as mais rejeitadas, com 71% e 80,7%, respetivamente, na variável 1 (= Não falo, nem escrevo), tida como indicadora de rejeição. Saliente-se, ainda, que os dados mostram que 22,1% dos universitários afirmam usar a variante com *lhe*, na modalidade falada do português, valor superior ao obtido pela variante com *ele* (18,5%), a qual mostrava valores de aceitabilidade muito superiores aos de *lhe* no estudo de Andrade (2014).

Gráfico 4 – Avaliação de variantes de OD anafórico por 412 falantes universitários do Funchal (ilha da Madeira)



Fonte: elaboração própria a partir de Rodrigues (2018).

Por outro lado, a variante padrão, com clítico, embora sendo a mais escolhida como a forma correta (55,9% das respostas) não obtém valores de aprovação numericamente equivalentes aos da rejeição das variantes com *lhe* e *ele*. Este resultado, permite-nos formular a hipótese de que neste grupo social parece existir uma competição entre a variante padrão e a variante OD nulo. Esta hipótese assenta igualmente nos valores obtidos por estas duas variantes na variável 1: 36,2% (variante OD nulo) e 26,3% (variante com clítico *o*).

No trabalho de Rodrigues, foram também analisados, para além de condicionantes extralinguísticas, tais como o sexo do informante, o curso ao qual pertencia, e se já tinha vivido fora da ilha, fatores de controle linguísticos, nos quais se inclui o traço semântico [ $\pm$  humano] do OD, cujos resultados se apresentam na Tabela I, a seguir.

Tabela I – Avaliação dada às variantes em relação ao valor semântico do OD

AVALIAÇÃO	Ele		Lhe		Ø (nulo)		Clítico	
	+ Humano	- Humano	+ Humano	- Humano	+ Humano	- Humano	+ Humano	- Humano
1. Não escrevo nem falo	78%	83,5%	62,1%	89,1%	47,3%	29%	26,9%	25,7%
2. Falo e escrevo (informal)	10,9%	8,6%	13,3%	4,9%	20,5%	22,2%	7,1%	8,8%
3. Falo, mas não escrevo	10,2%	7,2%	15,2%	4,2%	23,3%	33,3%	9,8%	9,8%
4. Essa é a forma correta	0,9%	0,7%	9,4%	1,8%	8,9%	15,5%	56,2%	55,7%

Fonte: Rodrigues (2018, p. 104).

A percentagem de aceitação da variante com *lhe* aumenta quando o N anafórico tem a propriedade semântica [+humano] como em “vi-lhe [o Pedro] na missa”: 15,2% dos inquiridos afirmam utilizar esta variante apenas na oralidade e 9,4% consideram-na como sendo correta. Outro resultado onde parece haver incidência deste traço semântico é na avaliação da variante com OD nulo. Com um N anafórico [-humano], 29% dos inquiridos afirmam não usar nem na fala nem na escrita, o que constitui uma percentagem inferior dos 33,3% que dizem utilizar esta variante apenas na oralidade.

Estes resultados parecem configurar uma ainda tênue distribuição na percepção social das duas variantes: a variante *ele* é mais estigmatizada pela jovem elite insular e a variante *-lhe* parece estar a progredir em termos de aceitabilidade.

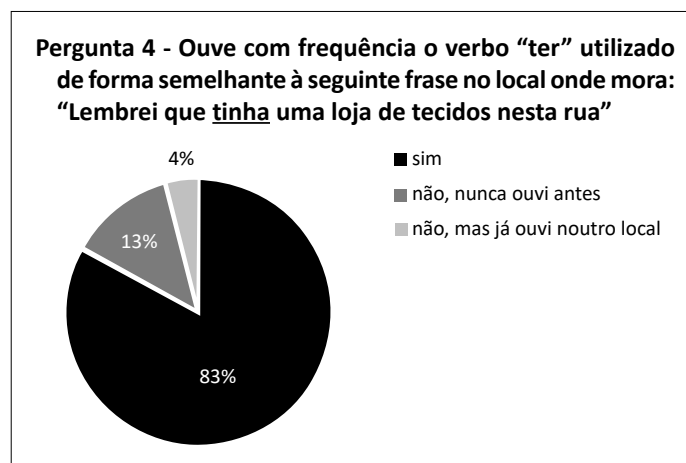
### 2.2.3 Alexandra Nunes (2019)

O estudo de Nunes (2019), realizado no âmbito do seminário de Sociolinguística do mestrado de Linguística: Sociedades e Culturas, teve por objeto a variação *ter / haver* em construções existenciais, atestada nas variedades insulares do PE (CARRILHO; PEREIRA, 2011; PEREIRA, 2014; BAZENGA, 2019a). Atualmente, na norma do PE, quando não exerce papel de verbo auxiliar, o verbo *ter* encontra-se circunscrito a construções de posse, sendo a construção existencial impessoal realizada com o verbo *haver*.

O questionário, composto de 19 questões, foi aplicado a uma amostra de 25 participantes jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, a maioria diplomados do ensino superior (16/25) e residentes no Funchal (13/25).

São apresentados a seguir alguns dos resultados obtidos, sobretudo aqueles em que está em causa a avaliação da variante não padrão, com o verbo *ter*. O Gráfico 5 dá conta do fato de os falantes estarem familiarizados com esta variante, através das suas respostas à pergunta 4.

Gráfico 5 – Avaliação da variante *ter* existencial 25 falantes madeirenses



Fonte: elaboração própria a partir de Nunes (2019).

Ainda no mesmo eixo avaliativo (naturalidade vs estranheza), apresentam-se a seguir as avaliações dadas a uma série de exemplos de construções com o verbo *ter* (Gráfico 6).

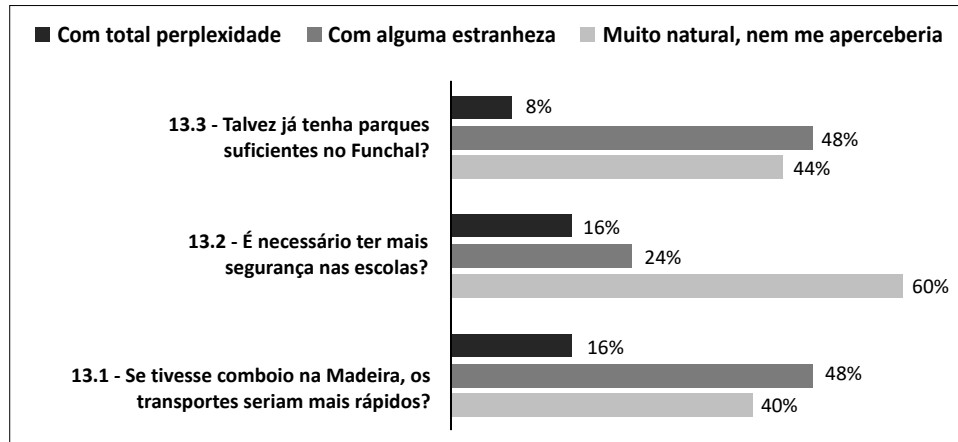
O verbo *ter* apresenta, nas três frases, diferentes formas morfológicas. Esta variação na informação morfológica de TMA do verbo *ter* parece condicionar as avaliações feitas pelos falantes madeirenses. Dos três exemplos, a construção em que o verbo *ter* se encontra no infinitivo (13.2) é avaliada como mais natural por 60% dos participantes.

Apesar de se tratar de uma variante familiar, os falantes consideram, na sua maioria, como não sendo correta. É o que se pode inferir a partir das respostas dadas à pergunta 12 (Gráfico 7): 60% selecionaram “incorreto”, apenas 4% referiram que se tratava de uma variante “muito correta” e 36% opinaram como sendo “aceitável”.



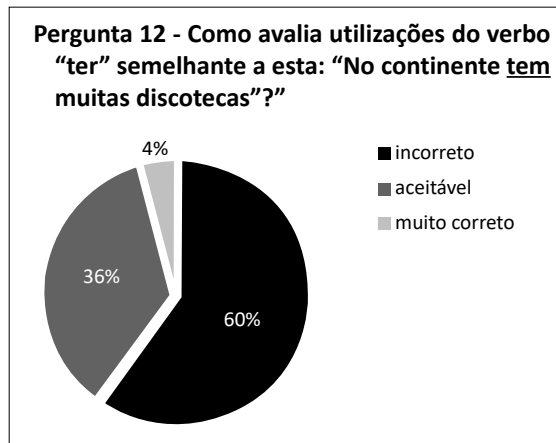
No plano da autoavaliação, quando questionados se costumam utilizar, no seu dia a dia, o verbo “ter” empregado de maneira equivalente à que se apresenta na frase “Na fazenda tem feijão e couves” (Gráfico 8), apenas 12% dos participantes consideram que nunca utilizariam uma frase deste tipo. Predominam as respostas afirmativas, com referência a um uso mais ou menos frequente: “Sim, com muita frequência”, com 24%, “Sim, por vezes”, com “36%” e “Raramente”, com 28%.

Gráfico 6 – Avaliação da variante ter existencial 25 falantes madeirenses



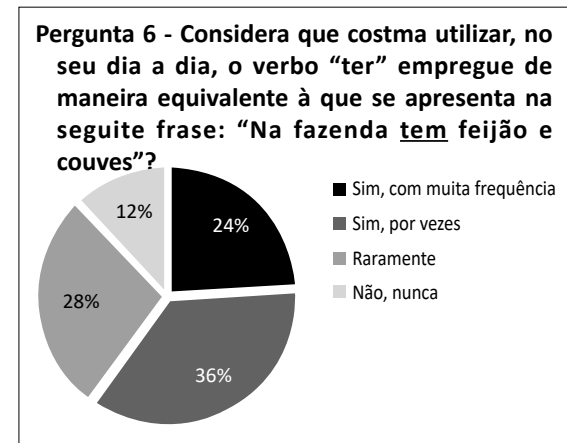
Fonte: elaboração própria a partir de Nunes (2019).

Gráfico 7 – Avaliação da variante ter existencial 25 falantes madeirenses



Fonte: elaboração própria a partir de Nunes (2019).

Gráfico 8 – Autoavaliação do uso da variante ter existencial por 25 falantes madeirenses



Fonte: elaboração própria a partir de Nunes (2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, apesar de terem acesso à norma do PE através da escola, as variedades faladas na Ilha da Madeira distanciam-se em vários pontos desta norma linguística do português. Os dados de interpretação da fala nas entrevistas realizadas a falantes madeirenses mostram que têm consciência social destas diferenças. Reconhecem, por exemplo, o que é falar “direito” e a necessidade de modificar, em certas situações, a sua forma de falar de modo a aproximá-la do padrão normativo e, através deste comportamento, beneficiar de uma imagem social positiva, tal como observa Guy (2013, p. 63):

[...] in many, perhaps all, societies, the prestige forms of sociolinguistic variables are used more by higher status speakers [...] speakers in such communities have cognitive awareness of these patterns. In their own behavior speakers manipulate their use of sociolinguistic variables for stylistic ends (using more prestige variants typically indicates a more careful speaking style).<sup>4</sup>

Algumas variedades faladas no espaço insular surgem mais estigmatizadas do que outras. Os sotaques de Machico e de Câmara de Lobos são os mais frequentemente referidos como mais salientes no território insular e aqueles de que menos se gosta. Na ótica de Oushiro (2015), estes comentários avaliativos podem, também, ser interpretados como formas de “afirmação por negação”, por meio das quais os informantes afirmam as suas identidades sociolinguísticas, ou seja, não o fazem através de “eu sou”, mas sim, através de “eles são” e, ao utilizarem este procedimento, definem-se como “eu não sou como eles”.

Os resultados de Andrade (2014) no domínio da variável “realização anafórica de OD” mostram que a variante com *ele* goza de maior prestígio junto de falantes mais velhos e menos escolarizados. A mesma variante é aquela que é objeto de maior estigma por parte dos falantes jovens e cultos que participam no estudo de Rodrigues (2018). Estes fatos autorizam-nos a considerar a hipótese desta variante representar, na mente dos falantes madeirenses, um *marcador* de classe social (LABOV, 1972). Esta hipótese articula-se com uma outra, mais abrangente, que conduz a encarar a possibilidade de estarmos perante uma sociedade insular bipolarizada, caracterizada pela coexistência de duas identidades sociais – as da elite e a popular – indexadas a padrões avaliativos e atitudes distintos. O trabalho de análise de produção linguística não padrão por falantes madeirenses de Bazenga (2019b) inscreve-se nesta hipótese.

Para melhor compreender a dinâmica da variação e da mudança linguística, como pressuposto nos estudos da sociolinguística variacionista, torna-se necessário entender a articulação complexa entre língua e espaço social, e encará-la como uma correlação envolvendo dois planos complementares (SENE, 2019): o da avaliação e de atitudes – ou o plano de como a língua é percebida, interpretada e objeto de determinada atitude social, de aceitação ou rejeição – e o da produção, ou o plano da fala concreta, em interação.

Este trabalho permite avançar na formulação de hipóteses mais fundamentadas em dados observáveis, mas não ainda decidir quanto à configuração da sociedade madeirense em termos de comunidade de fala insular heterogeneamente ordenada. Em nosso entender, esta questão continua em aberto, requer mais dados de produção e de avaliação e a sua modelagem quantitativa.

## REFERÊNCIAS

- ALBARRACIN, D.; SHAVITT, S. Attitudes and attitude change. *Annual Review of Psychology*, v. 69, p. 299-327, 2018.
- ANDRADE, C. *Crenças, percepção e atitudes linguísticas de falantes Madeirenses*. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais) – Universidade da Madeira, Funchal, 2014.

<sup>4</sup> Em português: “[...] em muitas, talvez em todas as sociedades, as formas de prestígio das variáveis sociolinguísticas são mais usadas por falantes de classe alta [...] os falantes dessas comunidades têm uma consciência cognitiva desses padrões. No seu próprio comportamento, os falantes manipulam o uso de variáveis sociolinguísticas para fins estilísticos (usar mais variantes de prestígio normalmente indica um estilo de fala mais cuidadoso)” (trad. pelo autor).

- BAZENGA, A. Concordância de terceira pessoa plural: a variedade insular do PE (Funchal). In: VIEIRA, S. R. (org.). *A concordância verbal em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Vermelho Marinho, 2015. p. 74-101.
- BAZENGA, A. A variação entre *ter* e *haver* em construções existenciais numa variedade insular do PE (Funchal). In: CARRILHO, E.; MARTINS, A. M.; PEREIRA, S.; SILVESTRE, J. P. (org.). *Estudos Linguísticos e Filológicos oferecidos a Ivo Castro*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2019a. p. 181-216.
- BAZENGA, A. Aspetos da sintaxe do português popular falado no Funchal. *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n. 1, p. 727-758, 2019b.
- BOTASSINI, J. A importância dos estudos de crenças e atitudes para a Socio-linguística. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, n. 18/1, p. 102-131, jun. 2015.
- BRISSOS, F.; GILLIER, R.; SARAMAGO, J. O problema da subdivisão dialetal madeirense: estudo dialetométrico da variação lexical. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 31., 2016, Porto. *Textos Seleccionados* [...]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Associação Portuguesa de Linguística, 2016. p. 31-47.
- CAMPBELL-KIBLER, K. The sociolinguistic variant as a carrier of social meaning. *Language Variation and Change*, v. 22, n. 3, p. 423-441, 2011.
- CARRILHO, E.; PEREIRA, S. Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não-padrão em português europeu. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 26., 2011, Lisboa. *Textos Seleccionados* [...]. Lisboa: APL, 2011. p. 125-139.
- CINTRA, L. F. L. Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos dialectos galego-portugueses. In: FRANCO, J. E. (coord.). *Cultura Madeirense: temas e problemas*. Porto: Campo das Letras, 2008. p. 95-104.
- DRAGOJEVIC, M.; FASOLI, F.; CRAMER, J.; RAKIĆ, T. Toward a Century of Language Attitudes Research: Looking Back and Moving Forward. *Journal of Language and Social Psychology*, v. 40, n. 1, p. 60-79, 2020.
- GARRETT, P. *Attitudes to Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GUY, G. A identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação lingüística. *Organon*, v. 14, n. 28/29, p. 17-32, 2000.
- GUY, G. The cognitive coherence of sociolects: How do speakers handle multiple sociolinguistic variables? *Journal of Pragmatics*, v. 52, p. 63-71, 2013.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: U. of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LAMBERT, W. E.; HODGSON, R. C.; GARDNER, R.; FILLENBAUM, S. Evaluational reactions to spoken language. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 60, n. 1, p. 44-51, 1960.
- NUNES, A. *A variante dependente “ter” na Variedade do PE da Madeira*. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística: Sociedades e Culturas) – Universidade da Madeira, Porto, 2019.
- OUSHIRO, L. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção lingüística na cidade de São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e

Linguística Geral, Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, S. A. A sintaxe na classificação dos dialetos portugueses. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA*, 29., 2014., Porto. *Textos Seleccionados* [...]. Porto: APL, 2014. p. 445-464.

PHARAO, N.; KRISTIANSEN, T. Reflections on the relations between direct/indirect methods and explicit/implicit attitudes. *Linguistics Vanguard*, v. 5, n.1, p.1-7, 2019.

RODRIGUES, L. da S. *O caso acusativo nos pronomes pessoais de terceira pessoa do português brasileiro e europeu*. 2018. 166 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SENE, M. G. de. Percepções sociolinguísticas, avaliações subjetivas e atitudes linguísticas: três domínios complementares. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 304-323, 2019.

VIANNA, J. B. S. Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português. 2011. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. *In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.



## POR ONDE TRANSITAM O TU E O VOCÊ NO NORDESTE?

### THE WHERE ABOUTS OF PERSONAL PRONOUNS TU AND VOCÊ ('YOU') IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

Maria Marta Pereira Scherre\*, Carolina Queiroz Andrade\*\*,  
 Rafael de Castro Catão\*\*\*

#### RESUMO

Neste texto, focalizamos a distribuição dos pronomes pessoais de segunda pessoa no singular na posição de sujeito em pesquisas da região Nordeste do Brasil, com ponderações sobre a projeção de seis subsistemas feita por Scherre *et al.* (2015) e sobre aspectos interacionais em função do tipo de coleta de dados. Tomamos como base o desenho do mapa dos pronomes de segunda pessoa de Scherre *et al.* (2015), as reflexões de Scherre e Andrade (2019), o redesenho do mapa de Scherre, Andrade e Catão (2020) e a apresentação de Scherre (2020) no V Fórum de Estudos Linguísticos do Ceará (FELCE), a partir de diversas análises de pesquisadores brasileiros até 2020. Apresentamos um novo mapa da região Nordeste com percentuais médios de usos de *você*, *cê*, *ocê*, *tu* sem concordância e *tu* com concordância e o inserimos no mapa para o Brasil. Conclamamos os pesquisadores para produzirem novas análises de dados de conversas naturais para que possamos organizar o mapa da distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular mais próximo à complexa realidade geográfica brasileira, bem como entender com precisão seus diversos matizes discursivos.

**Palavras-chave:** pronomes pessoais de segunda pessoa do singular; Português brasileiro; Região nordeste.

\* Marta Scherre é professora aposentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora I-B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pesquisadora colaboradora sênior do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB), em fase de cadastramento. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2977-0431>

\*\* Carolina Andrade é professora das universidades UniProjeção (graduação), UniCeub (pós-graduação) e UnB (PEC-G), colaboradora do PPGL/UnB, integra alguns grupos de pesquisa e estudos, entre eles o VALCO (Variação linguística no Centro-Oeste), GEAS (Grupo de Estudos Avançados em Sociolinguística), e Textou na Pós-modernidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7715-0707>

\*\*\* Rafael Catão é geógrafo formado pela Universidade de Brasília, com mestrado e doutorado em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. Possui atuação na área de cartografia, geotecnologias e Geografia da Saúde. Atualmente é professor de Cartografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2837-0364>

## ABSTRACT

*In this text we focus on the distribution of personal second-person singular pronouns in the position of subject in several research in the Northeast region of Brazil, with discussion about six subsystems made by Scherre et al. (2015) and over interactional aspects due to the type of data collection. We based our work on the map design of the second person pronouns by Scherre et al. (2015), the reflections of Scherre and Andrade (2019), the redesign of the map by Scherre, Andrade and Catão (2020) and Scherre's presentation (2020) at the V Forum for Ceará Linguistic Studies (FELCE), from various analysis made by Brazilian researchers up to 2020. We present a new map of the Northeast region with average percentages of use of *você, cê, ocê, tu* without agreement and *tu* with agreement and we insert it into the map for Brazil. We call on the researchers to produce new data analysis in natural conversations so that we can organize the distribution of second-person singular pronouns in a map closer to the complex Brazilian geographical reality, as well as understand precisely its several discursive hues.*

**Keywords:** *personal second-person singular pronouns; Brazilian portuguese; northeast Region.*

## 1 UM POUCO DE HISTÓRIA

O mapa desenhado por Scherre *et al.* (2015, p. 142), de caráter dinâmico, cuja proposta se iniciou em apresentação em um evento em Évora em 2009 (SCHERRE *et al.*, 2009), organiza os pronomes de segunda pessoa do singular no português brasileiro em seis subsistemas, em função da presença ou ausência dos pronomes e da concordância verbal expressa com o pronome *tu* (SCHERRE *et al.*, 2015, p. 138), nos seguintes termos:

1. Subsistema **só VOCÊ**: uso exclusivo das variantes *você/cê/ocê*
2. Subsistema **mais tu com concordância baixa**: uso médio de *tu* acima de 60% com concordância abaixo de 10%
3. Subsistema **mais tu com concordância alta**: uso médio de *tu* acima de 60% com concordância entre 40% e 60%
4. Subsistema **tu/VOCÊ com concordância baixa**: uso médio de *tu* abaixo de 60% com concordância abaixo de 10%
5. Subsistema **tu/VOCÊ com concordância média**: uso médio de *tu* abaixo de 60% com concordância entre 10% e 39%
6. Subsistema **VOCÊ/tu – tu** de 1% a 90% sem concordância

À semelhança das análises da maioria dos pesquisadores brasileiros sobre esse tema, a proposta de Scherre *et al.* (2015) considera o sistema dos pronomes de segunda pessoa no português brasileiro como dois fenômenos: (1) alternância pronominal, envolvendo um macro VOCÊ com suas três variantes (*você/cê/ocê*) ou maior/menor frequência de *tu* alternando com o macro VOCÊ; (2) *tu* associado a presença ou ausência de concordância verbal com morfologia explícita.

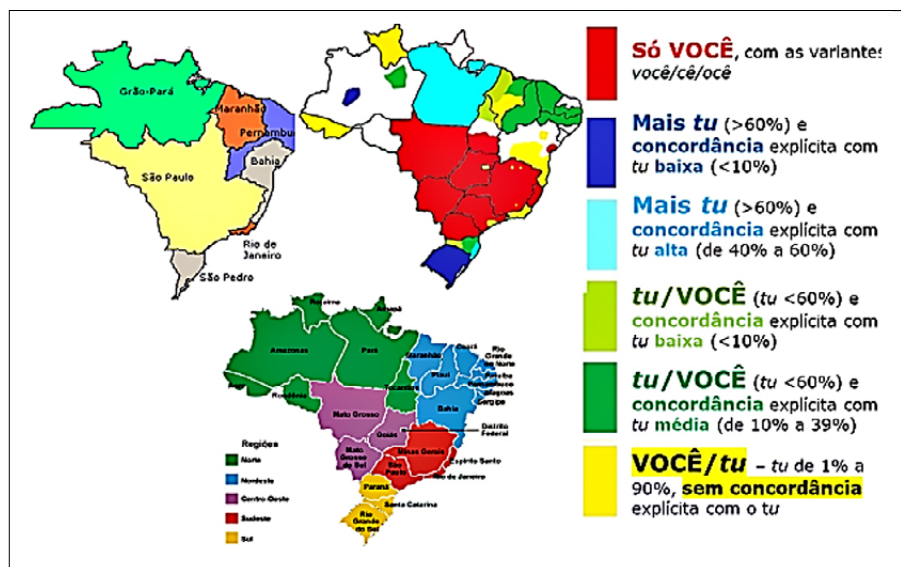
Scherre *et al.* (2015) enfatizam que o mapa pronominal proposto, à direita na Figura 1, lembra mais o mapa político do Brasil de 1709,<sup>1</sup> à esquerda, do que o do Brasil atual, ao centro,

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapas+do+Brasil+de+1709>. Acesso em: 5 maio 2021.



fato que instiga boas discussões, tendo em vista novas configurações que teremos oportunidade de observar com o redesenho do mapa com base na alternância de três ou de cinco possibilidade de construções pronominais.

Figura 1 – Mapa dos subsistemas dos pronomes de segunda pessoa do singular do português brasileiro no final do século XX e início do século XXI, o Brasil de 1709 e o Brasil do século XXI



Fonte: Scherre *et al.* (2015, p. 141-142), com adaptações.

A ênfase da semelhança entre o mapa de Scherre *et al.* (2015) e o mapa do Brasil de 1709 repousa no fato de a grande área em vermelho, simbolizando o subsistema **só VOCÊ** no Brasil Central, corresponde ao estado de São Paulo do mapa de 1709, que abarca os atuais estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e parte do Paraná. Salientamos que essa semelhança foi apontada pela colega e amiga Shirley Mattos, à época da organização do texto de Scherre *et al.* (2015), ao utilizar o mapa de 1709 para falar de dois momentos de Goiás na história do Brasil (MATTOS, 2013, p. 36), em sua pesquisa sobre os pronomes *nós* e *a gente* nesse estado.

No mapa proposto por Scherre *et al.* (2015, p. 142) à direita na Figura 1, a região Nordeste se mostra bastante diversificada, com, pelo menos, quatro subsistemas: para o Maranhão, subsistema 4 (**tu/VOCÊ, tu com concordância baixa**), subsistema 5 (**tu/VOCÊ, tu com concordância média**) e subsistema 6 (**VOCÊ/tu, tu sem concordância**); para a Bahia, subsistema 1 (**só VOCÊ**) e subsistema 6 (**VOCÊ/tu, tu sem concordância**); para o Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco, projeção do subsistema 5 (**tu/VOCÊ, tu com concordância média**), sem dados à época para o desenho do Rio Grande do Norte, de Alagoas e de Sergipe.

Por ocasião do evento ABRALIN50 em maio de 2019, Scherre e Andrade (2019) organizaram um Simpósio Temático, com reflexões sobre o mapa de Scherre *et al.* (2015), em função de (1) duas novas pesquisas em Minas Gerais, região Sudeste, com novos registros da presença de pronome *tu* sem concordância verbal, um em Lontra, ao norte (REIS, 2018) e outro em Ressaquinha, ao sudeste (SILVA, 2017a); e de (2) outras quatro novas pesquisas, para Cametá-Pará (COSTA, 2016);<sup>2</sup> São Luís-Maranhão (ALVES, 2015); Fortaleza-Ceará (GUIMARÃES, 2014); e Porto Nacional-Tocantins (MARTINS, 2017).

<sup>2</sup> Nossos agradecimentos à Raquel Maria da Silva Costa por nos permitir, em 2019, verificar o percentual de concordância com o

Na linha dos subsistemas propostos por Scherre *et al.* (2015), Scherre e Andrade (2019) ponderam que os resultados de Costa (2016, p. 327, 213-311) e Alves (2015, p. 77) apontam que as Regiões Norte e Nordeste podem apresentar outro subsistema - **mais tu (>60%)**, mas com **concordância média** (de 10 a 39%): nos dados de Cametá-Pará, há 63% de *tu* (311/496), com 13% de concordância verbal expressa (39/311); nos dados de São Luís, há 89% de *tu* (871/1.050), com 15% de concordância (130/871). Os resultados de Guimarães (2014, p. 132, 134, 186) para Fortaleza-Ceará indicam que a região Nordeste pode apresentar ainda o subsistema 3 - **tu/VOCÊ** (*tu* <60%), **tu com concordância baixa** (<10): nos dados de Fortaleza, há mais de 50% de *tu* (771/1.502) e cerca de apenas 0,4% de concordância (3/771). Os dados de Martins (2017, p. 75), coletados em Porto Nacional-Tocantins, indicam que a região Norte também exhibe o subsistema 6 - **VOCÊ/tu**, com 97% de VOCÊ (298/306), **sem concordância com o pronome tu**. Segundo Scherre e Andrade (2019, p. 12):

Assim, o mapa (re)desenhado indica que as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentam diversidade e similaridade instigantes, desafios para nosso entendimento. As pequenas ilhas de *tu* em Minas Gerais (REIS, 2018; SILVA, 2017a) e a rápida expansão do *tu* na fala brasileira (ANDRADE, 2015) são outros desafios para o pesquisador.

Segundo Scherre e Andrade (2019, p. 12), o redesenho do mapa ainda em termos de subsistemas evidencia “que as regiões Norte, Nordeste e Sul apresentam diversidade e similaridade instigantes, desafios para nosso entendimento”, à semelhança do que se destaca na pergunta de Cardoso e Mota (2017, p. 103), ao apresentarem a Carta M02 do Atlas Linguístico do Brasil: “[...] por que essa similitude entre regiões extremas, separadas por um imenso vale de *você*?”. Scherre e Andrade (2019, p. 12) continuam:

[a]s pequenas ilhas de *tu* em Minas Gerais (REIS, 2018; SILVA, 2017a) e a rápida expansão do *tu* na fala brasileira (ANDRADE, 2015) são outros desafios para o pesquisador. Desafio igual é saber se não há mesmo nenhuma ilha de *tu* em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados em que a pesquisa sobre o tema ainda é escassa.

O trabalho do mapeamento dos pronomes de segunda pessoa de Scherre *et al.* (2015) se iniciou paralelamente a estudos da fala brasileira, que captaram o uso do pronome *tu*, em terras onde, teoricamente, se esperava a focalização do pronome *você*, uma forma mais geral no português brasileiro como apontam diversos estudiosos nos caminhos da Sócio História (FARACO, 1966, p. 64; LOPES; CAVALCANTE, 2011; LOPES; DUARTE, 2004, p.71-76; SILVA; SANTOS; RIBEIRO, 2000, p. 116; TEIXEIRA, 2008).

A história da focalização dialetal no que diz respeito à origem e expansão do pronome *tu* sem concordância na grande Brasília está sendo contada, também em formato de seriado, em múltiplas temporadas (ANDRADE, 2004, 2010, 2015; SCHERRE; ANDRADE, 2019; DIAS, 2007; LUCCA, 2005; SCHERRE *et al.*, 2011, 2015; SCHERRE; ANDRADE; CATÃO, 2020). Até o presente momento, só fazemos parte das temporadas sincrônicas, com imperiosa necessidade e extrema curiosidade de inserção profunda na Sócio História, que já é fortemente vivenciada e contada por outros colegas, com competência invejável.

---

pronome *tu* nos dados gentilmente anexados à sua tese, para verificar o percentual de concordância verbal com o pronome *tu*, por meio da recodificação dos dados.

A motivação central dessa contextualização histórica da pesquisa e da curadoria que tomamos como empreitada tem a ver com o desenho que Scherre *et al.* (2015) fazem para o Nordeste brasileiro, espacialmente a projeção do subsistema 5 (**tu/VOCÊ, tu com concordância média, de 10% a 39%**) para o Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Para avaliar essa projeção, Scherre e Andrade (2019, p. 12) enfatizam no resumo do Simpósio proposto ao ABRALIN50,

o devido controle dos percentuais dos pronomes na função de sujeito, [por meio de] codificação com simbologia distinta (i) para as formas *você, ocê, cê, tu* sem concordância e *tu* com concordância; (ii) para as formas singulares e plurais; e (iii) para as formas expressas e não expressas, entre outros aspectos relevantes [...]. Todas as outras funções também devem ser devidamente controladas.

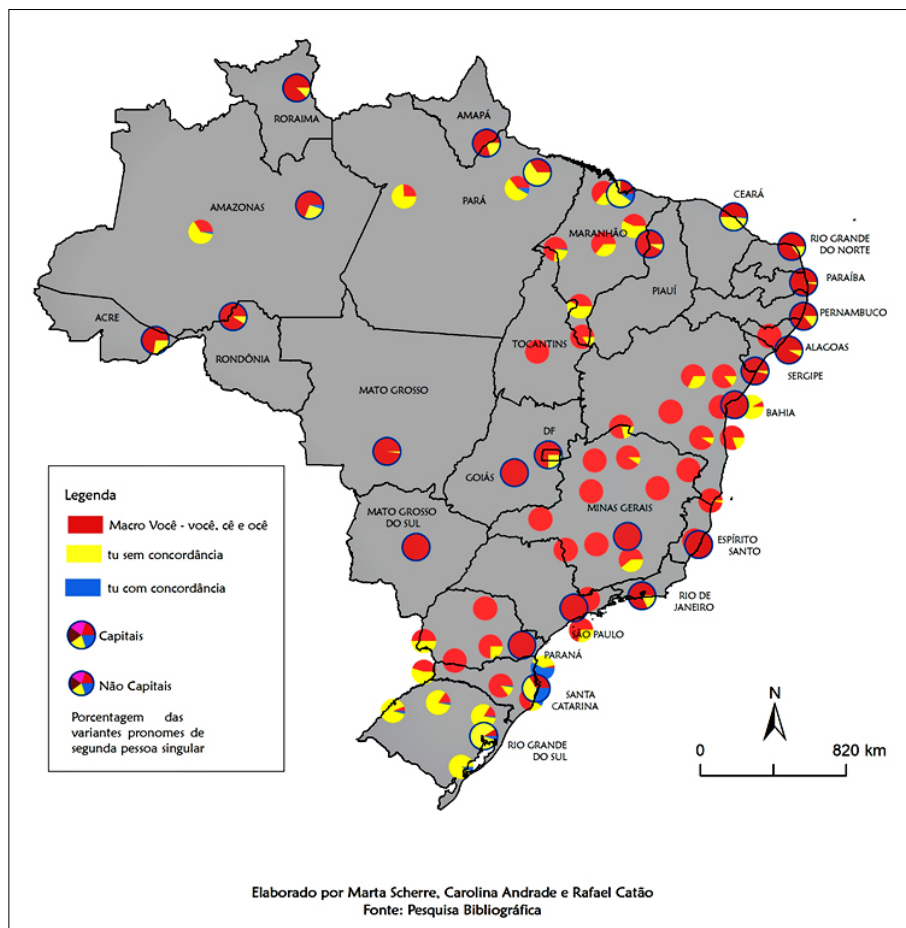
Como já mencionamos, entra aí uma outra temporada, com relação à concepção do fenômeno, ou seja, a de analisar os pronomes de segunda pessoa do singular no português brasileiro como um único fenômeno, com possibilidade de cinco construções pronominais concorrendo entre si: *você, cê, ocê, tu* sem concordância e *tu* com concordância. Essa nova abordagem decorreu da proposta analítica de Alves (2015) em discussões com sua orientadora, quando, ao analisar novos dados de São Luís do Maranhão provenientes de gravação de conversas naturais, verificou com clareza que as formas pronominais singulares competem entre si nos mesmos espaços discursivos. Observou, por exemplo, que os usos de *você* ou os de *tu* com concordância se dão em situações interacionais com maior distanciamento. Assim, quando sua orientadora insistiu na pergunta se sua pesquisa iria focalizar a alternância pronominal variável ou a concordância variável com o pronome *tu* ou ambos os fenômenos, a resposta veio mais uma vez cristalina, em termos assim aproximados: “Professora, não se trata de dois fenômenos, mas de um só, com pelo menos quatro variantes, *você, cê, tu* com concordância e *tu* sem com concordância”, diferentemente da abordagem do mesmo tema, com dados do Atlas Linguístico em sua dissertação de mestrado, como dois fenômenos, um de alternância e outro de concordância (ALVES, 2010, p. 64-65, 103). Então, uma nova temporada analítica, em terras maranhenses, que tem o pronome *tu* como traço identitário, com e sem concordância, teve seu início. Análise análoga, com três construções, *você, cê* e *tu* sem concordância, já havia sido realizada por Andrade (2010, p. 78-115, 118-120) com o objetivo de avaliar os espaços das três formas, em especial o do pronome *cê*, que, segundo essa autora, funciona como uma esQUIVA ao uso do pronome *você*, em terras em que o uso de *senhor/senhora* praticamente não existe no espaço familiar.

Outra temporada de análise das formas pronominais singulares com o objetivo de controlar cinco construções pronominais lado a lado – *você, cê, ocê, tu* sem concordância e *tu* com concordância – se inicia por nós de forma mais sistemática no segundo semestre de 2019, para ser discutida no V Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL), na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Goiabeira, em Vitória, de 4 a 8 de dezembro de 2019. Scherre, Andrade e Catão (2019) se aliaram com o objetivo de produzir um mapa não em subsistemas, mas a partir de percentuais médios organizados com base em diversas pesquisas para área geográficas semelhantes, tendo em vista, como já é de conhecimento amplo, que as línguas humanas conhecidas sempre apresentam pelo menos um par de pronomes ou de construções com valores pronominais, para expressar, por exemplo, relações de simetria *versus* assimetria, proximidade/solidariedade *versus* distanciamento, nos termos do texto de Brown e Gilman (2003 [1960]).

O redesenho do mapa com três construções pronominais (macro VOCÊ, *tu* sem concordância e *tu* com concordância), publicado por Scherre, Andrade e Catão (2020, p. 273) e reproduzido na Figura 2, à frente, apresenta fato já sabidamente instigante, que “é a recorrência do macro VOCÊ

em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, [Piauí] e Rio Grande do Norte, mais representados por pesquisas nas capitais.” (SCHERRE; ANDRADE; CATÃO, 2020, p. 273), diferentemente do que foi projetado por Scherre *et al.* (2015), como já relatamos.

Figura 2 – Construções de pronomes de segunda pessoa do singular no português brasileiro com base em pesquisas de 1996 a 2019: macro VOCÊ (*você~ocê~cê*), *tu* sem concordância e *tu* com concordância



Fonte: Scherre, Andrade e Catão (2020, p. 273).

Concluindo, Scherre, Andrade e Catão (2020, p. 274) ponderam que

para que tenhamos um mapa ainda mais próximo da realidade, são necessárias e urgentes mais pesquisas no vasto território brasileiro, com o controle de, pelo menos, cinco possibilidades disponíveis no português brasileiro: *você, ocê, cê, tu* com concordância e *tu* sem concordância, com o controle rigoroso dos contextos sintáticos e das nuances interacionais. O mapa é dinâmico e o desafio de seu redesenho está sempre lançado.

## CURADORIA DE PESQUISAS SOBRE PRONOMES DE SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR NA REGIÃO NORDESTE

É exatamente na linha de redesenhar o mapa com essas cinco construções pronominais que fizemos um retorno minucioso aos dados de pesquisas do Nordeste apresentados no V FELCE por

Scherre (2020), para a correção de eventuais erros e a identificação mais precisa possível dos dados de segunda pessoa na função/posição de sujeito explícito singular. Além disso, buscamos mais trabalhos disponíveis, como, por exemplo, o de Divino (2020)<sup>3</sup> com dados do Atlas Linguístico do Brasil para capitais e não capitais do Rio Grande do Norte, Paraíba, Recife, Alagoas e Sergipe; o de Lacerda *et al.* (2016)<sup>4</sup> com dados do Projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano para quatro áreas rurais da Bahia; o de Silva (2019) com um projeto individual com gravação de 16 diálogos entre 36 falantes de Coité do Nóia em Alagoas, além de dar agora os devidos créditos ao trabalho de Silva (2015), com dados do Banco Conversacional de Natal, já utilizados no redesenho do mapa de Scherre, Andrade e Catão (2020). Apresentamos a seguir uma síntese das pesquisas consultadas:

## 1) Maranhão-MA (capital, mais seis localidades, cinco projetos – dois grupais; três individuais.

### São Luís/Ma, capital (dois projetos grupais, dois projetos individuais)

- Atlas Linguístico do Maranhão – Alima: oito inquéritos de 2003-2004 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)
- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos de 1996-2011 (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO; MOTA, 2017)
- Amostra Carneiro 2008-2009 – 90/96 entrevistas sociolinguísticas (CARNEIRO, 2011, resumo, p. 62, 82, 84)
- Amostra Alves 2013-2014 – 20 horas e 43 minutos de interações livres gravadas (ALVES, 2015, p. 77)

### Não capitais (Alima e mais um projeto individual): seis localidades

- Amostra Herênio – 43 entrevistas sociolinguísticas: Imperatriz/MA, a sudoeste (HERÊNIO, 2006, p. 56-68, 69, 76-79, 118)
- Atlas Linguístico do Maranhão – Alima: Alto Parnaíba-MA (área rural, ao sul); Pinheiro/MA (área rural, ao norte); Tuntum/MA (área rural, ao centro); Balsas/MA (área norte rural); Bacabal/MA (área rural, ao centro) (ALVES, 2010, p. 65, 103)

## 2) Piauí-PI

### Teresina/PI, capital (um projeto grupal)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DEUS, 2009)

## 3) Ceará-CE

### Fortaleza/CE, capital (dois projetos grupais; um individual)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO; MOTA, 2017)
- Amostra Soares 1980 – quatro gravações de conversas livres (SOARES, 1980, p. 79)
- Projeto Norma Oral do Português Popular – Norpofor: 53 gravações de diálogos entre dois informantes (D2) (GUIMARÃES, 2014, p.132, 134, 147, 186)

<sup>3</sup> Agradecemos a extrema atenção de Josane Moreira de Oliveira em compartilhar conosco o trabalho de Divino (2020), que ainda não está disponível no site do Alib nem na biblioteca da UFBA. Agradecemos mais ainda a paciência e rapidez em responder a diversas perguntas nossas.

<sup>4</sup> Agradecemos imensamente a presteza da amiga Norma Lucia Fernandes de Almeida aos nos enviar diversas pesquisas com dados do projeto *A língua no semi-árido baiano*. Detalhes do projeto estão disponíveis em: [http://www2.uefs.br/nelp/fases\\_subprojetos.htm](http://www2.uefs.br/nelp/fases_subprojetos.htm).



**4) Rio Grande do Norte-RN, capital** (dois projetos grupais)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DIVINO, 2020)
- Banco Conversacional de Natal – década de 1990: 12 conversas gravadas (SILVA, 2015, p. 74-75)

**Não capitais** (Alib): quatro localidades

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos: Pau dos Ferros, Mossoró, Caicó e Angicos (DIVINO, 2020, p. 136, 140, 203)

**5) Paraíba-PB, capital** (mais quatro localidades, dois projetos grupais)

**João Pessoa/PB, capital** (dois projetos grupais)

- Variação Linguística no Estado da Paraíba – ValPB- 1993-1994 (PEDROSA, 1999; SOUSA, 2008, p. 203)
- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DIVINO, 2020)

**Não capitais** (Alib): quatro localidades

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos: Patos, Cuité, Cajazeiras e Itaporanga (DIVINO, 2020, p. 142, 144, 203)

**6) Pernambuco-PE, capital** (mais 11 localidades, um projeto grupal)

**Recife/PE, capital** (um projeto grupal)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DIVINO, 2020)

**Não capitais** (Alib): 11 localidades

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos: 11 localidades: Arcoverde, Floresta, Petrolina, Exu, Garanhuns, Olinda, Caruaru, Limoeiro, Salgueiro, Afrânio e Cabrobó (DIVINO, 2020, p. 147-156, 203)

**7) Alagoas-AL, capital** (mais cinco localidades, três projetos grupais)

**Maceió/AL, capital** (um projeto grupal e dois projetos individuais)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DIVINO, 2020)
- Amostra Vitória 2010 – 72 entrevistas sociolinguísticas (VITÓRIO, 2018, p. 89-90)]
- Amostra Vitória 2017 – Teste com nove situações hipotéticas aplicado a 46 pessoas de Maceió (VITÓRIO, 2018, p. 89-91)

**Não capitais** (Alib, mais um projeto grupal e um individual): cinco localidades

- Projeto a Língua Usada no Sertão Alagoano – Lusa – 2015: 96 entrevistas sociolinguísticas (Delmiro Gouveia, Água Branca, Periconha e Mata Grande) (SILVA, 2017b; SILVA; VITÓRIO, 2017)
- Amostra Silva 2018 – 18 diálogos entre 36 falantes de Coité do Nóia com temas diversos gravados com o conhecimento dos falantes (SILVA, 2019, p. 71, 78, 80)
- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos: três localidades: Arapicara, União dos Palmares e Santana do Ipanema (DIVINO, 2020, p. 157-158, 203)

**8) Sergipe-SE, capital** (mais três localidades, um projeto grupal)

**Aracaju/SE, capital** (um projeto grupal)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DIVINO, 2020)

**Não capitais** (Alib, mais um projeto grupal e um individual): duas localidades

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos - duas localidades: Propriá e Estância (DIVINO, 2020, p. 161-163, 203)

**9) Bahia-BA, capital** (mais quatro áreas – com sete localidades – e mais quatro localidades, cinco projetos grupais)

**Salvador/BA, capital** (três projetos grupais)

- Atlas Linguístico do Brasil – Alib: inquéritos geolinguísticos (CARDOSO *et al.*, no prelo; CARDOSO, 2008; CARDOSO; MOTA, 2017; DEUS, 2009, p. 101, 125)
- Projeto Norma Urbana Culta de Salvador – NURC/SSA – 12 gravações de Diálogos entre Informante e Documentador (DID) (NOGUEIRA, p. 2013, p. 61-62, 101)
- Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado em Salvador – PEPP/SSA – 12 gravações de Diálogos entre Informante e Documentador (DID) (NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101)

**Não capitais** (quatro projetos grupais): quatro áreas com sete localidades e mais sete localidades

- Projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano – área urbana de Feira de Santana - 24 gravações do tipo DID – Diálogos entre Informante e Documentador, 12 da fala culta e 12 da área urbana de Feira de Santana – (NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101; LACERDA *et al.*, 2016, p. 42-43, 49); quatro áreas rurais, sete localidades, 21 informantes, com três de cada localidade – Jeremoabo (Nordeste): Casinhas, Lagoa do Inácio e Tapera; Rio de Contas (Chapada Diamantina): Barra dos Negros/Bananal e Mato Grosso; Feira de Santana (Paraguçu): Matinha; Anselino da Fonseca (Piemonte da Diamantina): Piabas (LACERDA *et al.*, 2016, p. 40-42, 45, 48)
- Projeto Vertentes: Rio de Contas, rural afro; Helvécia, rural afro; Poções, rural não afro; Cinzento, rural afro; Sapé, rural afro (OLIVEIRA, 2005, 2007, p. 13)
- Projeto do Português Popular de Vitória da Conquista (PPVC) e Projeto do Português Culto de Vitória da Conquista (PCVC), ambos com 24 entrevistas. ROCHA; SANTOS; SOUSA, 2016, p. 147, 149).

Para exemplificar a ocorrência das formas pronominais em jogo, lançamos mão de dados da fala de São Luís do Maranhão, da pesquisa de Alves (2015, p. 54), com base em conversas espontâneas entre colaboradores alvo de escolarização universitária e diversos interlocutores – 13 universitários, três do ensino médio e um de nível técnico.

O primeiro bloco de exemplos apresenta três (*você, tu* com concordância, *tu* sem concordância) das cinco formas disponíveis aos falantes do português brasileiro, que ocorrem em uma interação de trabalho.

**Exemplos - bloco 1**

*Amiga(a):* O paciente chegou de tarde. **É, você não viu!** É a demanda. **Você vai** bem preparado pra tua demanda. Então é isso. E a questão de` de valorizar o diagnóstico e as coisas de **você ver** a oportunidade de ensinar pro residente. Deu dizer que isso aqui é legal pr'ele ver.



*Ana*: E dele pesquisar também! Vamos pesquisar!

*Amiga(a)*: Isso! Exatamente. Ou então de dizer pro residente: “Residente, hoje eu queria que **tu avaliasse**”, como **tu fizeste**. Ou então dizer: “Ana, prefiro que **tu avalies** porque eu não tenho segurança de avaliar esse paciente”... **ai tu já ia** (inint). Não, porque eu acho super comum **você chegar e dizer** “Pra onde eu vou com esse paciente?”

(ALVES, 2015, p. 133).<sup>5</sup>

O segundo bloco de exemplos, em uma interação entre pai e filho, apresenta quatro construções (*tu* sem concordância, *você*, *tu* com concordância e *cê*), em que se observa mais uma das cinco formas arroladas (a forma *cê*).

### Exemplos - bloco 2

*Pai*: Porque, meu filho, se for nesse, **tu nem gastava** hotel, cara. **tu nem ia** pra hotel, **tu ia chegar** cinco hora da manhã e ia direto pra universidade, passava o dia todo na universidade.

[...] Porque se **você for chegar** de manhã e sair de noite, **tu nem ia** pro hotel, ficava na... [...] Sim, meu nenemzinho, sim, meu nenemzinho, eh... **Tu vais** pro negócio?

*Filho*: Sim, oh, pai, então olha pra mim esse negócio, se **o senhor ficar** agora na na na universidade sem fazer nada!

*Pai*: tá.

*Filho*: é não, pai, eu sei que **o senhor é um doutor**.

*Pai*: Ah, **cê vai** chegar quase que (inint.)

*Filho*: Oito horas. Dez, dez horas!

(ALVES, 2015, p. 47).<sup>6</sup>

O terceiro bloco de exemplos é de falas distintas de Coité do Nóia, em Alagoas, em diálogos gravados com o conhecimento do falante por Silva (2019, p.76), em que se observa a ocorrência de construções pronominais com *cê*, *você* e *tu* sem concordância.

### Exemplos - bloco 3

- É.. **cê** tá muito certa L1
- Eu trabalho --- ajudando meu pai - trabalho lá trabalhanu - e **você?** -- **você** trabalha de alguma coisa?
- **Tu** tem algum sonho? Eu tenho um sonho - **tu** tem sonho? L3
- Ah - ele é gente boa - **você** vai - ele vai dá aula hoje pra você? L10
- Porque eu tenho umas encomenda pra fazê aí eu preciso que **cê** vá pra Arapiraca pra mim fazê um - uma encomenda - aí é um trabalho que a menina me pediu - aí eu preciso comprá umas coisa pra terminá o resto do trabalho - **cê** num vai não? L5 (SILVA, 2019, p. 76).<sup>7</sup>

A quinta e última forma pronominal, *ocê*, é rara nos registros das falas da região Nordeste. Vamos encontrar relato de um caso na fala de Fortaleza (GUIMARÃES, 2014, p. 132), quatro casos na fala de Alto Parnaíba e três em Tuntum, áreas rurais do Maranhão (ALVES, 2010, p. 65) e registros em áreas rurais do semiárido baiano (LACERDA *et al.*, 2016, p. 45), mas não sabemos quantos porque os 219 casos de *cê* e *ocê* foram analisados conjuntamente.

<sup>5</sup> Com pequenas adaptações – Falantes mulheres, ensino superior.

<sup>6</sup> Com pequenas adaptações - pai de João: F1 (homem, 55 anos, ensino superior); filho (colaborador alvo João)

<sup>7</sup> Com adaptações.

Vejam no quarto bloco de exemplos quatro formas pronominais (*você*, *ocê*, *cê* e *tu* sem concordância), identificadas por Lacerda *et al.* (2016, p. 45 e 46, com adaptações).

#### Exemplos - bloco 4

- Meu fio, hoje eu vou ali, **você** tome responsabilidade disso, da roca, dos bicho, daquilo outro (Casinhas, J.N.C.J.)
- Tá mais eu, **ocê** fica mais ele, mas não judei dele. (Piabas, M.L.S)
- **Cê** e louco não pode xingar nome não, rapaz”. (Tapera, J.B.P)
- **Tu** sente isso? Bebe um remédio, fulano”! (Piabas, J.F.S).
- Leva hoje e amanhã **Tu** traz. (Matinha, V.C.)
- Qu’ê que **Tu** tem menina. (Tapera, MJ)  
(LACERDA *et al.*, 2016, p. 45 e 46).<sup>8</sup>

O quinto bloco de exemplos é de uma pesquisa com dados de Vitória da Conquista, na Bahia, em que Rocha, Santos e Sousa (2016) analisam a alternância entre *você* e *cê* sem menção à existência de *tu* ou de *ocê*. Embora essa pesquisa ainda não faça parte dos mapas que vamos apresentar mais à frente, porque tabulamos os dados dessa pesquisa no apagar das luzes da redação desse nosso texto, com os mapas já prontos, consideramos interessante já registrá-la aqui e apresentar um exemplo na fala de uma pessoa do grupo menos escolarizado, que, diferentemente das expectativas dos pesquisadores, favorece mais a forma *você* (ROCHA; SANTOS; SOUSA, 2016, p. 153).

#### Exemplos - bloco 5

“Pra escola, todos. Jamile, mermo, ela vai estudar. Ela vai fazer o oitavo ano já. Queria desistir. Eu falei: Vai desistir? Num é um bebê qui vai fazer **você** desistir. **Cê** pode estudar.” (S.S.C)” (ROCHA; SANTOS; SOUSA, 2016, p. 153).

A seguir, para uma visão de conjunto, apresentamos, na Figura 3, o mapa da distribuição média das cinco formas dos pronomes de segunda pessoa na posição de sujeito nas capitais dos nove estados da região Nordeste. Na sequência, apresentamos a Tabela 1 com os dados que geraram a Figura 3, sem especificação das diversas amostras, que constam em detalhes das Tabelas 1a, 1b, 1c, três capitais em cada uma das tabelas, iniciando pelo estado do Maranhão e terminando no estado da Bahia.

No Anexo 1, apresentamos as Tabelas 2.1-Maranhão, 2.2-Rio Grande do Norte, 2.3-Paraíba, 2.4-Pernambuco, 2.5-Alagoas, 2.6-Sergipe, 2.7.1-Bahia, 2.7.2-Bahia e 2.7.3-Bahia, em que retomamos a média das nove capitais e apresentamos dados para as demais localidades (não capitais), alguns também em termos médios. Ainda não temos conhecimento de pesquisas para não capitais dos estados do Piauí e Ceará.

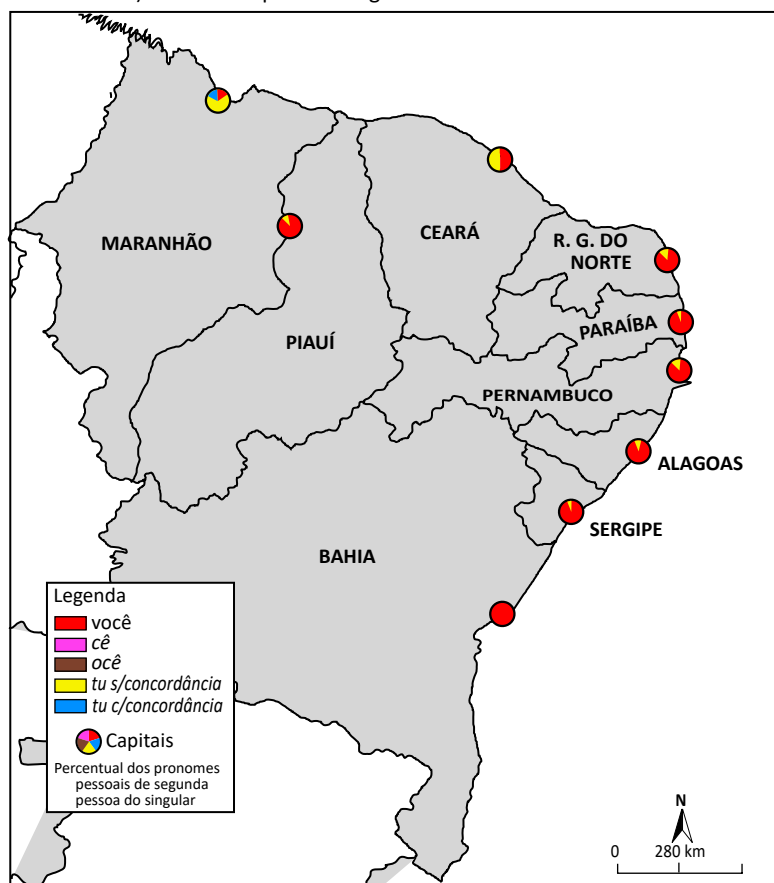
A partir da Tabela 1, indicamos com relativa precisão as páginas da pesquisa em que buscamos características das amostras analisadas e em que nos baseamos para compor a distribuição das construções focalizadas. Refizemos a contagem com bastante cuidado, mas se o leitor atento perceber algum erro, ficaremos bem felizes em receber mensagens a respeito disso, para posterior correção. Buscamos também detalhes no texto, para recompor a ocorrência de uma forma ou construção rara, para obtermos uma boa visão de conjunto. Ocorrências de variantes raras fazem parte do quadro analítico, embora não sejam consideradas em análises de regressão múltipla, que

<sup>8</sup> Com adaptações.

projetam as grandezas que mensuram o efeito de cada fator de cada variável independente ou variável preditora.

O mapa da Figura 3 e os dados da Tabela 1 nos mostram novamente que São Luís- Maranhão se destaca por ter as formas pronominais *você*, *cê*, *tu* sem concordância e *tu* com concordância, em que também se destaca o *tu* sem concordância com um percentual médio de 66% (o ponto amarelo do mapa). Nos dados da pesquisa de Alves (2015, p. 77) com interações livres, expostos na Tabela 1a deste nosso trabalho, São Luís apresenta um total de 83% de usos de *tu*, a soma dos 12% de casos de *tu* com concordância mais 71% de casos de *tu* sem concordância. Assim, como bem evidencia e afirma Alves (2015, p. 77), “a capital maranhense é uma “terra de *tu*”.

Figura 3 – Mapa dos percentuais de cinco construções com pronomes pessoais de segunda pessoa do singular (*você*, *cê*, *ocê*, *tu* sem concordância e *tu* com concordância) nas nove capitais da região Nordeste



Fonte: pesquisa bibliográfica, elaborado por Marta Scherre, Carolina Andrade e Rafael Catão.

A presença de *tu* sem concordância se destaca ainda em Fortaleza-Ceará, também a mais frequente, com 51% dos casos. Pontos amarelos são ainda visíveis em Natal-Rio Grande do Norte e em Recife-Pernambuco com cerca de 15% dos casos de *tu* sem concordância. Teresina-Piauí, João Pessoa-Paraíba, Maceió-Alagoas, Aracaju-Sergipe e Salvador-Bahia apresentam percentuais ínfimos de *tu*, com Aracaju-Sergipe e Salvador-Bahia se apresentando como as capitais do *você* na região Nordeste. Fazemos a seguir um passeio pelas coletas dos dados nas Tabelas 1a, 1b e 1c, para conjecturas.

Tabela 1 – Média da distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado nas capitais dos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Ceará (CE), região Nordeste: médias de amostras diversificadas detalhadas nas Tabelas 1a, 1b e 1c

Capitais	Amostra/Projeto	Você	Cê	Ocê	tu sem concor-dância	tu com concor-dância	100%/ Total
São Luís, capital de Maranhão	Quatro amostras: Alima, Alib, Carneiro, Alves	21% (303)	2% (32)	0% (0)	66% (954)	11% (154)	(1.545)
Teresina, capital do Piauí	Uma amostra: Alib	92% (49)	?	?	8% (4)		(53)
Fortaleza, capital do Ceará	Três amostras: Alib, Soares, Norporfor	51% (925)	1,8% (33)	0,3 (1)	45% (816)	1,9% (35)	(1.810)
Natal, capital do Rio Grande do Norte	Dois amostras: Alib, Banco Conversacional de Natal	85,5% (370)	?	?	14,3% (62)	0,2 (1)	(433)
João Pessoa, capital da Paraíba	Dois amostras: ValPB, Alib	96% (2064)	?	?	3% (62)	1% (16)	(2.144)
Recife, Capital de Pernambuco	Uma amostra: Alib	86% (100)			14% (16)		(116)
Maceió, capital de Alagoas	Três amostras: Alib, Vitério 2010, Vitério 2017	90% (856)	2% (21)	?	8% (80)	0 (0)	844
Aracaju, capital de Sergipe	Uma amostra: Alib	96% (133)	?	?	4% (5)	?	(138)
Salvador, capital da Bahia	Três amostras: Alib, NURC/SSA, PEPP	99% (1.107)	?	?	1% (9)	Não há	(1.116)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 1a – Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado nas capitais dos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI) e Ceará (CE), região Nordeste: médias de amostras diversificadas

Capitais	Amostra/Projeto	Você	Cê	Ocê	tu sem concor-dância	tu com concor-dância	100%/ Total
São Luís, capital de Maranhão	Média para São Luís (quatro amostras)	21% (303)	2% (32)	0% (0)	66% (954)	11% (154)	(1.545)
	Amostra do Projeto Alima - oito inquéritos geolinguísticos de 2003-2004 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	52% (61)	9% (10)	0% (0)	28% (32)	11% (13)	(116)
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	51% (56)	?	?	49% (53)	?	(109)
	Amostra Carneiro 2008 - 90/96 gravações secretas consentidas (CARNEIRO, 2011, resumo, p. 62, 82, 84)	31% (83)	?	?	65% (176)	4% (11)	(270)
	Amostra Alves 2013-2014: 20 horas e 43 minutos de interações livres gravadas (ALVES, 2015, p. 75-77)	15% (157)	2% (22)	0% (0)	71% (741)	12% (130)	(1.050)
Teresina, capital do Piauí	Dados para Teresina (uma amostra)	92% (49)	?	?	8% (4)		(53)
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	92% (49)			8% (4)	?	(53)
	(CARDOSO, 2008, p. 9) (DEUS, 2009, p. 101, 125)	87% (32) 95% (70)	?	?	13% (5) 5% (4)		(37) (74)

(continuação Tabela 1a)

Capitais	Amostra/Projeto	Você	Cê	Ocê	tu sem concor-dância	tu com concor-dância	100%/ Total
Fortaleza, capital do Ceará	<b>Média para Fortaleza (três amostras)</b>	<b>51% (925)</b>	<b>1,8% (33)</b>	<b>0,3 (1)</b>	<b>45% (816)</b>	<b>1,9% (35)</b>	<b>(1.810)</b>
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	98% (60)	?	?	2% (1)	?	(61)
	Amostra Soares 1980 – quatro gravações de conversas livres (SOARES, 1980, p. 79)	68% (168)	?	?	19% (47)	13% (32)	(247)
	Amostra Norpofor 2003-2006: 53 gravações de diálogos entre dois informantes (D2) (GUIMARÃES, 2014, p. 132, 134, 147, 186)	46,4% (697)	2,2% (33)	0,1% (1)	51,1% (768)	0,2% (3)	(1.502)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 1b – Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado nas capitais dos estados do Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Recife (RE) – região Nordeste: médias de amostras diversificadas

Capitais/ Estados	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concor-dância	tu com concor-dância	100% Total
Natal, capital do Rio Grande do Norte	<b>Média para Natal (duas amostras)</b>	<b>85,5% (370)</b>	?	?	<b>14,3% (62)</b>	<b>0,2 (1)</b>	<b>(433)</b>
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 – inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	<b>98% (54)</b>	?	?	<b>2% (1)</b>	?	<b>(55)</b>
	(DIVINO, 2020, p. 203)	100% (43)			0% (0)		(43)
	Banco Conversacional de Natal – década de 1990 - 12 conversas gravadas (SILVA, 2015, p. 74-75)	83,6% (316)	?	?	16,1% (61)	0,3% (1)	(378)
João Pessoa, capital da Paraíba	<b>Média para João Pessoa (duas amostras)</b>	<b>96% (2064)</b>	?	?	<b>3% (62)</b>	<b>1% (16)</b>	<b>(2.144)</b>
	Amostra ValPB 1993-1994: 60 entrevistas sociolinguísticas (PEDROSA, 1999)	<b>97% (2.004)</b>	?	?	<b>2% (53)</b>	<b>1% (16)</b>	<b>(2.073) (69)</b>
	(SOUSA, 2008, p. 137)	(2004)			(53)	(16)	(2.004)
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	<b>87% (62)</b>	?	?	<b>13% (9)</b>	?	<b>(71)</b>
CARDOSO, 2008, p. 9)	87% (60)			13% (9)		(69)	
(DIVINO, 2020, p. 203)	88% (43)			12% (6)		(49)	

(continuação Tabela 1b)

Capitais/ Estados	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concor- -dância	tu com concor- -dância	100% Total
Recife, Capital de Pernambuco	Dados para Recife (uma amostra)	86% (100)			14% (16)		(116)
	Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo) (CARDOSO, 2008, p. 9) (DEUS, 2009, p. 101, 125) (DIVINO, 2020, p.153-154, 203)	86% (100)			14% (16)		(116)
		84% (31)	?	?	16% (6)	?	(37)
		88% (107)			12% (15)	?	(122)
		85% (104)			15% (18)		(122)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 1c – Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado nas capitais dos estados de Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA) – região Nordeste: médias de amostras diversificadas

Capitais/ Estados	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concor- -dância	tu com concor- -dância	100% Total
Maceió, capital de Alagoas	Média para Maceió (três amostras)	90% (856)	2% (21)	?	8% (80)	0 (0)	844
	Projeto Alib: 1996-2011 – inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo) (CARDOSO, 2008, p. 9) (DIVINO, 2020, p. 159-160, 203)	98% (173)	?	?	2% (4)	?	(177)
		94% (60)			6% (4)		(64)
		94% (196)			6% (12)		(208)
	Amostra Vitória 2010, 72 entrevistas sociolinguísticas (VITÓRIO, 2018, p. 89-90)	98% (398)	?	?	2% (6)	?	(404)
Amostra Vitória 2017 Teste com nove situações hipotéticas aplicado a 46 pessoas de Maceió (VITÓRIO, 2018, p. 89-91)	75% (285)	6% (21)	?	19% (70)	?	(376)	
Aracaju, capital de Sergipe	Dados para Aracaju (uma amostra)	96% (133)	?	?	4% (5)	?	(138)
	Amostra Alib – perguntas geolinguísticas (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo) (CARDOSO, 2008, p. 9)  (DIVINO, 2020, p. 203)	96% (133)	?	?	4% (5)	?	(138)
		94% (46)			6% (3)		(49)
	100% (121)			0% (0)		(121)	



(continuação Tabela 1c)

Capitais/ Estados	Amostra/Pesquisa	<i>Você</i>	<i>Cê</i>	<i>Ocê</i>	<i>tu sem concor- dância</i>	<i>tu com concor- dância</i>	100% Total
Salvador, capital da Bahia	Média para Salvador (três amostras)	99% (1.107)	?	?	1% (9)	Não há	(1.116)
	Amostra Alib – Perguntas geolinguísticas (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo) (DEUS, 2009, p. 101, 125)	100% (225)	?	?	0% (0)		(225)
		100% (122)	?	?	0% (0)		(122)
	Amostra NURC/SSA 12 gravações de diálogos entre informante e documentador (DID) – fala culta (NOGUEIRA, 2013, p. 101)	100% (561)	?	?	0% (0)		(561)
	Amostra PEPP – 12 gravações de diálogos entre informante e documentador (DID) – fala popular (NOGUEIRA, 2013, p. 101)	97% (321)	?	?	3% (9)	0% (0)	(330)

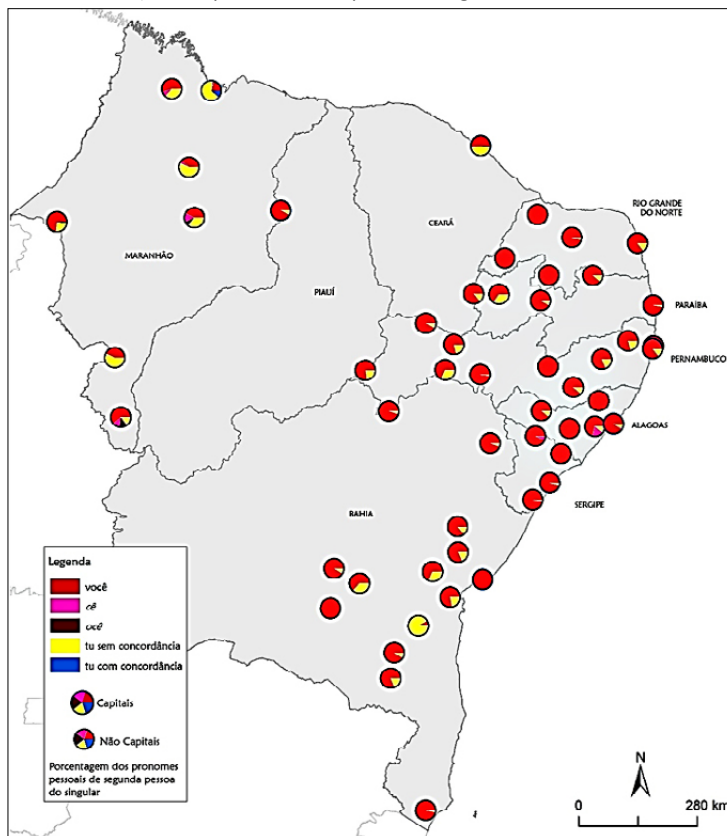
Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Pelas pesquisas tabuladas e pelo mapa na Figura 3, em termos médios, podemos vislumbrar quatro blocos de capitais da região Nordeste, sempre com uso marginal de *cê* e sem ocorrência de *ocê*:

- 1) São Luís-MA, com um sistema mais vigoroso de *você* ~ *tu* com concordância ~ *tu* sem concordância, ternário ou talvez binário;
- 2) Teresina-PI e Fortaleza-CE, em *você* e *tu* preferencialmente sem concordância se equilibram;
- 3) Natal-RN, João Pessoa-PB, Recife-PE, Maceió-AL e Aracaju-SE, com uso preferencial de *você*, mas com registro de 16% casos de *tu* em Natal, pela análise de Silva (2015, p. 76-76) com base na amostra de Banco conversacional de Natal, situações com maior interação, e registro de 14% de *tu* em Recife, com base na Amostra Alib, situações não menos importantes, mas de menor interação, fato que sugere maior possibilidade de *tu* em Recife, em conversas naturais;
- 4) Salvador-BA, sempre vista como a capital do *você* na região Nordeste, mas com registro de 3% de *tu* na amostra PEPP, pela análise de Nogueira (2013, p. 101). Ainda não há o controle dos casos de *cê* na fala soteropolitana, mas, pela previsão de Brown e Gilman (2003 [1960]), essa forma deve ocorrer, porque a expectativa é que toda e qualquer língua ou toda e qualquer variedade de uma língua tenha uma forma da distância/da assimetria/dos não pares e outra da proximidade/da simetria/dos pares.

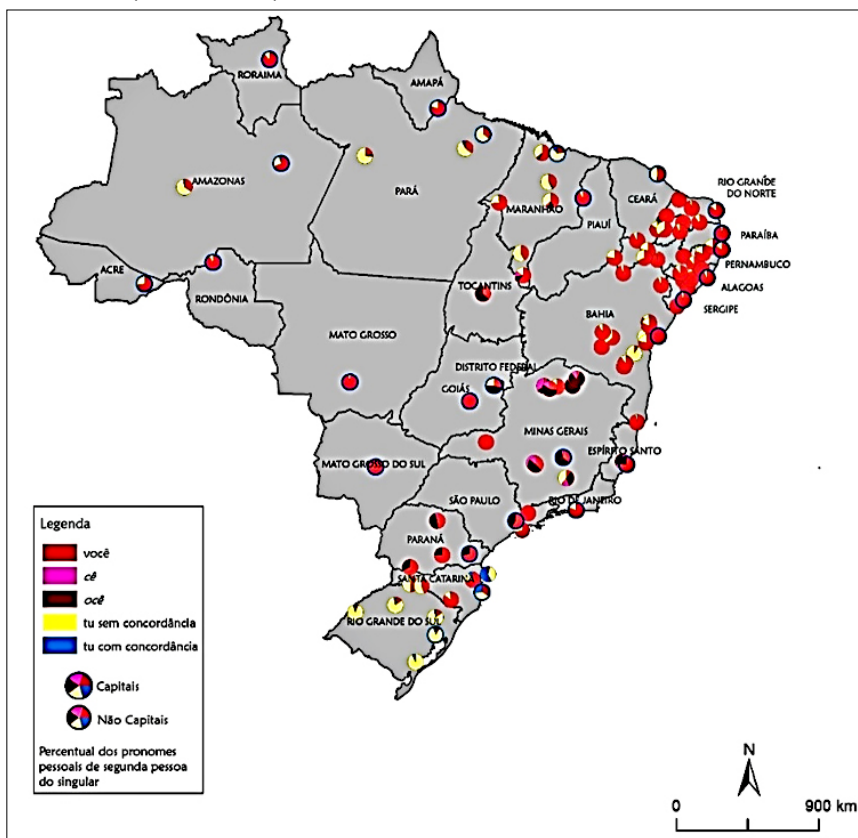
A seguir, temos a Figura 4, com o mapa das capitais e não capitais da região Nordeste, organizado a partir dos dados detalhados em nove Tabelas do Anexo 1, e a Figura 5, que traz a distribuição do restante do Brasil, com as amostras organizadas até 2019.

Figura 4 – Percentual de cinco construções com pronomes pessoais de segunda pessoa do singular (*você, cê, ocê, tu sem concordância* e *tu com concordância*) nas capitais e não capitais da região Nordeste



Fonte: pesquisa bibliográfica, elaborado por Marta Scherre, Carolina Andrade e Rafael Catão.

Figura 5 – Percentual de cinco construções com pronomes pessoais de segunda pessoa do singular (*você, cê, ocê, tu sem concordância e tu com concordância*) no português brasileiro: capitais e não capitais



Fonte: pesquisa bibliográfica, elaborada por Marta Scherre, Carolina Andrade e Rafael Catão.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciamos ao longo de nossas reflexões aqui apresentadas e baseadas nos resultados das diversas pesquisas anteriormente referenciadas, nossa projeção da variação dos pronomes, entre 2009 e 2015, pode ter superestimado, relativamente, a frequência da forma *tu* (com ou sem concordância) na região Nordeste, fato que nos conduz ao paradoxo cumulativo, postulado por Labov (2008 [1972] p. 236), de que quanto mais estudamos algum objeto, mais há o que se desvendar dele, que, nas palavras exatas desse autor, assim se lê: “quanto mais se conhece uma língua, mais se pode descobrir sobre ela”. Por outro lado, é possível encontrar textos importantes de décadas passadas em que se registra a baixa frequência de *tu* no Brasil com concentração em Porto Alegre como, por exemplo, o texto de Ilari, Franchi, Neves e Possenti (1966, p. 76-87), com dados do “Corpus mínimo” do NURC, embora esses autores apontem, na p. 87, a tarefa da quantificação e análise de *tu* e *você* “em função dos diferentes fatores (geográficos, sociais e estilísticos)”. De fato, vimos nas pesquisas apresentadas nesse texto que o *tu* ainda se encontra presente<sup>9</sup> em diversos estados da região Nordeste, em capitais e no interior, em maior ou menor grau.

<sup>9</sup> Outra referência relevante a esse respeito é o texto seminal de Vera Lúcia Paredes Silva: “O retorno do pronome tu à fala carioca”, de 2003.

De toda forma, evidencia-se que diferenças importantes são encontradas nos resultados em função da diversidade das amostras, revelando que mais pesquisas são necessárias, especialmente em interações livres ou naturais, e com o controle das formas do macro VOCÊ, para que seja possível captar os matizes interacionais e sociais que se diversificam em função geográfica. Assim, a partir da observação da presença expressiva do macro VOCÊ na região, perguntamo-nos também: por onde andam as suas formas variantes, *ocê*<sup>10</sup> e *cê*<sup>11</sup>, que frequentemente acompanham o *você* Brasil a fora?

Retomamos Scherre e Andrade (2019), pois entendemos que

É necessário um mergulho profundo na sócio-história [...] para que possamos buscar entender a relação entre os subsistemas pronominais e os movimentos migratórios externos e internos, no decorrer dos atuais 518 anos das terras hoje brasileiras, apoiados no *uniformitarian principle*, que estabelece que “knowledge of process that operated in the past can be inferred by observing ongoing process in the present” (CHRISTY, 1983, p.ix, *apud* LABOV, 1994, p. 21).

Atentamo-nos ao fato de o *você* ter entrado para o sistema pronominal (ou tratamental) do português brasileiro apenas entre o fim do século XIX e início do século XX (LOPES; CAVALCANTI, 2011, p. 31). Anteriormente a esse período, por um lado o *vossa mercê* se gramaticalizava, mas ainda mantinha traços honoríficos, enquanto, por outro lado, o pronome *tu*, com paradigma verbal de segunda pessoa era, a rigor, a forma utilizada para o tratamento simétrico/ íntimo, até onde diversos pesquisadores da linguística histórica puderam verificar e registrar. Vale lembrar que, de acordo com a história hegemônica do Brasil, um século antes a esse período, o português era uma língua pouco recorrente em nossas terras, em face de outras centenas de línguas que eram faladas pelos brasileiros, incluindo aí as duas línguas gerais (paulista e amazônica).

É nossa intenção também, em um futuro próximo, mergulharmos de fato nesta história para que possamos analisar a presente variação segundo suas origens e movimentos migratórios, fazendo um paralelo entre a sincronia e a diacronia.

De toda forma, nossos mapas aqui desenhados evidenciam, mais uma vez, que a forma *você*, além de entrar para o sistema pronominal (a partir da década de 30 do século XX – conforme Lopes e Cavalcante (2011, p. 34), se generalizou rapidamente e de tal maneira que alçou à forma suprarregional no português brasileiro (SCHERRE *et al.*, 2015). Sobre isso, muitos autores já haviam refletido. Por exemplo, Faraco (1996, p. 64) postula:

A situação do Brasil é bastante diferente<sup>12</sup>. *Você* é o pronome de uso comum para o tratamento íntimo, estando o pronome *tu* restrito a algumas variedades regionais. A razão para esse uso tão amplo de *você* no Brasil deve ser encontrada, certamente, na história da formação do País (negritos e itálicos nossos).

Silva, Santos e Ribeiro (2000, p. 116) enfatizam, citando autores clássicos:

[...] Autores como Said Ali (1969) e Câmara Jr. (1970) já apontavam a substituição de *tu* por *você*, embora, às vezes, evitassem designá-lo como pronome pessoal. Descrições mais recentes do português (cf. Monteiro, 1991; e Illari *et al.*, 1996) reconhecem em *você* o verdadeiro pronome de segunda pessoa do

<sup>10</sup> Mais frequente nas áreas rurais, ou interioranas.

<sup>11</sup> Mais frequente em centros urbanos, especialmente em todo o estado de Minas Gerais.

<sup>12</sup> Sobre os pronomes no Português de Portugal, o autor os compara com o Brasil.

português do Brasil, considerando *tu* uma forma sobrevivente apenas no sul do país (negritos e itálicos nossos).

Lopes e Duarte (2004, p. 61) também afirmam:

No português do Brasil [...], *você* já está perfeitamente integrado ao sistema de pronomes pessoais, substituindo *tu* em grande parte do território nacional ou convivendo com *tu* sem que o verbo traga a marca distintiva da chamada “segunda pessoa direta” (negritos nossos).

Dessa forma, pensamos que nossos próximos estudos numa perspectiva diacrônica devem partir do levantamento e triangulação de registros com datas e locais de entrada de portugueses e açorianos no território brasileiro, bem como de outros migrantes, para buscar entender as influências por trás deste complexo mosaico pronominal que ora se verifica.

Adicionalmente à temporada histórica, nossos trabalhos investigativos ainda incluem uma temporada de verticalização na sincronia, desvelando a presente variação segundo os matizes de significado social distribuídas nos diferentes espaços geográficos, por um lado e, por outro, um mergulho na perda do parâmetro *pro-drop*, resultante da mudança já verificada a partir do incremento do *você* como pronome. Segundo Galves (1993 *apud* TEIXEIRA, 2008, p. 162) “A morfologia flexional foi alterada tornando a concordância fraca, o que afetou a ordem dos constituintes, aumentou consideravelmente a expressão dos sujeitos referenciais, entre outras mudanças”.<sup>13</sup> É nossa intenção, portanto, analisar mais verticalmente o fenômeno nos aspectos sintáticos, e verificar ainda se essa mudança pode se relacionar a traços identitários de brasilidade, à semelhança do que ocorre com o movimento do imperativo associado à forma indicativa no contexto do pronome *você* ou sem associação com pronome expresso no contexto nos termos de Scherre e Andrade (2010).

Por fim, reafirmamos nossa conclamação aos pesquisadores dos pronomes brasileiros a continuarmos somando esforços para a empreitada aqui colocada de forma dinâmica. Além da contínua curadoria de trabalhos sociolinguísticos e dialetológicos a respeito da presente variação, reafirmamos as frentes que se abrem para o futuro próximo da pesquisa que ora desenvolvemos, a múltiplas mentes e mãos. São elas: (1) Do ponto de vista diacrônico, analisar os diferentes fluxos migratórios, internos e externos, nos diversos períodos colonial e pós-colonial, chegando, quem sabe, a identificar fases de desenvolvimento de identidade linguística brasileira rumo à brasilidade, uma vez que a entrada do *você* como pronome se deu à época da semana da arte moderna, como avaliam Silva, Santos e Ribeiro (2000). Ao triangular a história dos pronomes com a história brasileira, inclusive políticas linguísticas (ou falta delas) utilizadas, pretende-se projetar as possíveis formações dialetais, a partir do foco na variação dos pronomes, nos diversos espaços geográficos; (2) Do ponto de vista sincrônico, analisar os matizes de significados sociais e interacionais dos pronomes nas diversas localidades brasileiras; verticalizar o entendimento relacionado aos fatores internos, incluindo aí análise de concordância em função do sincretismo entre 2ª e 3ª pessoa do singular, em parceria com a pesquisadora Cibelle Béliche Alves.

<sup>13</sup> Sincronicamente, porém, Scherre, Yacovenco e Naro (2018) e Scherre, Naro e Yacovenco (2019) reinterpretem o fenômeno, principalmente adicionando as análises da variação *nós* e *a gente*, como estratégia de reforço de concordância, só que de concordância singular.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, C. C. B. *O uso do tu e do você no português falado no Maranhão*. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ALVES, C. C. B. *Pronomes de segunda pessoa no espaço maranhense*. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ANDRADE, A. L. V. S. de. *A variação você, cê, ocê no português brasileiro falado*. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- ANDRADE, C. Q. *Tu e mais quantos? - A segunda pessoa na fala brasiliense*. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- ANDRADE, C. Q. *A fala brasiliense: origem e expansão do uso do pronome tu*. 2015. 156 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ASSUNÇÃO, J. da S.; ALMEIDA, N. da S. F. de. *A realização de tu e você na variante linguística de falantes feirenses*. 2008. 3 f. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (ed.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden: Blackwell, 2003[1960]. p. 156-176.
- CARDOSO, S. A. M. et al. *O tratamento do interlocutor nas capitais: tu ou você*. No prelo.
- CARDOSO, S. A. M. Caminhos dos pronomes pessoais no português brasileiro: considerações a partir dos dados do projeto ALIB. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlev/lport/pdf/slp22/08.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.
- CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A. Estudos geolinguísticos: caminhos seguidos no território brasileiro. *Linguística*, Montevideo, v. 33, n. 1, p. 89-105, 2017.
- CARNEIRO, H. M. S. *As formas de tratamento tu/você no português falado ludovicense*. 2011. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, São Paulo, 2011.
- COSTA, J. P. dos S.; PEIXOTO, L. S.; GOMES, M. A. B. P.; SANTIAGO, V. L. G. *O uso do pronome “tu” na linguagem cotidiana dos estudantes de Jitaúna*. Monografia (Curso de Letras) – Programa Especial de Formação do Professor, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.
- COSTA, R. M. da S. *A alternância das formas pronominais tu, você e o(a) senhor(a) na função de sujeito no português falado em Cameté-PA*. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- DEUS, V. G. de. *Você ou tu? Nordeste versus Sul: o tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir dos dados do Projeto ALiB*. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)



– Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

DIAS, E. P. *O uso do tu no português brasileiro falado*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DIVINO, L. S. do A. *Como trato o meu receptor? A propósito do uso de tu/você em Santo Antônio de Jesus - BA*. 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

DIVINO, L. S. do A. *Tu e você em cinco estados do Nordeste a partir dos dados do Projeto Altas Linguístico do Brasil: um estudo variacionista*. 2020. 254 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

FARACO, C. A. O tratamento de você em português: uma abordagem histórica. *Fragments*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

GUIMARÃES, T. de A. A. S. *Tu é doido, macho! A variação das formas de tratamento no falar de Fortaleza*. 2014. 237 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

HERÊNIO, K. K. P. *“Tu” e “você” em uma perspectiva intra-lingüística*. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ILARI, R.; FRANCHI, C.; NEVES, M. H. de M.; POSSENTI, S. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, A. de; BASÍLIO, M. *Gramática do português falado*. São Paulo: Fapesp/Unicamp, 1996. p.79-164. (Estudos Descritivos, v. IV).

LACERDA, M. F. de O.; NOVAIS, Z. de O.; OLIVEIRA, M. S.; LEMOS, D. M. Formas tratamentais no semiárido baiano: contribuições para uma configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro. In: LOPES, N. S.; ARAÚJO, S. S. de F.; FREITAG, R. M. K. (org.). *A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 39-57.

LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. R. de O. A cronologia do *voceamento* no português brasileiro: expansão de *você*-sujeito e retenção do clítico-*te*. *Linguística*, v. 25, p. 30-65, jun. 2011.

LOPES, C. R. dos S.; DUARTE, M. E. L. De “Vossa Mercê” a “Você”: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas”. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (org.). *Análise contrastiva de variedades do Português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In - fôlio, 2004. p. 61-76.

LUCCA, N. N. G. *A variação tu/você na fala brasileira*. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARTINS, M. R. A. da S. *Análise da alternância de pronomes tu/você/cê no falar de Porto Nacional (TO) à luz da sociolinguística cognitiva*. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2017.

MATTOS, S. E. R. *Goiás na primeira pessoa do plural*. 2013. 137f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

- NOGUEIRA, F. M. da S. B. *Como os falantes de Feira de Santana e Salvador tratam o seu interlocutor?* 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- OLIVEIRA, L. A. F. de. *Tu e Você no português popular do Estado da Bahia*. Comunicação apresentada no VIII Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.
- OLIVEIRA, L. A. F. de. *Tu e você no português afro-brasileiro*. Comunicação apresentada no VI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2005.
- PEDROSA, J. L. R. Concordância verbal com o pronome ‘tu’ na fala pessoense. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA – ABRALIN, 2., 1999, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Abralin, 1999.
- REIS, Z. M. dos. *As formas de tratamento ‘tu’ e ‘você’ no português falado e escrito em Lontra-MG: crenças e atitudes*. Qualificação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Letramentos, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.
- REIS, Z. M. dos. *A variação de ‘tu’ e ‘você’ no português falado e escrito em Lontra-MG*. 2019. 283 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Letramentos, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.
- ROCHA, W. J. C.; SANTOS, L. O. dos; SOUSA, V. V. O pronome você e sua variante cê: um estudo (socio) funcional. *Interdisciplinar*. Ano XI, v. 24, p. 143-158, jan./abr. 2016.
- SANTANA, J. C. D. de. *O uso dos pronomes tu e você no falar feirense culto*. 2008. 15 f. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.
- SCHERRE, M. M. P. Por onde transitam o tu e o você no Nordeste? In: FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO CEARÁ – FELCE, 5., 2020, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2020.
- SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q. The Brazilian imperative and brazilianness. *New Ways of Analyzing Variation (NWAV) 39*. The University of Texas at San Antonio (UTSA), 2010.
- SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q. Subsistemas dos pronomes de segunda pessoa do singular no português brasileiro e matizes das formas pronominais variáveis: debates, desafios e propostas. In: ABRALIN50 – Simpósios Temáticos, dia 03, p. 12, 8 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.abralin.org/abralin50/programacao-simposios/>. Acesso em: 15 maio 2021.
- SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q.; CATÃO, R. de C. Redesenhando o mapa dos pronomes tu/você/cê/ocê no português brasileiro falado. Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos (CONEL). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 4-6 dez. 2019.
- SCHERRE, M. M. P.; ANDRADE, C. Q.; CATÃO, R. de C. Redesenhando o mapa dos pronomes tu/você/cê/ocê no português brasileiro falado. In: WITCHES, P. H.; VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; FURLAN, C. K. J.; NOGUEIRA, M. de O. (org.). *Conquistas e desafios dos estudos linguísticos na contemporaneidade: trabalhos do V Congresso Nacional de Estudos Linguísticos – V CONEL*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 270-276.

SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C. Q.; LUCCA, N. N. G.; ANDRADE, A. L. V. S. de A. Tu, você, cê e ocê na variedade brasiliense, *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 21, especial, p. 117-134, 2011.

SCHERRE, M. M. P.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C. Q.; MARTINS, G. F. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

SCHERRE, M. M. P.; LUCCA, N. N. G.; DIAS, E. P.; ANDRADE, C. Q.; MARTINS, G. F. Usos dos pronomes *você* e *tu* no português brasileiro. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2., 2009. Portugal: Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, M.; YACOVENCO, L.; PAIVA, M. da C. de. Luso-Brazilian Sociolinguistics: variation in forms of address. In: TEJEDO-HERRERO, F.; REI-DOVAL, G. (ed.). *Lusophone, Galician and Hispanic Linguistic: Bridging frames and traditions*. New York: Routledge, 2019. p. 246-262.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; YACOVENCO, L. C. Nós e a gente em quatro amostras do português brasileiro: revisitando a escala da saliência fônica. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 420-450, 2018.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C.; NARO, A. J. Nós e a gente no português brasileiro: concordâncias e discordâncias. *Estudos de Linguística Galega*, v. especial, n. I, p. 13-27, 2018.

SILVA, F. C. da. *Variação entre os pronomes tu e você na função de sujeito na conversação em Natal (RN): uma abordagem sociofuncionalista*. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, S. C. *A variação dos pronomes tu e você na fala mineira de Ressaquinha (MG)*. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Ouro Preto, Mariana, 2017a.

SILVA, S. de O. P. *A variação você e cê na fala dos sertanejos alagoanos*. 2017. 69 f. Trabalho de conclusão de curso (TCC em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017b.

SILVA, S. de O. P. *A variação pronominal de segunda pessoa do singular em Coité do Nóia/Al*. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SILVA, S. de O. P.; VITÓRIO, E. G. de S. L. A. A variação *você* e *cê* no sertão alagoano. *Revista Leitura*, Maceió, v. 2, n. 59, p. 122-142, jul./dez. 2017.

SILVA, V. L. P.; SANTOS, G. M. dos; RIBEIRO, T. de O. Variação na 2ª pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo. *Gragoatá*, v. 5, n. 9, p. 115-123, mar. 2000.

SOARES, M. E. *As formas de tratamento nas interações comunicativas: uma pesquisa sobre o português falado em Fortaleza*. 1980. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1980.

SOUSA, V. V. *Os (descaminhos) do você: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você*. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

TEIXEIRA, E. P. Por onde anda o tu no final do século XIX? *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 1, p. 161-175, jan./jun. 2008.

VITÓRIO, E. G. de S. L. A. A variação *tu* e *você* em Maceió, Alagoas. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 85-99, maio/ago. 2018.

## ANEXOS

Tabela 2.1 – Maranhão: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado na capital e não capitais do estado do Maranhão (MA), região Nordeste: amostras diversificadas em sete localidades

Localidades no estado do Maranhão	Amostra/Projeto	Você	Cê	Ocê	tu sem concordância	tu com concordância	100%/ Total
São Luis, capital	<b>Média para São Luís (quatro amostras)</b>	<b>21% (303)</b>	<b>2% (32)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>66% (954)</b>	<b>11% (154)</b>	<b>(1.545)</b>
	Amostra do Projeto Alima - oito inquéritos geolinguísticos de 2003-2004 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	52% (61)	9% (10)	0% (0)	28% (32)	11% (13)	(116)
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	51% (56)	?	?	49% (53)	?	(109)
	Amostra Carneiro 2008 - 90/96 gravações secretas consentidas (CARNEIRO, 2011, resumo, p. 62, 82, 84)	31% (83)	?	?	65% (176)	4% (11)	(270)
	Amostra Alves 2013-2014: 20 horas e 43 minutos de interações livres gravadas (ALVES, 2015, p. 75-77)	15% (157)	2% (22)	0% (0)	71% (741)	12% (130)	(1.050)
<b>1. Imperatriz, área urbana, a sudoeste</b>	Amostra Herênio - 43 entrevistas sociolinguísticas (HERÊNIO, 2006, p. 56-58, 69, 76-79, 118)	<b>73% (387)</b>	?	?	<b>25% (132)</b>	<b>2% (11)</b>	(530)
<b>2. Alto Parnaíba, área rural, ao sul</b>	Amostra do Projeto Alima - quatro Inquéritos geolinguísticos de 2007 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	<b>61% (20)</b>	<b>12% (4)</b>	<b>12% (4)</b>	<b>15% (5)</b>	<b>0% (0)</b>	(33)
<b>Pinheiro, área rural, ao norte</b>	Amostra do Projeto Alima - quatro Inquéritos geolinguísticos de 2005-2006 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	<b>55% (46)</b>	<b>8% (7)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>36% (30)</b>	1% (1)	(84)
<b>Tuntum, área rural, ao centro</b>	Amostra do Projeto Alima - quatro Inquéritos geolinguísticos de 2010 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	<b>43% (18)</b>	<b>14% (6)</b>	<b>7% (3)</b>	<b>36% (15)</b>	<b>0% (0)</b>	(42)
<b>Balsas, área rural, ao sul</b>	Amostra do Projeto Alima - quatro Inquéritos geolinguísticos de 2007 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	<b>43% (13)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>57% (17)</b>	<b>0% (0)</b>	(30)
<b>Bacabal, área rural, ao centro</b>	Amostra do Projeto Alima - quatro Inquéritos geolinguísticos de 2005 (ALVES, 2010, p. 58-59, 64-65, 103)	<b>39% (9)</b>	<b>4% (1)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>57% (13)</b>	<b>0% (0)</b>	(23)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.2 – Rio Grande do Norte: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado na capital e não capitais do estado do Rio Grande do Norte (RN) – região Nordeste: duas amostras diversificadas e quatro localidades

Localidades no estado do Rio Grande do Norte	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concordância	tu com concordância	100% Total
Natal, capital	Média para Natal (duas amostras)	85,5% (370)	?	?	14,3% (62)	0,2 (1)	(433)
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 – inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	98% (54)	?	?	2% (1)	?	(55)
	(DIVINO, 2020, p. 138-139, 203)	100% (43)			0% (0)		(43)
	Banco Conversacional de Natal – década de 1990 - 12 conversas gravadas (SILVA, 2015, p. 74-75)	83,6% (316)	?	?	16,1% (61)	0,3% (1)	(378)
Pau de Ferros, na região do Alto Oeste, no extremo oposto da capital do estado		100% (35)	?	?	0% (0)		(35)
Mossoró, no oeste potiguar do estado, entre Natal e Fortaleza	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 – inquéritos geolinguísticos (DIVINO, 2020, p. 136-140, 203)	100% (30)	?	?	0% (0)		(30)
Caicó, na região do Siridó		100% (79)	?	?	0% (0)		(79)
Angicos, no sertão, ao centro do estado		96% (27)	?	?	4% (1)		(28)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.



Tabela 2.3 – Paraíba: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado na capital e não capitais do estado da Paraíba (PB) – região Nordeste: amostras diversificadas em quatro localidades

<b>João Pessoa, capital da Paraíba</b>	<b>Média para João Pessoa (duas amostras)</b>	<b>96% (2064)</b>	?	?	<b>3% (62)</b>	<b>1% (16)</b>	<b>(2.144)</b>
	Amostra ValPB 1993-1994: 60 entrevistas sociolinguísticas (PEDROSA, 1999) (SOUSA, 2008, p. 137)	<b>97% (2.004)</b>	?	?	<b>2% (53)</b>	<b>1% (16)</b>	<b>(2.073)</b>
	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 – inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo) (CARDOSO, 2008, p. 9) (DIVINO, 2020, p. 146, 203)	<b>87% (62)</b>	?	?	<b>13% (9)</b>	?	<b>(71)</b>
<b>Patos, no centro-subregional do estado</b>	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (DIVINO, 2020, p. 142-144, 203)	<b>92% (86)</b>	?	?	<b>8% (8)</b>		<b>(94)</b>
<b>Cuité, no centro-oeste do estado, mesoagreste</b>		<b>89% (46)</b>	?	?	<b>11% (6)</b>		<b>(52)</b>
<b>Cajazeiras, no extremo oeste do estado</b>		<b>86% (50)</b>	?	?	<b>14% (8)</b>		<b>(58)</b>
<b>Itaporanga, a oeste, na região metropolitana do Piancó.</b>		<b>65% (111)</b>	?	?	<b>35% (61)</b>		<b>(172)</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.4 – Pernambuco: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado na capital e não capitais do estado de Pernambuco (PE) – região Nordeste: amostras do Projeto Alib

Localidades no estado de Pernambuco	Amostra/Pesquisa	<i>Você</i>	<i>Cê</i>	<i>Ocê</i>	<i>tu sem concor-dância</i>	<i>tu com concor-dância</i>	100% Total
<b>Recife, Capital de Pernambuco</b>	<b>Dados para Recife (uma amostra)</b>	<b>86% (100)</b>			<b>14% (16)</b>		<b>(116)</b>
	Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo) (CARDOSO, 2008, p. 9) (DEUS, 2009, p. 101, 125) (DIVINO, 2020, p.153-154, 203)	<b>86% (100)</b>			<b>14% (16)</b>	?	<b>(116)</b>
		84% (31)	?	?	16% (6)	?	(37)
		88% (107)			12% (15)		(122)
		85% (104)			15% (18)		(122)

(continuação Tabela 2.4)

Localidades no estado de Pernambuco	Amostra/Pesquisa	<i>Você</i>	<i>Cê</i>	<i>Ocê</i>	<i>tu sem concordância</i>	<i>tu com concordância</i>	100% Total
Arcoverde microrregião do sertão do Moxotó, a oeste	Amostra do Projeto Alib: 1996-2011 – inquéritos geolinguísticos (DIVINO, 2020, p. 147-156, 203)	100% (11)	?	?	0% (0)	?	(11)
Floresta, na mesorregião do São Francisco, no sertão		98% (64)	?	?	2% (1)	?	(64)
Petrolina no semi-árido nordestino, no extremo sudoeste, próximo à Bahia		95% (40)	?	?	5% (2)	?	(42)
Exu, a noroeste		92% (70)	?	?	8% (6)	?	(76)
Garanhuns, no Planalto de Borborema, a oeste		89% (24)	?	?	11% (3)	?	(27)
Olinda, no litoral, na mesor-região metropolitana de Recife		85% (44)	?	?	15% (8)	?	(52)
Caruaru, no Planalto de Borborema, a oeste da capital		81% (25)	?	?	19% (6)	?	(31)
Limoeiro mesorregião do agreste		80% (67)	?	?	20% (17)	?	(84)
Salgueiro mesorregião do sertão		79% (70)	?	?	21% (19)	?	(89)
Afrânio no extremo oeste		77% (37)	?	?	23% (11)	?	(48)
Cabrobó no sertão do São Francisco, próxima à Bahia		68% (56)	?	?	32% (26)	?	(82)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.5 – Alagoas: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado na capital e não capitais do estado de Alagoas (AL) – região Nordeste: amostras diversificadas

Localidades no estado de Alagoas	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concordância	tu com concordância	100% Total
Maceió, capital de Alagoas	Média para Maceió (três amostras)	90% (856)	2% (21)	?	8% (80)	0 (0)	844
	Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	98% (173)	?	?	2% (4)	?	(177)
	(CARDOSO, 2008, p. 9) (DIVINO, 2020, p. 159-160, 203)	94% (60) 94% (196)			6% (4) 6% (12)		(64) (208)
	Amostra Vitória 2010, 72 entrevistas sociolinguísticas (VITÓRIO, 2018, p. 89-90)	98% (398)	?	?	2% (6)	?	(404)
	Amostra Vitória 2017 Teste com nove situações hipotéticas aplicado a 46 pessoas de Maceió (VITÓRIO, 2018, p. 89-91)	75% (285)	6% (21)	?	19% (70)	?	(376)
Sertão alagoano (Delmiro Gouveia, Água Branca, Periconha e Mata Grande)	Amostra do Projeto Lusa 2015 – 96 entrevistas sociolinguísticas (SILVA, 2017, p. 49-50, 63-66; SILVA; VITÓRIO, 2017, p. 129-131, 138)	93% (473)	6,5% (33)	?	0,5% (3)	?	(509)
Coité do Nóia, Alagoas	Amostra Silva 2018 18 diálogos entre 36 falantes de Coité do Nóia, gravados com o conhecimento dos falantes (SILVA, 2019, p. 71, 78, 80)	71% (372)	18% (91)	?	11% (57)	?	(520)
Arapiraca, na mesorregião do agreste, a oeste do estado	Projeto Alib: 1996-2011 - inquéritos geolinguísticos (DIVINO, 2020, p. 157-158, 203)	100% (38)	?	?	0% (0)		(38)
União dos Palmares, a norte da capital		100% (83)	?	?	0% (0)		(83)
Santana do Ipanema, sertão alagoano		89% (44)	?	?	11% (5)		(44)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.6 – Sergipe: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular no português brasileiro falado na capital e não capitais do estado de Sergipe (SE) – região Nordeste: dados de Questionários e perguntas do Projeto Altas Linguístico do Brasil (Alib)

Localidades no estado de Sergipe	Amostra/Pesquisa	<i>Você</i>	<i>Cê</i>	<i>Ocê</i>	<i>tu sem concordância</i>	<i>tu com concordância</i>	100% Total
Aracaju, capital de Sergipe	Dados para Aracaju (uma amostra)	96% (133)	?	?	4% (5)	?	(138)
	Amostra Alib – perguntas geolinguísticas (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo)	96% (133)			4% (5)		(138)
	(CARDOSO, 2008, p. 9)	94% (46)	?	?	6% (3)	?	(49)
	(DIVINO, 2020, p. 162, 203)	100% (121)			0% (0)		(121)
Propriá, na parte central do estado	(DIVINO, 2020, p. 161-163, 203)	100% (49)	?	?	0% (0)	?	(49)
Estância, no litoral sul do estado		97% (77)	?	?	3% (2)	?	(79)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.7.1 – Bahia: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular em amostras de fala do português brasileiro na capital e não capitais do estado da Bahia (BA): Salvador, Feira de Santana e Vitória da Conquista: amostras diversificadas

Estado/ Localidade	Amostra/Pesquisa	<i>Você</i>	<i>Cê</i>	<i>Ocê</i>	<i>tu sem concor- dância</i>	<i>tu com concor- dância</i>	100% Total
Salvador, capital da Bahia	Média para Salvador (três amostras) (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo; NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101)	99% (1.107)	?	?	1% (9)	Não há	(1.116)
Feira de Santana	Média para Feira de Santana (5 amostras)	85% (1.544)	1% (12)		14% (258)		(1.814)
	Amostra do Projeto <i>A língua portuguesa no semiárido baiano</i> 2000 - 12 gravações do tipo DID da fala popular (NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101)	91% (277)	?	?	9% (28)	0% (0)	(305)
	Amostra do Projeto <i>A língua portuguesa no semiárido baiano</i> 2000 - 12 gravações do tipo DID da fala culta (NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101)	91% (471)	?	?	9% (46)	0% (0)	(517)
	24 gravações do tipo DID do <i>corpus</i> da zona urbana de Feira de Santana da fala culta e da fala popular (LACERDA <i>et al.</i> , 2016, p. 40, 43, 49, 51) (Tabela 10)	92% (450)	3% (12)	0% (0)	5% (26)	0% (0)	(488)
	Amostra Assunção entrevistas sociolin-guísticas estimuladas com fotografias – falantes analfabetos funcionais (ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2011, p. 1)	90% (103)	?	?	10% (11)	0% (0)	(114)
	Amostra Santana 2007-2008 – 12 Entrevistas sociolinguísticas estimuladas com fotografias – falantes universitários e graduados (SANTANA, 2008, p. 10-11)	65% (158)	?	?	35% (85)	0% (0)	(243)
	Amostra Nogueira - sete gravações de conversas espontâneas (NOGUEIRA, 2013, p. 62, 106)	58% (85)	?	?	42% (62)	0% (0)	(147)
Vitória da Conquista	Seis gravações do PPVC e seis do PCVC (ROCHA; SANTOS; SOUSA, 2016, p. 147, 149)	56% (214)	?	?	44% (171)	0% (0)	(385)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.7.2 – Bahia: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular em amostras de fala do português brasileiro em Salvador, Feira de Santana e quatro zonas rurais do estado da Bahia (BA): amostras diversificadas

Estado/ Localidade	Amostra/Pesquisa	<i>Você</i>	<i>Cê</i>	<i>Ocê</i>	<i>tu sem concor- dância</i>	<i>tu com concor- dância</i>	100% Total
Salvador, capital da Bahia	Média para Salvador (três amostras) (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo; NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101)	99% (1.107)	?	?	1% (9)	Não há	(1.116)
Feira de Santana	Média para Feira de Santana (6 amostras)	85% (1.544)	1% (12)		14% (258)		(1.814)

(continuação Tabela 2.7.2)

Estado/ Localidade	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concor- dância	tu com concor- dância	100% Total
Quatro zonas rurais do semi-árido baiano - gravações de diálogos entre informante e documentador (DID) de 21 falantes (LACERDA <i>et al.</i> , 2016, p. 40, 44, 45, 48)	Formas retas não preposicionadas (Tabela 2, p. 45)	43% (205)	45% (219)		12% (59)	0% (0)	(483)
	Formas como sujeito pleno de (Tabela 3, p. 45)		88% (409)		12% (58)	0% (0)	(467)
	Média de todas as formas de segunda pessoa dos 21 falantes (Tabela 8, p. 48)		86% (514)		14% (84)		(598)
	<b>Média de Jeremoabo (Nordeste): Casinhas, Lagoa do Inácio e Tapera</b>		<b>94% (144)</b>		<b>6% (9)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>(153)</b>
	<b>Rio de Contas/ Chapada Diamantina: Barra dos Negros/ Bana-nal, Mato Grosso</b>		<b>91% (214)</b>		<b>9% (21)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>(235)</b>
	<b>Percentual de Fei-ra de Santana (Paraguaçu): Matinha</b>		<b>82% (104)</b>		<b>18% (23)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>(127)</b>
	<b>Percentual de Anselino da Fonseca (Piemonte da Dia-mantina): Piabas</b>		<b>63% (52)</b>		<b>37% (31)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>(83)</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.

Tabela 2.7.3 – Bahia: Distribuição de pronomes explícitos na segunda pessoa do singular em amostras de fala do português brasileiro em Salvador, em sete localidades rurais do estado da Bahia (BA) e em Jitaúna: amostras diversificadas

Estado/ Localidade	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concor- dância	tu com concor- dância	100% Total
<b>Salvador, capital da Bahia</b>	<b>Média para Salvador (três amostras)</b> (CARDOSO <i>et al.</i> , no prelo; NOGUEIRA, 2013, p. 61-62, 101)	<b>99% (1.107)</b>	?	?	<b>1% (9)</b>	<b>Não há</b>	<b>(1.116)</b>
<b>Rio de Contas, rural afro</b>	Projeto Vertentes (OLIVEIRA, 2005, p. 13)	<b>99% (66)</b>	?	?	<b>1% (1)</b>	<b>0% (0)</b>	(67)
<b>Helvécia, rural afro</b>	Projeto Vertentes (OLIVEIRA, 2005, p. 13)	<b>97% (234)</b>	?	?	<b>3% (7)</b>	<b>0% (0)</b>	(241)
<b>Poções, rural não afro</b>	Projeto Vertentes (OLIVEIRA, 2007, p. 13)	<b>91% (716)</b>	?	?	<b>9% (70)</b>	<b>0% (0)</b>	(786)
<b>Cinzento, rural afro</b>	Projeto Vertentes (OLIVEIRA, 2005, p. 13)	<b>81% (240)</b>	?	?	<b>19% (55)</b>	<b>0% (0)</b>	(295)
<b>Sapé, rural afro</b>	Projeto Vertentes (OLIVEIRA, 2005, p. 13)	<b>78% (83)</b>	?	?	<b>22% (23)</b>	<b>0% (0)</b>	(106)

(continuação Tabela 2.7.3)

Estado/ Localidade	Amostra/Pesquisa	Você	Cê	Ocê	tu sem concor- dância	tu com concor- dância	100% Total
<b>Santo Antônio de Jesus, rural não afro, no Recôncavo baiano, (Município a 187 km de Salvador)</b>	<b>Média de Santo Antônio de Jesus (três amostras)</b>	<b>68% (1.033)</b>	?	?	<b>32% (496)</b>		<b>(1.529)</b>
	Projeto Vertentes (OLIVEIRA, 2007, p. 1, 13)	<b>80% (274)</b>	?	?	<b>20% (68)</b>	<b>0% (0)</b>	(342)
	Projeto Divino 2006-2007 - Aplicação de questionário (DIVINO, 2008, p. 52-55, 82-83, 91)	<b>79% (689)</b>	?	?	<b>21% (186)</b>	<b>0% (0)</b>	(875)
	Projeto Divino 2006-2007 - 10 conversas espontâneas secretas (DIVINO, 2008, p. 52-55, 77-82, 99-100)	<b>22% (70)</b>	?	?	<b>78% (242)</b>	<b>0% (0)</b>	(312)
<b>Jitaúna, a 383km de Salvador, faz divisa com Jequié, Ipiáú e Aiquara</b>	Conversas espontâneas com 10 garotos e garotas do ensino fundamental (12 a 16 anos) e médio (15 a 20 anos) (COSTA <i>et al.</i> , 2007, p. 24-27)	<b>8% (1)</b>	?	?	<b>92% (11)</b>	<b>0% (0)</b>	(12)

Fonte: elaboração própria, com base nos textos e nos dados das páginas das pesquisas referenciadas no interior da tabela.



Visite nosso site:  
[www.imprensa.ufc.br](http://www.imprensa.ufc.br)



Versão digital

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC  
Av. da Universidade, 2932 - Benfica  
CEP.: 60020-181 - Fortaleza - Ceará  
Fone: (85) 3366.7485 / 7486  
[imprensa@proplad.ufc.br](mailto:imprensa@proplad.ufc.br)

Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Av. da Universidade, 2683 - Campus do Benfica  
CEP: 60020-181 - Fone: (85) 3366.7625 / 7611 / 7617  
Fortaleza - Ceará - Brasil  
<http://periodicos.ufc.br/revletras/issue/archive>